

Thiago Romeu de Souza

O MIGRANTE E SEU LUGAR

A territorialidade no fluxo
entre Paraíba e São Paulo

Thiago Romeu de Souza

O MIGRANTE E SEU LUGAR

A territorialidade no fluxo
entre Paraíba e São Paulo



Campina Grande - PB
2026

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – EDUFCG
atendimento@editora.ufcg.edu.br

Camilo Allyson Simões de Farias
Reitor

Fernanda de Lourdes Almeida Leal
Vice-Reitora

Mário de Sousa Araújo Filho
Diretor EDUFCG

Simone Cunha
Revisão

Yasmine Lima
Diagramação

Criada com Gemini
Capa

CONSELHO EDITORIAL

Adriano Azevedo de Mello (CCBS)
Andréa Maria Brandão Mendes de Oliveira (CCTA)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro Costa Rego (CTRN)
José Wanderley Alves de Sousa (CFP)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Ronimack Trajano de Souza (CEEI)
Valéria Andrade (CDSA)

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Sistema de Bibliotecas - SISTEMOTECA
Catalogação de Publicação na Fonte. UFCG - Biblioteca Central

S729m Souza, Thiago Romeu de.
O Migrante e seu lugar: a trajetória no fluxo entre Paraíba e São Paulo [recurso eletrônico] / Thiago Romeu de Souza. – Campina Grande: EDUFCG, 2026.
360 p. : il. color.

E-book (PDF)
ISBN 978-85-8001-344-3

1. Migração. 2. Retornado. 3. Geossímbolos. 4. Multiterritorialidade.
5. Performance Migratória. I. Título.

UFCG/BC

CDU 314.15(81)

FICHA CATALOGráfICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA ITAPUANA SOARES DIAS CRB-15/093

Sumário

Prefácio	9
Introdução	15
A construção do lugar na formação do sujeito migrante	45
Da migração ao retorno: o sujeito retornado e seu processo constituidor	151
Paraibanos em performance: o retorno	279
Considerações conclusivas	327
Referências	335

Prefácio

Isis do Mar Marques Martins

Migrantes... Retorno... Espaço...

O migrante. O retorno. O espaço. Eu, já há alguns belos anos, sou uma migrante, profunda e constante. Meus irmãos, que não compartilham o prazer e a dor de ser, se consideram “pessoas do chão”. Meu irmão, um retornado, refinou e não volta – à migração. E eu não paro de ser “aquela que não tem terra firme”.

Mas tem um lugar que me remete ao retorno. A casa da minha avó. Coincidentemente, li o livro do Thiago Romeu em um momento deste retorno, no Acre... o abraço, os cheiros da infância, da comida, a emoção do tempo e do espaço. O “quintal maior que o mundo”, nas palavras de um migrante do espaço e do tempo, Manoel de Barros. É no interior dessa Amazônia perdida e achada, “nordestina” também – sob influências cearenses dos grandes ciclos da borracha meados do século XX, onde meus bisavós e avós misturaram Ceará com Líbano – que eu retorno, que afloram sentimentos perdidos de uma menina que se acha em todos os lugares, mas também em lugar nenhum.

Migrantes...

O livro fala sobre o lugar, uma categoria na geografia por muitas vezes menosprezada, diminuída ou, nas palavras de Gilles Deleuze, uma palavra menor. Para ele, menor não é inferior, é mais potente, é mais pulsante. O Lugar pulsa porque é nele que encontramos os afetos, os quintais maiores que o mundo. Se pensarmos nas migrantes e nos migrantes, o lugar pode ser considerado vazio, perdido em todos, mas em nenhum. Mas no fundo do coração migrante, eles são os mais pulsantes e os mais potentes.

Migrantes tratam constantemente de lugares, os perdidos e os achados, os que queremos sempre encontrar. Thiago fala disso de maneira bonita, profunda e necessária para a geografia. Seu texto trata da geografia das migrações, tão menosprezada e pouco falada entre nós, geógrafas e geógrafos. Qual o dizível e o imagético para migrantes em seus espaços, em seus lugares? Além disso, lugares se tornam territórios, principalmente para migrantes. O silêncio e o equívoco de supor que migrantes não formam territórios precisam ser repensados e corrigidos para a geografia, marcada pela visão encarcerada de que suas categorias não migram, assim como os sujeitos.

Retornos...

“O retorno envolve a reconstrução da vida”, nas palavras de Thiago. Abdelmalek Sayad, ao tratar do retorno, aponta a complexidade sociológica – e sobretudo psicológica – do retorno migrante. Por muitas vezes, o retorno está associado ao fracasso do movimento, ao insucesso, à perda de sentido da própria trajetória. O retorno, ainda para Sayad, é o que move e o que produz a migração, paradoxalmente é o confronto à ideia de que o migrante provoca e expõe as contradições da produção social.

Thiago não trata somente do retorno, mas também – e principalmente – do retornado. Retorno é a ação de seus sujeitos, e suas territorialidades, transterritorialidades e lugaridades são sobretudo política espacial. Por que supomos que migrantes têm de se mover, ou permanecer, ou não retornar, ou retornar às revelias de si próprios? Por que ele não pode produzir suas estratégias de mobilidade e permanência conforme seus desejos, seus devires, seus afetos pelos lugares produzidos e sentidos?

Neste livro, mas principalmente nas retornadas e nos retornados, nas e nos migrantes, essas respostas aparecem e nos embargam, nas nossas certezas sobre eles com quem não conhecemos suas geografias e suas histórias, e no suposto saber do que é melhor para o outro, projetando o que queremos de nós mesmos. O trabalho e sua possível e única motivação para mover, como já sabemos, não abarca a complexidade do desejo de migrar (Martins, 2019). As ciências sociais, como já tratado também, muitas vezes constitui somente a escala temporal e esquece a espacial, na importância das redes constituídas a partir das espacialidades migrantes.

Isso significa que paraibanos podem querer vivenciar uma São Paulo desejada por eles e podem se cansar de São Paulo. Significa que eles podem ir para outro lugar, não necessariamente para seu lugar de nascimento, mas para aquele que se descobre como seu lugar, retornado ou não. Significa que o fracasso é projeção do outro e não da experiência vivida e contada por ela e ele, fixada pelo tempo, classificada sob a ótica estagnada dos dados.

Espaço...

Por isso, o trabalho de Thiago é encantadoramente geográfico. É uma geografia das retornadas e dos retornados. Suas redes e suas provocações espaciais geram redes moleculares, políticas

e máquinas de guerra, que cutucam e provocam, como migrantes pobres, negras e negros, caboclas e caboclos, nordestinas e nordestinos, que constituem suas identidades na migração. Suas redes são territórios, suas fronteiras, como Shahram Khosravi provoca, estão em si mesmas e mesmos, cravadas em seus peitos, guardadas a cada movimento.

A geografia nos permite compreender de forma mais ampla os sentidos da migração e seus desdobramentos no espaço. Espaço aqui, inclusive, não como uma categoria estanque, mas migrante, se transformando em sentimento e poder, em conflito e provocação.

Que este livro provoque, assim como me provocou, os devires do retorno.

Isis do Mar Marques Martins

Acreana, do Rio, de Porto Alegre, de Santarém, de Vitória, de volta ao Acre.

25 de julho de 2023

Referências

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2011.

KESHAVARZ, Mahmoud; KHOSHABI, Shahram (Orgs.). **Seeing like a smuggler: borders from below**. Londres. Pluto Press, 2022.

KHOSRAVI, Shahram. **“Illegal” traveller: na auto-ethnography of borders**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

MARTINS, Isis do Mar Marques. **Por uma geografia das migrações estratégias de mobilidade e permanência em migrantes haitianos**. Letra Capital: Rio de Janeiro, 2019.

SAYAD, Abdelmalek. **O migrante e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

Introdução

Começando por uma obviedade: não existe experiência migratória se não for antes experimentada, seja por quem a vive, seja por quem procura entendê-la. Migração é movimento, e movimento, em sua esmagadora maioria, da população pobre, que, na mobilidade, necessariamente “[...] deixa para trás muitos traços de si mesma” (Halbwachs, 1990, p. 138) e carrega resto de existência do lugar de origem para o novo mundo que se estabelece. Descrever tal processo sem antes vivê-lo é como falar de um filme sem vê-lo. Dois dos muitos conhecimentos que, para se conhecer, é antes preciso sentir, viver. Sente-se o cinema como experiência corporal e espiritual, objetiva e subjetiva, física e metafísica, assim como as migrações; o cinema como uma expressão artística dos afetos humanos; a migração como uma das vivências corpóreas dos afetos, das expressões melancólicas e redentoras do que há de mais humano no ser, a naturalidade da vida. Essa experiência é sentida de forma diferenciada a partir das distintas posições que ocupamos social e espacialmente.

Assim, ser migrante homem não é igual a ser migrante mulher, ser migrante jovem, ou velho, pobre ou rico, negro, amarelo, branco, entre outros, implica distintas experiências de espaço. As diferentes formas de apropriação e uso dos sujeitos migrantes revelam variadas geometrias do poder (Massey, 2000). Ou seja, o que se vê atualmente são mobilidades diferentes e desiguais entre os diversos espaços e entre os diversos sujeitos contemporâneos.

Tratar os processos sem perceber os sujeitos que os constituem provoca um afastamento crescente da sua compreensão. Faz já algum tempo que se afirma na Geografia o “surgimento” de novos sujeitos sociais. Lima (2014) inclui um complemento importante: agrega entre parênteses, a cada vez que se menciona o termo “novos”, a partícula “outros”, de modo que se torna impossível pensar nesses novos sem que lembremos que só são vistos como novos porque sempre foram os “outros” na história das ciências, especialmente na geografia. Diz-se desses novos (outros) sujeitos que há a necessidade de inseri-los nos trabalhos acadêmicos porque são deles os fenômenos sociais e a possibilidade real de mudanças na perspectiva dos trabalhos acadêmicos e nos projetos de autonomia e emancipação sociais, ou ainda de sociedades mais plurais e democráticas, além, é claro, de uma mudança qualitativa no modo como as academias devem prestigiar tais sujeitos do saber.

Algo tão importante que tem propiciado a construção de um caminho diferente na produção do conhecimento, a diversidade de sujeitos sociais tem se manifestado de tal forma que ficou impossível ao tradicional discurso acadêmico ignorá-la. Reivindicações que consideram estes sujeitos, aludidas em textos, conferências e discursos os mais variados, têm demorado em se tornar *práxis* no cotidiano acadêmico, visto que ainda muito se fala em *surgimento* dos novos (outros) sujeitos sociais. Disso se depreende que os novos têm tardado a ser incorporados nas temáticas cotidianas da academia, mesmo quando se considera que diversos trabalhos vêm apontando a emergência de uma série de grupos sociais que, até bem pouco tempo, sequer se divulgava a existência, ou existia enquanto sujeito espacial (vide ainda a dificuldade em mapeá-los). As questões relativas aos diversos movimentos sociais, dos movimentos das “minorias”, dos embates de identidades, bem como a agenda ambiental, vêm trazendo muitas e significativas contri-

buições para o entendimento dos problemas contemporâneos. No presente trabalho, um sujeito se destaca: o migrante.

Atualmente, o que se pode dizer do migrante enquanto produtor e reproduzidor de modos de vida, portanto, de espacialidades? Até pouco tempo, chamava-se “estrangeiro” o desconhecido, o forasteiro, aquele que chegava. O estrangeiro hoje pouco agrega enquanto categoria de análise. Sua amplitude parece tangenciar as dimensões mais poéticas da linguagem, servindo inclusive para descrever uma das características de quem “aparece”, repentinamente, em um lugar.

O migrante, ao contrário, apresenta-se num outro patamar, é um indivíduo que chega de outro lugar, trazendo consigo sua história, portanto, sua espacialidade, com memória de paisagens e de lugares deixados (temporariamente) para trás, vislumbrando, neste novo lugar, manter sua existência. Neste processo, transforma sua vida e os lugares que deixou e aonde chega, um por meio de sua ausência sentida, o outro pela sua presença repentina (considerada muitas vezes inoportuna). Num lugar deixa vazio, noutro precisa conquistar espaço.

O migrante sempre foi causa de estranheza e mistério, aspectos comuns também ao “estrangeiro” ou ao “forasteiro”, mas no processo capitalista, parte do mistério se esvai na certeza de que o que atrai este estrangeiro genérico é o fluxo dos capitais. Este estrangeiro do passado passou a ser o migrante, o trabalhador em mobilidade geográfica. E a mobilidade tornou-se:

Explicitamente um instrumento de adaptações da mão de obra, as deslocações espaciais não são aqui os únicos em causa, mas, juntamente com eles, todos os modos de passagem da mão de obra disponível para as esferas de valorização do capital e todos os modos de intensificação e produtivização desta mão de obra (Gaudemar, 1977, p. 21).

No processo de transformação do estrangeiro e forasteiro em mão de obra móvel, surge a figura do imigrante ilegal concomitante à percepção da mobilidade do trabalho como um problema populacional, algo que produz rapidamente reflexos na produção de leis de cerceamento da mobilidade¹. É um novo expediente adequado à toda a estruturação da sociedade capitalista, à lógica do trabalho repetitivo da indústria.

O migrante produz o espaço na medida em que se desloca em função do capital, mas este indivíduo, na sua dinâmica espacial, constrói-se enquanto sujeito social, apropriando-se do seu espaço e interferindo profundamente nas dinâmicas das sociedades nas quais se insere. Neste sentido, ultrapassa a esfera de mero portador de força de trabalho, ou seja, de trabalho materializado em movimento, para assumir o papel de sujeito social. A dor da ausência, a nostalgia da terra natal, as experiências novas da chegada, os agrados e as decepções, tudo isto se misturando nesse lugar de vivências múltiplas que é para onde se imigrou.

Portanto, tratar de migrantes vai além de identificar as correntes, as redes, os fluxos e as políticas de estímulo ou desestímulos à migração, é tratar do jogo das vidas que constroem nossas paisagens e lugares em tempos globais. Logo, os migrantes configuram espaços de alteridade em seus lugares de imigração que os posicionam como sujeitos de vivência simultânea ou sequencial de múltiplos territórios. Assim, a experiência corpórea multiterritorial do migrante nos coloca aquilo que Sodré, inspirado em Nietzsche, aponta do corpo como “um edifício coletivo de diversas almas” (Sodré, 2002, p. 21).

1. O termo “imigrante ilegal” não existia na língua inglesa antes dos anos 1930, o mais frequente era o uso do termo “imigrante irregular”. A mudança na língua começa a ocorrer quando são aprovadas, no congresso estadunidense, leis anti-imigração. Cf.: <http://thesocietypages.org/socimages/2014/08/16/saturday-stat-the-invention-of-the-illegal-immigrant/>. Acesso em: 30 ago. 2014.

Assumir a posição que considera o migrante como sujeito nos leva a concluir que isso se aplica ao indivíduo que retorna ao seu local de origem, agregando-se o fato de que agora, imbuído de sua vivência no lugar de procedência, apresenta-se enquanto uma totalidade: uma vida construída pela mobilidade entre dois ou mais espaços, marcados por lugares de memória e vida prática presente, que constituem personalidades e projetam devires.

Muitas vezes, essa memória o leva à ideia de sucesso e vitória, ou fracasso e derrota: o “vitorioso” que, depois de agruras fora do seu “abrigo”, consegue retornar feito um guerreiro que retorna da batalha; ou o enviado a terra estranha que volta e descortina o mundo novo, declarando, assim, o telurismo comum nos afastamentos da terra natal. Esta condição não é nova. Rutilio Namaciano (2002), na Roma Antiga, já apresentava tal ideia associada ao retorno:

Estranheza maior há de lhe causar, leitor, a precipitação de meu retorno, para que eu possa renunciar tão rapidamente a excelência da cidade de Rômulo [...] Oh, quão imponderavelmente e quantas vezes felizes considere a quem mereceu nascer neste solo abençoado, e como generosos descendentes dos nobres romanos acrescentam distinção de seu berço com a glória de sua Cidade! As sementes de virtude caídas e transmitidas do céu não teriam sido capazes de encontrar assento mais digno em outro lugar. Abençoados também são aqueles que, tendo sido correspondidos com toda sorte de benesses equivalentes, têm alcançado uma morada no Lácio! A sagrada Curia se abre aos méritos do forasteiro e não considera estranho quem se aproxima. Desfrutem da ordem senatorial e de seus colegas e têm uma porção do Gênio que veneram: cremos de tal modo que é esta a assembleia do deus supremo pelos polos celestiais e a abóbada do mundo (p. 43-44, tradução livre).

Namaciano, o autor, militar e administrador romano, retornou de uma grande viagem bélica entre 415 e 418 d.C. e relata, em poema, sua felicidade por retornar a Roma, reafirmando o caráter essencialista da identidade com o lugar de origem, o desdém ou a admiração ao comparar Roma aos lugares por onde passou, bem como a alegria de retornar à sua terra natal.

A noção telúrica permeia ainda o imaginário coletivo. No que se refere aos migrantes, não são raras as ocasiões em que propagandas ou programas de televisão apontam a “alegria” do retorno e a imagem do migrante como um indivíduo triste pela sua condição², propondo, subliminarmente, uma ideia de que a migração é sempre uma decisão negativa e que o retorno é a solução existencial para os problemas dos migrantes na metrópole. As políticas governamentais revelam a busca de regular trajetórias (a lógica do “ponha-se no seu devido lugar”), promovendo uma espécie de reclusão exigida pela sociedade dos autóctones, perfeitamente apreendida pelos programas televisivos. O perfil tanto da migração de retorno quanto do retornado, estabelecido a partir das imagens e roteiros dessas propagandas e programas, falseia e invisibiliza a realidade acerca desse processo populacional e seus sujeitos (realidade ainda carente de análises). Entretanto, a noção de migrante de retorno vai muito além dessas imagens superficiais, tornando necessárias as revisões e problematizações tanto da noção de migrante quanto da de retornado.

2. Os governos do município e do estado do Rio de Janeiro possuíam, respectivamente, os programas de retorno de imigrantes “De volta à terra natal” e “De volta ao meu aconchego”. Também a prefeitura de São Paulo possuía programa semelhante. Além desses projetos sociais governamentais, a rede de televisão SBT, no seu Programa do Gugu, por anos apresentou o quadro “De volta para o meu aconchego”, que visava propiciar o retorno de famílias nordestinas residentes em São Paulo. Entretanto, o Programa do Ratinho mantém atualmente o quadro “Voltando pra casa”, que tem o mesmo formato do seu antecessor. Os programas abusam do estereótipo do flagelo do participante e dos sonhos de retorno para justificar a ajuda, alimentando o imaginário de que a migração e o migrante são problemas sociais.

O pressuposto elementar do trabalho é o de que não há sujeito migrante (nem no seu lugar de chegada, imigração, acolhida ou destino³, nem no lugar de origem ou de retorno) uniforme ou orientado segundo os mesmos vetores e influências. Cada um é uma seara inescrutável, em sua totalidade, de vivências múltiplas e intercambiáveis, de modo que o sujeito migrante ultrapassa, e muito, qualquer intenção de generalização. Só é possível vê-lo se o considerarmos em referência ao seu objeto, a saber: os trajetos seguidos, os territórios construídos, enfim, o espaço por ele produzido, por meio de suas trajetórias. Nesse sentido, é só por meio da territorialidade do migrante que é possível uma aproximação destes sujeitos numa perspectiva geográfica, isto é, que leve em consideração sua dimensão socioespacial. Deste modo, a territorialidade migrante, múltipla segundo sua própria natureza, é promotora de reconfiguração e reordenamento territorial tanto dos lugares de chegada quanto dos lugares de retorno.

Se, por um lado, a percepção acerca do migrante deve ser a de que ele é um sujeito; por outro, não lidaremos aqui com todos os migrantes. O fenômeno da mobilidade migratória é tão vasto que é impossível apreendê-lo em sua totalidade. Logo, este trabalho enfocará um caso específico de um dos vieses em que se apresentam os sujeitos migrantes, o migrante em seu retorno, que lhe atribui uma condição especial, uma vez que ele agora é migrante também em seu lugar de origem. Interessa-nos este sujeito porque compreendemos que os retornados não só reconfiguram o quadro populacional dos lugares de origem, mas, sobretudo, os geossímbolos (Bonnemaison, 2012), o imaginário social e as relações de poder, reestruturando o espaço desses lugares.

3. Doravante, trataremos indistintamente com uma destas expressões o lugar de chegada do migrante. Não faremos aqui diferenciações destes termos por entendermos terem todos eles o mesmo sentido.

Portanto, o sujeito migrante, em especial o retornado, urge ser delimitado. Neste trabalho, propomos uma ideia acerca desta categoria, para a qual reservamos especificamente o capítulo 2, mas podemos antecipar afirmando que, quando tratamos de retornados, nos referimos aos migrantes que, num dado momento de suas vidas, voltam aos seus locais de acolhimento afetivo (que doravante serão chamados de lugares de retorno), que quase sempre coincidem com os lugares de nascimento e de vivência nos primeiros anos de vida. Esses “lugares”, para os migrantes, têm mais uma dimensão existencial e subjetiva que uma delimitação prática/objetiva, mas para efeito de melhor compreensão analítica e ampliação teórica, em consonância com os objetivos da análise, entendemos lugar de retorno como o município ou microrregião geográfica de última etapa migratória. Consideramos, todavia, que o retorno não será entendido como o encerramento definitivo da mobilidade e, tampouco, o recolhimento num lugar que seja necessariamente seu lugar de retorno.

Para destacar o sujeito migrante, é preciso reconhecer sua ascensão, o que envolve o reconhecimento de sua condição precedente de subalternização. Propomos, então, nos deter um pouco sobre sua condição de subalternidade. Foucault (*apud* Mignolo, 2003) apontou a “insurreição de saberes subjugados” como algo que já se delineava há algum tempo (percebido desde a segunda metade do século XX). Definiu duplamente o que seriam os “saberes subjugados”: “Por um lado, refiro-me aos conteúdos históricos soterrados e disfarçados numa sistematização funcionalista ou formal” (Mignolo, 2003, p. 44); já por outro, seria:

[...] algo que de certa forma é totalmente diferente, isto é, todo um sistema de conhecimento que foi desqualificado como inadequado para suas tarefas ou insuficientemente elaborado: saberes nativos, situados bem abaixo na hierarquia,

abaixo do nível exigido de cognição de cientificidade. Também creio que é através da reemergência desses valores rebaixados (tais como os saberes desqualificados do paciente psiquiátrico, do doente, do feiticeiro – embora paralelos e marginais em relação à medicina – ou do delinquente etc.), que envolvem o que agora chamaria de saber popular [*le savoir de gens*] embora estejam longe de ser o conhecimento geral do bom senso, mas, pelo contrário, um saber particular, local, regional, saber diferencial incapaz de unanimidade e que deve suas forças apenas à asperidade com a qual é combatido por tudo à sua volta – que é através do reaparecimento desse saber, ou desses saberes locais populares, esses saberes desqualificados, que a crítica realiza sua função (Mignolo, 2003, p. 44, grifos no original).

Saberes subalternizados que a Geografia, enquanto saber a serviço do Estado, ajudou a “enterrar” ou esconder, ou, simplesmente, anular a existência, uma vez que, ao longo de sua história, especialmente em seu início, escolheu ignorar paisagens enquanto supervalorizava outras, dando a feição do que seria uma região e estabelecendo assim uma significativa confusão conceitual da qual o pensamento acadêmico e, principalmente, os sujeitos e seus saberes ainda são vítimas; região que passou a ser, de imediato, o fetiche da geografia moderna, mas que nunca considerou os sujeitos como constituintes positivos e autônomos de suas regiões, senão apenas como *coisa* típica e exótica, como fica demonstrado nos tratados clássicos de geografia regional.

A importância que Foucault percebe dos “saberes subalternizados” mostra-se de modo mais fulgurante na medida em que tais saberes são a produção de sujeitos igualmente subalternizados e, como tais, são subjugados. Os saberes subjugados e seus sujeitos se expressam de modo mais significativo na estrutura da coloniali-

dade do poder (Quijano, 2003), que é também colonialidade do saber (Mignolo, 2003). Estes saberes subalternizados têm sua maior expressão na estrutura colonial. Segundo Walter Mignolo, não é possível falar em modernidade sem sua siamesa, a colonialidade, sendo esta última o lado sombrio da primeira, “a parte da lua que não enxergamos quando a observamos” (Mignolo, 2003 p. 47).

A colonialidade traz para o primeiro plano a coexistência e interseção tanto dos colonialismos modernos quanto das modernidades coloniais (e, obviamente, a multiplicação das histórias locais que substituem a história mundial ou universal), na perspectiva dos povos e histórias locais que têm de confrontar o colonialismo moderno (Mignolo, 2003, p. 43).

Entre os processos que envolvem o que ele chama de modernidade/colonialidade está o de subalternização dos saberes, que fica mais bem expressa numa cruel “Geopolítica do Conhecimento”, em que os locais historicamente centrais têm a primazia da produção do conhecimento e, por consequência, da enunciação e do modelo de sujeito. A subalternização dos sujeitos é o reflexo das histórias locais imiscuídas até o desaparecimento ou a transformação em mitos carregados dos preconceitos pelo colonizador. Histórias só são assim consideradas, no plural, quando a luta política passa a pender para o colonizado, conforme afirma Woodward (2014, p. 27): “As histórias são realmente contestadas, e isto ocorre, sobretudo, na luta política pelo reconhecimento das identidades”.

O reconhecimento da pluralidade de histórias, em detrimento do mito da História Única, é um fato que aponta para a compreensão de que outros sujeitos não só existem e agem, como possuem múltiplas identidades fragmentadas, em plena construção, mesclando passado e presente, numa “celebração móvel”, não unificadas ao redor de um “eu” móvel (Hall, 2003, p. 13). O caso dos

migrantes, em especial os retornados, ilustra bem a construção de uma história em meio a um processo em que o devir “aberto” se mostra predominante no que se refere à formulação de projetos e ao estabelecimento de uma identidade. A profusão de experiências e o modo como se processam na realidade material e na psique dos indivíduos constroem subjetividades tais que cada experiência é única, mas não necessariamente positiva⁴. É bem verdade que, em grande parte dos casos, as negativas marcam e singularizam ainda mais os indivíduos, mas também os agregam numa grande comunidade dos que padecem muitas agruras na imigração e certa frustração no retorno.

A dinâmica do capitalismo tardio estabelece migrações que têm como origem necessariamente as áreas mais pobres, espaços que historicamente foram colonizados ou que guardam uma relação de colonialidade com lugares centrais; e tal processo é endógeno, portanto, ao sistema hegemônico. Alfredo Bosi (1992, p. 11) mostra que o processo linguístico do qual resulta a palavra “colonização” tem sua origem, não por acaso, naquele que ocupa a terra alheia. Isto porque *colo* é a palavra grega que significa *eu moro, eu ocupo a terra*, que tem como um de seus derivados *incola*, o habitante. *Colo* é a palavra matriz de *colonia*, “espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar” (Bosi, 1991, p. 11). Entretanto, o que ocupa a terra ou a sujeita em lugar do *incola*, o habitante, é o *colonus*. Habitar e colonizar, portanto, tem a mesma origem, o que diferencia uma palavra da outra é que o prefixo da primeira e o sufixo da segunda designam uma mudança de status dos agentes sociais. Em *incola*, eram habitantes

4. Ferreira (1999) constata, num importante estudo sobre migrantes nordestinos em manicômios, que a perda dos laços diretos com o território de origem pode causar ao migrante danos emocionais e afetivos a ponto de levar alguns a quadros psicóticos. Entre uma desterritorialização dolorosa, vendo o território segundo uma perspectiva totalizante, e uma reterritorialização conflitiva, instala-se uma crise.

autóctones; em *colonus*, são migrantes que passam a lavrar a terra ou fazer lavrar a terra alheia, enfim, “domesticá-la”, por assim dizer. “O *incola* que emigra torna-se *colonus*” (Bosi, 1991, p. 12).

A posição do migrante no capitalismo tardio, portanto, é bastante diferente da posição ocupada no passado constituinte da modernidade/colonialidade, especialmente no que tange aos interesses que motivaram/motivam a mobilidade. Ser proveniente da Europa no período colonial equivalia a, necessariamente, ocupar posição privilegiada, ou ao menos, posição hegemônica. Nas colônias, o migrante era, ele próprio, o colonizador. Aos autóctones, subalternizados e subjugados (não pacificamente, é bom lembrar), restou a miscigenação compulsória e a hibridização. A migração, que nos dias atuais, assumiu o sentido inverso, não somente é o “reverso da moeda” como é também um processo social de caráter mais abrangente e profundo, tanto que as migrações não são apenas dos países pobres (antigas colônias) aos ricos (antigos colonizadores), mas de lugares (independentemente da escala) menos inseridos nos processos globalitários aos mais dinâmicos e conectados, vide as migrações rurais-urbanas atuais, quando o urbano, muitas vezes, é representado pelas pequenas e médias cidades. E ainda mais nítido quando consideramos que o fenômeno em análise ocorre no interior do Estado-nação, inter-regional. No caso do Brasil, há especificidades, até porque, como afirma Victor Leonardi (1996), o Brasil pratica um “colonialismo interno”.

Diante disso, a presença do migrante *per se* é fator de exposição e questionamento da condição colonial. No caso do Brasil, como espaço de tensões e enfrentamentos da lógica globalitária, a migração interna em toda a sua complexidade se coloca como um pleno exemplo do *modus operandi* do modelo vigente da globalização, em que os “braços” afluem para os locais de demanda de força de trabalho, sem que isso signifique necessariamente ganhos sociais e qualificação humana. O Nordeste e o nordestino, como

espacialidade e personalidade de uma de nossas mais significativas mobilidades internas, encarnam uma espécie de “diferença colonial” (Mignolo, 2003) interna, marcada por uma “racialização” da distribuição do trabalho e da renda (algo já apontado por Maldonado-Torres, 2008), em que a lógica econômica global se torna evidente na meso-escala regional da desigualdade cultural, que se desdobra na distribuição desigual do trabalho e da renda entre as regiões.

A lógica de distribuição do trabalho materializa um racismo diferenciado e muitas vezes sutil, visto que não envolve exclusivamente as cores da pele, mas aspectos do corpo que estigmatizam o migrante no Sudeste. Uma diferença inscrita no corpo que se confirma na fala, quando os sotaques típicos do Nordeste, distintos do restante das regiões brasileiras, são ouvidos e, em muitas vezes, são motivo, junto com as diferenças físicas, de definição social deste grupo, sempre um “lugar social” inferiorizado.

Esse “racismo”, pautado em outras diferenças físicas, que não apenas a cor da pele, por ser mais complexo, sequer é percebido como tal, mas seus resultados são tão nefastos e prolongados no tempo quanto o racismo pautado exclusivamente na cor da pele. Mbembe (2011, p. 22, tradução livre) afirma que a *raça* se constituiu na “sombra sempre presente sobre o pensamento e as práticas das políticas ocidentais, sobretudo quando se trata de imaginar a inumanidade dos povos estrangeiros e a dominação que se deve exercer sobre eles”. Portanto, não é estranho que, num contexto de “colonialismo interno”, a lógica ocidental aplicada aos estrangeiros seja aplicada também aos migrantes internos.

Algo que permeia o cotidiano migrante, seja numa condição de vida favorável (como os migrantes altamente especializados da chamada “fuga de cérebros”), seja vivendo precariamente, é o seu vínculo com seu lugar de origem, evidenciando a importância de seus espaços vividos. Entretanto, no caso dos migrantes, é im-

portante a ressalva, visto que esses laços são esteios subjetivos e marcos materiais e simbólicos que configuram redes com características essencialmente territoriais, isto é, com expressão espacial e jogos de relações de poder muito marcantes.

Quem experimenta uma condição de precariedade durante a migração tende a vislumbrar o retorno imediato com mais vigor do que aqueles que se encontram em condição econômica favorável (isto se evidenciará nas falas dos migrantes), mas não são apenas os aspectos econômicos que determinam o retorno, há outros elementos marcantes, como as discriminações enfrentadas, a violência cotidiana da grande metrópole, a saudade dos amigos e parentes. São aspectos impossíveis de mensuração, mas igualmente determinantes em muitos casos na decisão de retornar ou de permanecer.

Seja numa condição abastada ou numa condição precária, a realidade é que, ao migrante, ressaltam-se as “ilusões” (há que se enfatizar que, numa condição de vida precária, este *status* é muito mais evidente, senão uma regra), fruto deste amálgama de fatos e sentimentos, por vezes humilhantes e desumanizadores, pondo em questão, na mesma medida, a autoestima dos sujeitos migrantes. Isso evidencia o problema de ele diuturnamente se ver e ser visto como um estrangeiro, ou seja, aquele que não conhece e nem deve conhecer o lugar para onde migrou, um *outsider* (Elias *et al.*, 2000). Muitas vezes, é um ser desencaixado, que vive simulacros de uma realidade. As ilusões se evidenciam quando volta o olhar às trajetórias individuais, que, como veremos, permitem ultrapassar a inferência objetiva das análises quantitativas. As ilusões do migrante são fruto de seu imaginário, de suas ambições, mas também de sua realidade (muitas vezes dura) e suas decepções.

A permanente ausência num lugar e a presença indesejada ou incômoda em outro espaço (ainda carente de significações que o tornem um lugar) fazem do cotidiano do migrante logo que chega

um percurso com territorialidade restrita. Mas, mesmo sendo ela restrita e, muitas vezes, precária, é a territorialidade que marca sua existência enquanto indivíduo e lhe dá status de pertencer objetivamente a um lugar. Mormente lhe assegura a existência subjetiva, o equilíbrio emocional e psíquico, a sensação de segurança e de aceitação, é a territorialidade que constitui o lugar.

É na migração que, muitas vezes, os laços com o lugar de origem assumem contornos dramáticos, seja para assumir e reafirmar, ou mesmo negar e negligenciar a territorialidade de origem, ou ainda aspectos dela, como fica claro no relato abaixo:

“E como é que foi pra você chegar com esse sotaque aqui em São Paulo? O pessoal zoava?”, emenda o professor. “Percebiam, né?”. “Muito esforço pra perder?”, questiona (o professor de fonoaudiologia) Wajntraub. “Me esforcei, sim. Acho que, com a convivência com as pessoas, você vai perdendo um pouco. Quando volto lá de férias é que fica carregado”. “E qual a importância de perder o sotaque?”, inquire o anfitrião. “É importante até mesmo por conta do preconceito que tem, né? Porque atrapalha um pouco, mas também porque não é bonito (Diário de Pernambuco, 2013)⁵.”

“Não falar errado”, “ter um emprego”, “falar bonito”, “não sofrer preconceitos” são eufemismos que indicam o desejo de inserção, a tentativa de tornar o espaço de imigração em lugar. Como tantos outros migrantes, o sujeito em questão deixa subentendido o propósito de se reterritorializar de um modo “pleno”, mesmo que este seja um ideal longínquo, talvez até mesmo uma ilusão, mas que constitui, ainda que de modo fugidio, sua identidade.

5. Trecho extraído da reportagem “O sotaque na berlinda”: Diário de Pernambuco, 16/02/2013. Revista Aurora. Disponível em: <http://aurora.diariodepernambuco.com.br/2013/02/5973/>. Acesso em: 22 fev. 2013.

Este processo, que envolve a construção de uma territorialidade híbrida, em trânsito, que muitas vezes é conflitante e tensa, marca a permanência do migrante e sua decisão de retornar.

Retornar, todavia, envolve não somente uma decisão subjetiva *per se*, esta decisão é fruto da percepção de certo nível de escolha individual do migrante em torno de um território e, antes, de uma territorialidade, mediada pela sua condição estrutural, que tende a impulsioná-lo à decisão de migrar. Permanecer, esperar, dirigir-se a outro ponto ou retornar, seja qual for sua decisão ou a condição que a determine, o migrante, assim como qualquer sujeito, é constituído por sua espacialidade, que constrói um empoderamento do migrante (Rodrigues, 2010), ao passo que tal empoderamento ajuda a constituir dialeticamente tal espacialidade num complexo jogo de múltiplas determinações.

No caso do migrante retornado, a espacialidade constituinte de sua identidade, e que é de nosso interesse aqui, abarca a região Nordeste, não a Paraíba, ou o Cariri, ou o sertão (topônimos a que se relacionam identidades territoriais: paraibano, caririzeiro ou sertanejo), mas aquela que assume destaque na realidade dos paraibanos que migraram e que, por consequência, tornaram-se tributários da reconstrução da imagem e do discurso da região, ao se identificarem ou serem identificados como nordestinos.

Ao mesmo tempo, é forjado também pelas *visibilidades* e *dizibilidades* acerca da região (Albuquerque Júnior, 1999, 2007, 2008), negando-as ou reafirmando-as, independentemente se o retorno se processa ou não. A migração expõe o tensionamento entre a aceitação do novo e a reafirmação do antigo, o processamento entre sentidos de viver, ainda que aparentem similitude. A configuração dos espaços do migrante e do retornado aponta para esse processo de negação/aceitação, mostrando que o híbrido parece ser o padrão neste tenso emaranhado de construção identitária do migrante.

Esta análise possuiu, desde sua origem, uma inquietação que pode ser vista como um “pano de fundo” em evidência: a ideia de que os migrantes ultrapassam a categoria meramente de objetos de análise. A condição multiterritorial indelével de todo migrante impossibilita uma percepção unilateral, ou unidimensional, de suas experiências, ao passo que torna tais experiências imprescindíveis para uma compreensão ampliada das migrações e, principalmente, dos sujeitos deste processo. Estes sujeitos, em última instância, são aqueles que materializam o fenômeno na realidade e, portanto, os que devem ser privilegiados numa análise socioespacial.

A soma das histórias individuais, aliada à construção territorial e suas vivências nos lugares de origem e destino (agregue-se o lugar de retorno, no caso dos retornados), constitui a totalidade da experiência migratória, impossível de ser quantificada, mas cuja existência é absolutamente necessária na compreensão do atual fluxo populacional.

A distância geográfica, dadas as dimensões continentais do Brasil, fez da histórica migração de nordestinos para o Sudeste um trajeto marcado por mudanças significativas nos rumos de milhões de vidas, muitas delas positivas, outras tantas determinadas por tragédias pessoais e desenganos. Em grande parte das vezes (para não dizer na maioria), o trajeto entre um espaço e outro foi longo, enfadonho, desconfortável e pontuado de riscos de diversas naturezas, aspectos típicos das grandes diásporas. Fato é que o período de intensa migração ocasionada pelo chamado “milagre brasileiro” provocou levas de retirantes rumando às grandes metrópoles, em especial São Paulo e Rio de Janeiro, provocando muitas vezes o choque entre modos de vida marcados pela ruralidade com o dinamismo cosmopolita das metrópoles.

Dadas a especificidade cultural dos nordestinos, a questão econômica regional e a rede migratória constituída, os migrantes

reuniram-se (ou foram segregados) nas bordas da metrópole, nas periferias e favelas (Osório *et al.*, 1980; Singer, 1999). Em função da sua singularidade, as migrações do Nordeste para o Sudeste em relação a outros fluxos populacionais brasileiros caracterizam a típica mobilidade da força do trabalho apontada por Gaudemar (1977).

Em termos estritamente locacionais, escolhemos realizar uma pesquisa que contemplasse a alardeada⁶ mobilidade de retorno de nordestinos provenientes do Sudeste brasileiro (Baeninger, 2008; Ribeiro, 1999), identificada nos últimos censos demográficos. Como aponta Ojima (2012), o retorno é um processo que interfere e gera mudanças significativas não só entre os migrantes, mas em toda a sociedade que os recebe, interferindo na mudança ou consolidação de novos fluxos migratórios. E isto está ocorrendo em todo o Nordeste, especialmente na Paraíba.

Logo, nosso interesse se volta especificamente aos paraibanos que retornaram após um período em São Paulo. Por certo, é impossível, para o universo desta pesquisa, analisar de modo exaustivo todos os municípios de onde provêm e para onde retornam os migrantes no estado da Paraíba. No entanto, entendemos que, no caso do presente trabalho, ao envolver a reconstrução de identidades regionais, não é necessário um quadro amostral vasto, primeiramente, porque seria inviável para o escopo deste trabalho; em segundo lugar, porque importa é que o quadro tenha relevância significativa pelo seu conteúdo e qualidade, e não pela quantidade.

6. Na semana de 15 a 22 de maio de 2005, com um adicional em 15 de junho, o jornal *O Globo* publicou uma série de reportagens intitulada “Vida Severina”, que relatava a trajetória dos migrantes que saem do Nordeste (especialmente Paraíba e Ceará) em direção ao Rio de Janeiro. Embora trazendo importantes dados quantitativos e baseando as matérias em uma pesquisa de campo confiável, a reportagem mantinha a postura propalada pelo senso comum de que o retorno se dá sempre por conta do “insucesso” da migração.

Faz já algum tempo que o tema nos interessa (Romeu, 2010), inicialmente como resultado da história familiar que remonta à participação nas levas migratórias das décadas de 1950 e 1960, do Ceará para o Rio de Janeiro. Posteriormente, a complexidade do tema foi demandando interesses diversos. Para o projeto de tese, todavia, definimos que teríamos maior possibilidade de pesquisa e maior proveito se investigássemos o caso específico de paraibanos provenientes de São Paulo, visto ser o mais vultoso contingente de retornados, segundo dados do Censo 2010.

A experiência de pesquisa anterior tratara dos chamados “retornados” cearenses provenientes do Rio de Janeiro, o estado que, naquela ocasião, mais fornecia migrantes à metrópole. Entretanto, evidenciou-se a necessidade de replicação analítica em outras unidades da federação (UFs) nordestinas, com vistas a reafirmar as análises ali apresentadas. Esta pesquisa também identificou que, no Rio de Janeiro, o segundo contingente migratório mais expressivo era de paraibanos, despertando o interesse por estes sujeitos. Além disso, a sede da pesquisa se encontra em Campina Grande, Paraíba, o que torna a logística mais adequada à análise dos retornados paraibanos.

São Paulo, como lugar de destino, foi escolhido em função de o número significativamente maior de migrantes se dirigir para esta cidade e, por consequência, como dissemos acima, ser o estado demandante de maior volume de retornados paraibanos; além disso, sendo a maior metrópole do país, os migrantes afluem em busca de diversas realizações, que podem ser grosseiramente sintetizadas como a busca por uma melhor qualidade de vida. Sendo o fluxo ainda alto para todo o estado, é plausível e constatável que o retorno seja na mesma medida proporcional.

No que se refere ao lugar de origem, verificou-se um significativo retorno para o sertão paraibano, proporcionalmente menor que as cidades de maior expressão populacional, como João Pessoa,

Santa Rita e Campina Grande, mas nem, por isso, menos importante, visto que o imaginário sertanejo na metrópole, bem como a expressão geográfica deste imaginário visíveis nos seus geossímbolos, parecem se mostrar ricamente singulares. Esta singularidade, intuída primeiramente, foi constatada nos estudos de campo.

Como já foi expresso, os retornados paraibanos provenientes da região metropolitana de São Paulo, no fluxo mais tradicional, ou os que voltam do interior do estado, têm contribuído para a construção e o reforço das identidades regionais nordestinas, uma vez que as transterritorialidades (Goettert; Mondardo, 2009; Haesbaert, 2011) acionam múltiplas territorialidades nos lugares de retorno.

Partindo dessa premissa, este trabalho visa apontar a tensão presente na produção de transterritorialidades e o modo como os retornados manifestam suas multiterritorialidades, transformando espacialmente os lugares de retorno (reordenamento urbano e paisagístico, novas atividades comerciais, novos bairros e reconstrução subjetiva e sociocomunitária, numa escala mais ampla, além do reencaminhamento de suas trajetórias e sentidos de vida, numa escala mais micro) e as consequências destas transformações para a identificação do migrante como nordestino.

Retornam por inúmeros (e quase infinitos) motivos, de maneira que são inescrutáveis as causas todas que deflagram um retorno. Isto porque, antes de tudo, as motivações ganham matizes específicos segundo os contextos espaço-temporais. Entretanto, é possível descrever algumas condições no nosso tempo que propiciam o retorno, a partir da síntese de alguns aspectos, um deles é a condição que leva à emigração. Em grande parte das vezes, o retorno está diretamente vinculado à empreitada migratória. Por isso, focar no sujeito e nas experiências das trajetórias pareceu ser um recurso, ou melhor, um caminho metodológico mais ditoso.

Logo, a ênfase nas experiências compartilhadas e a confiança daqueles que nos proporcionaram fragmentos das suas memórias

no decorrer da pesquisa é o caminho que trilhamos neste livro. Todavia, para esse intento, foi necessário relacionar as experiências individuais com a análise estrutural de dados quantitativos⁷. Esta relação, tantas vezes evitada nos estudos acadêmicos, urge no presente momento epistemológico, no qual se buscam novos rumos para o conhecimento humano.

Em um estudo que considera a necessidade de inclusão dos sujeitos como produtores dos seus espaços, seja na mobilidade ou na imobilidade, é exigido que se ultrapassem os “cercados” epistemológicos das disciplinas acadêmicas. Embora esta pesquisa se dê no âmbito acadêmico da Geografia, lembramos que Ramadier *et al.* (2009, p. 80) afirmam ser importante considerar esforços conceituais mais amplos para estruturar um método de análise que considere os indivíduos no espaço. Este método, segundo os autores, deve envolver, entre outros, uma postura científica que invoque o esforço compartilhado de, pelo menos, três disciplinas cujos campos de estudo envolvam as relações dos indivíduos no espaço: a geografia, a sociologia e a psicologia. Ressalvamos que, no estudo apresentado aqui, o aporte da demografia é de importância ímpar, ao passo que, por força do enfoque escolhido, não foi buscada uma aproximação com a psicologia.

Análises de caráter dialógico, como a que procuramos empreender, podem ajudar a ultrapassar a esfera de um conhecimento meramente institucionalizado na direção de um conhecimento experienciado, cujos resultados não beneficiem apenas as instituições, mas também façam sentido para os sujeitos participantes dos processos (e afetados por eles), que são objetivados nas análises.

Nesta direção é que reiteramos a necessidade de reinterpretar o conceito de retornado ou, até mesmo, elaborar outros que sejam

7. Dados do IBGE foram processados e tabulados gentilmente pelo pesquisador Wilson Fusco, da Fundação Joaquim Nabuco. Além disso, a ele é devido grande parte das reflexões que serviram com sugestões à análise ora apresentada.

suficientes diante da complexidade do fenômeno do regresso ao lugar de origem. O caso do retorno de nordestinos provenientes do Sudeste brasileiro é emblemático no que tange à complexidade do processo. Há uma diversidade grande neste fluxo, não é apenas um ir e vir pautado por três situações espaço-temporais distintas e estáveis. Não é só isso.

Atualmente, o retorno é mais que uma inversão de sentido migratório, tradicionalmente visto como o coroamento da mobilidade. Há idas e vindas múltiplas. Há movimentos que se tornam uma ida incessante, passando por diversos lugares (as múltiplas etapas migratórias); há partidas com retornos imediatos; há partidas duradouras e retornos desejados que, ao se concretizarem, logo se transformam em novas migrações; há o reconhecimento de que a fixidez da situação inicial, muitas vezes, era “ideológica” ou construída com fins políticos – identidades forjadas –, uma vez que as histórias e os lugares de vida dos migrantes sempre foram carregadas de múltiplas territorialidades, entre inúmeras outras situações.

A diversidade de cenários de retorno faz com que surja grande diversidade de sujeitos que, aparentemente, partilham da mesma identidade migratória, mas que estabelecem territorialidades diferentes e, em alguns casos, até conflitantes, configurando geosímbolos diferenciados, antagônicos e enriquecedores das realidades espaciais onde estão inseridos. Neste processo, contribuem para a construção de novas formas espaciais e de sociabilidade nos locais para onde retornam, complexificando as relações sociais locais e os modos como se dão os processos rurais-urbanos, processos econômicos e políticos internos às cidades. Além disso, constituem espacialidades tais que contribuem para revisões das identidades regionais, ampliando ainda mais a pluralidade identitária nordestina, isto no que tange apenas ao caso dos paraibanos oriundos de São Paulo. Apresentar essa complexidade espacial foi um dos intentos maiores deste estudo, a partir da posição dos mi-

grantes retornados, e não perder de vista o olhar do sujeito que experienciou o processo, para nós, é fundamental.

Portanto, partimos do pressuposto de que há um retorno de nordestinos aos seus lugares de origem. Ao menos, há algum tempo esta informação vem sendo amplamente divulgada e reconhecida (no segundo capítulo, reservamos um momento específico que trata do reconhecimento do fluxo e suas consequências demográficas). Mas, aparentemente, reconhecer somente o processo não basta para identificar os sujeitos e suas antecipações metonímicas do espaço (Maciel, 2009b), enfim, suas *geosofias* (Wright, 1947 *apud* Maciel, 2004)⁸. Redimensionar o retorno segundo novas perspectivas, em nosso entendimento, é uma das *estações* do percurso escolhido para, em última instância, apresentar o modo como os retornados paraibanos provenientes de São Paulo contribuem para a (re)construção e o reforço, ou mesmo negação, das identidades regionais nordestinas, por meio do acionamento de suas multiterritorialidades nos lugares de retorno.

Mesmo compreendendo que se trata de uma realidade específica, cremos que as trajetórias migratórias observadas neste estudo de caso, bem como seus resultados, não se resumem apenas à realidade espacial estudada. Podemos até crer que o modo como se construíram os territórios e as territorialidades destes migrantes pode significar muito do que tem ocorrido no retorno e entre os retornados em diversas partes do Brasil. Para tanto, a pesquisa foi norteadada por alguns pressupostos que, mais que hipóteses, for-

8. O termo *geosofia* é mencionado por diversos autores relevantes da Geografia Cultural, como Meinig, Burgess, Buttimer e Berque (Maciel, 2004). “Lowenthal, inclusive, organizou e editou um compêndio em homenagem à Wright, em que apresentou um esboço teórico para a geosofia histórica. Trata-se de *Geographies of the mind: essays in historical geosophy in honor of John Kirtland Wright* [1975]” (Maciel, 2004, p. 47). Todavia, o sentido que desejamos dar ênfase é o mesmo de Tuan, quando, ao resgatar o termo, compreende-o como “o elo que as pessoas manifestam com as suas regiões de origem e a experiência geográfica dos meios populares” (Claval, 1999a, p. 53).

maram um conjunto de problemas motivadores. Questionamo-nos se os migrantes configuram espaços de alteridade em seus lugares de imigração que os posicionem como sujeitos de vivência de múltiplos territórios. Também presumimos que a territorialidade migrante, dada sua múltipla natureza, é promotora de certa reconfiguração nas paisagens e reordenamento territorial nos lugares de retorno.

Instamos que, na construção das respectivas ordens territoriais vigentes, os retornados não só agregam quantidade à população dos lugares de origem, mas, sobretudo, reconfiguram o imaginário social e as relações de poder, reestruturando e reinterpretando o espaço por meio de suas territorialidades. Com isso, as identidades dos migrantes nordestinos constituem, assim como sua região expressa por meio de geossímbolos, a diferenciação vivida na imigração, algumas vezes em situações de territorialização precária na metrópole, gerando linhas de fuga e estratégias identitárias, as quais produzem multi e/ou transterritorialidades. Eis aqui a tese proposta.

Para tal análise, problematizamos o sujeito em Geografia, apropriando-nos da importante observação que Augé (2013, p. 40-41) faz com relação aos antropólogos:

[...] Hoje, coloca-se para os antropólogos a questão de *saber como integrar à sua análise a subjetividade daqueles que eles observam*, isto é, no final das contas, considerado o estatuto renovado do indivíduo em nossas sociedades, saber como redefinir as condições da representatividade... Além do peso maior dado, hoje, à referência individual, ou, se preferirem, à individualização das referências, é aos fatos de singularidade que se deveria prestar atenção: singularidade dos objetos, singularidade dos grupos ou das pertinências, recomposição de lugares, singularidades de toda ordem, que constituem o contra-ponto pa-

radoxal dos processo de relacionamento, de aceleração e de deslocalização muito rapidamente reduzidas e resumidas, às vezes, por expressões como “homogeneização – ou mundialização – da cultura” (grifos nossos).

Compreendendo que a questão posta por Marc Augé pode (e deve) ser considerada pelos geógrafos, devido à nossa proximidade em termos de objetos, história, métodos e resultados, a pesquisa buscou elevar o sujeito migrante como principal referência em termos de espacialidade, não somente por causa da singularidade do objeto (razão mais preconizada pelos antropólogos), mas, sobretudo, porque o sujeito em Geografia não só produz, mas, em última análise, ele próprio, dada a materialidade do seu corpo e sua presença subjetiva, é espaço.

Fazer alusão ao objeto em geografia significa, dentre outras possibilidades, compreender o sujeito enredado nos mais variados fenômenos geográficos, passível a seus métodos, conceitos e campos temáticos, e não, propriamente, compreendê-lo somente como produtor do conhecimento geográfico. Esse edifício perpassa o reconhecimento do sujeito implicado no objeto geográfico tematizado, o que reabre a discussão de compreender tal fenômeno como um *modo de ser* do homem segundo uma *geograficidade*. Essa possibilidade ontológica supõe a empiricização do sujeito ou, se preferir, uma encarnação em corpo que lhe autorize *estar* como um modo específico de *ser*... (Lima, 2014, p. 14, grifos no original).

De posse das colocações acima, tomadas aqui como axiomas, os procedimentos utilizados se firmaram na expectativa de dialogar entre uma perspectiva mais focada no sujeito, associadas a uma abordagem qualitativa; e procedimentos quantitativos, com

a finalidade de constatar por aferição numérica os dados que indicam as localidades de presença significativa de retornados. Embora tais procedimentos, tomados como método exclusivo, tenham aqui uma crítica reservada, sua utilização com o propósito de conhecimento e visibilização dos sujeitos não só deve ser realizado como incentivado.

Foram levantados dados fornecidos pelos resultados dos Censos 2000 e 2010, realizados pelo IBGE, sobre os fluxos migratórios entre Paraíba e São Paulo e Nordeste, quantificando e analisando o fluxo de retorno, por meio de dados tabulados pela ferramenta SPSS, permitindo assim uma dimensão mais precisa do atual fluxo de retorno de migrantes para o estado.

Priorizou-se, entretanto, a realização de trabalhos de campo ocorridos entre 2013 e 2015, visando à identificação de um quadro amostral de retornados e o levantamento de trajetórias migratórias, de modo que a pluralidade de experiências fosse catalogada e, no que foi possível, fossem realizadas generalizações e inferências acerca da reterritorialização dos retornados; bem como à descrição, na medida do possível, de suas territorialidades a partir das entrevistas livres, privilegiando sempre a análise qualitativa com ênfase na percepção dos migrantes. Tal método é frequentemente implementado pela antropologia social e pela micro-história, vinculados a uma perspectiva etnográfica que mais recentemente vem sendo lembrada pela geografia. Neste sentido, diversos trabalhos foram de fundamental importância para a pesquisa, especialmente os de Cláudia Pedone (2000a, 2000b, 2002, 2007), uma vez que a referida autora utiliza o que considera “metodologias adequadas para construir uma perspectiva que permita analisar a formação, articulação e dinâmica dos projetos migratórios [...]” (Pedone, 2002, p. 224).

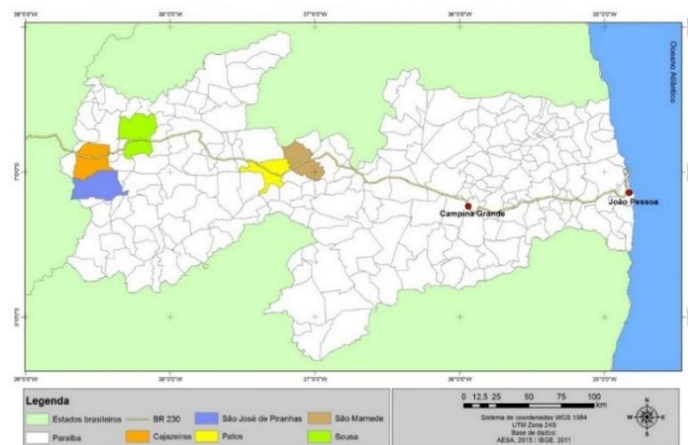
Devido às condições logísticas da pesquisa, centrei os esforços em municípios do sertão, especificamente nas cidades de Cajazei-

ras, Sousa e Patos, além das hinterlândias de duas: São José de Piranhas, vizinha a Cajazeiras; e São Mamede, nas imediações de Patos (Figura 1).

Partindo-se da premissa de que os paraibanos provenientes de localidades do estado de São Paulo contribuem para a construção e o reforço das identidades regionais nordestinas, acionando para isso suas multiterritorialidades nos lugares de retorno, a proposta de trabalho visa apontar o modo como estes retornados manifestam suas multiterritorialidades, transformando espacialmente os lugares de retorno (reordenamento urbano e paisagístico, novas atividades comerciais, novos bairros, etc.) e as consequências destas transformações para a identificação do migrante como nordestino. As localidades do estado de São Paulo se tornaram evidentes a partir das entrevistas. O mapa a seguir representa as localidades deste estado de onde os migrantes regressaram aos lugares de retorno na Paraíba.

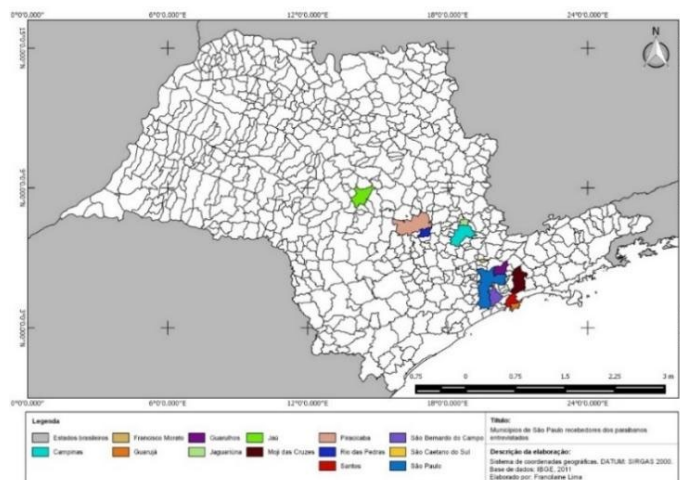
Para atingirmos os objetivos propostos, foi necessário por em evidência a categoria migrante de retorno, o que nos levou a questionar o que se convencionou chamar de retornado e, por conseguinte, os critérios prevaletentes para a quantificação destes sujeitos. Ainda assim, considerando a crítica, objetivou-se descrever as características socioeconômicas deste grupo de retornados, bem como as transformações geossimbólicas visíveis ou menos evidentes, provocadas diretamente ou influenciadas pelos retornados nos seus lugares de retorno. Também foi intuito identificar a base territorial que delimita e/ou regula a ação dos retornados, seja a que se realiza em benefício ou em detrimento destes sujeitos, seja como os territórios-rede e a configuração de uma rede regional nordestina capitaneada pelos migrantes. Finalmente, evidaram-se esforços para avaliar em que medida as identidades locais são mantenedoras ou questionadoras das lógicas regionalistas nordestinas.

Figura 1 - Paraíba – Municípios de Origem dos Retornados entrevistados⁹



Fonte: Romeu de Souza (2015, p. 34).

Figura 2 - São Paulo – Municípios receptores dos paraibanos entrevistados



Fonte: Romeu de Souza (2015, p. 35).

9. Agradecemos a Francilaine Nóbrega de Lima a prestatividade e a competência na produção e disponibilização das Figuras 1 e 2.

A parte inicial do trabalho tenta realizar um inventário da espacialidade migrante, passando pelo modo como este sujeito é produzido e como o lugar é a espacialidade privilegiada na construção de significados, subjetividades e conflitos. Neste processo, constituem-se os vínculos sociais capazes não só de estimular a migração, mas, principalmente, fomentar o desejo do retorno, e é deles o estabelecimento das redes e cadeias migratórias (Pedone, 2000, 2002, 2007), capazes de manter a migração e o migrante durante parte da estada, reproduzindo não só o fluxo migratório, mas construindo uma espacialidade tal que mantém a migração. A territorialidade, como parte de sua espacialidade, compõe e é composta pela identidade territorial do migrante, híbrido entre territorialidades, resultado de embates e trânsitos territoriais entre espacialidades rurais e urbanas, articuladas entre si e em permanente construção. Buscamos também delimitar as categorias-chave que relacionadas permitiram a análise.

A segunda etapa visa apresentar como se processa o retorno e como o retornado é forjado na migração. Através da apresentação de dados dos últimos censos populacionais, esperou-se problematizar o retorno sob o ponto de vista geográfico, isto é, à luz de sua espacialidade, considerando sempre a complexidade do que tem se configurado como retorno atualmente. A evidência do fluxo de retorno tende a se contrastar com as experiências locais dos retornados e suas cosmovisões, pondo em xeque as definições tradicionais e ressaltando novas formas de mobilidade, que não se restringem a dois espaços distantes separados por um “tempo longo”. A fluidez pós-moderna parece se mostrar também no quadro migratório atual.

A parte final reserva a apresentação do quadro eidético do retorno à Paraíba, isto é, na visão dos que retornaram e de acordo com nossa análise, como os retornados têm construído os lugares de retorno e como estes se vinculam aos lugares de imigração por meio da rede regional nordestina. Esperamos que esses intentos tenham sido atingidos.

A construção do lugar na formação do sujeito migrante

Las ciencias humanas y que están ligadas a los desafíos posestructuralistas. Por consiguiente, ha surgido un renovado interés por el sujeto individual, por el papel que se le ha de conceder en los análisis, en la explicación de los fenómenos estudiados e incluso en la prospectiva a establecer.

(Berdoulay, 2011, p. 95)

Nos dias atuais, é possível verificar uma grande difusão de ideias que valorizam as experiências socioespaciais coletivas que moldam e delimitam uma nova experiência de ser-e-estar no mundo. O distanciamento da ideia clássica de “sociedade” como uma perspectiva ordenada de tempo e espaço é, segundo Giddens (1991 *apud* Hall, 2003, p. 68), uma implicação da globalização, e tal processo tem sido pautado numa lógica reticular, de infinitas interações e promotora de conexões humanas múltiplas.

Por outro lado, tais experiências relegam mais e mais pessoas a um processo paulatino de isolamento e individualismo. Um paradoxo resultante de uma espécie de esquizofrenia do tempo presente (Harvey, 2003) que, obviamente, não deve ser enfatizada em seu sentido estritamente clínico, mas considerada como uma profusão de significados distintos e não relacionados entre si na esfera das linguagens de toda uma sociedade. Ou ainda, como diria Sábato

(1993, p. 20, grifos no original), vivemos a culminância da *desumanização da humanidade*, um paradoxo surgido no Renascimento “resultado de duas forças dinâmicas e amorais: o *dinheiro* e a *razão*”, emergindo, desde então, também sob a forma de profundos estranhamentos espaciais o que se reflete nas distintas formas de existência no/pelo (e na produção/apropriação do) espaço.

Identificar-se enquanto sujeito social a partir do modo como se produz e se apropria do espaço tem sido uma competência humana cada vez mais celebrada e oportuna, visto que o espaço tem assumido, como nunca, um papel definidor no cenário político, social, econômico, porque, acima de tudo, é dimensão *sine qua non* do cotidiano de todas as pessoas. Começa a ser percebido o destacado papel do espaço na vida cotidiana ordinária, e isso tem suscitado questionamentos de ordem existencial. Questões de caráter mais filosófico, antes restritas aos círculos acadêmicos, parecem agora tomar as discussões do senso comum. Será que o significado humano de se tornar sujeito social pode tornar real o sonho há muito concebido da emancipação humana? O *Ser* emancipado promove uma construção espacial capaz de unir positivamente a(s) sociedade(s) em torno de uma coletividade e de projetos humanos comuns? Subjacentes a estas questões estão, entre outras, o direito à livre mobilidade, à liberdade de trânsito territorial, seria isso um dia possível? Questões como essas, que sempre estiveram no cerne dos projetos das sociedades modernas, agora parecem encontrar um “eco” social que permite “reverberá-las”.

Nesse sentido, a construção espacial que pode unir positivamente uma sociedade parece ser a do lugar. Não somente porque o lugar é o espaço de “distância nula”, ou o lugar do vivido, mas, sobretudo, porque o lugar é base do ser-no-mundo (Relph, 1976 *apud* Gallo, 2011), nele as emoções, a memória, a imaginação e as intenções dos sujeitos encontram a materialidade do mundo e constituem os sujeitos. Edward Relph (2012, p. 29), citando Malpas,

evoca o lugar como particularidade e conectividade, com as quais experienciamos o mundo, às vezes de maneira rica, às vezes empobrecida, todavia, sendo sempre uma “inescapável parte do ser”.

O migrante, enquanto sujeito constituinte dos lugares e constituído através dos lugares, é implicado pelo seu poder de decisão, que lhe dá alguma condição de escolha, ao invés de ser apenas o resultado de processos macroestruturais da acumulação capitalista (voltaremos a este ponto mais adiante). De tal forma, sua condição não o anula como ser, ao mesmo tempo em que o lugar também se constrói com sua presença e ação. Ser e lugar existem num processo de coconstituição, operada em um ciclo de construção-reconstrução, o ciclo lugar/eu (Casey, 2001 *apud* Gallo, 2011, p. 54). O ser está em constante devir. Logo, o tornar-se sujeito é mediado pelo lugar em constante movimento.

Tomamos por premissa a constituição dos sujeitos e dos lugares para se chegar a um entendimento da noção de migrante e de sua produção espacial, considerando, assim, um dos muitos sentidos do termo “modernidade”. Isto porque nele ancoram-se as noções de sujeito e lugar, basilares nesta reflexão. A concepção de Bruno Latour (1994) reside na ideia de que modernidade:

[...] possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas. Ainda assim, todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Além disso, a palavra encontra-se sempre colocada em meio a uma polêmica, em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos. “Moderno”, portanto, é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem

regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos. Se hoje há tantos contemporâneos que hesitam em empregar este adjetivo, se o qualificamos através de preposições, é porque nos sentimos menos seguros ao manter esta dupla assimetria [...] Nas inúmeras discussões entre os Antigos e os Modernos, ambos têm hoje igual número de vitórias, e nada mais nos permite dizer se as revoluções dão cabo dos antigos regimes ou as aperfeiçoam (p. 15).

Está no fundamento da modernidade a dicotomia entre o tradicional e o novo, entre ser ultrapassado e anacrônico (pré-moderno, não moderno), ou progressista e desenvolvido (moderno). Tal dicotomia ora se mostra maniqueísta, ora se apresenta paradoxal, isto porque, como disse Latour, nunca se sabe se as grandes mudanças (se é que ainda existem) encerram ou tornam mais eficazes processos em voga. Entretanto, neste tempo, é permanente a pulsão por substituir o “antigo” pelo “novo”, levando-nos a atestar a condição apontada por Marx e Engels de que “tudo que é sólido se desmancha no ar”. Tudo se liquefaz em breve tempo. No entanto, na modernidade, não necessariamente os modernos são “os ganhadores” (nem sequer se pode dizer que haja ganhador) e não necessariamente tudo se renova. Os migrantes são exemplos do que se poderia chamar de “tradicional”, como “representantes” de lugares considerados inferiores, subdesenvolvidos. Sua insistente e (cada vez mais) necessária presença nos lugares centrais mostra o quanto dos espaços modernos é constituído pelo que se considera ultrapassado.

No que se refere à associação da modernidade com o “novo”, a historiografia prova que algumas discussões antigas, inclusive conceituais, como as que envolvem o liberalismo, a luta de classes, a acumulação e a riqueza, apontam o quanto do passado a modernidade guarda, não como elemento imutável, essencial, mas como

aspectos permanentemente trazidos à baila e partícipes das transformações conceituais. A própria noção de sujeito mostra isso.

Hall (2003) argumenta que o sujeito, enquanto categoria, pode ser identificado de três formas, as quais nomeou como: o sujeito do “Iluminismo”, o sujeito “sociológico” e o sujeito “pós-moderno”. É na construção do sujeito do Iluminismo, dado no *cogito, ergo sum*, de Descartes, que se pode admitir o surgimento do sujeito moderno.

A liquefação da modernidade se fez notar nas últimas décadas. A corrosão dos laços sociais profundos, a flexibilidade contínua a que é submetida o sujeito em todas as dimensões da sua vida, iniciando no trabalho e se estendendo ao caráter (Sennett, 2007) são um indicador da fluidez existencial pela qual passamos, fruto, entre outros motivos, do movimento surpreendentemente veloz que tem dissolvido, fluidificado ou simplesmente modificado os pilares modernos, como o Estado, o capitalismo, a ciência e o próprio sujeito.

Parece que os valores que assentavam a modernidade em tradições ocidentais, e que ainda são observados na sociedade moderna, começaram a ser sepultados, ou melhor, desmancharam-se como profetizaram, em seu *Manifesto Comunista*, Marx e Engels. Tal momento nos remete a um terreno onde se enxerga muito pouco, com uma nova sociedade que vê, na fluidez de valores, de instituições, de sentimentos e na velocidade da dissolução das antigas formas de se conceber o tempo e o espaço, seu contexto fundante, talvez sua cosmovisão. O que pode ser visto como uma posição privilegiada ou desconfortável, a depender do modo como as questões que tem no espaço seu viés determinante serão encaradas.

As questões que se referem ao modo como o ser humano encara o outro, o diferente, podem nos ajudar a pensar numa “nova cultura” em formação, uma cultura mais especializada, mas não necessariamente preocupada com as questões espaciais. Bauman, refletindo sobre esta “fluidificação” da modernidade, argumenta que:

É difícil conceber uma cultura indiferente à eternidade e que evita a durabilidade. Também é difícil conceber a moralidade indiferente às consequências das ações humanas e que evita a responsabilidade pelos efeitos que essas ações podem ter sobre outros [...] E os homens e mulheres do presente se distinguem de seus pais vivendo um presente “que quer esquecer o passado e não parece mais acreditar no futuro”. Mas a memória do passado e a confiança no futuro foram até aqui os dois pilares em que se apoiavam as pontes culturais e morais entre a transitoriedade e da durabilidade, a mortalidade humana e a imortalidade das realizações humanas, e também entre assumir a responsabilidade e viver o momento (Bauman, 2000, p. 149).

Esta nova sociedade, produtora e produto desta nova “cultura”, é uma incógnita no que tange às formas e leituras dos modos como os sujeitos produzem e se apropriam do seu espaço. E entre estes inúmeros sujeitos estão os migrantes, os que se encontram na mobilidade no mundo.

Os migrantes experimentam o espaço de maneira diferenciada. É bem verdade que, após a constatação da *topofilia* (Tuan, 2012), nunca mais foi possível afirmar que haja uma maneira padronizada de se experimentar o espaço, cada um o experimenta de maneira singular, de modo que a experiência migratória se constitui também uma forma singular de experimentá-lo. Se isso é verdade (o que, aliás, entende-se aqui que seja), corre-se o risco de se enveredar por um silogismo: se toda experiência espacial é singular, então não há nada de especial em qualquer experiência espacial.

Entretanto, há aspectos na experiência espacial migrante que se difere singularmente da maioria das experiências vivenciadas por quem está “fixado”. Isto porque a “fixação” remete à construção de uma relação com um espaço próximo de uma percepção

sempiterna. Além disso, por mais que valorizemos a singularidade das experiências individuais, há que se reconhecer que muitas situações, impressões e modos de ver o espaço são compartilhados, tomando parte de consensos ou contribuindo para a coesão identitária de certos grupos, mesmo que de forma parcial.

O sujeito na condição de migrante percebe o espaço pelo seu aspecto mais fluido, isto porque, atualmente, tem sido realçada a impressão de que o espaço está fortemente vinculado à velocidade e à fluidez, mormente o caso dos migrantes definidos prioritariamente pelo movimento que realizam, como alguém que, pelo vidro do carro ou do trem, observa a paisagem sem se deter amiúde em algo.

Até pouco tempo atrás, no mundo pautado por homens de tempos lentos, este aspecto fluido do espaço praticamente inexistia, mas atualmente, a lógica fluida da vida parece perpassar todas as dimensões, momentos e lugares. Os migrantes não escapam a esta lógica. Cabe, no entanto, ressaltar que os migrantes, embora imersos nesta fluidez, lançam raízes que os fixam paradoxalmente no mundo da imensa velocidade, tornando-os em certo sentido, homens de tempos lentos (Santos, 2002) num mundo veloz e fluido, o que nos obriga a relativizar a velocidade na qual estão supostamente imersos. Viver os efeitos da capitalização da vida não significa estar exclusivamente a serviço do capital; e na mobilidade, é possível observar esta diferença. Há, por exemplo, uma sensível diferença entre os imigrantes e os turistas, mesmo considerando que ambos estão guiados pelos movimentos do capital. Marc Augé (2010) aponta um contraste surpreendente e trágico da nossa época:

[...] os turistas partem voluntariamente aos países de onde os emigrantes saem às vezes em risco de vida. Esses dois movimentos de sentido contrário são um dos símbolos possíveis da globalização liberal que, sabemos, não facilita igualmente todas as formas de circulação (p. 73).

Os migrantes, nos seus lugares de destino, tendem a descobrir as *linhas de fuga*, as *frestas*, os *entre-tempos* e *entre-lugares* (Babha, 2003), de modo que a lógica da velocidade e da fluidez tende a reduzir seus efeitos à medida que estes sujeitos vão se colocando na sociedade de chegada, construindo novas territorialidades.

A experiência migratória promove uma singular relação entre indivíduo e espaço. Segundo Mbembe (2013, p. 61), é a partir da construção do status de “passantes” que se assume, em última instância, “a condição de nossa humanidade a partir da qual criamos cultura”. Para o passante, há uma ética: as marcas deixadas pelos lugares por onde passou promovem o *status* de não pertencimento a nenhum lugar, ou pertencer a muitos. “Passante”, para o autor, é um termo muito amplo, que abarca algumas concepções, entre as quais, a ideia de “uma figura de outra parte, que se torna passante exatamente porque está de passagem, vinda de outro lugar e a caminho de outros horizontes” (Mbembe, 2013, p. 61). No caso dos migrantes, essa ideia aponta para a negação do lugar de origem e não aceitação do lugar de imigração, uma contradição que aponta para um permanente desejo por retorno, não tanto ao lugar de retorno, mas, antes de tudo, ao lugar de origem, que já não existe mais, a não ser nas memórias do migrante. A isso, Sayad (2000) chama de “as ilusões do migrante”, ou “geografia imaginativa”. Mas a ética do passante pode apontar também para outro aspecto cada vez mais ressaltado e de grande respaldo nos cotidianos migrantes, o hibridismo caracterizado pela multiterritorialidade comum em grupos que estão em movimento.

A migração é um tema tão marcado pelo caráter espacial que parece nos remeter necessariamente à Geografia, enquanto campo de estudos que assumiu, como seu “cercado” de análises, o espaço. Todavia, de um modo geral, parece que a própria Geografia se põe à parte dos avanços acadêmicos neste campo de análise. De tal forma, o renomado trabalho de Brettell & Hollifield (2000) propôs

um diálogo entre as diversas disciplinas que vêm colaborando com uma “teoria migratória”. Na sua primeira edição, deixou de lado a abordagem geográfica do tema, tamanho é o descaso desta disciplina com o tema, como se vê no quadro a seguir.

Autores como King (2012) não se furtaram à justa e veemente crítica, e este mesmo que aqui escreve, alhures (Romeu de Souza, 2006, p. 24), teceu uma proposta de complemento ao Quadro 1, a seguir.

Geografia	Como o movimento e a territorialização dos migrantes transformam o espaço?	Micro, médio e macro/ dependente da escala de análise	Racionalista ou estruturalista, influenciados respectivamente pelas ciências exatas e sociais.	Os movimentos populacionais são elementos transformadores do espaço.
------------------	--	---	--	--

Entretanto, uma avaliação mais aprofundada dos estudos geográficos como um todo parece realmente apontar uma ausência desta discussão na Geografia. Ao menos nos livros didáticos de Geografia, os migrantes enquanto sujeitos dificilmente são percebidos, um resultado direto da elaboração da população como resultado de uma construção burguesa de ciência e sociedade, termos incluídos no que Ruy Moreira (2009) chama de “Homem Estatístico”. Portanto, parece-nos importante realizar, como diria Foucault, uma “arqueologia” do afastamento da Geografia da noção de migrante e dos diversos sujeitos, considerando, vale lembrar, que tal afastamento é mais uma das idiossincrasias que marcaram e ainda marcam todas as historiografias da Geografia.

As imagens e descrições que se produziu do mundo a partir dos estudos geográficos parecem ter acabado por provocar uma espécie de *narcisismo* acadêmico, levando ao esquecimento ou ao mascaramento do sentido da produção dessas imagens e descrições. Nilson C. Barros (2006) nos mostra que os conceitos de paisagem e

região têm na Geografia uma histórica imbricação de sentidos, fruto de certo subjetivismo, oriundo do cerceamento que o positivismo promoveu nas subjetividades das quais a Geografia era fruto.

O conceito de Paisagem na Geografia é quase coincidente com o conceito de Região, e frequentemente são mesmo usados como termos sinônimos na linguagem geográfica. A Paisagem envolve o senso do lugar, o senso das interfluências entre os elementos materiais ou imateriais, que a compõem, tal qual a Região. O conceito de Paisagem contém a ideia da extensão e a ideia genética, histórica ou dinâmica (ontologia) daquilo que é observado, tal qual a Região. Paisagem também sugere, à semelhança da Região, que na sua própria concepção (dimensão subjetiva) atuam vivamente as influências culturais e contextuais de quem representa envolto no seu sítio de representação. O conceito de Paisagem é também, assim como o de Região, capaz de denominar tipos de área de pretensão genérica, tais como Paisagens ou Regiões de Plantações [...] (Barros, 2006, p. 23-24).

Quadro 1 - Teorias migratórias através das disciplinas

DISCIPLINAS	PROBLEMA(S) DE PESQUISA	NÍVEIS/UNIDADES DE ANÁLISE	TEORIAS DOMINANTES	HIPÓTESE EXPERIMENTADA
Antropologia	Como os efeitos culturais das migrações afetam e transformam a identidade étnica?	Muito micro / indivíduos, famílias, grupos	Relacional ou estruturalista e transnacional	Redes sociais ajudam a manter a diferença cultural.
Demografia	Como a migração afeta as mudanças populacionais?	Mais macro / populações	Racionalista (muito influenciado pela economia)	A imigração aumenta a taxa de natalidade.

DISCIPLINAS	PROBLEMA(S) DE PESQUISA	NÍVEIS/UNIDADES DE ANÁLISE	TEORIAS DOMINANTES	HIPÓTESE EXPERIMENTADA
Economia	O que explica o estímulo às migrações e quais são seus efeitos?	Mais micro/ indivíduos	Racionalista: custo-benefício e atração-repulsão	A inserção depende do capital humano dos imigrantes.
História	Como entendemos a experiência do migrante?	Mais micro/ indivíduos e grupos	Teorias de fuga e método hipotético	Não aplicável
Direito	Como as leis influenciam as migrações?	Macro e micro/ sistema legal e político	Institucionalista e racionalista (influenciado por todas as ciências sociais)	A criação de leis e direitos incentiva a fixação de migrantes.
Ciência política	Por que os estados têm dificuldade de controlar as migrações?	Mais macro/ política e sistemas internacionais	Institucionalista e racionalista	Os estados são frequentemente reféns de interesses a favor de imigrantes.
Sociologia	Como se explica a inserção do imigrante?	Mais macro/ grupos étnicos e classe social	Estruturalista e/ ou funcionalista	A inserção do imigrante é dependente do capital social.

Fonte: Brettell e Holifield (2000, p. 3, tradução livre)

Mesmo sendo este mais um exemplo, entre muitos, de confusão conceitual na Geografia, é possível perceber alguns aspectos que evidenciam a subjetividade dos sujeitos (com o perdão da necessária obviedade), visíveis geograficamente, neste caso, na paisagem e manifestos na região, que foram obscurecidos pela necessidade de fragmentar a experiência humana espacial naquilo que o pragmatismo vigente permitia ver. A paisagem aparece sem homens, reificando a região. Por isso, o modernismo nas artes, seja na pintura ou na literatura, contribuiu de modo marcante para a construção da Geografia (cada vez menos) Humana. Esta se tornou então a ciência dos lugares, das paisagens; ou, simplesmente, transformou-se na clássica Geografia Regional, tamanha é a importância deste “sujeito” para a região.

O agir geográfico passou necessariamente à busca da particularidade das regiões, transformando a recém-fundada ciência num estudo dos lugares e suas paisagens, não dos homens enquanto sujeitos produtores daquelas espacialidades. Até as grandes questões da Geografia nunca passaram pela busca do “indivíduo”, se não como produtor, ao menos como resultante da diversidade terrestre. Mesmo em Vidal de la Blache, sobre como seria injusto não mencionar sua consideração em torno da presença humana na construção das paisagens, a questão do sujeito nunca foi um problema efetivo.

Um dos (ainda hoje) grandes problemas da Geografia é a dicotomia Geografia Geral/Regional. E no que tange à opinião de Vidal, a Terra é um todo, com partes coordenadas, onde “cada área age imediatamente sobre sua vizinha e é influenciada por ela” (Vidal De La Blache, 2012, p. 48). A Terra é, portanto, o objeto; e, como tal, os homens são coadjuvantes nos seus processos. Tanto é que, neste importante texto, originalmente de 1896, o autor envereda pela discussão da variedade e das relações entre os fenômenos terrestres e, por conta disso, da necessidade de ligação entre as especialidades diversas que ajudam a explicar os fenômenos terrestres.

A Geografia, portanto, *escolheu* invisibilizar os sujeitos de carne e osso de suas observações. Daí a dificuldade, até hoje, em incluir seus estudos no escopo da teoria social, também deriva daí nossa dificuldade em tratar de grupos sociais para além de um viés culturalista. Também não é para menos: a Geografia tornou-se, desde sua origem como ciência, um instrumento do Estado, mergulhada na lógica científica iluminista, arrogando-se, a si mesma, a tarefa de descobrir e decifrar as diversas grafias terrestres, vendo a Terra, prioritariamente, segundo uma perspectiva mecanicista de mundo que desnaturalizou a natureza.

Sua gênese positivista abortou da Geografia a necessidade de construção de uma noção de ser humano, não a partir de sua inte-

gralidade, com vistas a construir a ideia de “homem geográfico”, mas priorizando aspectos mensuráveis e passíveis de nivelamento. É desta fragmentação/colagem, instituiu-se o chamado “Homem Estatístico”, uma derivação do “homem quantitativo” da economia clássica. Moreira (2009) mostra que a cisão homem/natureza estava já nos primórdios da sociedade moderna/colonial.

A visão masculina eurocentrada de “o homem” transformou-se no princípio geral do humano. Logo, as representações e interpretações acerca do real passaram a ser marcadas por relações de poder. Por isso, a leitura ocidental, eurocêntrica, dos sujeitos de carne e osso é prioritariamente masculinizada e, desde Descartes, mas principalmente em Galileu, “o homem” passou a ser isolado da natureza, uma vez que destinava à ciência as coisas físicas, a natureza, enquanto fenômenos mensuráveis e descortináveis pela linguagem matemática. O “homem”, por seu turno, transformado como o princípio geral da experiência múltipla de “ser-no-mundo”, foi reservado à esfera da metafísica, responsabilidade da religião.

Esta cisão fundante está na raiz do que viria a se descortinar no espaço fabril das cidades modernas do século XIX e na figura do “homem” como fator de produção. Dá origem também, por sua vez, ao mercado de consumo e à população, a qual, no mesmo instante, se torna um “ser-em-si” universal, vista sob o prisma do consumo, não ultrapassa o nível da necessidade entre oferta de recurso e demanda por produtos. Eis aí o surgimento da noção de “Homem Estatístico”, que fundamenta a geografia da população.

É daí também a dificuldade em enxergar o ser humano para além de um participante do espaço, e não produtor dele. E o espaço, então reificado, passou a ser mapeado e descrito, posteriormente, analisado e planejado, deixando-se de lado a explicação dos motivos que fazem os seres humanos viverem o espaço de modo diferenciado. Nesta concepção, o lugar nada mais é que o espaço da vida ordinária, da economia da subsistência, das massas, algo

que não requer maior destaque, um reducionismo que tem custado caro às novas gerações de geógrafos.

Mas só uma visão predominantemente objetiva do mundo poderia permitir tal presunção. Algo que levou, inclusive, a projeção da autodestruição. Nas palavras de Sábato (1993, p. 55), “o homem é o primeiro animal que criou seu próprio meio. Mas – ironicamente – é o primeiro animal que dessa forma está se destruindo a si próprio”. Todavia é, justamente, esta perspectiva ofuscada da realidade da Terra que permitiu a ascensão dos sujeitos e da subjetividade como elementos a serem também considerados na análise.

Uma tal objetivação do mundo após o Renascimento e, sobretudo, após Descartes permitiu que o homem assumisse plenamente sua subjetividade, no sentido de que aceitou como fundamental a verdade da certeza interior do seu eu: diversamente do homem antigo, para quem o mundo se desvela por si mesmo, que vive, por assim dizer, sob o olhar das coisas circundantes e se vê, nessas “aparições” determinado como destino; diversamente do homem medieval, que submete seu pensamento à autoridade de uma verdade revelada, transmitida pela doutrina cristã, o homem dos tempos modernos acredita e se vê como mestre soberano da verdade: não admite outra garantia que não seja a que ele mesmo possa dar, sendo nessa liberdade, baseado todo o fundamento e toda a razão. Ele se lança sobre tudo que existe, armado com suas medições e cálculos, colocando todas as coisas à sua frente, na obediência e em serviço de sua causa [...] Uma visão puramente científica do mundo pode muito bem designar, como nos fala Paul Ricœur, uma tentação de abdicar, “uma vertigem da objetividade”, um “refúgio quando estou cansado de querer, e a audácia e o perigo de ser livre pesam [...] No momento em que se propaga

por todo lado essa raça de homens que reduzem o espaço a um objeto, a Terra em matéria-prima ou em fonte de energia industrial, que dispõe de tudo e mesmo da vida humana soberanamente, é necessário admitir que essa energia secreta, que erige o homem de hoje sobre sua própria liberdade, não difere essencialmente de uma vontade de potência, segura de toda força de seu poder-ser, e muito *permeável à paixão* (Dardel, 2011, p. 92-93, grifo nosso).

Na soberba cientificista, ocorre a lacuna que permitirá que “o homem” se encontre com seu “eu”. É na negação da sua condição de natureza, na sua transformação em engrenagens do maquinário industrial que a humanidade se abre para se descobrir enquanto parte da natureza; e não só como criadora e transformadora do espaço, mas sendo, ela própria, espaço: como sujeito *permeável à paixão*. É a partir disso que se torna possível a crítica ao modo tradicional (marcado pelo gesto positivista) de produzir reflexão geográfica. Mesmo considerando trabalhos de vanguarda como os de Réclus e, mais recentemente, Dardel, é mais contemporaneamente que a crítica tem trazido à tona o questionamento acerca do significado humano no mundo e no cosmos, bem como sua expressão na paisagem.

[...] Ao problema fundamental da geografia de ontem: “Por que os lugares diferem?”, acrescentam-se outros: “Por que os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira, não recortam o real segundo as mesmas perspectivas e em função dos mesmos critérios, não descobrem nele as mesmas vantagens e os mesmos riscos, não associam a ele os mesmos sonhos e as mesmas aspirações, não investem nele os mesmos sentimentos e a mesma afetividade?”

Essa enumeração destaca o extraordinário enriquecimento da visão geográfica quando se passa da perspectiva material que dominava desde o fim do século XIX àquela que se desenvolve há trinta anos. Em vez de se contentar com a tipologia das paisagens e com o inventário das combinações produtivas (gêneros de vida ou modos de produção) que se permitem explorar o ambiente, trabalha-se com a dialética das relações sociais no espaço, com sua ligação ao meio ambiente e ao papel complexo das paisagens, ao mesmo tempo suportes e matrizes das culturas (Claval, 2001, p. 40-41).

É possível notar que, há algum tempo, a Geografia brasileira, apesar de importantes esforços, ainda vem esbarrando veladamente na dificuldade de incorporar os discursos e as práticas dos sujeitos na produção acadêmica. Conquanto os fenômenos envolvendo migrantes se mostrem prenhos de questões geográficas, os migrantes, como dissemos, são sistematicamente postos de lado pelos geógrafos ou são simplesmente abordados de modo superficial ou pouco teórico, via de regra, como estudos de caso ou como o item dos “fluxos populacionais” no campo de estudos da Geografia da População. É difícil aceitar o fato de que estes indivíduos acabaram ficando à margem do pensamento geográfico, uma vez que sua condição é, inexoravelmente, socioespacial.

Enquanto sujeito, o migrante se acha numa condição que impacta duplamente a sua espacialidade. Por um lado, como poucos sujeitos contemporâneos, está à mercê da distância, um dos fundamentos mais elementares do espaço. Distância e modo de superação dela determinam muito a mobilidade migratória. Muitas vezes, ela é percalço, outras tantas é abrigo e segurança. Mas evidencia-se o papel marcante desta dimensão da espacialidade nas vidas/histórias migrantes. Deve-se ressaltar ainda que, para os

migrantes que estão em condições de inclusão precária nas sociedades de imigração, a distância quase sempre é um fator negativo: residências em periferias, subúrbios ou em áreas desvalorizadas dos centros, menor acesso aos equipamentos urbanos qualificados e utilização de meios de transporte menos ágeis e mais precários. Por outro lado, é o migrante que hibridiza territorialidades, criando novas e/ou acionando, em benefício próprio ou de sua rede social, aspectos das territorialidades experienciadas por ele.

É preciso compreender que uma geografia que considere o migrante implica a construção de uma Geografia Migrante, isto é, o conhecimento e o reconhecimento de que muitos dos processos históricos, inclusive os que ainda estão em curso, têm nos migrantes seus principais agentes; e que, sem exceção, toda a apropriação do espaço, antecedida pela sua produção cultural foi, em sua mais pretérita regressão, resultado de uma migração. Já há produções que apontam nesta direção.

Trabalhos como os de Goetttert e Mondardo (2009) mostram que a História e a Geografia brasileira foram construídas por migrantes em seus processos de “transterritorialidades”. Ramadier *et al.* (2009), por sua vez, questionam se há uma relação entre a mobilidade e a identidade, e afirmam que entre estes que se movem estão os migrantes. Estes são apenas dois exemplos de trabalhos que apontam na direção da necessidade de se pensar para além do que a Geografia tem produzido em torno do conhecimento dos sujeitos que produzem o espaço, em especial, os migrantes. Como apontam Campos, França Filho e Fernandes (2011), há a necessidade de:

Compreender o movimento e a transformação de indivíduo para pessoa e sujeito da ação, de acordo com dois conceitos analíticos do espaço geográfico: lugar e território. Em outras palavras, por meio dessas duas categorias da geografia,

podemos pensar que não nascemos nem pessoa, nem sujeito. Tornamo-nos pessoa e, no desenvolvimento de nossas histórias individuais e coletivas, tornamo-nos sujeitos (Campos; França Filho; Fernandes, 2011, p. 137).

Neste sentido, vale acatar a proposta dos autores quanto aos elementos que são, por assim dizer, essenciais quando se considera a perspectiva do migrante enquanto sujeito: o lugar e o território. Digo “essenciais” porque tal como o migrante, o território enquanto categoria possui elementos *sine qua non*, mas nem por isso imutáveis, visto que à categoria migrante, percebido como a edificação de um sujeito total, não convém homogeneização do que lhe compõe. De modo análogo, para se compreender o retornado, é elemento inexorável a ele o lugar de retorno. Logo, enquanto totalidade, o retornado é a conjugação de indivíduo com seu(s) grupo(s) e seu(s) espaço(s), numa construção que nos remete à categoria lugar, já que os vínculos constroem vivências espaciais singulares a partir da elaboração de territorialidades, ao mesmo tempo em que tais construtos erigem concomitantemente o sujeito retornado. Parafraseando os autores supracitados, se nosso interesse é descobrir os retornados como sujeitos da história, precisamos vê-los em movimento com os outros sujeitos que produzem o espaço, pois é nesta relação que ocorrerá a passagem do “ser-em-si” para o “ser-para-si”, isto é, de uma condição em que não há escolhas para uma em que há (Campos; França Filho; Fernandes, 2011, p. 141).

O lugar e o território migrante

é na recusa e negação ou aceitação e afirmação de uma territorialidade que reside a noção de identidade: um importante elemento que deve ser encarado na análise geográfica da ques-

tão migratória. Ken Plummer (1996, p. 369), ao escrever o verbebo “identidade” no *Dicionário Social do Pensamento do Século XX*, aponta que essa palavra tem uma longa história filosófica, que se refere “a permanência em meio à mudança e a unidade em meio à diversidade”. Segundo o autor, identidade deriva do latim *idem*, o que implica igualdade e continuidade. Dessa forma, a ideia do *espelho* aparece como metáfora em muitas das análises que abordam a temática.

Em 1884, Machado de Assis escreveu o conto “O Espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana”. Neste conto, Machado de Assis aponta que o ser humano pode possuir duas ou mais almas. A primeira é a *alma interior*, isto é, o espírito propriamente dito. E a segunda é a *alma exterior*, ou seja, aquilo que nós damos tanta importância que, se perdermos, parte ou a totalidade de nossa vida perde o sentido e morremos para o mundo. São as palavras de Machado Assis abaixo:

Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro [...] A alma exterior pode ser um espírito, um fluido, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação [uma casa, o lugar de origem [...] Está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida, como a primeira; as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência; e casos há, não raros, em que a perda da alma exterior implica a da existência inteira. [...] Agora, é preciso saber que a alma exterior não é sempre a mesma [...] – Não, senhor; muda de natureza e de estado (Assis, 1997 [1884], p. 22)¹⁰.

10. Pinto (2011) explorou a ideia do *espelho machadiano* no entendimento da afetividade criada pelos moradores de favelas das suas habitações.

O que Machado de Assis aponta como alma humana tem, como reforço de seus laços, a identidade forjada desde seu lugar geográfico. Os homens são o que são em grande parte devido ao lugar onde habitam e por contribuírem para sua edificação, sendo impossível *serem* sem seus lugares. O que os tempos atuais de homogeneização espacial reforçaram. Segundo Sá (2006), a fluidez da economia líquida fez com que as pessoas assumissem compromissos de lealdade com seus espaços, remetendo a análise das identidades cada vez mais ao elemento pragmático da realidade – a espacialidade.

O sentido de lugar se baseia na necessidade de pertencer não a uma “sociedade” em abstrato, mas a algum lugar em particular: satisfazendo essa necessidade, as pessoas desenvolvem compromisso e lealdade. Como a sociedade se torna um dado cada vez mais abstrato nos lugares geográficos, os mesmos a convidam a um exercício constante de resgate de uma razão histórica/concreta (Sá, 2006, p. 11).

A questão da identidade para o migrante é central (percebida de maneira muito pragmática em sua dimensão espacial), uma vez que ele tanto se identifica como é identificado. Numa situação favorável em que o migrante seja aquele que representa a cosmovisão dominante, ou o poder hegemônico, a afirmação da identidade pode significar o flagelo dos diferentes autóctones. Nestes casos, são os migrantes que estabelecem uma territorialidade excludente, o que Sack (1996) chamou de “controle de acesso”, ou seja, eles determinam as ações. Foi esse o papel realizado pelos migrantes que chegaram da Europa nas Américas recém-conhecidas por este continente, o *colonus* que mencionamos na Introdução.

Atualmente, contudo, no contexto do capitalismo tardio, o que se vê cotidianamente é que os migrantes afirmam suas identidades para manterem minimamente suas territorialidades locais nos lugares de imigração, uma vez que são os *outsiders* numa condição social, econômica, política e simbólica desfavorável. São os migrantes que compõem grande parte do que foi chamado por Haesbaert (2009a) de aglomerados de exclusão ou de territorialização precária (Haesbaert, 2009b). E, por causa disso, constata-se nas trajetórias individuais e coletivas íntima relação entre identidade e lugar: a identidade como expressão simbólica do lugar; e este como materialização espacial das disputas de significados, perceptíveis pelos geossímbolos.

Para o migrante, território é mais que um problema, é uma problemática. Se for assim, questões como a da identidade e a do lugar estão envolvidas, atribuindo-lhes agência e constituindo o que faz destes indivíduos sujeitos, como aponta Giménez (2001) ao mencionar que as populações mexicanas em migração nos EUA não cancelam o apego e o sentimento de pertencimento. Aliás, nos lugares de destino, como Nova Iorque ou Nova Jersey, os migrantes se comportam como se estivessem numa autêntica diáspora, já que se identificam fortemente com seus lugares de origem, mantendo estreita comunicação por telefone, vídeo e envio de remessas. Por isso, é válido que avancemos à questão do lugar, já que pragmaticamente é nele que o sentido de pertencimento se materializa.

O lugar, enquanto conceito geográfico, abarca também a percepção atribuída pelo senso comum, além de se apresentar como esfera metodológica. Aliás, esta percepção é o que lhe dá o *status* de conceito. Lugar se distancia de outros conceitos geográficos devido à carga relacional que lhe é inerente. O lugar é o espaço da vida cotidiana, o lar, o bairro, a comunidade, os lugares cotidianos, o caminho para a escola ou o trabalho, a bodega da vizinhança.

ça, a casa dos parentes. Isso ressalta as identidades, construídas nesta relação, como um dos principais atributos adquiridos na constituição material dos lugares.

É impossível pensarmos nos lugares sem que se considere a questão da identidade. Não porque sejam pares inseparáveis, mas por terem suas gêneses aproximadas. A identidade é também fruto da vivência individual, da percepção, do cotidiano e dos relacionamentos, tende a uma “fixação”, apesar desta impossibilidade de realização. Resultado do reconhecimento das diferenças e da conclusão que “nós somos” e que “eles não são”.

O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la. É um processo semelhante ao que ocorre com os mecanismos discursivos e linguísticos nos quais se sustenta a produção da identidade. Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade (Silva, 2014, p. 84).

Plummer (1996) aponta que, nas ciências sociais, o debate em torno da identidade assumiu duas formas: a psicodinâmica e a sociológica. A tradição psicodinâmica da identidade surgiu com Freud e a sua teoria sobre a *identificação*, que problematiza como as crianças assimilam (ou introjetam) pessoas ou objetos externos.

A teoria psicodinâmica enfatiza o cerne de uma estrutura psíquica como tendo uma identidade contínua (embora, em geral, conflitante). Para Lichtenstein, essa continuidade é a “a capacidade de permanecer a mesma em meio a uma

mudança constante” (1977, p. 135). Foi, porém, o psichistoriador Erik Erikson quem mais desenvolveu a ideia. Ele viu a identidade com “um processo ‘localizado’ no cerne do indivíduo e, contudo, também no cerne de sua cultura comunal, um processo que estabelece, na verdade, a identidade dessas duas identidades” (1968, p. 22). Ele desenvolveu a expressão “crise de identidade” durante a Segunda Guerra Mundial com pacientes que haviam “perdido o senso de igualdade pessoal e de continuidade histórica” (p. 17), e posteriormente generalizou-a para abranger todo um estágio de vida “como parte de seu modelo epigenético de estágio de vida – os oito estágios do homem (Plummer, 1996, p. 369).

A juventude é apontada como o período de crise, de potencial e de confusão identitária. Assim, expressa uma necessidade psicológica universal de um sistema de ideias que proporcione uma imagem de mundo convincente como solução da crise de identidade.

Diferentemente da tradição psicodinâmica, a tradição sociológica da identidade surge a partir da teoria pragmática do *eu* e está ligada ao *interacionismo simbólico*.

O eu é uma capacidade caracteristicamente humana que permite às pessoas ponderarem de forma reflexiva sobre sua natureza e sobre o mundo social através da comunicação e da linguagem. Tanto James quanto Mead encaram o eu como um processo com duas fases – o “Eu”, que é sabedor, interior, subjetivo, criativo, determinante e inescrutável; e o “Eu Mesmo”, que é a fase mais conhecida, exterior, determinada e social. Como diz Mead: “O ‘Eu’ é a reação do organismo à atitude de outros; o ‘Eu Mesmo’ é o conjunto de atitudes organizadas dos outros que a pessoa assume ela mesma” (Mead, 1934, p. 175). É o “Eu Mesmo” que está mais ligado à identidade – ao modo pelo qual

chegamos a nos tomar a nós mesmos como objeto através do ato vermos a nós mesmos e aos outros” (Plummer, 1996, p. 369-370).

Nesta perspectiva, a identidade e a identificação são processos em que a linguagem se torna crucial na outorgação do nome, colocando, nós mesmos, em categorias socialmente criadas. Logo, a identidade é construída a partir da cultura em que vivemos (Plummer, 1996, p. 370). Para o autor, no mundo moderno, há um “colapso do eu” e uma “busca da identidade” expressando tanto versões otimistas quanto pessimistas.

Para os otimistas, o mundo moderno trouxe consigo uma crescente individualidade, bem como um maior âmbito de escolha de identidades. Assim, as pessoas têm maiores probabilidades de se “auto-atualizar” (Maslow, 1987); de descobrir um eu interior que não seja imposto artificialmente por tradição, cultura ou religião; de embarcar na busca de maior individualidade, autocompreensão, flexibilidade e diferença. É a “democratização da pessoa” (Cleck, 1983, p. 179). Em contraste, os pessimistas retratam uma cultura de massa do estranhamento: a tradição psicodinâmica destaca a perda de fronteiras entre eu e cultura e a ascensão da personalidade narcísica, enquanto os sociólogos veem uma tendência para a fragmentação, a falta de lar e falta de significado, e lamentam a perda de autoridade no mundo público com o crescimento do autocentrismo e do egoísmo (Lasch, 1978; Berger *et al.*, 1973; Bellah *et al.*, 1985) (Plummer, 1996, p. 370).

Diante das perspectivas possíveis acerca da identidade, fica evidente que ela possui características de gênese que, em muito, comungam com o conceito de lugar. Mas as “identidades” (o plu-

ral ressalta que não existem essencialismos, nunca há uma única identidade) são construídas historicamente (tal como o espaço e os lugares). Adiante, tratamos amiúde do modo como esta noção se desenvolve numa perspectiva migrante, todavia, por ora, é válido dizer que as identidades estabelecem “áreas de domínio” e são movidas ou demovidas segundo intensos campos de força, portanto, são prenhes de relações de poder. Como diz Stuart Hall (2003), são estratégicas e posicionais, ativadas ou desativadas a depender da “posição de sujeito”, apreendidas e aprendidas historicamente, reproduzidas, ampliadas, ou combatidas e reduzidas.

A Geografia, como importante instrumento de poder do Estado, serviu outrora para reforçar a ideia de que nos lugares havia algo de essencial, e isso gerou problemas teóricos ao longo do pensamento geográfico. Vidal de La Blache tentava encontrar nas paisagens o seu elemento fundante, sua essência, e percebia que a cultura (entendida como a capacidade de construir técnicas capazes de superar as imposições naturais) possibilitava às civilizações a oportunidade de produzir a grande diversidade de “gêneros de vida” do ecúmeno, com cada cultura superando os desafios locais da natureza, produzindo gêneros de vida diferenciados.

Os lugares expressavam, então, os elementos específicos de cada gênero, formando a diversidade regional do mundo. Mas, ao mesmo tempo em que percebia com certo romantismo a imbricação que as culturas ditas “exóticas” promoviam com os elementos e com as idiossincrasias naturais, via na civilização moderna/colonial uma espécie de destino necessário à “evolução” social. Os lugares, portanto, seriam o resultado da superação humana aos obstáculos ambientais, o que geraria uma identidade essencial, única, tal como as paisagens do lugar que a originou.

Essa foi a noção que predominou no período da Geografia clássica e também na renovação teórica, neopositivista dos anos 1950. Logo, não é de se estranhar a dificuldade que os geógrafos

têm de refletir sobre o lugar para além dos axiomas euclidianos ou da lógica cartesiana, mas como “espaço” que *in-corpora* além das relações sociais, a vivência natural dos corpos humanos, o que inclui suas subjetividades, desafios, conflitos e conquistas.

Milton Santos (2010, p. 585) afirma que “cada lugar é, a sua maneira, o mundo... mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade”. Tornamos, então, ao tema das diferenças. O lugar expressa a identidade e a diferença, ele é global e local. Algo que Benko (1990 *apud* Santos, 2010) chama de “glocalidade”. Numa perspectiva materialista-histórica, então, o lugar é o local da reprodução do capital ou da sua negação, é onde se cruzam, se intrometem e se acomodam tempos técnicos diferentes. São, hoje, os espaços capazes de rentabilizar as produções a depender das suas condições locais de ordem técnica e organizacional, produzindo e ampliando a noção, alcunhada por Walker (1978 *apud* Santos, 2002) de “exército de reserva dos lugares”. A competição entre os lugares passa a ser não uma possibilidade, mas um dogma na reprodução do sistema globalitário, a “sede de uma vigorosa alienação” (Santos, 2010, p. 597).

Esta concepção vem sendo, há tempos, privilegiada na discussão em torno da produção material dos migrantes (Gaudemar, 1977), inclusive sendo aprimorada a partir de uma perspectiva mais ampliada com vistas à construção de “uma consciência *pelo lugar* (em superposição) à consciência *no lugar*” (Santos, 2010, p. 599). Entretanto, é nítida a ausência da perspectiva da experiência vivida, mesmo quando, por esta análise, considera-se o cotidiano. Numa dimensão de olhar mais cultural, as experiências espaciais proporcionadas pelo cotidiano ficam mais evidentes, proporcionando uma visão mais ampliada do lugar a partir do migrante,

algo que evoca os enredos construídos no lugar e a partir deles, por eles, ou o lugar como trama de enredos (Halley, 2014).

O Lugar, portanto, cada vez mais, parece mesclar o local e o global, fazendo nosso olhar cambiar entre uma perspectiva materialista e outra cultural. Para isto, basta lembrar o nosso cotidiano. Pensemos na nossa escala de vida. Saímos de nossos lares, repletos de bens que carregam marcas de muitas nacionalidades diferentes. Vamos ao mercado ou ao shopping e, entre os produtos que consumimos, sabemos que estes também são consumidos em várias partes do mundo, como carnes, frutas, roupas, CDs de música, aparelhos eletrônicos. Compramos, mas quase nunca lembramos que estes são itens específicos de lugares específicos, que são vendidos como mundiais porque suas marcas são globais. Isto nos remete ao que Boaventura Santos (2013) chama de “localismo globalizado”. A globalização hegemônica até hoje foi pautada na lógica moderno-colonial e não passa de localismos que se tornaram globais, subalternizando outras lógicas locais. Até mesmo os lugares, com a explosão do turismo, tornaram-se produtos de consumo. Há, então, lugares globais, espaços luminosos; e há os lugares invisíveis, espaços opacos (Santos, 2002).

A compressão tempo-espaço promovida pela dinâmica do capital contemporâneo tem feito parecer que os lugares desaparecem em função de uma velocidade cada vez mais homogeneizante (Harvey, 2003). Os projetos de “gentrificação” de áreas de obsolescência, como as zonas portuárias de diversas partes do mundo, exemplificam isto. Estes lugares globais, cada vez mais, se remetem ao que Marc Augé (2013) chama de “não-lugares”, como os aeroportos e *shoppings*; ou o que Jacques Lévy (2001) nomeia de “lugares genéricos”. Áreas geográficas sem identidade, ou “lugares fracos”, no dizer de Lévy, semelhantes a todos os assim qualificados, que homogeneizam tudo e todos.

Tais espaços se tornam apenas os “nós” de uma grande rede global, por onde circulam capitais, capitalistas, produtos e turistas (além dos migrantes numa condição de indesejáveis), cujos fluxos estabelecem uma particular territorialidade. Neles, pautados por uma pretensiosa noção de “cultura cosmopolita”, a negação do conteúdo natural dos lugares e das pessoas é plena. A natureza, enquanto aspecto imanente à condição humana, é negada tornando-se tabu, em benefício de um suposto homem não natural, um homem idealizado. Neste sentido, a crítica de Josué de Castro (2008), em texto publicado originalmente em 1946, continua atual como nunca: o maior tabu da modernidade é nossa pulsão mais natural – a fome. Homens famintos, seja de pão ou de diversão (como diriam os músicos da banda Os Titãs), não são bem-vindos nestes lugares. Estes “glocais” negam as dimensões da existência humana, as quais nos remetem diretamente à nossa condição natural (se é que há alguma que não nos remeta).

Relph (2012) explica que os não lugares não possuem um atributo elementar aos lugares que é a capacidade de promover a reunião, e este é um dos elementos do que ele, baseando-se em Malpas, chamou de “lugaridade” (*placeless*), que é qualidade própria do lugar. Entretanto, existem os *lugares-sem-lugaridade* (*placelessness*), em cujas constituições não se encontram oposições binárias tão evidentes quanto nos não lugares. Isto porque há, na mesma intensidade, em todos os lugares (ou não lugares) elementos de diferenciação locais quanto aos aspectos de “ausência-de-lugaridade compartilhados com outros lugares” (Relph, 2012, p. 25), fazendo com que a característica marcante de cada lugar não seja apenas o que o torna lugar (a sua lugaridade) ou a sua “ausência-de-lugaridade”, mas a expressão do equilíbrio entre a particularidade e a uniformidade.

Isto só mostra que os espaços luminosos, constituídos por não lugares, embora hegemônicos e em cujas lógicas reside grande carga totalitária, não são totais. Isto é, os lugares, apesar da força hegemônica do capitalismo global nas cotações, taxas de emprego, atração migratória, produção de subjetividades e na promoção de impactos socioambientais de maneira ilimitada, tanto na escala local como na global, não penetram inexoravelmente na totalidade do cotidiano destes lugares.

Há vivências cotidianas que, embora influenciadas pela lógica hegemônica, assumem dinâmicas próprias e compõem a especificidade destes lugares. Não essencializada, mas construída cotidianamente por intermédio do que há de mais natural na nossa humanidade: os nossos sentidos. Isto constitui o que Yi-Fu Tuan (2012, p. 19) chamou de *topofilia*, que é uma construção de sentido¹¹ que promove um “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal”. Os lugares, enquanto resultantes topofílicos, são fruto das vivências individuais, ainda que se materializem coletivamente. São construções dos nossos sentidos, os quais, a depender do indivíduo, do sexo, da idade, variam em graus de percepção os mais variados, desde os altamente sensíveis até os que têm total anulação de um dado sentido.

É a partir da constatação de que nossa percepção constrói um sentido de lugar, que *faz sentido* na nossa experiência vivida, que

11. Oliveira (2011) aponta que, na língua portuguesa, a palavra *sentido*, além de ser muito rica, tem pelos menos três acepções. A primeira é ligada a um atributo de entendimento (os significados sociais constituídos que damos às “coisas” transformando em objetos); um atributo de orientação (isto é, sentido também significa rumo, direção, meta e objetivo); e um atributo corpóreo (os cinco sentidos utilizados na apreensão e apropriação do mundo pelo corpo). Em nossa argumentação, utilizamos o termo nas seguintes expressões: “Uma construção de **sentido** [...]”, “[...] construções dos nossos **sentidos**” e “[...] anulação de um dado **sentido**”. O primeiro, vinculado à noção de entendimento, difere dos usos seguintes, que, por sua vez, ligam-se à ideia de atributos corpóreos.

Halley (2014) argumenta que um bairro é um lugar e, como tal, constitui-se num emaranhado de enredos, numa trama, por assim dizer. E enredo é compreendido pelo autor como:

Um conjunto de experiências, historicamente formadas por determinadas ações conduzidas por marcos referenciais ou focos de intenção e propósito do bairro, podendo ser as ações regidas num templo religioso, num mercado público, feira livre, ou mesmo um conjunto de experiências realizadas numa determinada rua ou esquina, entre outras situações. Os enredos, portanto, se referem às relações primárias da dimensão existencial, sendo responsáveis no interior do espaço habitado pelo encontro sistemático das pessoas e dos grupos em função da maneira pela qual partilham, numa configuração territorial precisa, a multiplicidade de enredos que viabilizam a vida cotidiana (Halley, 2014, p. 51).

O bairro, ou qualquer outro lugar, evoca a construção de múltiplos enredos no cotidiano dos seus habitantes, isto é, arranjos coerentes da materialidade e da subjetividade dos indivíduos que experimentam tal dimensão espacial. Se o lugar evoca tramas de enredos em virtude, entre outros aspectos, da sua condição de quase nulidade da distância, e considera-se aqui enredo como um tipo de enunciação, pode-se afirmar que o lugar é sempre um lugar de enunciação (Serpa, 2011). Os lugares, portanto, sempre enunciam seus sujeitos, e vice-versa.

Num contexto em que o processo de metropolização capitalista parece buscar a construção de não lugares, Serpa (2011, p. 23) argumenta que os “‘lugares’ existem e persistem nas ‘brechas’ metropolitanas, sobretudo nas áreas populares das metrópoles”, isto porque os enredos são contados pelos que experimentam di-

ferenciada e cotidianamente a realidade dos diferentes lugares, seja na metrópole capitalista ou fora dela.

As observações de Tuan ajudam a ampliar esta ideia ao constatar que há uma percepção do meio ambiente diferenciada entre a do nativo e a do visitante, que se firmam nos seguintes termos: enquanto o visitante possui uma percepção marcada pela composição de quadros, “o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente” (Tuan, 2012, p. 96). Isto significa dizer que a perspectiva do visitante é superficial, enquanto a do nativo é complexa, o que implica atitudes igualmente complexas frente ao seu meio ambiente, que poderíamos traduzir como um dos significados possíveis de lugar. O ponto de vista do visitante, ou passante, é muitas vezes romântico, outras tantas estigmatizante, ou ainda uma conjugação das duas possibilidades, um romantismo que estigmatiza, cria e/ou reafirma preconceitos. “A avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. É a visão de um estranho. Estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza” (Tuan, 2012, p. 97).

É este o caso de Euclides da Cunha em relação ao sertanejo. Embora escrevendo uma obra no nascente século XX, seu relato sobre a terra e o homem do sertão da caatinga em sua clássica obra *Os Sertões* (1984) afirma que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” (p. 53). Na intenção de mostrar que a aparência mascarava a verdade dos fatos, acaba apresentando às elites letradas e formadoras de opinião do início do século XX do Sul do Brasil uma imagem do sertanejo como “desgracioso, desengonçado, torto”, um “Hércules-Quasímodo”, uma figura rude e de aparência negativa. Imagem que foi perenizada no imaginário do Sudeste, região hegemônica economicamente e que ainda se arroga (ao menos pelo que é disseminado no senso comum) ser o centro cultural do país, seio da modernidade, produtora e produto da colonialidade. Imagem

difícil de desfazer tanto no imaginário do Sudeste em relação ao sertanejo (que acaba por incorporar os mais variados tipos e sujeitos de toda a região, confundindo-se *a posteriori* com o nordestino), quanto na imagem que o próprio nordestino tem de si mesmo: ao se ver como “um forte”, vê-se também como aquele que é capaz de suportar as mais intangíveis agruras na imigração, na busca pelos seus sonhos.

A afirmação sugere que seu caráter resistente pode ser empregado para trabalhos que exijam força e nenhuma qualificação (Póvoa Neto, 1994), bem como reforça na mentalidade do sertanejo que há possibilidades reais de um emprego para sua força. A título de exemplo, vale mencionar o caso de R., um migrante cearense que foi ao Rio de Janeiro em 1957, onde, uma vez empregado para trabalhar na fundação de um edifício em Ipanema, devido ao hábito do trabalho braçal, foi destacado para um buraco de grande profundidade, destruindo uma rocha que impedia a construção. Conta, orgulhoso, que diversas vezes lascas da rocha “voavam” [sic] em seu pé e, mesmo sangrando muito, continuava trabalhando como se nada tivesse acontecido.

Não só as *visibilidades*, mas, principalmente, as *dizibilidades*, constroem a ideia que se tem de um recorte espacial e do grupo que o habita, criando “um conjunto de sentidos, de significados, de símbolos, de eventos, que nos vão dizer e nos tornar visíveis” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 44). É assim que surge a imagem do sertanejo, que deixa de ser o que habita o sertão da caatinga, um dos muitos sertões do Brasil, para se tornar o habitante peculiar do sertão, que agora se reveste de região da seca, sendo mais tarde confundida com a própria região Nordeste.

Logo, a imagem e o discurso projetado em torno do Nordeste são materializados na figura do migrante nordestino, que passa a encarnar amiúde a ideia de aparente brutalidade, moldada pelas agruras e rigores do clima, que, na verdade, encobre a honradez

e o destemor frente ao trabalho honesto. Contra esta noção superficial, colonial e estigmatizante, Durval Muniz Albuquerque Jr. escreveu uma importante obra (1999) na intenção de desconstruir e mostrar os limites da imagem cristalizada e dos discursos cacofônicos que se erigiram em torno do Nordeste e dos nordestinos, tanto para os de fora quanto para os de dentro da região (voltaremos a este ponto mais adiante).

O fato é que a imagem que o visitante cria do lugar é singularmente diferente de quem habita e percebe o lugar por meio da integralidade dos sentidos em uma alternância temporal, que torna a experiência do visitante menos profunda. Entretanto, se o visitante perde da experiência ambiental em profundidade, ganha em amplitude. Tuan afirma que a percepção do visitante é válida muitas vezes, uma vez que sua perspectiva inova. “O visitante, frequentemente, é capaz de perceber méritos e defeitos, em um meio ambiente, que não são mais visíveis para o residente” (Albuquerque Jr., 1999, p. 99).

E, num certo sentido, é este o papel do turismo: criar percepções ambientais ou amplificar os “méritos” não mais visíveis ao residente. Ao transformar visitantes em turistas, o mercado global faz das paisagens (e por que não dizer lugares) um produto como qualquer outro, à disposição para consumo nas agências de turismo. É o que diz Marc Augé (2010, p. 70), numa perspectiva menos otimista que Tuan, no que se refere à percepção do visitante-turista.

Num esforço de combinar esses enfoques na direção da construção de uma perspectiva de lugar materializada no migrante, vale dizer que o turista, enquanto visitante, traz consigo o fascínio estético das paisagens e das experiências locais que merecem ser consumidas. Evidentemente, a percepção do visitante, neste caso, é bem-vinda, e o próprio lugar se fetichiza na busca de satisfazer a lógica que estimula a vinda deste visitante interessante. Entretanto,

to, a “tirania de um espaço planetário percorrido e repertoriado completamente” (Augé, 2010, p. 71) torna escandaloso que a mobilidade de uns seja um luxo, enquanto a mobilidade de outros seja um destino ou uma fatalidade.

Desse ponto de vista, nossa época caracteriza-se por um contraste surpreendente e trágico, pois os turistas partem voluntariamente aos países de onde os emigrantes saem em condições difíceis e às vezes em risco de vida. Esses dois movimentos de sentido contrário são um dos símbolos possíveis da globalização liberal que, sabemos, não facilita igualmente todas as formas de circulação (Augé, 2010, p. 73).

Esta diferença entre o visitante/turista e o migrante precisa ser aprofundada. Embora compartilhemos do pressuposto de Tuan no que se refere às diferentes percepções ambientais e, por consequência, dos lugares, há que se considerar que o visitante comum, seja um turista, seja um passageiro, tem uma experiência espacial distinta do migrante, que veio para ficar (senão definitivamente, ao menos por um período indeterminado). Se for assim, remetemo-nos ao emblemático estudo de Elias e Scott (2000), realizado ainda nos anos 1960, sobre os chamados *estabelecidos* e *outsiders*, identificados na cidade alcunhada de Winston Parva.

Os autores, ao analisarem a cidade, identificam que há uma nítida cisão social delimitada espacialmente. As relações de vizinhança materializaram esta divisão, caracterizada não por diferenças sociais, mas, principalmente, pelas distintas formas de percepção e de relacionamento com o lugar, as formas consolidadas pelos hábitos da sociedade estabelecida e as novas maneiras de experienciar o lugar manifestadas pelos novos residentes, migrantes, por assim dizer, que por diversos motivos vieram se juntar aos moradores estabelecidos. A estes foi dada a pecha de *outsiders*, a

quem não se dava o direito de compartilhar as mesmas relações espaciais experimentadas pelos primeiros.

Do que estamos falando, então? Abordar o tema do lugar nos remete a, pelo menos, três outros aspectos que precisam ser clarificados em nossa perspectiva: o sujeito, as identidades e o território.

Sujeitos: identidade e diferença na migração

Eric Dardel nos dá algumas indicações sobre a necessária ultrapassagem da dicotomia sociedade-natureza. Em sua obra *O Homem e a Terra*, o autor mostra que a leitura espacial da realidade vai muito além de uma questão acadêmica: a Terra, enquanto morada do homem, mostra-se a todos os seres humanos, porque antes de sermos profissionais, religiosos, operários ou burgueses, somos natureza, componentes, portanto, da Terra.

O geógrafo que mede e calcula vem atrás: à sua frente, há um homem a quem se descobre a “face da Terra”; há o navegante vigiando as novas terras, o explorador na mata, o pioneiro, o imigrante, ou simplesmente o homem tomado por um movimento insólito da Terra que o saber, em seguida, vem ajustar (Dardel, 2011, p. 7).

Se na nossa formação como sujeitos, ainda que de maneira inconsciente, atuamos como parte da Terra, e se o migrante é aqui visto como um indivíduo com espacialidade tal que merece ser compreendido como um sujeito de relevância nos dias contemporâneos, então, estamos diante da necessidade de se compreender como este sujeito é constituído. Dardel mostra que o *Ser* só o é enquanto ser geográfico. Isto é, para nos tornarmos sujeitos, colocamo-nos numa condição necessariamente espacial, precisamos

nos dar à proteção do lugar. Lugar, portanto, está na fundação do nosso ser:

[...] Habitar uma terra, isso é em primeiro lugar se confiar pelo sono àquilo que está, por assim dizer, abaixo de nós: base onde se aconchega nossa subjetividade. Existir é para nós partir de lá, do que é mais profundo em nossa consciência, do que é “fundamental”, para destacar no mundo circundante “objetos” aos quais se reportarão nossos cuidados e nossos projetos. Elemento não abstrato ou conceitual, mas concreto. Antes de toda escolha, existe esse “lugar” que não podemos escolher, onde ocorre a “fundação” de nossa existência terrestre e de nossa condição humana. Podemos mudar de lugar, nos desalojarmos, mas ainda é a procura de um lugar; nos é necessária uma base para assentar o Ser e realizar nossas possibilidades, um *aqui* de onde se descobre o mundo, um *lá* para onde nós iremos [...] (Dardel, 2011, p. 40).

A Terra é, portanto, a base fundacional do sujeito, é o que propicia a agência, a instância formadora de toda concepção subjetiva e objetiva do Ser. É, no dizer de Dardel (2011, p. 41), “fundamento de toda a consciência a despertar a si mesma; anterior a toda objetivação, ela se mescla a toda tomada de consciência [...]”. É na relação com seu lugar, lugar como suporte e constituidor do Ser, como proteção, abrigo ou, mesmo, desterro, é que o sujeito se erige enquanto indivíduo geográfico. Lugar é, assim, espaço da vivência, da materialidade e da imaterialidade do Ser.

Não é possível considerar os indivíduos a partir de suas especificidades, sem que antes tais homens e mulheres sejam vistos como sujeitos. Ser-no-mundo implica agir nele; e, portanto, superando a dicotomia sujeito/agente, os migrantes constroem-se sujei-

tos exatamente porque possuem e exercem agência. Partindo desse pressuposto, o migrante se qualifica para além do indivíduo que sofre os efeitos da intensa mobilidade do capital, criminalizado e em processo de desumanização galopante, produzido pelo poder hegemônico aliançado com os grandes capitais especulativos. Vê-lo assim, como vítima apenas, é considerá-lo como um mero produto da alienação, não que este fato não ocorra e em proporções cada vez mais intensas, mas vê-lo *a priori* desta maneira impede a construção de uma noção de migrante como sujeito.

Nosso pressuposto, todavia, também não parte de uma abordagem multiculturalista, que apregoa que “às ‘pessoas deslocadas’, os exilados, os expulsos, os desenraizados, os nômades, restam apenas duas nostalgias: seus mortos e sua língua” (Heidemann, 2003, p. 26). Há formas diversas e complexas de reterritorializações em marcha que dão conteúdo aos movimentos migratórios pelo que se constata diversas modalidades de resistência, sejam elas frutos de iniciativas individuais ou organizadas¹².

Essas diversas resistências possibilitam a construção de uma noção de migrante como sujeito justamente porque reflete sobre sua condição, ultrapassando largamente a rasa noção de indivíduo alienado. Isto porque há importantes diferenças entre sujeito e subjetividade, mesmo considerando que esta última é essencial à primeira. A noção de sujeito (a esfera do particular) implica um autoexame ativo por parte do indivíduo (a esfera do universal), qualificado nos termos de sua reflexividade. Já a subjetividade convoca o conjunto das dimensões fundantes do indivíduo, particularmente as que resultam da sua corporeidade, tais como as

12. As informações divulgadas na lista eletrônica do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) e do Serviço Pastoral do Migrante (SPM) mostram intenso ativismo por parte dos órgãos que congregam migrantes. Sem dúvida, no Brasil, um dos de maior destaque é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Mas atualmente destacam-se organizações recentes e inovadoras, como as que congregam os haitianos recém-chegados ao país.

emoções, os sentimentos, o inconsciente (Berdoulay; Arnaut de Sartre; Laplace-Treytoure, 2010, p. 390). Entretanto, o sujeito não pode ser visto sem a subjetividade que o constitui, sob pena de ser tomado como um ente *em si mesmo* ou categoria universal e indiscutível. Isto constrange qualquer coisa geográfica que porventura haja no sujeito, porque:

O sujeito em geografia significa, dentre outras possibilidades, compreender o sujeito enredado nos mais variados fenômenos geográficos, passível a seus métodos, conceitos e campos temáticos, e não, propriamente, compreendê-lo somente como produtor do conhecimento geográfico. Esse edifício perpassa o reconhecimento do sujeito implicado no objeto geográfico tematizado, o que reabre a discussão de compreender tal fenômeno como um *modo de ser* do homem segundo uma *geograficidade*. Essa possibilidade ontológica supõe a empirização do sujeito ou, se preferir, uma encarnação em um corpo que lhe autorize *estar* como um modo específico de *ser...* (Lima, 2014, p. 14, *itálico no original*).

Ser sujeito, num contexto em que se evidencia cada vez mais a cisão entre sujeito e objeto, dado o protagonismo assumido pelo academicismo, significa atribuir ao objeto, ao menos na esfera das ciências humanas, o estatuto de sua subjetivação. Em outros termos, o “objeto” (no caso em voga aqui, os migrantes), quando presumido sujeito, requer o atributo de sua subjetivação. Somente por este caminho é que pode se dar a objetivação do real, uma vez que o sujeito ativo, suscetível a um sem número de contingências da realidade objetiva, “torna-se um objeto de fato, após submeter-se ao jogo de forças e interesses intersubjetivos e ideológicos de uma ou de mais classes ou outros grupos sociais” (Lima, 2014, p. 39). Por este moti-

vo, à reflexividade dos sujeitos, será dada especial atenção, concebendo-os segundo a geograficidade específica da condição de migrantes, de ex-migrantes¹³ ou de retornados.

“A reflexividade é a capacidade que o indivíduo tem de refletir sobre ele mesmo e sobre sua relação com o mundo, e de influenciar o sentido de suas ações em função desta reflexão” (Berdoulay; Arnaut de Sartre; Laplace-Treytoure, 2010, p. 389-390, tradução livre). Esta é uma postura política, ainda que destituída de um aprofundamento crítico. Não é preciso ser um estudioso para refletir acerca de sua própria existência e tal reflexão é rotineira no cotidiano migratório; na verdade, é uma necessidade, por vezes, estratégica. A todo instante, escolhas precisam ser realizadas, mediadas e refletidas por e a partir de relações de poder. Escolhas, que, aliás, são resultado de negociações, que podem definir o nível de bem-estar no lugar de destino e, no limite, condições de sobrevivência do indivíduo.

Sendo assim, a reflexividade é uma condição inata do migrante, fruto do significado que a cultura tem para ele próprio, da qual ele é produto e produtor (cultura, neste contexto, concebida como “fenômeno individual, como desenvolvimento pessoal do indivíduo em seu contexto” [Berdoulay, 2012, p. 118]), portanto, fortemente vinculada à ação. Cultura está “relacionada ao esforço que o indivíduo faz sobre si mesmo para melhor compreender o

13. Propomos este termo a partir do reconhecimento da condição específica de alguns migrantes, cujo vínculo com o lugar de retorno se reconstrói a tal ponto que sua experiência migratória passa a ser secundária frente à experiência com seu lugar de residência. Martine (1980) aponta, no âmbito da demografia, a dificuldade de se definir o que é um migrante e um “não migrante”, uma vez que, de acordo com alguns autores, um “não natural” que esteja há mais de 10 anos no lugar de chegada não poderia mais ser chamado “migrante”. Esta condição de adaptação territorial do migrante será trazida à tona mais adiante.

mundo e interagir com ele [...] a cultura é uma questão de sentido, de trabalho sobre si e o mundo, enfim, de afirmação do sujeito” (Berdoulay, 2012, p. 120).

Para tanto, parece-nos coerente fundamentar a reflexividade dos sujeitos, (seu potencial de ação) em torno de referenciais que oferecem as ideologias para as ações, os “referentes ideológicos”. Nesta concepção, ideologia apoia-se numa abordagem mais fenomenológica que estruturalista e destaca “a intencionalidade e a atividade do sujeito coletivo” (Berdoulay; Entrikin, 2012, p. 99). Os referentes ideológicos são os valores disponíveis em sua cultura capazes de levar o indivíduo a realizar uma ação (Berdoulay, 2012, p. 113). Ao mesmo tempo, eles:

Constituem um reservatório de ideias fundamentais, um conjunto de representações (crenças, valores, pressuposições, atitudes, sensibilidades) que o indivíduo utiliza para justificar ou guiar suas condutas, especialmente diante de situações particulares. O sentido das práticas se apoia nesses referentes, mas a maneira como eles são utilizados varia em função do contexto da ação. Quando referentes se ligam de modo estável, podemos falar em mitos (Berdoulay, 2012, p. 114).

É este o caso de alguns dos mitos fundadores da identidade nacional brasileira, especialmente a suposta unidade linguística e territorial (Castro, 2005). Os referentes ideológicos assumem aspectos de polaridades, mas não passam de aparentes oposições, faces opostas da mesma moeda. As sociedades se adaptam aos fenômenos a partir dos pares de oposições que os referentes oferecem, polarizando-se num ou noutro polo, ou assumindo um em detrimento do outro.

Se somarmos [...] polaridades de referentes ideológicos, como os que unem individualismo e comu-

nitarismo, consenso e segregação, messianismo e egoísmo, natureza sacralizada e natureza-feramenta, constatamos que elas se reforçam mutuamente, oferecendo aos habitantes uma gama de referências com base em, e em relação à qual são pautadas suas decisões e ações. Assim conceitualizada, a noção de ideologia permite analisar a interação entre a cultura e o espaço sem determinismo de uma dessas categorias sobre a outra. Ela tem também a vantagem de unir ação coletiva e ação individual... (Berdoulay, 2012, p. 115).

A atitude reflexiva é fruto dos referenciais de comportamento adquiridos desde a infância pelos indivíduos. Algo ligado ao espaço de vida dos sujeitos, mas o sujeito só é assim constituído quando, ao tomar distância dos modelos de comportamento, passa a tomar decisões e realizar atitudes em função de sua condição de reflexividade, posicionando-se pessoalmente segundo as situações às quais ele é confrontado, construindo-se em conjunto com o lugar. Isto é, lugar e sujeitos se coconstroem.

Mais ainda se considerarmos os tempos atuais de muitas mutações (Novaes, 2008), em que o espaço mais próximo, o ambiente cotidiano, aflora como uma forma de “fixação” frente à “pulverização” das espacialidades do capital. E é nesse ambiente que o ator age segundo um conhecimento adquirido, um *haver*, uma atenção especial à primazia da razão prática, um *habitus*, por assim dizer (Bourdieu, 2005). O ator social que, por meio de sua reflexividade, transforma a si mesmo e seu ambiente tornando-se sujeito, é ativo em função da autonomia fundamentada em três lógicas de ação: *a integração* – que resume o sentido de pertencer a um grupo; *a estratégia* – que encarna as reações aos dados do mercado e das condições materiais objetivas; e a *subjetivação* – a autopercepção acerca de sua identidade (Berdoulay; Arnaut de Sartre; Laplace-Treuture, 2010, p. 100). Se, neste contexto atual, as espacialidades

vêm sofrendo um rearranjo em função do jogo permanentemente dinâmico do capital e suas tentativas de acomodação, os lugares assumem uma nova natureza que não os finda, mas, ao contrário, torna-os mais complexos.

Os lugares avançam no seu sentido mais comum de ser a espacialidade da escala do cotidiano, ampliando-se justamente por possuírem também esta característica, na medida em que assume o caráter de mediação entre a subjetividade (do sujeito) e a objetividade (do ambiente). Alguns fundamentos do espaço, tais como escala, distância, extensão e limites, acabam perdendo seu caráter de fundamento, de *apriorismos*, cedendo a vez à mediação entre sujeitos e ambiente. É, portanto, “o jogo do distanciamento do sujeito, ativo e autônomo, em relação ao seu ambiente que prende nossa atenção, a fim de apreendermos a construção do ‘entre-dois’” constituinte do lugar (Berdoulay; Arnaut de Sartre; Laplace-Tretyure, 2010, p. 103).

No lugar se tecem as mediações, portanto, processam-se os fenômenos mais fecundos de produção geográfica, a subjetivação materializada na constituição de sujeitos. O lugar adquire o caráter objetivo dos seus constituintes, sendo assim, é o resultado da combinação de lógicas naturais e humanas diversas, superando a ideia de “meio” para as ações do sujeito, de “teatro” ou “palco” dos processos sociais. O lugar é, em si, um processo social. Isto porque ele só é graças ao fato de que os indivíduos, nele, são sujeitos (e, por isso, ativos) tecendo identidades em função de (e resultando em) relações com seu ambiente. Levando, então, o lugar a se tornar a instância mais elementar do espaço em que se manifestam as formas de poder e resistências e, por isso mesmo, a dimensão política fundante da espacialidade¹⁴.

14. Armando Corrêa da Silva apontava que o espaço é o maior lugar possível. Para este autor, “[...] verifica-se que – relacionando o universal, o particular e o singular – o espaço contém o lugar, e este contém a área, a região e o território. Inversamente, como se disse antes, a área, a região, o território, expressam o lugar e este o espaço” (Silva, 1991, p. 91).

Uma abordagem mais significativa do lugar supera a dicotomia sociedade-natureza imposta e impostora, bem como amplia a percepção para além do escopo pragmático da competição entre os lugares. Também considera os lugares como mediação e produção dos sujeitos e do meio. Uma pausa no movimento contínuo: “[...] se pensarmos o espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar” (Tuan, 2013, p. 14). É uma abordagem que permite uma aproximação do que Lévy propõe, quando entende lugar como “espaço em que se considera, por hipótese, que as distâncias separando os diferentes fenômenos que o compõem são nulas” (1999 *apud* Haesbaert, 1999, p. 27).

Nessas perspectivas, a proximidade é a tônica, e os espaços com essas qualidades propiciam a constituição de sujeitos. Mesmo considerando que a “anulação das distâncias”, promovida nos lugares pelas redes informacionais, por exemplo, não signifique necessariamente o contato face a face, assim como o possível contato face a face promovido pelo lugar não leve, obrigatoriamente, “à anulação de outra e mais subjetiva distância, aquela entre as pessoas”, como nos alerta Haesbaert (1999, p. 27), fato muito comum aos migrantes nos lugares de destino.

Analisar os fenômenos espaciais sob um paradigma que ultrapasse a dicotomia natureza-sociedade, que supere a rasa noção de competição entre lugares e que, acima de tudo, considere a mediação entre sujeito e ambiente, precisa partir da ideia de que o primeiro é constituído mutuamente pelo segundo, e vice-versa. Doreen Massey (2000) sugere um caminho, quando aponta sua realidade local - a periferia de Londres. Mostra que é impossível teorizar a partir de um espaço abstrato. Por isso, ela precisa pensar o lugar a partir de sua posição de sujeito, como moradora e frequentadora de uma espacialidade específica, que possui as-

pectos particulares, mas dialoga com questões gerais, o que a leva a dizer que há “um sentido global de lugar”.

O lugar, neste sentido global, faz emergir dois aspectos constitutivos. O primeiro diz respeito à superação da visão do homem/indivíduo numa perspectiva unicamente estatística, o que se desdobra no reconhecimento do papel histórico dos sujeitos na formação de seus espaços de vida, de seu *habitus*, ultrapassando inclusive, mas não excluindo, os gêneros de vida e as diferenciações de área propostos pela Geografia Tradicional. O que dá sentido mais enfático a frase de Reclus (2009, p. 4) de que “a Geografia é a História no espaço, enquanto a História é a Geografia no tempo”.

O segundo aspecto se refere à ênfase que é atribuída às identidades em sua dimensão espacial. Sendo considerado um construto objetivo dos sujeitos, a partir de suas subjetividades, tanto individual quanto coletivamente, os lugares irão apontar para as identidades como produtoras e produtos das relações de afeto e poder presentes nas relações sociais. As relações de afeto se ligam aos lugares através do sentimento de pertencimento a uma comunidade de memória, a uma comunidade de destino (Berdoulay; Entrikin, 2012, p. 107). Por outro lado, a dimensão espacial das identidades aponta a questão da disputa de poder em torno do controle dos lugares, aflorando “uma tensão fundamental entre o particular e o universal, o provincial e o cosmopolita” (Berdoulay; Entrikin, 2012, p. 107). Isto porque, em tempos de intensa precarização da vida, notadamente percebida com mais ênfase pelos migrantes, a projeção de uma identidade serve à fuga da indiferença social e ao desconhecimento que a massificação da pobreza promovem (projetada espacialmente pelos espaços de inclusão precária, os já mencionados “aglomerados de exclusão”) (Haesbaert, 2011).

Definir-se a partir de uma relação com um lugar é o mesmo que se referir a uma maneira de ser frente ao mundo e aos outros; e o patrimônio cultural produzido ao longo da história das vidas

cotidianas é derivado da diferenciação resultante dos contatos entre os diferentes, que trazem consigo suas vivências espaciais locais. Isto é, os lugares só estabelecem identidade porque, antes de tudo, são muito mais que um território bem delimitado, numa dada escala e com limites bem definidos. São antes espaços em que o processo de diferenciação estabelece os iguais a partir de suas contingências, inscrevendo-os nas memórias coletivas (Halbwachs, 1990). Logo, como tal processo é condicional (Hall, 2014), os lugares se mostram com desdobramentos da ambígua relação entre identidade e diferença, já que são também resultantes da memória coletiva, constituindo-se a partir desta relação, mas a linguagem do tempo presente apela à memória para definir a identidade, como se não houvesse diferença. E aí está dado o escopo de uma identidade construída tão só e unicamente na relação com o lugar, e não o lugar construído a partir da diferenciação e identificação, e nisto subjaz uma “cilada”.

Muitas identidades/memórias são construídas com base numa suposta coesão histórica e/ou cultural, ou ainda em singularidades biológicas ou naturais, estabelecendo por fim o que seria uma essência, mais que isso, um essencialismo (Woodward, 2014, p. 38), que a tornaria específica. Os lugares resultantes desses processos assumem, por consequência, um caráter *exclusivo* e *privativo* a quem nele habita, evocando um passado forjado nas memórias coletivas, as quais, em última instância, são marcadas por redes de interesses.

Augé (2013, p. 51) se refere ao “lugar antropológico” para designar a “construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja”. Lugar, na perspectiva do autor, é um recorte geográfico de escala variada com, ao menos, três características comuns: constroem identidade,

são espaços relacionais e possuem histórias e memórias, definindo-se por uma estabilidade mínima. Esta concepção é sedutora por ser verídica. Permite que se veja o lugar a partir dos sujeitos e avança para além de algumas reificações comuns na Geografia. Avança também sobre o aspecto da escala, uma armadilha metodológica, quando associada ao lugar e elucidada por Merleau-Ponty¹⁵. Há uma tentação em se reduzir o lugar à escala do bairro, ou das imediações. Vale lembrar também que a memória do lugar para o migrante também o transporta para uma escala de tempo, (re)criando o passado e construindo um conhecimento de si e do mundo, pois, como aponta Halbwachs (1990, p. 28), “a memória não é uma tábula rasa”.

É importante que se destaque o fato de que há releituras atuais de geógrafos que têm valorizado esta abordagem. É o que se vê nas observações sobre lugar realizadas por Guérin-Pace e Filipova (2008), nas quais se afirma que a identidade do indivíduo passa também pelo lugar onde ele vive, e que se poderia falar de territórios como um componente identitário potencial das populações que os habitam. Na análise das autoras, algumas pessoas que experimentam uma mobilidade espacial evidenciam a lógica do “sincronismo identitário”, para quem o lugar é elemento constituinte de sua percepção como sujeito. Isso significa que, nestes casos (sobretudo, nos casos de mobilidade compulsória), o constrangimento espacial assume a forma de movimento e não de fixidez, uma vez que a “fixação” é que seria sua escolha.

O sincronismo identitário repousa, pois, largamente sob um sentimento de bem-estar que se resume da seguinte forma: se estamos bem aqui, o que vamos procurar fora? Além disso, ele oferece

um sentimento de permanência o qual constitui um critério determinante de identidade... “Se enraizar, encontrar ou formar raízes, arrancar do espaço o lugar que será seu, construir, plantar, apropriar-se, milímetro por milímetro, tornar a “própria casa”... Os contornos e a extensão da “própria casa” variam de uma pessoa a outra, flutuam ao curso da vida e de acordo com as circunstâncias. A ideia de “própria casa” está estreitamente ligada a uma necessidade de segurança. É lá onde se sente protegido, abrigado de ameaças exteriores e olhares indiscretos. É onde facilmente se é compreendido e se compreende os outros. É lá onde se pode deslocar livremente sem correr riscos do afastamento, ou de ser interpelado por um Outro que considere sua presença não mais na sua “própria casa”, mas na casa dele (Guérin-Pace, Filipova, 2008, p. 18-19, tradução livre).

O lugar como ponto de partida, visto como “própria casa”, amplia largamente as possibilidades de construção de uma perspectiva de sujeito, ao passo que, inversamente, permite que se pense o lugar numa visão do sujeito. Ao mesmo tempo, remete nosso olhar à perspectiva do território, um dos baluartes de nossa reflexão na construção do migrante como sujeito. Todavia, devemos ressaltar que o lugar visto como “própria casa”, ou “casa alheia”, é a que, ao longo da história e das micro-histórias de populações migrantes ou receptoras, têm não só reforçado tradições de sociedades em que relevantes telurismos como estes têm criado e se desdobrado em preconceitos e atos discriminatórios em relação aos migrantes e aos direitos de livre circulação e residência, chegando, em não raros casos, em formulações de leis antimigrantes, nacionalismos e/ou regionalismos xenofóbicos. Desta forma, “[...] o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente” (Soares *et al.*, 2005 *apud* Oliveira, 2014, p. 88):

15. “O conteúdo de minha percepção, microfenômeno, e a vista à grande escala dos fenômenos-envelope não são duas projeções do em si: o ser é seu alicerce comum” (Merleau-Ponty, 1964 *apud* Castro, 2009, p. 132).

[...] pois cria padrões racializados de circulação no espaço público¹⁶. O racismo sustenta uma cultura do amedrontamento ao se transfigurar em leis, políticas de segurança, representações estigmatizadoras sobre determinados grupos sociais e espaços onde são maioria. Cria-se uma mixofobia (medo de misturar) com indivíduos considerados “perigosos”, ou seja, discursos racistas e classistas no uso e apropriação de espaços ao reproduzir o extermínio simbólico e, se possível, físico de negros [migrantes] e pobres nas paisagens emblemáticas da cidade do capital (Oliveira, 2014, p. 88)¹⁷.

Sob esta perspectiva, deixa-se de lado que os lugares diferentes são fruto das diferenças culturais, muitas delas causadoras de diferenças sociais e de classe (Souza, 2011), e que não há identidade que não seja construída no contato com a alteridade. Ou seja, a “nossa casa” só é assim percebida porque ela se limita pela “casa do outro”, mas a casa alheia não deveria ser uma ameaça, antes, deveria ser um convite! A identidade não existe sem a diferença, mais do que isso, a diferença cria a identidade.

Identidade e diferença são, pois, inseparáveis. Em geral, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença [...] Numa visão mais radical, entretanto, seria possível dizer que, contraditoriamente à primei-

ra perspectiva, é a diferença que vem em primeiro lugar. Para isso, seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual *tanto* a identidade *quanto* a diferença (compreendida, aqui, como processo) são produzidas (Silva, 2014, p. 73-74, grifos no original).

É neste contexto que se inscrevem os migrantes nos lugares de destino, ou os lugares de imigração, tal como demonstram os moradores *outsiders* da já mencionada comunidade de Winston Parva (Elias *et al.*, 2000). Nela, a chegada de novos moradores que desconheciam os modos de vida e as formas mais comuns de convivência do grupo há muito estabelecido fez surgir uma identidade local, uma identidade fundada na diferenciação com os *outsiders*, agora estigmatizados e inferiorizados (além de espacialmente segregados), por não dominarem todos os códigos de conduta, a história do lugar e por não se submeterem de imediato aos critérios e ao lugar social definido pelos *estabelecidos*.

Os migrantes, enquanto grupo social, de um modo geral, são desconhecidos entre si. Conhecem os membros de sua rede migratória, mas, devido ao poder concentrador dos lugares de imigração, tomam conhecimento uns dos outros e da realidade que os juntou somente durante a migração. Pelo desconhecimento peculiar deles próprios e dos lugares onde acabaram de chegar, seu domínio espacial ainda não está constituído. Isso impede o estabelecimento, ao menos no início das redes migratórias, de uma coesão suficiente que permita se apropriar do lugar. Isto gera as ilusões às quais fizemos referência acima.

Essas ilusões acabam por definir muito do que o migrante vive e muito do que se pensa acerca deles no período da imigração. Sayad (2000) aponta tais ilusões de uma maneira em que se constata a ausência de construção de subjetividade, aliás, até mesmo

16. “No Brasil, as interações cotidianas são marcadas por uma intensa ambiguidade das categorizações raciais e sistemas classificatórios” (Oliveira, 2014, p. 88).

17. “Essa eliminação se expressa nas mortes por autos de resistências de ditos policiais e no crescimento *skinheads*. Ela cria uma cronopolítica urbana, isto é, momentos cotidianos, especialmente à noite, em que negros são postos como potenciais criminosos se estiverem circulando por determinados espaços da cidade” (Oliveira, 2014., p. 88-89).

a perda paulatina dela, quando a memória executa o papel de mantenedor de equilíbrio emocional diante da aparente desterritorialização e da perda do potencial de agência do sujeito, através da ilusão de *neutralidade política*, uma condição impossível a qualquer sujeito.

Na medida em que a presença do imigrante é uma presença *estrangeira* ou que é percebida como tal, as “ilusões” que a ela estão associadas e que até mesmo a constituem podem ser enunciadas como segue: são, para começar, a ilusão de uma presença necessariamente *provisória* (e, correlativamente, se nos colocamos do ponto de vista da emigração, ilusão de uma ausência igualmente provisória), mesmo quando essa presença (ou essa ausência), provisória do direito, verifica-se, nos fatos e sempre *a posteriori* – e apenas *a posteriori* (não podemos deixar de insistir no caráter retrospectivo dessa “descoberta” e na necessidade prática do retardamento dessa descoberta, ou seja, da dissipação da ilusão) – como uma presença durável, quando não definitiva (fato que não se pode confessar nem mesmo confessar a si mesmo, pois na maior parte dos casos tal coisa é impossível nacionalmente, quando não ontologicamente falando); ilusão, sendo que esta é governada por aquela, de que essa presença é totalmente justificável pela razão ou pelo alibi que se encontra em seu princípio e que é o *trabalho* ao qual ela está ou deveria estar, logicamente, totalmente subordinada; e, por fim, ilusão da *neutralidade política*, não só neutralidade que se exige do imigrante, mas tal como ela se impõe ao próprio fenômeno da imigração (e da emigração), cuja natureza intrinsecamente política é mascarada, quando não é negada, em proveito de sua única função econômica (Sayad, 2000, p. 19, grifos no original).

Se o lugar é o espaço da identidade, é também da diferença e da memória (Nora, 1993), e nisto reside um grande problema pelo qual o migrante passa. Se sua presença é permanentemente estrangeira, a ilusão é a referência sobre a qual se estabelece a especialidade deste lugar para ele. Um lugar ilusório é um lugar genérico (Lévy, 2001) ou um *não lugar* (Augé, 2013), por isso o retorno é um ideal, que, em muitos casos, acaba por se tornar outra ilusão.

Hall (1998, p. 24) nos diz que são duas as questões com as quais os migrantes sempre se depararão: por que o migrante está aqui? E quando é que retorna? No que responde a esta última questão da seguinte forma: “Nenhum migrante jamais sabe a resposta para a segunda pergunta até que diretamente perguntado. Só então o indivíduo se dará conta de que, na realidade, no fundo, não irá voltar nunca. A migração é uma viagem de ida [...]”.

Um pesquisador-investigador recebeu uma resposta muito procedente de um dos seus entrevistados, antigo trabalhador imigrante, a quem, em seu local de trabalho, ele havia perguntado: “Você quer retornar para a sua terra, para seu país?”. A resposta foi: “É o mesmo que perguntar a um cego se ele quer a luz!” (Sayad, 2001, p. 19).

É claro que, atualmente, o retorno tem se mostrado uma empresa viável, mas tal empreendimento ocorre, para muitos, porque a identificação com o lugar para o qual migraram nunca se realizou, e a não identificação se dá também – e sobretudo – pela diferenciação forçada à qual muitas vezes o migrante é submetido. Esta construção de lugar privativo ao grupo residente há mais tempo está no cerne de muitas concepções de territorialidade, que, por mais ultrapassadas que possam parecer, sempre renascem

como novidade e como sinônimo de apego ao lugar. Nisto reside uma sedutora armadilha da identidade do lugar.

Esta construção de lugares que se pautam apenas nas identidades pode se mostrar muitas vezes incompleta e até mesmo equivocada, ignorando ou (intencionalmente) se esquecendo das diferenças, que são *exteriores constitutivos* (Hall, 2014). E nesta direção caminha também Massey quando mostra a não necessidade de construção de limites nos lugares, separando o interior do que é exterior.

[...] os lugares não têm de ter fronteiras no sentido de divisões demarcatórias. É evidente que as “fronteiras” podem ser necessárias, por exemplo, para as intenções de certos tipos de estudos, mas elas não são necessárias para a conceituação de um lugar em si. A definição, neste sentido, não deve ser feita por meio da simples contraposição ao exterior; ela pode vir, em parte, precisamente por meio da particularidade da ligação com aquele “exterior” que, portanto, faz parte do que constitui o lugar (Massey, 2000, p. 184).

Esta “necessidade” de diferenciar o exterior do interior está no cerne de nossa construção de lugar e, pior, está na nossa inteligibilidade do fenômeno “lugar”. Em outras palavras, a Geografia, entendida por muito tempo como a ciência da diferenciação de áreas, tende a perceber os lugares unicamente através de seus elementos de diferenciação, aspectos perceptíveis na paisagem que dão forma aos lugares e configuram as regiões.

Embora já esteja bem difundido que este debate está superado, convém lembrar os termos nos quais ele se fundava. A “diferenciação de áreas” proposta por Hettner (Hartshorne, 1978) foi um desdobramento da “geografia especial” de Varenus, avançando nos estudos de Kant-Ritter por meio da teoria regional e,

finalmente, da geografia regional de La Blache. Moreira (1999) esclarece que a adequação clássica da filosofia era de apresentar a diferença como questão ontológica remetida à reflexão do ser. Por isso, o problema passava, antes de tudo, pela diferença *Ser-ente*.

Na modernidade, a supressão da ontologia leva a uma redução da diferença *entre entes*. A Geografia moderna, herdeira direta desta equação reducionista, acaba por reduzir seus estudos à diferenciação de entes, os lugares. Uma armadilha conceitual que, como já dissemos, reificou o objeto da Geografia e promoveu o abandono dos reais criadores dos lugares, os *seres* que o constroem dialeticamente, os sujeitos.

Outra inadequação que aparece na construção do lugar a partir da ideia do binômio identidade/alteridade é a diferença que não se vê, ela própria, prenhe de outras diferenciações. É este o cuidado proposto por Pierucci ao expor que a história dos sujeitos é multifacetada (1999). Não basta identificar a diferença injustiçada no lugar (no nosso caso, os migrantes) e vê-la à luz de uma suposta coletividade agregadora, como elo forte o bastante para construir lugares com novos apelos menos desiguais e não segregadores. É preciso reconhecer que, no bojo dos diferentes tornados iguais na sua condição de *outsiders*, há diversas outras diferenciações que não podem ser ignoradas, como é o caso das mulheres e crianças entre os migrantes. Estes indivíduos constroem espacialidades diferenciadas, a partir de estratégias diferenciadas; e, raras vezes, suas tramas são percebidas, quicá analisadas (Pedone, 2007). “Tais estratégias, contudo, não devem ser entendidas como conjuntos harmoniosos, e sim conflituosos, havendo, inclusive, situações de desagregação familiar...” (Silva, 2005, p. 64). Os lugares femininos, geralmente pautados pelo universo masculino migrante, não são delimitados em sua totalidade, ou delimitadores de espacialidades por vezes divergentes em relação às masculinas e, em grande parte das vezes, é elemento fundamental para definir os projetos

migratórios e o sucesso da mobilidade. Portanto, este é outro problema remetido à diferença quando tornada identidade na análise dos lugares dos migrantes.

Além disso, é preciso lembrar que muitos migrantes quando retornam expressam sua identidade com o lugar de retorno de um modo próximo ao que ele experimentou na imigração, seja em relação a outros retornados, seja em relação aos que não migraram, mas que irão migrar. Também expressam a relação com os que nunca migraram e nem o pretendem fazer, o que expõe a influência marcante do lugar de procedência no seu comportamento em relação aos diferentes, ou atestando que a reprodução de certas identidades e memórias com o lugar são recorrentes em diversos indivíduos.

[...] as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. [...] o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos naquilo que havia nela de mais estável (Halbwachs, 1990, p. 133).

É importante ressaltar a ideia de que a construção da identidade do lugar e da memória é relativa e relacional. E é por meio desta construção que se fundamenta a noção de territorialidade, à qual nos remetemos a seguir.

A construção da territorialidade migrante

Uma compreensão do lugar partindo da elaboração e reelaboração de seus habitantes, que ultrapasse as dicotomias já apontadas, que supere as táticas de identificação e as dificuldades referentes às diferenciações e que considere os indivíduos na sua materialidade/subjetividade, portanto, como sujeitos, precisa estar atenta aos jogos de poderes que nele se apresentam. Lugar pode ser também um território, não por serem confusas as diferenciações entre as noções, mas porque jogos de poderes frequentemente envolvem estratégias que implicam apropriação e domínio de um dado recorte espacial.

Na concepção de Relph (2012, p. 28), a referência essencial de lugar é o “lar”, e ele não é delimitado por limites precisos, por ser o foco de experiências intensas do ser, o que o torna ilimitado. Entretanto, um lar, ainda que não seja, pode ser delimitado com limites mais ou menos precisos, na verdade, nos tempos atuais de intensa autorreclusão, os “lares” são sim, e cada vez mais, delimitados por divisas claras (são muros, grades, cercas, seguranças, fronteiras) todas com a intenção explícita de cercear a mobilidade de uns e privar o fluxo de outros. Portanto, a constatação dos limites do lugar é fruto mais de um efeito da construção de lugares como territórios do que uma característica comum aos lugares, como se vê na fulgurosa emergência de muitas territorialidades vinculadas aos lugares, e muitas delas, não por acaso, diretamente construídas sobre a oposição à presença de migrantes. Logo, falar de territorialidades, especialmente estas atribuídas à construção dos lugares, implica, antes, a associação a uma ideia de território.

Há, neste momento, uma situação nova em relação à noção de lugar: uma aparentemente substituição do lugar pelo território, pois muito se fala da importância do território como elemento constituidor de uma identificação espacial. Aquele lugar identificado pela Geografia Humanista atualmente parece ter sido em

parte absorvido pelo conceito de território. O que não se tem levado em consideração quando se substitui o lugar por território é o fato de o lugar ter uma dimensão dialética, relacional, intrínseca à sua constituição conceitual.

O território, por sua vez, estabelece e fixa o espaço dos lugares e das regiões, daí a sua necessidade. Talvez por isso seja ainda difícil fazer a relação entre território e rede. Diante deste fato, como pensar então o território? Há algumas concepções que, desde o surgimento da Geografia moderna, têm dado o tom do que se entende por território. Uma delas é a abordagem que apresenta o território como um espaço de controle, proposto por Sack (1986); e, de modo distinto, embora aproximado, Jean Gottman o vê numa perspectiva do controle a partir da soberania (Claval, 1999, p. 8).

Claval afirma, ao expor a concepção de Gottman, que uma entidade política, para que “possa ter a experiência do caráter absoluto do poder, é preciso que [...] não tenha concorrente, e que exerça um monopólio total sobre espaço dado; ela é então soberana. A ideia de território está assim ligada à de controle, e a justifica”. O território, visto por este prisma, é típico do contexto do pós-guerra e ainda é abordado sem aflorar sua dimensão simbólica, subjetiva, identitária. Algo que já aparece frequentemente nas discussões fora da Geografia (especialmente na etnografia) e nas discussões que envolvem os lugares.

Lugar, por sua vez, aparenta não ter como princípio definidor (pelo menos historicamente) a estratégia do controle. Como vimos, desde os primórdios da Geografia, o lugar tem sido utilizado como noção que se limita à localização de coisas diferentes ou da diferenciação de locais no espaço. Sabemos, no entanto, que lugar é mais que isso: categoria espacial em que se manifesta a dialética relação eu-outro. O lugar propicia o encontro entre a perspectiva obsoleta de localização/ diferenciação e a dimensão vivida/ experienciada do espaço. É neste ponto que se concentra o caráter do

território ao qual nos vinculamos, pois é a partir dele que se pode perceber o estabelecimento dos limites entre o que está dentro e o que está fora, a diferença e a identidade, e a definição de quem acessa o espaço e sob que meios se criam linhas de fuga, seja no território de destino, seja no de retorno.

Se os territórios “são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (Souza, 2009, p. 87), então a dimensão social do espaço assume o escopo que as perspectivas clássicas de território não apresentaram ao se isolarem numa dimensão física e/ou política. Partindo desse ponto de vista, torna-se necessária uma associação à perspectiva de Paul Claval (1999), que junta território a identidade:

O sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo, dotá-lo de uma base espacial ancorada na realidade [...] Vê-se, então, por que os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades (p. 16).

O território é, portanto, o conceito geográfico que tem tido maior plasticidade dentro do terreno espinhoso e, talvez por isso, tão amplamente solicitado da identidade dentro do atual discurso das ciências humanas. Porque afinal é nele, e às vezes por sua causa, que se manifestam muitas das questões envolvendo a identidade na modernidade tardia. Mesmo não sendo fixas, foi graças ao fato de as identidades estarem associadas quase sempre a uma base espacial que algumas concepções de território se ajustaram a determinadas noções de territorialidade (pois, como nos lembra Haesbaert [2007], há territorialidades sem território), permitindo que se vejam os migrantes como sujeitos em cujas territorialidades se encontram elementos característicos do período do contemporâneo.

Haesbaert (2004) realiza uma exaustiva incursão pelos domínios e acepções do conceito de território, com o propósito de entender a tão alardeada desterritorialização, que tanto lhe chamou a atenção. Para isso, apresenta uma síntese na qual evidencia quatro vertentes básicas do conceito (p. 40):

- Política ou jurídico-política: a mais difundida, em que o território é visto como espaço delimitado e controlado, onde se exerce poder, quase sempre relacionado ao Estado;

- Cultural ou simbólico-cultural: em que se prioriza a dimensão mais subjetiva, na qual o território é visto como produto da apropriação simbólica de um grupo;

- Econômica/funcional: menos difundida, acepção em que se enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, tendo o território como fonte de recurso e produto da divisão territorial do trabalho;

- Natural(ista): a mais antiga, fundada no comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

Em um texto posterior, Haesbaert (2007) apresenta uma síntese ainda mais concisa, na forma de lista, de duas destas vertentes, a partir de seus elementos alicerçantes, de onde se depreende que o “território simbólico” se relaciona com processos de apropriação que estabelecem valor simbólico, possibilitando o surgimento de territorialidades, ainda que possam, como dissemos, até estar destituídas de um território material, conforme se pode observar a seguir:

Território de dominância “funcional”

*Processos de Dominação
“Territórios da desigualdade”*

***Território “sem territorialidade”
(empiricamente impossível)***

***Princípio da exclusividade
(no seu extremo: unifuncionalidade)***

***Território como recurso, valor de troca
(controle físico, produção, lucro)***

Território de dominância “simbólica”

*Processos de Apropriação (Lefebvre)
“Territórios da diferença”*

***Territorialidade “sem território”
(ex.: “Terra Prometida” dos judeus)
Princípio da multiplicidade
(no seu extremo: múltiplas identidades)***

***Território como símbolo, valor simbólico
(“abrigo”, “lar”, segurança afetiva)***

Entretanto, Haesbaert, ainda no seu “Mito da Desterritorialização” (2004), num trecho em que busca organizar as abordagens do conceito tendo como fundamento uma análise filosófica de cada uma, argumenta que é possível identificar dois amplos eixos de entendimento do território:

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrando em função de duas outras perspectivas: i. a visão que (denomina) “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemáticas que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico; ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s) (2004, p. 41).

A partir destes grandes eixos de entendimento do conceito de território, pormenorizado item a item, o autor propõe uma definição de território bastante ampla, na qual mostra que território é relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, passando por abordagens que se vinculam a aspectos mais concretos e funcionais “à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (Haesbaert, 2004., p. 95), embora ressalte que cada grupo social

pode se territorializar através de processos que polarizam ou mesclam estes aspectos na relação com seus espaços, “dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo” (Haesbaert, 2004, p. 96).

As palavras deste autor são reiteradas na ênfase que Claval (1999) dá ao caráter profundo que a(s) identidade(s) representa(m) na formulação das concepções de território, em especial as que se constituem no cotidiano dos migrantes. Segundo ele, a construção das identidades é indissociável da construção das representações de certas porções do espaço (Claval, 1999, p. 16), acionadas por meio de signos investidos de grande valor simbólico, o que torna as representações elementos centrais na análise do território quando se considera o componente identitário como elemento constituinte e constituidor. Sem ele, “o território é apenas uma concha vazia, sem valor simbólico para a maior parte dos cidadãos” (Claval, 1999, p. 24), como o caso de muitos Estados em que estes símbolos e as representações a ele vinculadas precisam ser inventados, de modo a dar consistência ao território dominado.

Mas, como vimos acima, há territorialidades que são fundadas sem uma base territorial efetiva, ou ainda, a partir de um território imaginário ou distante, sobre o qual a representação é peça basilar, conforme o seguinte exemplo:

As comunidades fragmentadas nem sempre se contentam com um centro simbólico próximo, campanário ou minarete, para se federar. Elas experimentam a necessidade de se fechar em microterritórios dos quais elas saem somente para realizar o trabalho e as trocas que lhes permitem viver. Elas criam colônias, ou aceitam sem muito sofrimento ser fechadas em guetos, na medida em que estes lhes garantam sua identidade. O ideal, para muitos, não é se reunir para recriar uma grande unidade territorial, mas

transformar o gueto em pequeno território inviolável – o que fazia, por exemplo, o *shtetl* dos antigos territórios do reino da Polônia-Lituânia (Claval, 1999, p. 17).

Evitando polemizar a afirmação de que comunidades fragmentadas “aceitam sem muito sofrimento ser fechadas em guetos” desde que lhes seja garantida sua identidade, pode-se considerar que há uma ideia importante de que as representações constituintes do território contribuem para a construção e a reconstrução de territorialidades, cambiantes entre o passado e o presente, entre a memória e a realidade pragmática, implicadas a partir de “apropriação global, exercício de soberania e execução de estratégias de controle” (Claval, 1999, p. 23). É algo muito comum, presente nas diversas experiências de construção territorial em todos os tempos e lugares, inclusive com migrantes em seus lugares de destino e, surpreendentemente, com retornados nos seus lugares de retorno.

Logo, a territorialidade se constitui nos jogos de construções do território, os quais lançam mão a todo tempo das representações deste recorte através dos símbolos e signos aos quais se atribui significado. Territorialidade, portanto, é o processo de expressão territorial de uma identidade, e é também:

Uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle de áreas. Territórios políticos e propriedades privadas de terras podem ser as formas mais familiares em que a territorialidade ocorre em vários níveis e em numerosos contextos sociais. A territorialidade é utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados (Sack, 2011, p. 63).

Isso significa que a territorialidade não se define apenas por uma dimensão política, por lógicas de poder, mas também por relações econômicas e culturais, imbricadas e indissociáveis entre si, pois se vincula ao modo como as pessoas se organizam, utilizam a terra e dão significado aos lugares (Haesbaert, 2007). Portanto, a perspectiva teórica de territorialidade que se acomoda aos interesses do presente trabalho segue a trilha proposta por Goettert e Mondardo, na qual se afirma que:

Em síntese, podemos (re)definir territorialidade como as relações materiais e simbólicas de uma pessoa, grupo, classe ou instituição permeadas pelos *valores* e *sentidos* de identidade (pertencimento, inclusão, para dentro) e de diferenciação/alteridade (estranhamento, exclusão, para fora), balizada por relações de poder. A noção de poder não implica, apenas, a relação de “superioridade” de uma territorialidade sobre outra; ela está presente também na produção da territorialidade *em si*, isto é, no controle consciente ou inconsciente de que a pessoa, grupo, classe ou instituição *pode* manter influência sobre as relações que expressam os *valores* e *sentidos* de identidade, de exclusividade, de diferenciação e de fragmentação espacial (Goettert; Mondardo, 2009, 116, grifo dos autores).

O sentido que os autores imprimem ao conceito indica que todo território é, ao mesmo tempo, em graus e combinações diferentes, funcional e simbólico. Envolve relações de poder, mas não se esgota nelas, traz consigo a perspectiva comunal e evoca o sentido de lugar que apresentamos anteriormente. Do que se depreende que território é:

[...] muito mais que um mero instrumento de luta e/ou afirmação de domínio político. Território, visto dentro do movimento da história, é um conjunto de relações sociais que, reconstruindo o espaço e se reapropriando dele, refaz o homem, suas classes e seus grupos. E os refaz justamente pela “conquista” da terra, uma terra múltipla, que não é apenas recurso a ser utilizado e negociado, mas também fonte de reconhecimento e afirmação num mundo moldado pela indiferença e pela lógica contábil (Haesbaert, 2013, p. 71).

A perspectiva deste autor trata o território como um de modo de focar a realidade, portanto, um “olhar”, não meramente uma parcela do espaço. Sob este “olhar” as relações de poder são destacadas, sejam as que se rebatem nas esferas mais materiais, como a dimensão político-econômica, sejam em sua articulação mais simbólica (Haesbaert, 2011).

É com base nestas edificações conceituais que a questão do migrante enquanto indivíduo territorial pode ser entendida em um sentido geográfico, um sujeito construtor de territórios e proponente de novas, múltiplas e imprevisíveis territorialidades. Esta perspectiva, mais condizente com a realidade do mundo, envolve a dimensão simbólica do espaço, que se apresenta em uma de suas faces por intermédio da identidade territorial.

Castells (1999), na intenção de mostrar sua perspectiva de identidade territorial frente aos atuais processos globalitários, diz que:

[...] as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal (p. 79).

Identidade territorial como identidade cultural circunscrita a uma comunidade é uma perspectiva que implica quase a totalidade dos migrantes. Isto porque a dimensão do espaço fugidio, ausente, todavia presente na memória do migrante, constrói no indivíduo o sentimento de pertencimento espacial, que os agrega em laços identitários. Tal processo é tão recorrente que pode ser determinante no planejamento e na efetivação de um retorno.

Para analisar a dimensão geográfica da migração de retorno, é fundamental reconhecer que o espaço para o migrante retornado ultrapassa a noção simplista de substrato físico, ou da mera funcionalidade. O lugar do retorno é um referencial de identidade. De vínculos comunais, é “lugar”, por assim dizer, segundo o sentido apresentado acima, de extrema importância para o sujeito retornado. Desta forma, a identidade e a diferença se manifestam simbolicamente no seu território também, e muitas vezes, sobretudo, através dele. A relação dos sujeitos com o território tem sua dimensão simbólica privilegiada neste processo, significando dizer que é impossível a análise do retornado e, na mesma medida, do processo de retorno sem que se passe pela constituição de sua identidade.

[...] Mas quando nós partimos daqui, a gente fica com o coração partido. E durante os anos que a gente vive lá, nós nos lembramos de cada vereda que nós andamos, cada lugar que a gente nasceu e se criou aqui, correndo com a natureza. Quando a gente “tá” lá, naquela cidade grande, que a gente vê aqueles ônibus cheios, lotados, aquela correria, aquele desespero, você tem vontade de voltar. Acho que, se tivesse asas, saía de lá na mesma hora. (Maria Nilma, 40 anos, retornada do Rio de Janeiro, à época, funcionária do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Reriutaba, Ceará – entrevista em julho de 2003).

No relato da retornada, há uma visível rememoração do território de origem no período em que era uma migrante na metrópole. Curiosamente ela acentua o aspecto relacionado à funcionalidade dos dois territórios, as “veredas” e os “ônibus cheios”, mas os envolve em uma atmosfera sentimental, que expressa claramente sua preferência entre os dois lugares, mesmo que o seu território de origem se apresente em termos econômicos muito menos dinâmico que o de onde ela procedeu no retorno. Evidencia-se, neste caso, a importância da identidade com o lugar de origem e não com o de procedência. Este embate entre a expressão de dois territórios, um de origem – que no regresso se torna o território de retorno – e o território de imigração, obriga que os migrantes elaborem estratégias e atuem segundo as condições apresentadas, conflitanto, negando, hibridizando territorialidades, sofrendo e promovendo situações de multi e transterritorialidades.

Multiterritorialidade e Transterritorialidade do Migrante

Muitas práticas espaciais são construtoras de território e, como vimos, têm um desdobramento inexorável, seja em que escala for ou envolvendo quaisquer sujeitos, que é a produção de territorialidades. Elas são, portanto, muito mais que recortes espaciais, são estratégias e ações, modos de pensar e agir, lógicas, portanto, vinculadas a territórios específicos. Constituindo-se num elo entre o chão e o indivíduo, entre processos culturais e físicos, um potente estratagema para ação dos sujeitos, entre os quais não se omitem os migrantes. As práticas territoriais são para os migrantes aspectos *sine qua non* para a realização da vida no processo migratório, sem os quais a migração não se constitui. É lícito, então, afirmar que é impossível haver migração sem que

práticas territoriais e construção de territorialidades não lhes sejam constituintes.

Isto posto, convém ressaltar que as territorialidades foram vistas por muito tempo na geografia como elementos comuns apenas aos casos em que se configuravam claras disputas territoriais e, não raras vezes, o único agente privilegiado era o Estado, ignorando-se, assim, processos que permeavam as meso e microescalas e sujeitos que não se opusessem aos estados-nacionais. Migrações internas, portanto, não se configuravam num assunto de Geografia Política, restringia-se à esfera da Geografia da População, uma área fundada nos pressupostos do “Homem Estatístico”, em que a população não ultrapassa a dimensão quantitativa, adequada apenas ao planejamento estratégico e à ordenação territorial (Moreira, 2009).

Os migrantes, por sua vez, também nunca foram postos numa esfera que não fosse a da mobilidade do trabalho, seja numa abordagem conservadora ou crítica, a percepção dos migrantes como, antes de tudo, força de trabalho em movimento foi (e ainda é) uma forma de alienar sua condição de sujeito, ou de encarcerá-lo na cela pseudoemancipatória – ideológica, por assim dizer – da classe dos oprimidos e carentes de libertação.

Tanto as migrações se complexificaram, quanto os migrantes se mundializaram a tal ponto que não é mais possível pensar o espaço mundial sem considerá-los, bem como não há nenhuma geopolítica ou, em termos analíticos, nenhuma Geografia Política crível que não considere os migrantes como sujeitos *per se* dos tempos globalitários (Font; Ruffi, 2006). Numa escala meso ou microrregional, não há mais formas de esconder a presença e as alterações diretas ou as influências que os migrantes de diferentes regiões e cantões isolados promovem no espaço dos diversos países, em especial, os de economia aquecida. No caso do Brasil, as dimensões continentais tornam as migrações intrarregionais fluxos de complexidade tal que ajudam a compreender o quadro populacional de metrópoles

regionais (Fusco, 2012). Também se evidenciam as mudanças nos hábitos cotidianos decorrente da presença maciça de migrantes em determinados espaços metropolitanos (Aragão, 2011), nos falares (Bagno, 2002) e em diversos outros aspectos da vida cotidiana, bem como na reação xenofóbica derivada destes fluxos, pautada em *di-zibilidades* opressoras, como alcunhas, estigmas e pechas depreciativas (Albuquerque Júnior, 2007).

Mesmo assim, ainda há discursos que parecem minimizar a presença maciça nas escalas locais, sobretudo nas grandes cidades, de migrantes de matizes variados, provenientes de diversas partes do mundo e, no caso do Brasil em particular, com destaque para os migrantes intrarregionais. Em que pese o fato da crescente discussão em torno da migração internacional, não estamos aqui desprezando este tipo de migração ao fazermos uma leitura de Brasil, apenas sinalizamos que hoje os fluxos migratórios para o Brasil já não são tão expressivos como as migrações internas e os emigrantes, especialmente para os EUA e a Europa.

Diante deste quadro, acentua-se a ideia de que diversos recortes espaciais, especialmente países como o Brasil são, desde suas origens, países migrantes, construídos sobre trajetórias variadas. No caso específico do Brasil, o fato é que sujeitos oriundos de lugares distantes se encontraram pelos mais diversos motivos e construíram o território que conhecemos hoje a partir de constantes choques de territorialidades.

Esses choques são resultados das construções acerca do outro, dos *pré-conceitos* estabelecidos acerca dos diferentes sujeitos, tornados fixos e imutáveis, designadores supostamente precisos o suficiente para se determinar o que vem a ser o outro: o diferente. Mas não existe sujeito que não encarne a materialidade corpórea tornada espacialidade, de sorte que toda identidade/diferença humana ressalta modos de produzir e se apropriar dos espaços semelhantes e diversos que, ao invés de serem celebrados como dá-

diva da natureza humana, uma vez encarcerados pelo engodo da superioridade de um modo sobre o outro, deságuam na inevitável fórmula espacial da “diferença-que-precisa-ser-tornada-como-eu”.

A migração é necessariamente, no dizer de Goettert e Mondardo (2009, p. 116), des-locamento, isto é, um “sai do lugar/tira do lugar” que põe de encontro migrantes, não migrantes, ex-migrantes, retornados, “trecheiros”, enfim, todos os que se movem, que carregam consigo – corpórea e espiritualmente – suas vivências e experiências, com os que estão fixados, que igualmente carregam – nos mesmos termos – vivências e experiências outras. Se as territorialidades são relações, pode-se afirmar que a multiplicidade de relações promovida pelos deslocamentos humanos provoca mudança nas territorialidades, especialmente percebidas nas que se proclamam estáveis e tradicionais, desestabilizando-as, fortalecendo-as ou destruindo-as. Implicação direta deste fato é o choque das territorialidades, que não significa somente tensões e conflitos, mas embates a partir dos paradoxos territoriais entre os da mobilidade e os da fixidez, exacerbando-se em situações de influência, dominação, exploração e apropriação. Mecanismos acionados nos fluxos do poder (Raffestin, 2011) que servem aos grupos hegemônicos, geralmente, mas não necessariamente, ao grupo fixado em detrimento do grupo que chega da mobilidade.

Todo encontro entre territorialidades (choque de territorialidades) acaba na tentativa de fazer do grupo mais vulnerável um simulacro do grupo hegemônico. O estudo já mencionado de Elias e Scotson (2000) mostra que este choque e a delimitação clara entre os de dentro e os de fora são um processo comum no contato entre grupos diferentes. Mas Goettert e Mondardo (2009) mostram vários exemplos ao longo dos séculos, que provam que a construção do Brasil foi realizada tão somente por meio do choque de territorialidades, o que eles nomeiam de transterritorialidades.

As transterritorialidades são disputas, tensões, conflitos, mediações e negociações entre territorialidades; a ideia se aproxima da de “transculturalizações”, podendo ser aquelas a expressão territorial destas, configurando-se em uma espécie de “transmigração” cultural e de poder na relação entre territorialidades divergentes. Pessoas, grupos, classes e instituições *transitam* entre territorialidades como trânsito entre *sentidos* de viver, muitas vezes opostos e em contradição, ao mesmo tempo que transpassam e são transpassados por territorialidades, podendo, inclusive, potencializar e produzir entrecruzamentos e/ou superposições através da “mistura” (oriunda do próprio choque), com a produção de territorialidades cada vez mais híbridas. Esse trânsito é, quase sempre, carregado de disputas, tensões, conflitos, mediações e negociações, geralmente exacerbadas em situação ou condição de migração. Por isso, a transterritorialidade é uma situação/condição de “mal-estar” porque, em movimentos de internalização/externalização, os sujeitos (em sentido amplo) marcam e são marcados por processos de identificação/diferenciação quase permanentes. Ou, se quisermos, a condição de transterritorialidade é a afirmação/negação constante de nossas “fronteiras étnicas” cotidianas. Isso, por outro lado, não deve significar que as transterritorialidades sejam sempiternas, mas, ao contrário, sempre transitórias a depender das “figurações” em cada tempo e em cada lugar (Goettert; Mondardo, 2009, p. 117-118).

As transterritorialidades expressam as diferenças entre territorialidades, aliás, muito além de uma percepção pragmática sobre a forma como uma liderança ou grupo hegemoniza uma dada porção do espaço, territorializando-a, as transterritorialidades

apresentam e confrontam valores e sentidos de existência. Outro caminho para se entender o contato entre as territorialidades é o que Haesbaert (2004) propõe quando sugere que nossas vivências múltiplas constroem multiterritorialidades. Seja numa trans ou multiterritorialidade, o fato é que questões que envolvem o encontro (nem sempre amistoso) de territorialidades são elementares no cotidiano migrante de tão frequentes que se manifestam, para as quais os migrantes têm duas formas práticas de lidar: ou recria uma territorialidade fundada no território de origem no lugar de destino, hibridizando territorialidade por meio de performances; ou retorna. Vale lembrar, contudo, que mesmo quando se retorna, o jogo de performances não deixa de ocorrer.

A presença massiva de nordestinos em São Paulo e outras metrópoles do Centro-Sul do Brasil evidencia que a reterritorialização com base na recriação de uma territorialidade performática é muito acionada. Por outra via, o retorno destes migrantes (algo evidenciado desde os anos 1980) também é um caminho cada vez mais comum à tentativa de se lidar com as transterritorialidades. Basta acompanhar as trajetórias migratórias para atestar o conflito de territorialidades sempre presente na relação entre os migrantes e os locais (Menezes, 2014).

Se, por um lado, os migrantes se reterritorializam por meio da construção de uma territorialidade híbrida no lugar de destino, por outro, os que não obtêm o logro almejado na migração retornam. E aí reside um importante aspecto da questão dos retornados, qual seja “como se reterritorializar no lugar de retorno”.

Em outro momento (Romeu, 2010), tentamos responder a esta questão tendo como baluarte central a pertinente proposta de Haesbaert (2004) sobre a multiterritorialidade do migrante, evidenciada nas suas territorialidades híbridas. Observando o caso dos cearenses retornados do Rio de Janeiro, foi possível notar que eles construíam novas territorialidades híbridas, mesclando mo-

dos de viver e agir no mundo, cruzando as experiências do lugar de origem com as do lugar de destino e manifestando-as no lugar de retorno. Porém, quando se problematiza a territorialidade dos retornados, a multiterritorialidade, *per se*, não tangencia a dimensão do conflito, inclusive existencial, dos migrantes retornados.

Os enredos, as tramas e, principalmente, os dramas fundam as transterritorialidades (Goettert; Mondardo, 2009, p. 124). Não porque simplesmente a saudade dos parentes, das paisagens e dos geossímbolos, de um modo geral, suplantem a realidade objetiva e a materialidade da vida do migrante no lugar de destino, mas, exatamente pelo oposto, a materialidade da vida e a realidade concreta, na sua marcha inclemente de indiferenciação dos indivíduos na metrópole, propiciam o resgate da memória das singularidades do lugar de origem, de modo que a saudade é o resultado do processo segregador e objetificante pelo qual ele é vitimado. O desejo de uma “volta para casa” é o resultado de uma permanente sensação de provisoriedade, de alienação compulsória, como aponta Sayad (1998, 2000). O sentimento de “volta para casa” para muitos que retornam está relacionado ao retorno ao *espaço de referência identitária*, um lugar que é parte central da vida dos que migram. O lugar de retorno, neste sentido, poderia ser comparado ao “espelho machadiano”, as duas almas postas como metades do ser que se completam.

Haesbaert (2004, p. 337-338) argumenta que a “miríade de territórios-rede [da atualidade] marcados pela descontinuidade e pela fragmentação [é] que possibilita a passagem de um território a outro, num jogo [por ele denominado de] multiterritorialidade”. Ampliando seu entendimento acerca da experiência contemporânea de vivência de múltiplos territórios, o autor posteriormente (2011) propõe outro entendimento do termo “transterritorialidade”. Segundo ele, a transterritorialidade se refere ao *trânsito* por territorialidades distintas, indicando que este trânsito implica

uma articulação entre territórios distintos, imbricando-os em função de uma frequente mobilidade entre eles, uma condição de *transitoriedade* (Haesbaert, 2004, p. 64-65).

Os autores anteriores fazem uma proposta diferente, mais afeita às questões migrantes, pois não desconsideram o trânsito fronteiriço entre as territorialidades, mas enfatizam a dimensão da tensão hegemonia/resistência do processo de construção de territorialidades do migrante. Neste sentido, os autores mencionados afirmam o seguinte:

[...] lidamos com a ideia de transterritorialidade como o “choque de territorialidades”, e não como um “convívio” em uma “miríade de territórios-rede”. Não temos dúvidas de que a condição de transterritorialidade também participa de um espaço descontínuo e fragmentado – e rizomático –, mas ela só se processaria quando, na migração ou na “i-mobilidade”, se chocam essas descontinuidades e essas fragmentações (materiais e imateriais). Em uma primeira aproximação, assim como na condição de “multiterritorialidade”, a transterritorialidade atravessa/é atravessada por territorialidades completamente distintas daquelas produzidas pelos Estados nacionais, e sua possibilidade de (re) produção engloba escalas espaciais e temporais múltiplas, podendo ou não participar as territorialidades fundadas em nações, nacionalismos e nacionalidades, regionalismos e localismos (Goettert; Mondardo, 2009, p. 123).

Os choques entre as “descontinuidades e... fragmentações” se verificam a partir do valor da experiência dos sujeitos, e a experiência migratória é muito mais marcada pelo choque de territorialidades do que por desencontros territoriais, frequentemente associados à perda de uma territorialidade, denominado de ma-

neira generalizada de desterritorialização (é contra este mito que Haesbaert propõe a multiterritorialidades dos sujeitos).

Mas a distinção proposta por Goettert e Mondardo acentua o tensionamento latente aos encontros entre as territorialidades migrantes e locais (tensões que quase nunca favorecem aos *outsiders*). Frequentemente associada à ilegalidade, a presença migrante causa contradições e conflitos, por isso, entender tal choque como uma transterritorialidade avança no entendimento da presença migrante na metrópole. Mas avança também no entendimento da presença do retornado. Afinal, este também é um migrante no seu lugar de origem.

Por isso, insistimos na diferenciação dos termos “lugar de origem” e “lugar de retorno”. Para quem volta, o lugar não é mais o mesmo e jamais voltará a ser o da memória da partida, portanto o lugar do retornado é o do retorno, o que se apresenta “a-partir-dali”, seu devir, por assim dizer. E tal lugar necessariamente carece de trânsitos e se apresenta, num certo sentido, transitório, mas o que marcará a permanência ou uma nova mobilidade é, sem dúvida, o nível de tensão e conflitos que marcará sua nova presença neste novo destino, seu lugar de retorno.

A transterritorialidade, nos termos de Goettert e Mondardo, permite enxergar o retorno do migrante como um momento de choque de territorialidades. Diversas trajetórias migratórias dão conta de uma grande dificuldade de reinserção social, econômica, política e, conseqüentemente, simbólica, isto é, uma difícil reconstrução territorial, portanto uma reterritorialização, muitas vezes, precária. A multiterritorialidade é certamente um acionamento necessário, manifestando-se ora mais funcionalmente, ora mais simbolicamente conforme a força das funções e dos significados que lhe são atribuídos diferentemente pelos sujeitos retornados em ação territorializadora (Haesbaert, 2011, p. 61).

O tensionamento presente na chegada da migração se evidencia quando lógicas diferentes ou modos de viver, permeados de valores e sentidos de mundo, encontram-se. O migrante assiste e protagoniza, ao mesmo tempo, esse tensionamento e os cerceamentos tornados regras não declaradas ou mesmo normatizadas. Neste sentido, o migrante experimenta como poucos a percepção da sociedade de massas que dissolve fronteiras e banaliza o cotidiano, privatizando o público e publicizando o privado. É nesta contradição da modernidade tardia e líquida que Ruy Moreira (2007, 2011, 2012) sugere a transgressão e a visibilização dos contraespaços. No entendimento do autor:

O contraespaço é a expressão dessa dialética do privado e do público, num plano micro, e a sociedade civil e a sociedade política num plano macro da organização societária. O recorte que as contradições privado-público e sociedade-Estado cravam no coração do todo do espaço da ordem. E cujo âmbito logístico é declarado o território da subversão e da mudança por seus sujeitos [...] Não há espaço sem contraespaço, e vice-versa, contraespaço sem espaço, dado o próprio caráter ontológico de um e de outro, a essência contraditória da relação localização *versus* distribuição (Moreira, 2012, p. 211).

Sua afirmação pode ser complementada por uma partícula extraída do texto anterior que subsidiou esta definição.

Pode-se, então, falar de uma sociedade de contraespaços, no sentido de uma estrutura societária em que o conflito já se institui desde a base espacial e em que a regulação ordenatória visa territorialmente normatizar e circunscrever, com o objetivo de mantê-lo no horizonte do con-

trole de classe possível. A forma-protótipo desse modelo societário talvez seja a sociedade burguesa: uma forma de sociedade marcada historicamente – desde os seus inícios e dado o próprio modo de sua (re)produção espacial como sociedade – pelos conflitos de territorialidades (Moreira, 2007, p. 94).

O Brasil, inserido na reprodução da sociedade burguesa desde seus primórdios, pautou-se no conflito de territorialidades, por isso, no Brasil houve e ainda há diversos movimentos de contraespaço na sua formação territorial. Moreira (2012) explicita os permanentes embates entre sentidos de mundo opostos que se evidenciam na colonização. Na verdade, a formação do Brasil se dá pelo transcurso de transterritorialidades marcadas pelo (desde sempre) processo migratório que configurou o território como um sem número de territórios (*outros*) superpostos, múltiplos territórios em embates de contraespaço, o qual, em nosso entender, está mais inclinado a um *contraterritório*.

Como mostramos na introdução, a colonização também é fruto de um processo migratório, mas uma migração numa condição em que o migrante não é o subalternizado, mas o que subalterniza. Assim como em todos os casos, ousando propor uma relação de ideias, mesmo a migração numa condição subalternizante, envolve um processo de transterritorialidade, promotora de contraespaços. Conquanto se mostre cada vez mais criminalizada e mobilizadora de resistências, as colonizações expõem o fato de que a migração, por si só, não pode e nem deve ser vista como instrumento de emancipação ou como um fenômeno que, desde sempre, anuncia sujeitos subalternos. Muitas vezes, ela é deflagradora de processos de resistência e promoção de contraespaços, exatamente porque o autóctone é o oprimido (para isso, Goettert e Mondardo são pródigos em exemplos atuais do Brasil). Mas é fato que, no

decurso das transterritorialidades e na produção de contraespaços, os migrantes atuais são figuras subalternizadas e, tal como ocorre quando se trata de migrações em escalas internacionais, em migrações internas, estes processos também se manifestam.

No caso do retorno, o migrante retornado tem sua territorialidade eivada por territorialidades conflitantes, e não raras são as ocasiões em que a territorialidade constituída no lugar de retorno é um contraespaço, mesmo que não redunde numa clara configuração territorial de exceção, como nos guetos ou campos de refugiados, mas que se manifestam numa percepção discriminatória por parte dos locais acerca da dignidade dos retornados, uma vez que poderiam ter sido corrompidos pela lógica da metrópole.

Prova disso é que todo tipo de fato que se refira ao aumento da violência urbana nas cidades pequenas e médias estudadas tem sido atribuído aos retornados. Caberá uma análise mais aprofundada adiante. Entretanto, prestemo-nos a afirmar que o retorno, mais que um ato de regresso ao lugar da memória, significa um resgate que não se efetiva, uma permanente reconstrução, flagrante contínuo de transterritorialidades, sempre tributárias na produção de contraespaços ou na manutenção dos jogos de identidade hegemônicos, a depender das performances construídas na migração.

O retornado como amálgama multi/transterritorial

O que dizer então do que retorna? O migrante retornado é um sujeito diferenciado duplamente. Primeiro porque já vive o processo de multiterritorialidade comum a todo migrante; e segundo porque tanto o lugar de origem quanto ele mesmo já não são mais os mesmos, consequência direta do período de afastamento e da vivência em múltiplos territórios. Destarte, contesta-se a visão

essencialista e autêntica na construção da identidade do sujeito migrante ao passo que se cria uma espécie de *dupla consciência*, na vivência do lugar de origem e de retorno do migrante.

Alhures, percebemos que é justamente a multiterritorialidade desenvolvida na migração que permite ao migrante retornado uma reterritorialização em seu lugar de origem, agora mais adequadamente entendido como lugar de retorno. Lembremos que o lugar de origem, no retorno, destitui-se em alguma medida do caráter de território em função das mudanças nele ocorridas e da forma de produção espacial do indivíduo, diminuindo a intensidade ou, no limite, destituindo o retornado da sua antiga territorialidade, o que se traduz por uma desterritorialização. Entretanto, esta não é uma ação isolada, não há uma desterritorialização sem uma concomitante reterritorialização e, neste sentido, este segundo momento se processa na hibridização das territorialidades, uma, supostamente perdida, numa mescla com outra, hipoteticamente adquirida.

A multiterritorialidade do migrante retornado se sintetiza no jogo entre territorialidades “perdidas” e “ganhas”, gerando o novo. A síntese entre os territórios – o território de saída (de emigração), o de chegada (de imigração) e o de retorno – processam uma nova territorialidade no lugar de retorno, criando assim um novo território, agora híbrido e intercultural.

O retornado não é só moderno, é “tradicional” também. É urbano e é rural simultaneamente. Homi Bhabha nos ajuda a entender melhor esse agente/sujeito. Este autor faz uma bela reflexão sobre a emergência de um pensamento, fundamentado nas experiências que estes agentes (novos sujeitos) trazem no momento:

A contingência do sujeito como agente é articulada em uma dupla dimensão, uma ação dramática. O significado é distanciado; o *entre-tempo* resultante descerra o espaço entre o léxico e o

gramático, entre a enunciação e o enunciado, no intervalo do ancoramento dos significantes. Então, de repente, esta dimensão espacial intervalar, este distanciar-se, converte-se na temporalidade do “lançar” que iterativamente (re)torna o sujeito como momento de conclusão e controle: um sujeito histórica e contextualmente específico. Como poderemos pensar o controle ou a conclusão no contexto da contingência? Precisamos, o que não nos surpreende, invocar ambos os significados de *contingência* e depois repetir a diferença de um no outro. Lembrem-se de minha sugestão de que para interromper a estereotomia ocidental – dentro/fora, espaço/tempo – é preciso pensar, fora da sentença, simultaneamente de modo muito cultural e muito selvagem. O contingente é contiguidade, metonímia, tocar as fronteiras espaciais pela tangente e, ao mesmo tempo, o contingente é a temporalidade do indeterminado e do indecível [...] (Bhabha, 2003, 259, grifos no original).

A contingência ou a não repetição das experiências do retorno faz, destes sujeitos, agentes que, pela sua condição de estarem no entre-tempo resultante de suas experiências (e, por que não dizer, por estarem num “entre-lugar”), inauguram uma nova linguagem, expressa na sua forma de falar, de lidar com o espaço, afinal a contingência não é só a “temporalidade do indeterminado”, é também a *espacialidade* deste indeterminado e deste indecível, uma forma diferente de viver o cotidiano.

Fazito (2010, p. 91) apresenta o retorno como detentor de um poder simbólico, capaz de determinar o *projeto migratório*. Segundo o autor, muitas comunidades que experimentam a emigração acabam constituindo, no processo migratório, um momento importante da construção dos seus indivíduos. Logo, a migração se estabelece como uma espécie de *ritual de passagem*, servindo

como elemento constitutivo das identidades individuais, que só é completo quando o retorno é constituinte deste projeto. Retornar é, portanto, um ideal necessário à migração, categoria fundamental para o entendimento do fenômeno migratório. E é justamente este ideal, identificado como as *ilusões* do migrante, às quais fizemos menção um pouco atrás.

A noção de um retorno como “ideal necessário”, ou a presença migrante como “necessariamente provisória”, esboça um pressuposto de migração que tem se tornado, dia após dia, menos frequente, qual seja: a ideia de que as possibilidades efetivas de retorno ainda são muito remotas. Isto não é mais um dado inexorável, muito embora valha a ressalva de que há ainda muitos deslocamentos populacionais inteiramente compulsórios (caso dos atingidos por barragens, por exemplo) e muitas migrações que se concretizam de modo trágico, muito diferente do projeto inicial (como exemplo, tomemos os casos do tráfico de pessoas para prostituição na Europa e dos trabalhadores escravos em fazendas pelo interior do Brasil), tornando o retorno realmente um “ideal” a ser perseguido.

A análise dos movimentos migratórios atuais exige que se mesquem tanto uma perspectiva histórico-estruturalista quanto uma visão que considera a possibilidade de ação de sujeitos, como descrito na introdução. Os retornos atualmente se efetivam deixando, em muitas ocasiões, de ser apenas um projeto. A ilusão da presença provisória é determinante na migração, conquanto nem sempre se realize. Entretanto, com a ampliação e a massificação dos transportes e das comunicações, o retorno tem, paulatina e gradativamente, firmado-se como um fluxo efetivo. No caso do Brasil, desde o Censo de 2000, os dados têm mostrado um significativo retorno de migrantes em diferentes fluxos migratórios. Ser retornado, portanto, deixou de ser apenas uma condição utópica da maior parte dos migrantes laborais para assumir, no tempo

presente, o posto de condição postulada e realizada para um número crescente de migrantes em todo o mundo.

O processo de retorno envolve muito mais do que apenas aspectos econômicos. Não se trata de um regresso ao lar por fatores ligados meramente à venda da força de trabalho. Afinal, o retorno envolve a reconstrução da vida e, neste sentido, tal processo está diretamente relacionado à produção do seu espaço cotidiano, o lugar, no sentido que descrevemos acima. Deste modo, o retornado é o sujeito que vive intensamente três territorialidades teoricamente distintas – e vale enfatizar que são perceptíveis separadamente, apenas e unicamente, em termos analíticos ou teórico-analíticos – mas intercambiantes em graus diferenciados, a depender do grupo de retornados e das idiossincrasias individuais: uma primeira vinculada ao território de origem, marcada pelos aspectos característicos do território de origem; uma segunda determinada pela relação entre esta primeira e as peculiaridades do território de imigração, o que já caracteriza uma multiterritorialidade, tendo em vista que os migrantes são “parcela integrante – ou que está em busca de integração – numa (pós) modernidade marcada pela flexibilização – e precarização – das relações de trabalho” (Haesbaert, 2004, p. 238).

Por fim, a terceira territorialidade se refere àquela marcada pelo retorno e que se configura num território de aparente domínio do retornado, mas que aos poucos – ou em muitos casos, imediatamente – mostra-se marcado por diferenças, tendo em vista que o lugar se modificou também durante a ausência do migrante. Isto porque o território, na perspectiva do migrante, é um “espaço como a dimensão de trajetórias múltiplas, uma simultaneidade de histórias-até-agora” (Massey, 2008, p. 49).

O território de retorno, e conseqüentemente a territorialidade dele decorrente, está em construção, o que faz, da última forma de territorialidade, um fenômeno em movimento, em transformação. Cabe aqui ressaltar que essas territorialidades (distintas, uma vez

mais, apenas teoricamente) não se configuram em três momentos específicos, mas no processo de toda uma vida que corresponde a uma ou dezenas de migrações, seguindo os mesmos fluxos ou alternando os eixos de imigração, seguindo o que Cunha (2000) chama de reversibilidade e circularidade da migração.

A reconstrução da territorialidade do retornado e, portanto, da sua identidade é marcada por essas três territorialidades indistintas, em termos práticos, e definidoras da produção espacial subjacente a esse processo, constituídas nas transterritorialidades. A relação entre retorno, constituição do sujeito retornado e produção espacial consiste na multiterritorialidade do retornado, que é a potencializadora desta produção. Isto significa que a mescla das territorialidades do retornado acionadas no território de retorno é o que define o modo e a intensidade da produção do espaço. O território do migrante retornado é, por isso, marcado pela hibridização, pela mescla das territorialidades anteriormente experimentadas, conferindo legitimidade ao “sistema migratório” (Fazito, 2010, p. 89), através da perspectiva do fechamento da circularidade do movimento, o que intensifica o “poder simbólico” do fluxo. Daí decorre a produção de espacialidades próprias, geralmente, nos *entre-tempos* de Bhabha, ou nas transterritorialidades, espaços de fronteira, produto híbrido das múltiplas territorialidades.

Migrante visto na contradição rural/urbano

As transterritorialidades do sujeito migrante são manifestadas nas espacialidades diferentes (e, não raras vezes, divergentes) que se chocam, espacialidades na forma de territorialidades, que expõem o sentido de apropriação simbólica e funcional de uma dada porção do espaço, em confronto com outras territorialidades. Este processo é histórico e está relacionado à formação de um dado recorte territorial e, por conseguinte, da identidade territorial a ele vinculado.

O caso em voga envolve a construção da imagem do Nordeste, uma gigantesca região brasileira, e suas muitas e múltiplas identidades, por uma cosmovisão hegemônica no Sudeste, que encontra, em São Paulo, suas imagens mais marcantes, ligadas ao dinamismo econômico e social.

Mignolo (2003), ao declarar a ascensão do pensamento liminar no contexto da colonialidade do saber, evidencia a intensidade e o modo como se apresenta o poder dos migrantes nas sociedades contemporâneas, na medida em que suas práticas questionam os saberes hegemônicos ao ascenderem saberes subalternos. Portanto, mais do que considerar a natureza das migrações como promotoras de rearranjos espaciais, cabe considerar que os migrantes questionam, por meio de suas práticas, lógicas espaciais muito diferentes: ruralidades *versus* cosmopolitismo urbano, vida familiar *versus* vida individual, consumo de produtos menos industrializados *versus* consumismo capitalista, noção de tempo natural *versus* ritmo de vida urbano. Lógicas fundadas em cosmovisões distintas que, embora intercambiáveis, são capazes de alicerçar significativos conflitos entre grupos no seio das sociedades autoproclamadas modernas.

Em termos pragmáticos, essas diferenças manifestam-se, em primeira instância, entre espacialidades/territorialidades mais rurais e outras mais urbanas, reafirmando estigmas de uma espacialidade sobre outra, em que pesem as áreas urbanas serem mais valorizadas em detrimento das rurais, além de mascarar o fato de que nem toda migração parte de zonas rurais para urbanas. Isso reforça a ideia de que o urbano não *invade* o rural, mas o *desenvolve* (outra vez reafirmando o *colonialismo interno* que Leonardi [1996] denuncia. A transformação de áreas rurais em urbanas seria assim um traço inexorável ao progresso humano. O que direciona a identificação do migrante com o lugar de destino, ao passo que influencia ou consolida a negação de sua identidade com o lugar de origem; ou o contrário, o cotidiano na metrópole

pode estimular ou construir uma identificação paulatina com o lugar de origem, impulsionando-o ao projeto do retorno.

A Geografia, como tem sido, ao longo de sua história, pródiga em dicotomias, manteve e reforçou esta em particular, a rural-urbana, mas é importante que se considere que esta percepção hierarquizadora de um espaço sobre o outro, ou melhor, de uma espacialidade sobre outra, expõe também o impasse epistêmico/filosófico entre a dialética e a diferença. Não que se postule aqui a escolha pendente a uma ou outra tendência epistemológica (talvez até ontológica), mas há que se considerar que os sentidos de mundo presentes pragmaticamente na hierarquização dicotômica entre espaços naturais e humanizados, ou rurais e urbanos, tornam-se mais sensíveis aos que são forçados a experimentarem os efeitos desta dicotomia, conforme dissemos no início deste capítulo.

A questão diferença/dialética é fruto de antiga discussão filosófica, que teve rebatimentos nas ciências humanas. Com o desvelamento dos sujeitos subalternizados, notadamente depois dos anos 1960, o problema da identidade/diferença parece vir suprimindo a questão primeva, posta acima. Os problemas relativos às identidades atuais, evidenciando diferenças entre sujeitos, têm feito o problema fundante no debate filosófico da oposição *ser-ente* sucumbir frente às questões que refletem as diferenças *entre entes*. A opção pela dialética, no entanto, parece resgatar a questão *ser-ente* sem, contudo, ignorar as *aventuras da diferença* e o papel dos sujeitos sociais, uma vez que, em Geografia, “diferença e semelhança não são, pois, opostos entre si. E diferenças não são contrastes. Diferença é variação [...] e essa variação pela superfície terrestre é por excelência o tema geográfico” (Moreira, 1999, p. 47).

Tomando por baluarte o entendimento dialético de que a variação entre rural e urbano não consiste num par de opostos dicotômicos, mas numa das infinitas variações geográficas complementares que constituem, então, a pluralidade e a diversidade

das paisagens e dos lugares, as relações que se estabelecem entre os espaços rurais e os urbanos, bem como as espacialidades derivadas destas relações, são infinitamente variáveis, o que constitui a singularidade geográfica do mundo. Mas essas meras diferenças, percebidas como dicotômicas, estabelecem uma graduação, uma valoração, por assim dizer, e uma hierarquização das áreas, que, no caso aqui pesquisado, evidencia-se na hegemonia de uma região sobre outra, a saber: o Sudeste, ou lugares centrais desta região, em detrimento do Nordeste.

Não cabe aqui discutir a noção de valor, mas a tomemos no sentido mais comum: de algo que serve de referência simbólica de ponderação ou equivalência frente à coisa de qualidade diferente. O território, nestes termos, é um valor, ou é dotado de valores. Não por si mesmo, mas porque há referências simbólicas que constroem territorialidades.

A formação territorial do Brasil é marcada pelo choque de valores diferenciados, os quais são conflitados empiricamente através do território. Como dito anteriormente, o território serve então ao conflito das territorialidades, as quais, via de regra, explicitaram-se na forma de violências as mais variadas e de brutalidades que terminaram por submeter ou extinguir uma diversidade cultural/territorial tão rica que ainda carece de reconhecimento. O múltiplo e diverso territorialmente espaço dialético tornou-se o uno e indivisível território brasileiro!

Foi neste choque de visões de mundo que se consumou a sobreposição de uma territorialidade sobre outras. A construção territorial do Brasil está fundada numa perspectiva espacial de centralização locacional de povoamentos, casada à lógica da propriedade privada, numa concepção oposta à dos primeiros habitantes, os indígenas, pois mesmo os de territorialidade mais zonal produziam seus espaços segundo pressupostos comunitários, em

cujos termos eram alicerçados territórios moldados em meio aos mitos e às vivências de uma humanidade em estado de natureza.

Depreende-se, portanto, que, no Brasil, grande parte das cidades se constitui numa lógica mercantil, isto é, formou-se para servir, antes de tudo, como entreposto aos interesses dos atravessadores e dos latifundiários, que, para elas, convergiam com o único intuito de fazer circular o capital agropastoril. Foi deste modo que, de uma maneira muito particular, surgiram cidades sem urbanidade. Está posto, portanto, o bastião que ainda hoje sustenta, no Brasil, a separação entre urbano e cidade e a confusão entre os dois termos, impedindo a visibilidade das causas e da manutenção deste afastamento conceitual e da ambiguidade dos termos.

Ao mesmo tempo, a lógica que cria a cidade sem o urbano é a mesma que constrói o campo sem o rural, ou pior, sem o agrário. A perspectiva dicotomizante da nova lógica espacial que é imposta, em última instância, promove o não reconhecimento da dialética relação entre o rural e o urbano. Por isso, no Brasil, cidade e campo não se percebem como espaços complementares, pois as cidades, sob o prisma das práticas cotidianas, negligenciam e discriminam o campo, crendo serem independentes deste, enquanto o campo acredita depender inteiramente da cidade e, por isso, envergonha-se e a arremeda.

A noção de que o campo precisa ser superado pelo espaço urbano, visto que a cidade é supostamente o espaço rural que evoluiu, destituindo-se da *natureza natural* (Santos, 2002) e fornecendo qualidade de vida promotora de bem-estar e felicidade (a utopia burguesa), gerou no Brasil não só um campo precarizado, desvalorizado e estigmatizado, mas edificou cidades decrepitas, marginalizantes e arrogantes, simulacros de seus pares nas metrópoles coloniais, reproduzindo, para cima e para baixo, a lógica colonizador-colonizado. A cisão entre campo e cidade, no Brasil (e

na América Latina como um todo), portanto, não é só um problema de distância, é, antes uma questão histórica, afetando a dimensão cultural e com rebatimento social. Esta é uma das heranças coloniais, conforme se infere do quadro abaixo, produzida a partir da abordagem do geógrafo Nicole Mathieu a propósito de uma reflexão sobre o conceito de rural.

Quadro 2 - Características Singulares das Paisagens do Campo e da Cidade

CAMPO (= rural)	CIDADE (= urbano)
Natureza	Meio Técnico
Agricultura	Indústria e serviços
Camponeses	Burguesia
Paisagem	Progresso
Arcadismo	Modernidade
Meio Ambiente	Urbanismo

Fonte: Mathieu (1993, *apud* Ratier, 2012, p. 187, tradução livre, original sem título).

Nesta direção, diversas medidas políticas foram tomadas para que, por um viés, a disseminação do campesinato pobre e dependente fosse estimulada pelo território brasileiro; e por outro, fosse imposta uma lógica hierarquizadora dos espaços rurais subordinados aos espaços urbanos metropolitanos. Tais medidas, ao longo da segunda metade do século XX, promoveram o marcante êxodo rural que inflou o eixo migratório entre o Nordeste (a área mais pobre e predominantemente rural) e as metrópoles do Sul/Sudeste, com o consequente recrudescimento da urbanização precária destas metrópoles.

Por sua vez, muitas das cidades fornecedoras de mão de obra para as metrópoles são, na verdade, (ou tornaram-se) pequenos núcleos urbanos encravados em enormes manchas rurais, do que

se questiona o que seria o rural e o urbano, bem como quem os constitui. Em termos conceituais, há diferenças entre o rural e o urbano, sendo o urbano um indicador de modo de vida, de um padrão que o simples fato de residir numa *urbs* não assegura. Jan Bitoun (2013) propõe uma nova tipologia dos municípios com vistas à busca de uma diferenciação mais adequada à realidade brasileira, pela qual, a partir do quantitativo populacional, é apresentada a seguinte diferença:

Quadro 3 - Proposta de Classificação dos Municípios em “Essencialmente Rurais, Relativamente Rurais e Urbanos”

CLASSES BRASIL ESSENCIALMENTE RURAIS, RELATIVAMENTE RURAIS E URBANOS	MUNICÍPIOS	ÁREA KM²	POP. TOT. 2010	PERCENTUAL POP. TOTAL BRASIL
1A Essencialmente rural “isolado”	562	3.436.337,2	10.172.453	5,33
1B Essencialmente rural “próximo”	2.654	1.866.507,1	26.567.059	13,93
2B Relativamente rural “próximo”	1.466	703.732,5	25.026.670	13,12
2A Relativamente rural “isolado”	276	1.578.631,5	6.658.211	4,54
3 Urbano exceto Metrópoles e Capitais Regionais	232	592.383,4	19.764.106	10,36
3 Urbano em Metrópoles e Capitais Regionais	375	325.137,4	100.567.300	52,72
TOTAIS	5.565	8.502.729,1	190.755.799	100,00

Fonte: Bitoun (2013).

O esforço do autor é um importante passo na direção de uma diferenciação cada vez mais necessária dos municípios, de modo que políticas mais justas e que busquem maior equidade regional sejam implementadas. Entretanto, ainda se carece de uma aborda-

gem que incluía a dimensão da mobilidade na diferenciação entre o que é rural e o que é urbano.

O migrante, seja numa condição econômica mais favorável ou mais precária, acaba por se desreterritorializar de modo muito peculiar, quase sempre com algum ou muito isolamento, muitas vezes em situação de flagelo e dificuldades. Para estes, o novo território é algo a ser conquistado; e a territorialidade, como todo conteúdo ontológico, não pode ser prescindido.

Mas é desta forma que o Brasil (e ao que parece, todo o mundo colonial) ainda é construído, em meio a processos migratórios. Desde a chegada dos colonizadores, configuraram-se territorialidades em choque, sejam os que invadiram a terra, sejam os que se insurgiram/foram subordinados. Vêm deste processo as alcunhas e os estigmas atribuídos por quem se constituiu num espaço e numa perspectiva de mundo considerados superiores aos sujeitos oriundos de espaços “essencialmente” ou “relativamente rurais” (tomando de empréstimo os termos de Jan Bitoun):

[...] gentes índias, “bugres”, “civilizadas”, “desalmadas”, “bárbaras”, nortistas, nordestinas, sulistas, paulistas, “desbravadoras”, “preguiçosas”, “falsificadas”, acrianas, gaúchas, matuchas, pantaneiras, candangas, paulistanas, “puras” e “impuras”, híbridas, amálgamas de um “Brasil migrante” diverso cultural e territorialmente (Goettert; Mondardo, 2009, p. 102).

Considerar a mobilidade e, mais que isso, a participação efetiva dos migrantes na formação do espaço geográfico brasileiro é fazer uma leitura menos parcial e viciada da história e da geografia do Brasil, que antes de tudo privilegiou, na sua formação, não só alguns fatos, atores e determinados grupos sociais, mas também lugares e espacialidades específicas, a saber: os lugares

centrais, como São Paulo e Rio de Janeiro, e as lógicas urbanas como parâmetro de espacialidade.

Mas as territorialidades do migrante transitam entre o rural e o urbano. Giménez (2001) mostra que os mexicanos das regiões tradicionais de campesinato têm como característica um forte enraizamento e apego socioterritorial. Prova disso é que os emigrantes de regiões de forte identidade campesina, como a de Atlixco, no estado de Puebla, têm um comportamento diaspórico, em que a identificação com o lugar de origem é ressaltada.

No caso paraibano, o maior fluxo proporcional de migrantes provém de municípios classificados entre o 1A e o 2A, segundo a proposta apresentada no Quadro 3. Isto significa que tais sujeitos experimentaram sentidos de existir muito característicos do espaço campesino, ou seja, muitos deles foram lavradores e/ou criadores de gado; ou, se eram citadinos, viviam um ritmo nas cidades muito afeita à realidade rural. Em localidades onde há conflitos pela posse da terra, isto fica mais evidente, como verificado em Quixadá, no Ceará, noutro momento (Souza, 2006); e na realidade dos conflitos agrários específicos da Mata Norte pernambucana, onde se verifica que as fronteiras entre o campo e a cidade são entrecruzadas pelas práticas e pelas pessoas, borrando os contornos mais regulares entre campo e cidade (Figurelli, 2012, p. 153).

A relação entre o campo e a cidade se dá por conta de uma rede de relações mantida nas localidades de onde partem os migrantes, que constroem e mantêm os símbolos e as práticas dos lugares de origem e que, no retorno, (re)constroem e/ou mantêm as práticas metropolitanas.

Na imigração, as relações produzidas nas mediações de dois espaços-ícones do roçado e da rua nas cidades *relativa* ou *essencialmente* rurais estimulam práticas espaciais entre seus habitantes que vão ter rebatimentos no cotidiano dos migrantes na

metrópole. E, geralmente, são essas práticas espaciais na metrópole que vão gerar estranhamento nos não migrantes e que constroem os migrantes a mudarem de hábitos (o sotaque é uma das características mais requisitadas a serem modificadas).

Entretanto, tal como descrito por Figurelli (2012), as fronteiras entre o campo e a cidade são entrecruzadas nas práticas cotidianas de quem vive a condição transterritorial, o que leva à construção de territorialidades híbridas, promovendo o *acionamento* de elementos de uma ou outra vivência territorial, constituindo uma performance assumida pelo migrante através da criação e/ou do uso de geossímbolos como estratégias que trazem à tona tanto elementos do campo quanto da cidade.

[...] Estas categorías (rurais e urbanas) se mezclan en un conflicto que se expande a varios tiempos y lugares llevando lo rural y lo urbano a esos varios espacios. Campo y ciudad se envuelven en el conflicto y muestran desterritorializados. Las fronteras entre ambas dimensiones se tornan móviles y los sitios se constituyen como intermedios y transitorio (Williams, 2001 *apud* Figurelli, 2012, p. 153).

O rural e o urbano, tal como o campo e a cidade, portanto, não são categorias fixas, pautadas em atributos substanciais (embora haja símbolos que possam ser remetidos a uma ou outra espacialidade), mas se definem por meio de sua relação, num movimento dialético em que um completa o outro nas práticas espaciais.

Geossímbolos na construção da identidade do migrante retornado

As práticas espaciais que costumam as espacialidades rurais e urbanas são forjadas em vivências híbridas, como nos casos cita-

dos acima e em infinitas outras relações que transitam entre estas duas formas espaciais de vida. E, neste trânsito, se processa a construção de representações da realidade, decorrente dos processos complexos de produção e atribuição de significados comunicados entre pessoas de um mesmo grupo cultural. Em outras palavras, trata-se da criação de formas simbólicas (Corrêa, 2007) espaciais, que constituem signos elaborados a partir da relação entre formas, significantes e conceitos, os significados (Corrêa, 2007, p. 7). Materializadas em fixos e fluxos, ou seja, passíveis de atribuição geográfica (localização, orientação, conexão), as trajetórias, memórias, imagens, paisagens, edifícios, monumentos, entre outras, marcam os atributos espaciais que podem ser novos, criados com esta finalidade ou ressignificados, ou preexistentes e incorporados com significados novos.

As formas simbólicas [...] têm uma localização relativa, associada à visibilidade, mas, sobretudo, à acessibilidade face a toda a cidade ou espaço regional ou nacional. Esta acessibilidade é um dos meios mais importantes para que as formas simbólicas possam transmitir as mensagens que delas se espera. Finalmente, as formas simbólicas apresentam uma localização relacional, isto é, são localizadas em relação a outras formas simbólicas que denotam interesses divergentes: a localização delas enfatiza um conjunto de valores que é referenciado a um dado espaço, ao qual opõe-se outro espaço (Corrêa, 2007, p. 9).

Uma vez declarado nosso entendimento acerca das formas simbólicas espaciais, cabe evidenciar que as relações dos migrantes com os espaços rurais e urbanos reconstroem e ressignificam tais formas, seja na migração cidade do interior-metrópole, ou no retorno, metrópole-cidade do interior. De tal maneira é que a paisagem em que o migrante contribui para a construção se altera as-

sumindo uma retórica que permite que se constatem *metonímias espaciais* (Maciel, 2004, 2005, 2009), atingindo uma consistência histórica e geográfica profunda que se projeta “nas percepções e comportamentos daqueles que a mobilizam, reinterpretem e integram em novos sistemas de metáforas. Esse poder direcionador do imaginário pela paisagem é o que a faz matriz de comportamentos e ações...” (Maciel, 2005, p. 12).

No caso da presença de nordestinos nas metrópoles do Sudeste, consideremos como algumas paisagens metonímicas a Rocinha e a Feira de *Paraíba*, no Rio de Janeiro, ou as *obras* e favelas em São Paulo, constituídas essencialmente por nordestinos ou descendentes que reproduzem, no aspecto destes lugares, formas simbólicas que representam seus lugares de origem. Os lugares dos migrantes se tornam, eles mesmos, metonímias espaciais porque estão povoados de geossímbolos. Isto leva os próprios lugares, muitas vezes, a se constituírem geossímbolos. Mas como se compreende aqui este termo?

Alguns trabalhos geográficos que se propõem a analisar geossímbolos os têm apresentado ressaltando sua dimensão política ou seu caráter físico/natural (Gonzalez, 2009; Landeros, 2009), igualando geossímbolos a formas simbólicas espaciais. Entretanto, embora os geossímbolos possam ser considerados formas simbólicas espaciais, nem todas as formas simbólicas podem ser interpretadas como geossímbolos, isto porque, de acordo com Bonnemaïson (2012, p. 292), o que torna qualquer forma espacial em geossímbolos é a sua dimensão simbólica capaz de fortalecer identidades: “[...] um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão, que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos, assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade”.

Os geossímbolos, pois, ultrapassam as dimensões estrutural e vivida do espaço. Na consideração dos seus efeitos, deve-se levar

em consideração que estes símbolos espaciais operam na esfera da cultura, que engloba o vivido e produz o estrutural. O espaço geossimbólico envolve, portanto, as representações culturais, que vão além do horizonte cotidiano, embora sejam produzidas nele. Surgem da sensibilidade e da busca por significações, são carregados de afetividade e de simbolismos, tornam-se territórios-santuários, isto é, “um espaço de comunhão com um conjunto de signos e valores” (Bonnemaïson, 2012, p. 293).

O espaço do migrante nesta acepção assume, então, o caráter de trama geossimbólica, “uma forma de linguagem, um instrumento de comunicação partilhado por todos e, em definitivo, o lugar onde se inscreve o conjunto da visão cultural” (Bonnemaïson, 2012., p. 299). É neste ponto que se cruzam, na construção territorial do migrante, o mundo material pragmático e simbólico. A elaboração de geossímbolos é um recurso que está presente nas redes e cadeias migratórias, produzindo a manutenção do migrante ou estimulando o retorno, ao passo que a circularidade migratória, as idas e vindas, evidenciam também o uso do recurso imaginário que os geossímbolos ajudam a construir, fazendo com que os territórios do migrante, sejam os da metrópole ou do lugar de retorno, não sejam estranhos aos sujeitos que estão na circularidade, o que lhes permite se manter neste fluxo constante de ir e vir.

Conclui-se, assim, que os geossímbolos permitem a consolidação das redes e cadeias migratórias. Por um lado, ao construírem formas simbólicas espaciais que remetem suas memórias aos espaços de origem e a suas histórias próprias, tornando-os geossímbolos, os migrantes encontram maior equilíbrio e podem se reterritorializar efetivamente a partir da superação das trans-territorialidades no lugar de destino através do acionamento das múltiplas territorialidades resultantes de sua experiência. Por outro lado, todavia, é preciso que se considere que há migrantes que não superam as transterritorialidades e retornam, há os que

vivenciam os conflitos de territorialidades lançando mão de estratégias territoriais híbridas e se mantêm no lugar de procedência, apesar de estarem vinculados simbolicamente ao lugar de origem. Enfim, há muitas situações possíveis, mas em todas elas, o território, as trajetórias, os lugares, um marco geográfico, um itinerário, uma prática espacial (uma rotina de trabalho, por exemplo), tudo isso é capaz de se constituir geossímbolos capazes de influenciar a permanência ou o retorno do migrante, a depender de como se combinam estes geossímbolos com as redes e cadeias migratórias, como veremos a seguir.

As redes e cadeias migratórias e a formação dos geossímbolos migrantes

O fenômeno das redes, em diversos aspectos da sociedade e nos estudos das ciências humanas, não é novo, mas assume especial evidência quando a sociedade começa a se organizar nos termos de uma grande rede (Castells, 1999). Após o advento da internet, que vem marcando de modo singular o cotidiano do tempo presente, parece que as redes passaram a ter maior visibilidade no mundo, ampliando suas importâncias devido ao fato da dependência, cada vez maior das sociedades em se reproduzirem a partir delas.

De igual modo, a questão dos migrantes não é propriamente uma novidade. Na verdade, desde que os humanos começaram a se organizar em grupos, sedentarizando-se, a mobilidade humana tornou-se um fenômeno marcante, uma vez que grupos passaram a abrir mão, por diversos motivos, da estabilidade e proteção que a sedentarização pelo enraizamento pode proporcionar. Pode-se até afirmar que, se a mobilidade humana não é nova, na mesma medida, a formação de redes se apresenta de modo que, até mes-

mo, um e outro fenômeno só foram viáveis, desde suas origens, porque foram interdependentes.

As primeiras discussões publicadas sobre redes, segundo Dias (2009), foram, antes de tudo, aquelas que visavam planejar as infraestruturas técnicas de modo a conectar em redes elementos de integração territorial, datando de meados do século XIX, na França. Mas, de acordo com Foucault (2008), problemas de desconexão territorial e o temor das revoltas populares já apontavam a necessidade de articulação das cidades para o equilíbrio entre demanda e oferta de alimentos já na França do século XVII. As redes, portanto, constituem-se em um fato geográfico, ainda que, muitas vezes, desmaterializadas telematicamente, como é o caso das redes sociotécnicas às quais Bruno Latour (1994, p. 13) afirma que “acreditamos tecer nosso mundo”.

As redes são um conjunto de práticas que criam e traduzem “misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura... [conectando] em uma cadeia contínua química da alta atmosfera, as estratégias científicas e industriais, as preocupações dos chefes de Estado, as angústias dos ecologistas” (Latour, 1994, p. 16). Cada vez mais, elas servem à comunicação e ao contato humano nas mais variadas formas, servindo, portanto, à promoção de inúmeras espacialidades, com destaque para as territorialidades em rede, que são estratégias espaciais vinculadas aos territórios-rede (Haesbaert, 2004, 2009). Esses territórios se configuram a partir de uma dinâmica reticular, fugindo dos parâmetros tradicionais de territorialização na forma de zona contígua, produzindo dialeticamente redes repletas de interstícios. Tais redes são tão formadoras de territorialidades quanto são formadas por elas, isto porque:

Com as redes aprimora-se a visão dos desdobramentos espaciais causados por fenômenos políticos, sociais e econômicos, sejam os desencadea-

dos pelas transformações estruturais dadas pela formação da sociedade urbano-industrial em várias partes do mundo, sejam aqueles associados, mais recentemente, às novas materialidades e virtualidades advindas de processos globalizadores de “alargamento dos contextos” (Matos *et al.*, 2005, p. 111).

Mais que elementos técnicos do espaço, as redes dão conteúdo aos lugares, sejam elas as de caráter mais técnico, do tipo mais voltado à materialidade do espaço, como as redes de infraestrutura, telemática e transportes; ou as de caráter mais imaterial, mas não menos pragmático, tais como as redes sociais virtuais e/ou *online*, as redes migratórias e, até mesmo, as redes financeiras globais, muitas delas, não por acaso, subordinadas ou vinculado a redes terroristas e do crime organizado. Todas, de algum modo, são desdobramentos das novas formas de territorialização proporcionadas pelo amplo desenvolvimento técnico e pela profunda transformação que isto provocou nas territorialidades mais tradicionais e, portanto, no modo corriqueiro como se enxerga o espaço. Este processo vem redistribuindo os poderes, uma vez que insere novos sujeitos e lugares na geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2003) e nos fluxos globais.

As redes sociais, portanto, são aqui de especial interesse e são entendidas como “conjunto(s) de relações resultantes da articulação de grupos de pessoas, ou instituições sociais, segundo motivações específicas mais ou menos duráveis no tempo. Uma rede social pode se desdobrar por localidades contíguas ou distantes e aglutinar outras redes sociais” (Matos, 2011, p. 174).

Nesse sentido, as redes migratórias são um tipo específico de rede social e protagonizam importante capítulo no que se refere à difusão e ao desenvolvimento das redes imateriais e na reconfiguração dos fluxos globais, pois na mesma intensidade em que o

capital volátil flui para as áreas com grande capacidade para sua reprodução, direcionam-se também pessoas participantes deste fluxo, sejam as que nele se inserem deliberadamente e que têm posse de maior mobilidade (como os grandes agentes do capital rentista, migrantes altamente especializados ou turistas em geral); sejam as que compulsoriamente são arremetidas à mobilidade (como os refugiados ambientais ou de guerras); ou ainda as que participam por iniciativa pessoal condicionada por macroestruturas (como a imensa maioria dos migrantes laborais), mobilizando para isso comunicações e intercâmbios facilitadores da concretização de seus interesses.

Pode-se constatar, portanto, que o fluxo de pessoas é constitutivo do fluxo de capitais, mas fluxo de capitais não implica obrigatoriamente construção de redes sociais. Aliás, grande parte destes fluxos tem sido pautada no descolamento das mobilidades humanas, ao passo que a maior proporção das migrações atuais, ao contrário, não pode se constituir atualmente senão por meio de suas redes, e não raras vezes são definidas por elas.

Sendo assim, a mobilidade humana, outrora vista como o resultado apenas das decisões individuais, norteadas pelas necessidades econômicas, segundo as leis do mercado (Walras, 1953 *apud* Gaude-mar, 1977), agora não pode mais ser analisada sem que se considere o papel das redes migratórias. Esta percepção se coaduna com a abordagem de alguns autores em cujas contribuições, fundadas nos aportes metodológicos da micro-história, é possível “uma reconstrução dinâmica do tecido de relações interpessoais nas quais os indivíduos estavam imersos” (Ramella, 1995, p. 13, tradução livre)¹⁸.

O fenômeno das redes, do ponto de vista geográfico, tanto nas escalas macro e micro, é determinante no entendimento geral das

18. “[...] una reconstrucción dinámica del tejido de relaciones interpersonales en las cuales los individuos estaban inmersos [...]”

migrações. Isto porque estas pressupõem uma mudança efetiva de residência entre localidades mais ou menos distantes, significando a transferência de um lugar de vivência para outro, constituído de outros vínculos e sociabilidades diferentes, portanto, variadas redes sociais (Matos, 2011). Elas podem ser pequenas, como uma sala de aula do ensino fundamental, ou grandes, como o conjunto dos países (Soares *et al.*, 2005, p. 65).

A noção de redes parece ser elemento *sine qua non* no tratamento da questão migratória, e de fato é. Entretanto, o uso do termo exige cuidado, pois há o risco de que um fenômeno associado metaforicamente a uma trama de linhas e nós para fins metodológicos seja reduzido a uma fórmula vaga, ambígua e até mesmo desviante do seu fim (Ramella, 1995, p. 10), reificado, tornando-se um fato em si, deslocado e obscurecido quanto a elementos condicionantes que atuam em níveis sociais acima e abaixo.

Uma rede social só pode ser analisada sob uma perspectiva relacional, que leva em consideração a participação de atores sociais – que são os nós das redes – e, por isso, possui forma e conteúdo. A primeira compreende dois aspectos básicos: i) a intensidade ou a força do laço entre dois atores; e ii) a frequência e o grau de reciprocidade com que esse laço se manifesta. Já o conteúdo é dado pela natureza dos laços (parentesco, amizade, poder, troca de bens simbólicos ou materiais, afetiva, etc.) (Soares *et al.*, 2005), cuidando sempre do uso débil da ideia de parentela, evitando sua reificação (Ramella, 1995). Neste sentido, uma rede migratória:

[...] não se confunde com redes pessoais. Essas redes precedem a migração e são adaptadas a um fim específico: a ação de migrar. Quando suas singularidades dependem da natureza dos contextos sociais que ela articula, uma rede migratória é, também, um tipo específico de rede social que agrega redes sociais existentes e ense-

ja a criação de outras: portanto, consiste em uma rede de redes sociais” (Soares *et al.*, 2005, p. 66).

No caso dos nordestinos que partem para o Sudeste brasileiro, as redes têm se mostrado eficazes no entendimento do modo como se dá a inserção e a reterritorialização do sujeito nos lugares de chegada. Isto porque ajuda a elucidar a compreensão dos processos que estimulam a continuação da mobilidade, em especial, o movimento de retorno. Neste sentido:

Os migrantes constroem socialmente representações sobre os diferentes lugares de destino, sobre as potencialidades laborais e sobre as vantagens que são oferecidas para homens e mulheres. Estas representações se confundem, encobrem-se e entram em conflito entre si ao chegarem aos destinos [...] são os familiares e amigos integrantes da rede os que têm gerado o conhecimento das possibilidades que ofereceriam os lugares de destino. Esta informação é útil na hora de elaborar variadas estratégias [...]. Além disso, à medida que passa o tempo e o fluxo migratório se consolida, estas estratégias passam a formar parte dos recursos sociais, econômicos, do acúmulo de conhecimentos e habilidades que constituem a denominada *cultura migratória* (Pedone, 2007, p. 246-247, grifo da autora, tradução livre)¹⁹.

19. “Los migrantes construyen socialmente representaciones sobre los diferentes lugares de destino, sobre las potencialidades laborales y sobre las ventajas que estos ofrecen para varones y mujeres. Estas representaciones se confunden, se solapan y entran en conflicto entre sí al arribar a los destinos [...] Eran los familiares y amigos integrantes de la red los que habían generado el conocimiento de las posibilidades que ofrecían los lugares de destino. Esta información es útil a la hora de idar las variadas estrategias [...] Además, a medida que pasa el tiempo, y el flujo migratorio se consolida, estas estrategias pasan a formar parte de los recursos sociales, económicos, del cúmulo de conocimientos y habilidades que constituyen la denominada *cultura migratoria*”.

A formação de redes migratórias está associada, de acordo com a autora, a uma cultura migratória que se constitui no processo de formação de um fluxo, que é possível mediante a construção de redes sociais muito sólidas. Pode-se constatar que a perenidade do fluxo é dependente da solidez das redes sociais, de modo que permitam a manutenção do fluxo mesmo em períodos desfavoráveis economicamente, como o que se constata atualmente na Europa. É nesta esfera que se destaca o papel das *cadeias migratórias*. As redes são mantidas e consolidadas por estas cadeias, sustentando-as em sua base. A diferença entre as noções de redes e cadeias é sensível, mas necessária do ponto de vista metodológico, pois favorece o entendimento das redes. Segundo Claudia Pedone, cadeia migratória é:

[...] a transferência de informação e apoios materiais que familiares, amigos ou conterrâneos oferecem aos potenciais migrantes para decidir, ou eventualmente, concretizar sua viagem. As cadeias facilitam o processo de saída e chegada, podem financiar em parte a viagem, providenciar documentação ou emprego e local para residência. Nelas se produz um intercâmbio de informação sobre os aspectos econômicos, sociais e políticos da sociedade de chegada. Em nossos estudos restringimos as cadeias migratórias ao *grupo doméstico*, cujos limites, na realidade, transpassam a residência (Pedone, 2007, p. 245, grifo da autora, tradução livre).

É notório que as redes são elementos inerentes a qualquer fluxo migratório, o segundo só se torna possível a partir do primeiro, todavia, a percepção das cadeias incrementa o entendimento destas redes, já que remete à materialidade e à expressão espacial deste fenômeno social. Na realidade, as cadeias migratórias expressam a ideia posta no senso comum de que um migrante “chama” o outro:

Eu duvido um nordestino não ter ido daqui e não ter levado outro, eu quero contar aqui, ele foi daqui [aponta para o primo próximo] e levou outro. Levou pai, levou a mãe, levou irmão, levou um primo, levou um tio e assim a família toda está lá. Toda, toda, toda, só *está* aqui eu (risos) [...] (Seu Altino, São José de Piranhas, 2014).

Fui pra vila São José, São Caetano [...] Minha irmã morava lá. Fui pra casa da minha irmã. Aí, arrumei serviço, trabalhei, meu primeiro salário eu tirei mais dinheiro de extra de que de pagamento! Já mandei o dele [remessa para o pai na Paraíba]. Todo mês eu mandava, todo mês. Foi indo, foi indo, aí aluguei um quarto, aí foi um irmão meu, aí foi dois, aí foi três, aí chegou uma época que eu tinha oito pessoa dentro de casa! (Dona Zileide, São José de Piranhas, 2014).

[...] Porque a gente aqui, pra ir pra São Paulo é assim, a gente depende dos amigos que a gente tem aqui, porque há muitos anos que eles já vão, aí o que é que acontece? O dono precisa de uma pessoa, o dono fala, não tem nenhum na Paraíba, não? Aí o cara fala: tem, aí eles *vai e liga*, fulano num quer *vim* não? Ou liga pros pais da gente... e assim vai (Francisco, Patos, 2014).

Embora a autora restrinja a sua definição “ao grupo doméstico”, há situações que extrapolam esta delimitação e podem perfeitamente ser enquadradas como parte das “cadeias”, ainda que se considere, como veremos, que atualmente, parece ser mais coerente considerar apenas o grupo doméstico. Entretanto, é preciso lembrar que a diferença temporal marca relevantemente as determinações espaciais, de tal modo que, se o grupo doméstico e seus integrantes (além de outros parentes e amigos) são hoje os “elos” das cadeias, houve tempos em que o ingresso numa cadeia

era definido pelo drama de um migrante e a sensibilização que sua situação causava a outros migrantes que se reconheciam naquelas agruras.

[...] naquele tempo bom, era um tempo, eu chamo tempo bom, muita gente saía daqui sem rumo, assim sem ter você pra chamar ele da família, quando eu chegava num local daquele quem encontrava nós ou, eu não tenho pra onde ir “nós tinha”, pensão do Zé Maria Ferreira. Eu recebi deles do Pernambuco, às vezes, tomando uma pinga chegava: eu não tenho onde ficar. Cheguei, não encontrei parente, vim pensando encontrar [...] que nem aconteceu isso *com eu* dentro do bar, tomando uma pinga, meio-dia, eu tinha me levantado, chegou um com uma mala: *tô* com 3 dias, *tô* com fome, eu ofereci logo bebida, quero não, eu não tenho onde morar porque não encontrei os meus parentes [...] Você quer almoçar? Nós *almoçava* no bar em frente, [...] sei que foi trabalhar, continuou um tempo morando mais nós, morou mais de 10 anos, quer dizer, hoje não tem mais isso daí pra ninguém fazer. Se você for daqui para São Paulo e não for para casa de um irmão, de um cunhado, lá não tem mais ninguém pra lhe receber como nós *recebia* [...] Se morasse na pensão e chegasse na Velha [dizia-se]: Velha, chegou um rapaz aí, tá pedindo um morada aqui, que não tem onde ficar, vê se tem vaga aí no quarto, bota ele pra lá (Seu Lucas, São José de Piranhas, 2013).

Pela exposição das reminiscências do seu Lucas, hoje já não é mais um “tempo bom”, o que expõe uma tensão entre o tempo de antes e o de agora, revelando que o tempo atual está fundado num processo profundo de individualização, orquestrado desde a ascensão do neoliberalismo, em meados dos anos 1980, em con-

traposição a um processo de construção comunal (não por acaso, construtor da comunidade da Vila São José, em São Caetano do Sul, onde seu Lucas residiu e de onde evoca suas memórias).

Parte-se, nesta perspectiva, do pressuposto de que a rede migratória só é possível de ser consolidada quando se aprofunda a formação das cadeias que a compõem, e elas estão marcadas pelo tempo em que se formam e os lugares que elas ligam. Por isso, é importante ressaltar que elas todas são peculiares, visto que também são as realidades de cada grupo doméstico.

Estas peculiaridades são reforçadas pelo fato de que os migrantes, enquanto do ponto de vista histórico-analítico, são sujeitos pertencentes a alguma classe, gênero, raça/etnia (Silva, 2005) que marca singularmente cada trajetória. Em suma, os migrantes constituintes das redes podem se estabelecer como parte da estrutura fornecedora de apoio e se colocam como potencializadores das relações que alimentam as redes.

Há circunstâncias específicas de cada cadeia que se enquadram nas idiosincrasias de cada grupo doméstico, fazendo com que se ressaltem algumas destas vinculações sociais, tais como a significativa diferença entre o homem e a mulher migrante (Pedone, 2007; Silva, 2005). Estas diferenças precisam ser ressaltadas na análise da “fixação” e/ou o retorno, ensejando uma interpretação real do peso destes elementos na construção, modificação ou destituição de determinado fluxo migratório e possibilitando a identificação dos geossímbolos presentes na configuração destes fluxos.

Evidentemente, quando se trata de momentos específicos, em que a macroeconomia impele pessoas à migração, constituindo fluxos e *eixos migratórios* claros, as cadeias ou a destituição delas, mesmo sendo fundamentais para a consolidação ou o esfacelamento do fluxo, talvez não sejam determinantes para uma explicação conclusiva. Entretanto, em momentos de estabilidade macroeconômica, a avaliação do peso das cadeias migratórias pode ser eluci-

dativa na compreensão da perenização do fluxo e da permanência dos migrantes. De igual modo, a explicação de um retorno pode ser parcialmente dividida, em determinados contextos migratórios, à ampliação ou modificação da rede migratória, desdobramento direto das modificações nas suas cadeias.

É nas cadeias migratórias que se consolida a construção de geossímbolos característicos de um grupo social migrante. Para tanto, a consolidação de redes migratórias entre lugar de origem e o lugar de chegada do migrante parece ser um condicionante, pois é no fluxo dessa rede social que se constroem significados que resultam da vivência individual de cada elemento da cadeia. Este *elemento* é o sujeito que, na migração, constrói geossímbolos, que, como dito acima, tornam as paisagens cotidianas do migrante metonímias do seu lugar de origem; ou, no caso dos que retornam, metonímias do lugar de procedência. É em meio ao pequeno grupo, o grupo doméstico, ou o grupo do bairro, ou do município de origem, que as memórias são resgatadas, revividas e ressignificadas. Por meio delas, criam-se topônimos, lugares e trajetos *positivos* e *negativos*, elementos reificados e outros intencionalmente esquecidos, enfim, é a cadeia migratória que propicia a criação ou a desconstrução de um geossímbolo, pois é nela que se dá a vivência cotidiana do migrante. E é na ordinariedade do cotidiano que as redes se reforçam ou se desfazem.

Procuramos, neste capítulo, elaborar uma reflexão em torno dos elementos que constituem o sentido geográfico do sujeito migrante. A partir do entendimento que o sujeito é, necessariamente, sujeito corporificado em sua espacialidade, procuramos apresentar o sujeito migrante como um agente produtor de territorialidade, segundo os termos de sua reflexividade. Isso leva necessariamente a ver a territorialidade como um processo endógeno ao sujeito e fecundo no que se refere à produção de subjetividades,

entre as quais a percepção do eu-outro, portanto, da identidade e da diferença.

O território do migrante, portanto, é um território em que a dimensão simbólica é destacada, não porque as outras venham a ser negligenciadas, mas porque as esferas política e econômica são construídas no processo de atribuição de significado ao território, do que se desdobra uma territorialidade híbrida, pois foi forjada na ambivalência de duas espacialidades. Contudo, essa ambivalência não é simples justaposição ou mero incremento de características duma ou doutra territorialidade, é resultado de choques e disputas, de vivências conflitantes de espacialidades distintas, promotoras de territórios muitas vezes em oposição. O migrante, por estratégia, age de modo performático, adaptando-se e hibridizando sua territorialidade, tornando-a múltipla. É neste jogo territorial que se configura a produção de geossímbolos, que favorecem o estabelecimento das cadeias migratórias, o que, em última instância, permitirá a fixação, o retorno ou outra etapa migratória.

Somente a partir desta construção é que se pode pensar o indivíduo que retorna numa abordagem geográfica, tendo em vista que de migrante retornado urge ser repensado como sujeito, dado o fato de que as categorizações tradicionais, por si sós, já não dão mais conta da complexidade das migrações e, muito menos, das mobilidades humanas.

Dito isso, a próxima etapa se dedica a analisar mais enfaticamente o retorno e o retornado.

Da migração ao retorno: o sujeito retornado e seu processo constituidor

A diversidade de categorias migratórias (variando de migrantes econômicos a refugiados e solicitantes de asilo) exige a desagregação dos vários tipos de retornados. Ainda precisamos saber quem retorna, quando e por quê; e por qual razão alguns migrantes retornados aparecem como atores de mudança, em circunstâncias sociais e institucionais específicas em sua pátria, enquanto outros não.

(Cassarino, 2014, p. 21)

O trato da migração de retorno bem como do retornado tem encontrado limitações na análise acadêmica por conta da influência do pragmatismo governamental e do planejamento populacional. O retorno como fato é algo que não se limita às análises por conta da variedade de experiência dos sujeitos, inescrutável em sua totalidade porque cada uma é, por si, uma experiência total. Por serem ricas e intangíveis, as vivências migrantes impossibilitam uma análise total, contudo, resguardadas estas limitações óbvias, é possível alguma generalização, o que nos leva a uma grande diversidade de categorias migratórias.

Tomando por premissa este cuidado, cabe aqui enfatizar o que se entende por retorno, diferenciando os momentos de ida e volta, assim como a pluralidade de momentos de idas e vindas.

Esta diferenciação leva ao que se entende por migrante de retorno, ou simplesmente retornado.

Objetivamente, retornado é “a pessoa que deixou o seu estado natal, residiu algum tempo em outro estado e depois regressou ao seu lugar nascimento” (Costa; Rigotti, 2008, p. 2). Mas definir o que seria um retornado, ou o processo que o constitui, envolve antes considerar que o longo processo de formação da humanidade e de constituição do quadro atual das sociedades tem nas migrações um dos seus elementos motores. Isto porque a humanidade, que hoje povoa todas as latitudes e longitudes do planeta, só se espalhou desde a África por causa de um intenso e contínuo processo de migração. No entanto, alguns autores como Sayad (2000) sustentam que é a possibilidade do retorno que encoraja a emigração. Portanto, deixar o território de origem, espaço que se supõe ter domínio, em busca de uma nova (e imprevisível) territorialidade é um ato que envolve coragem, desprendimento, dor, mas a certeza de que se trata de um período momentâneo, portanto não uma perda, mas uma espécie de *pausa* na territorialidade de origem.

O recrudescimento e a ampliação do fenómeno da “compressão espaço-temporal” (Harvey, 2003) têm permitido de modo nunca antes experimentado a real possibilidade do retorno de migrantes. Evidentemente que o retorno não é um fato recente, assim como a literatura a respeito, haja vista o trabalho de autores como Schutz (1974), que já apontou o retorno como um processo de estranhamento, além de numerosas análises desde os anos 1960 (Cassarino, 2014). Mas as categorias e terminologias comuns nos textos que tratam do assunto parecem defasadas quando tentam explicar o processo, uma vez que ele é, necessariamente, resultante de um contexto da época e do lugar o qual se analisa.

É fato que as migrações atuais se vinculam, em grande parte, às estratégias de uso do trabalho pelo capital, favorecendo a acu-

mulação e os desequilíbrios regionais, seja em escalas nacionais ou internacionais.

[...] Umas regiões favorecem o trabalho assalariado e outras favorecem formas não assalariadas de obter recursos. Quase sem variação, é nas regiões “receptoras” de migrantes onde a oferta de emprego assalariado é favorecida [...] Por um lado, com este fornecimento regular de trabalhadores produzidos a distância, as firmas podem pagar um salário insuficiente para cobrir o custo de reprodução da força de trabalho que de fato empregam, e assim podem incrementar as suas margens de lucro. Por outro lado, as famílias nas áreas de emigração são levadas a se organizarem com contingentes populacionais mais adversos à obtenção local de recursos (Scott, 1995, p. 23-24).

O contexto atual de mudança de polos de produção capitalista tem favorecido que o retorno se torne mais comum, tão evidente que, em alguns casos, já se fale em inversão de fluxo nos casos de áreas marcadas pela emigração. Do modo como vem sendo tratada, a migração de retorno e seus agentes, os retornados, constitui um dado socioespacial *per se*, derivado exclusivamente das volições do capitalismo, como instantes fixos no tempo por serem aparentemente fixados espacialmente. Isto é, dois momentos marcados por duas partidas, uma do lugar de origem em direção ao lugar de imigração, ou de chegada; e outra do lugar de chegada ao lugar de retorno. Mas enquanto categorias, possuem genealogias e contextos de existências particulares, isto porque, no caso dos retornados, sua existência e experiências múltiplas transcendem a mera tipologia ou categorização, porque, como dito anteriormente, as vivências são múltiplas, o que torna qualquer tipo de “taxonomia” insuficiente.

Por tudo isso, cabe uma revisão conceitual, que optamos por deixar mais à frente unicamente porque convém expor como se realizou a pesquisa que aqui se expõe, de sorte que retomamos, em seguida, a discussão acerca do retorno e dos retornados.

Pormenorizando a Construção Metodológica

Priorizar uma perspectiva pautada nos sujeitos tem sido a premissa fundamental desta análise. Contudo, isto não significa desconsiderar os indispensáveis estudos quantitativos que são comuns em torno das questões migratórias. Em pesquisa anterior, que fundamenta esta publicação (Romeu de Souza, 2015), reservamos um trecho relevante para tratar dos dados dos Censos demográficos do Brasil de 1991, 2000 e 2010, os quais indicavam tanto o declínio do fluxo migratório para o Centro-Sul do Brasil (corroborando as observações preliminares de Moura [1984]), quanto o retorno para o Nordeste.

O Censo Demográfico de 2022 reafirma a tendência de retorno para o Nordeste. Infelizmente, o Censo não questionou com precisão tais dados em razão da redução de questões com a finalidade de reduzir os gastos. Além disso, problemas econômicos, sanitários e até desinteresse político marcaram a realização deste levantamento²⁰, mas, ainda assim, foi possível identificar a proveniência das pessoas no intervalo de 5 e 10 anos, ratificando o Nordeste como espaço de imigração e de retorno.

Reconhecer o papel de sujeito do migrante não ignora sua condição elementar de força de trabalho e de massa produtiva capitalista. Afinal, os Censos de 1950, 1960 e 1970 mostram que

20. Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-06/ibge-aponta-dificuldades-para-realizacao-do-censo-2022>. Acesso em: 10 maio 2026.

o resultado das políticas de substituição de importações, dos *cinquenta anos em cinco* e do chamado *milagre brasileiro*, foi emigração maciça de nordestinos, forjando um verdadeiro *exército industrial* transferido da zona rural para setores econômicos das metrópoles nordestinas (Moura; Coelho, 1980) e, principalmente, para a produção industrial do Sudeste, incluindo a produção agroindustrial (Menezes, 2002; Silva, 1999; Singer, 1995).

O migrante, todavia, mudou de perfil e isto alterou sua mobilidade. A migração, outrora pautada num movimento restrito ao trabalho, agora articula-se em redes e se realiza por outros vieses, que têm sido percebido para além da motivação econômica. Por tudo isso, ainda mais valorizados foram os dados obtidos a partir dos estudos de campo, que construíram um acervo de histórias e memórias que narram trajetórias individuais que marcaram de maneira relevante os cotidianos dos lugares de retorno destes migrantes e que relativizam os dados do censo, enquanto principal fonte de informação migratória. Tais trajetórias, como já mostrado, estão diluídas no corpo do trabalho. Reservamos este ponto para descrever os procedimentos metodológicos, e, por conseguinte, o modo como estas entrevistas foram realizadas e adicionadas ao texto, dando assim conteúdo à análise.

A singularidade das migrações do Nordeste para o Sudeste em relação a outros fluxos populacionais brasileiros caracteriza a típica mobilidade da força do trabalho apontada por Gaudemar (1977) entre outros (Moura, 1980; Singer, 1995). Nosso interesse, porém, foi direcionado aos paraibanos retornados do estado de São Paulo nos seus lugares de retorno. Obviamente, seria impossível, para o escopo desta pesquisa, analisar de modo exaustivo todos os municípios de onde provêm e para onde retornam os migrantes no estado da Paraíba, por isso entendemos que a investigação deveria se restringir a áreas de significativa importância do interior do estado, considerando que o Sertão é importante fornecedor de mão de obra.

Aqui parece ser conveniente dizer que o *lugar de retorno* nem sempre é o mesmo município de nascimento, mas aquele no qual o indivíduo compreende como sendo o *seu* lugar no mesmo estado de nascimento. Por isso, entender a dinâmica da rede foi de fundamental importância, especialmente quando se busca identificar as transterritorialidades presentes no processo migratório e a *prontidão para o retorno* que se apresenta nas cadeias migratórias. Isto me leva a buscar também uma aproximação com os lugares de chegada e fixação dos migrantes paraibanos em São Paulo.

Diante da saturação de postos de trabalho e moradia a partir da década de 1970 (Moura, 1980), bem como a redução da renda, além da transferência de setores industriais para cidades fora das regiões metropolitanas, os migrantes foram levados a ampliar o foro de sua mudança espacial, estendendo a rede para cidades além dos limites destas regiões, atingindo cidades do interior. Por isso, meu interesse não pôde se fixar apenas na região metropolitana da capital (fato que tem sido identificado também no Rio de Janeiro na primeira década dos anos 2000²¹).

Para o entendimento do que constitui a espacialidade do retornado, foi necessário que se buscassem as trajetórias que os tornaram sujeitos retornados, enxergando-os para além de indivíduos que “deram uma resposta” à força estruturante da macroeconomia que os impeliu à migração. Mas esta aproximação, no que se refere à localização geográfica, aponta para qualquer lugar do Nordeste que esteja a oeste do planalto da Borborema, isto é, do

21. Em pesquisa realizada em 2008 e 2009 (Binsztok *et al.*, 2010a, 2010b), identificou-se que o fluxo migratório para a cidade de Macaé/RJ acompanhou o processo de urbanização e periferização da cidade, dada a ampliação da produção petrolífera *off shore* neste município. Transformou uma antiga vila de pescadores profundamente vinculada ao espaço agrário municipal, com cerca de 40.000 habitantes em 1960, numa das maiores populações municipais do estado do Rio de Janeiro (206.000 hab.) e uma das maiores densidades demográficas do Brasil (169 hab./km²), segundo dados do Censo 2010 (IBGE).

Sertão nordestino. Afinal, as já mencionadas políticas de estímulo à mão de obra nacional nas décadas de 1950/1970 provocaram intensa migração, levando os migrantes a serem alcunhados de retirantes das secas do Sertão.

Foram necessárias algumas diretrizes para a escolha das localidades paraibanas de maior interesse para a pesquisa. Inicialmente, em função de a sede da pesquisa estar em Campina Grande, na Paraíba, por razão logística, justificava-se estudar o próprio estado, um dos que mais exportaram mão de obra na segunda metade do século XX.

Neste sentido, é importante destacar o fato de que a Paraíba, tal como o Nordeste como um todo, notabiliza-se por ser exportador de mão de obra. Os dados de Moura (1980, p. 1037) não deixam dúvida. Ao longo do trintênio 50/70, o que se verifica é uma vertiginosa perda populacional, que se mantém em torno de 10% das perdas populacionais de toda a região, o que demonstra a relação direta da migração dos paraibanos com o grande quadro migratório do Nordeste no período. O desaquecimento da economia brasileira nas décadas de 1980/1990 certamente colaborou para a redução do fluxo migratório e pode ter estimulado um fluxo de retorno (Moura; Teixeira, 1997), levantando à hipótese de uma reversão no fluxo (Moura, 1984).

Havia, ademais, um interesse prévio em manter estudos no Sertão em função de sua condição histórica de fornecedor de migrantes, considerada, especialmente depois dos anos 1950, uma região de perda populacional contínua, em função, grandemente, do “discurso da seca”, que é difundido tanto na sua versão acadêmica quanto no senso comum, retratando toda a região de ocorrência de longa estiagem e a caatinga como “área inóspita” e de grande dificuldade de sobrevivência, onde a natureza se torna *inimiga* dos homens.

A escassez de chuva e os efeitos perversos das secas, associados com a baixa qualidade da terra e a reduzida produtividade agrícola no agreste e sertão representam ainda motivos importantes à migração. Esses elementos expulsivos e de persistência histórica continuam incidentes no Nordeste (Oliveira et al., 2015, p. 87, grifos nossos).

[...] Agora o que acontece nisso aí é que eles [os fazendeiros] se acabaram tão rápido porque *acabou o inverno. O inverno foi ficando mais fraco*, os filhos foram tudo embora. Qual fazendeiro aqui tem um filho? [...] (Seu Altino, São José de Piranhas, 2014)

Na verdade, as causas da intensa mobilidade se referem não à natureza, mas à desigual e perversa distribuição de terras próprias ao cultivo, que é herdeira da estrutura agrária que pautou, desde a colonização, as relações desiguais de trabalho no campo nordestino (Andrade, 2010; Castro, 1992, 2002). Essas relações marcaram não apenas a funcionalidade das relações humanas, presentes na exploração dos “coronéis” e demais latifundiários aos colonos lavradores, transformados em servos, mas, sobretudo, a construção simbólica que *normalizou* as relações de exploração, construindo todo um imaginário que assegurava a reprodução do sistema, culpabilizando o lavrador insurgente (como se verifica na fala de Dona Nair), o que estimulou muito mais a migração não como “fuga” da seca, mas como “fuga” da culpa de uma insurreição frente às condições desumanas de subsistência.

Esse período de renda, de meia, essa renda é o seguinte: ela é assim, trabalha de meia, não tem direito a uma roupa, não tem direito a um calçado, não tem direito a uma festa, os pais [meus pais] não *deixava* estudar, pra ele, filho não era

pra estudar, era pra trabalhar. Era o que ele decidia, era isso. A gente tirava dez arrobas de algodão, cinco *era* do patrão e cinco *era* da gente, o dinheiro que eles *emprestava* a juro queria cobrar pra ele ganhar bastante e a gente ficava sem nada. Chegava o final de ano, não tinha dinheiro pra ir a uma festa, essa era a vida. Eu saí daqui em 73, que nem eu já falei, meus irmãos, minha mãe, era uma vida difícil, não tinha esse negócio de *está* vestindo um vestidinho bonitinho, uma calcinha bonitinha, não, não tinha isso. A gente trabalhava o ano inteiro, chegava dezembro, não tinha direito de ir à festa do Natal na cidade porque não tinha dinheiro. Melhor, naquela época, não tinha uma roupa, não tinha uma sandália velha dentro dessas *capoeira* de algodão, dentro dos *mato*, comendo feijão com arroz, feijão com cuscuz, nunca via um pão e uma farinha, e o arroz era pro final de semana, o arroz era comida de rico [...] Em 58, foi seca, eu me lembro, era molecote, mas eu lembro, 66 foi seca... em 70, trabalhei em rotação, naquela Coqueiral de São Gonçalo [em Sousa/PB] pra ganhar um tostão para ajudar a família, isso aí foi uma trajetória de vida que a gente *trabalhamos*, que a gente *lutamos*... (Seu Altino, São José de Piranhas, 2014).

As arcaicas estruturas agrárias nordestinas favoreceram a constituição do fluxo emigratório que marcou o século XX, não só, mas principalmente, na área rural. Os reflexos das estruturas de exploração do campo se desdobram nas pequenas e médias cidades nordestinas, uma vez que as elites urbanas, sobretudo, industriais reproduzem a exploração do campo nas condições degradantes de trabalho e renda, criando uma dualidade modernização/conservação singular no Brasil (Castro, 2002).

Com base neste fato, concluí que seria importante ampliar a abrangência geográfica das análises dos retornados, uma vez

que se trata de um avanço da pesquisa de mestrado sobre reterritorialização do retornado sertanejo cearense (Romeu de Souza, 2006). Priorizei as experiências dos interlocutores e seus lugares de imigração e retorno (principalmente os de retorno), independentemente de sua natureza rural ou urbana.

Além da força simbólica do Sertão, outro importante elemento pode ser atribuído para a escolha dos municípios sertanejos da Paraíba: a noção de Nordeste difundida pelos migrantes e os migrantes que têm contribuído para a consolidação de uma identidade regional nordestina. Seria desejável que houvesse estudos vários sobre os retornados em todos os estados nordestinos, mas, apesar da insuficiência, este aqui apresentado almeja contribuir para a compreensão do quadro migratório regional.

O fator “tempo” foi outro importante elemento de análise metodologicamente considerado. Embora já tenha sido informado o recorte do censo migratório aqui considerado, a dimensão de tempo que tratamos precisa ser ampliada. Isto porque se, por um lado, o tempo em que o migrante está no lugar de chegada pode defini-lo migrante ou não (segundo citação anterior de Martine [1980]); por outro, o tempo no lugar de retorno, ou quando se deu o retorno, pode defini-lo como um retornado ou o que talvez possa ser considerado *ex-migrante*, o que seria outro status migratório.

O fato é que esta variável, para muito além do que o censo aponta quantitativamente, o tempo de estada no lugar de retorno pode em muito influir na definição do retornado e no modo como ele construirá sua territorialidade. Esta variável está embutida na noção proposta por Valverde (2004) quando admite a idade dos retornados como elemento classificatório, todavia, a idade por si só é insuficiente para dar a dimensão temporal da migração, porque não consegue dimensionar o tempo de migração, tampouco a circularidade e os intervalos entre cada “etapa” migratória. A solução ideal seria acompanhar as trajetórias migratórias considerando

as memórias e suas “histórias de vida”, algo já bem documentado por Menezes (1992, 2002).

Consideramos, portanto, as trajetórias individuais e a constituição das redes como elementos estruturantes do processo migratório, segundo seus relatos orais. Nestas redes, a formação das cadeias migratórias e o acionamento da multiterritorialidades, bem como a deflagração de transterritorialidades, foram aspectos priorizados na observação. Significa dizer que as transformações do espaço são resultantes do processo observado e descrito. Interessou-nos menos as modificações objetivas dos espaços do retornado que as transformações pessoais que integram uma totalidade na qual as modificações empíricas e materiais do espaço são uma consequência.

Foram basicamente duas técnicas qualitativas, entrevistas e observação participante, durante os estudos de campo. O uso destas ferramentas permitiu produzir depoimentos primários das visões dos informantes, conforme nos mostra Boeschoten (1993 *apud* Menezes, 2002). Os 42 depoimentos acabaram aprimorando a produção de entrevistas semiestruturadas, que permitiram às entrevistas rumarem na direção mais adequada à situação e à história de vida dos indivíduos.

Tal como nos relata Demartini (2005), o processo de pesquisa carece de discussão e reformulação contínuas, de modo que nunca foi definido previamente nem o número nem o perfil dos entrevistados. Decidiu-se à medida que se realizavam entrevistas em conjunto com as observações decorrentes da convivência com os grupos e sujeitos pesquisados.

[...] o relato oral é coletado em processo de interação entrevista/entrevistador quem que este se coloca em posição de escuta atenta, cuidadosa, paciente, de modo a estabelecer a cumplicidade necessária para que o entrevistado se coloque

em situação de querer falar. Desse modo, o pesquisador precisa aprender a escutar (inclusive o relato “oculto”) para poder encontrar o momento certo de colocar as questões que lhe interessa investigar [...] (Demartini, 2005, p. 95).

Priorizou-se que essas entrevistas ocorressem nas residências dos migrantes, visto que a “casa” e o patrimônio são, para grande parte dos migrantes, importantes indicadores de uma migração bem-sucedida. Além disso, o espaço da “casa” reflete muito a influência do lugar de chegada e das dinâmicas territoriais, bem como as performances que se estabelecem durante a migração. Mas houve situações em que até mesmo a rua foi o ambiente mais adequado para a conversa.

Em alguns casos, as entrevistas foram antecedidas de contatos prévios, com o propósito de atingir uma atmosfera de confiança; noutros casos, em que não foi possível tal antecedência, a desconfiância inicial foi se rompendo à medida que os relatos avançavam. De um modo geral, todos os entrevistados pareceram estar à vontade ao fim de seus relatos, não poucas vezes, muito emocionados, o que ampliava a sensação de confiança e veracidade. Durante as pesquisas de Marilda Menezes, tais circunstâncias parecem se repetir:

Ser entrevistado não é usual na vida das pessoas comuns. Assim sendo, elas se preparam para este ritual. Quando a entrevista é marcada com antecedência, elas vestem roupas novas, tomam banho, os homens barbeiam-se e, provavelmente, refletem sobre o que relatar [...] Outro aspecto de entrevistas semiestruturadas e histórias de vida são os sentimentos que emergem durante o ato de lembrar. Para algumas pessoas, é um momento de alegria, enquanto para outras, de tristeza [...] A diversidade de locais (de entrevistas)

permitiu perceber como o espaço pode interferir no processo de entrevista (Menezes, 2002, p. 41).

Da mesma forma que a autora, identificamos alguns problemas em relação aos locais das entrevistas. No que se refere à residência do migrante, há três principais problemas apontados que também enfrentamos. Primeiro: a rotina da casa pode distrair o entrevistado, e dar um depoimento exige concentração, uma vez que é necessário organizar ideias e resgatar na memória fatos, pessoas, ambientes e situações. Segundo: as relações de gênero interferem no processo, seja pelo fato de que os relatos e as experiências variam significativamente por causa do gênero, seja porque alguns cônjuges tentam, de algum modo, assumir o controle ou se incomodam se não controlam a situação, por estarem enciumados ou molestados por quaisquer motivos. Terceiro: a condição social dos informantes pode ser um trunfo ou um entrave. O ato de entrevistar expõe ao pesquisador a condição social do informante. Normalmente, se a migração, do ponto de vista econômico, foi bem-sucedida, o migrante tende a receber o entrevistador com relativa tranquilidade e orgulho; quando não, gestos, atitudes e falas denunciam sentimentos de humilhação e vergonha, o que pode comprometer a entrevista. Por causa desses problemas, cada situação foi avaliada para ser a mais cômoda para o informante. Destarte, pode-se ratificar as palavras de Demartini afirmando que:

[...] Dificilmente, nos estudos, as entrevistas se assemelham quanto ao desenvolvimento e ao conteúdo. E esta é a riqueza que os relatos orais podem trazer aos estudos sobre imigração: por meio deles, é possível apreender uma variedade de representações e visões de indivíduos socialmente inseridos em posições diferentes (Demartini, 2005, p. 96).

Visitar as localidades de residência e experimentar as paisagens do retornado permitiu ampliar a perspectiva acerca do lugar de retorno, bem como identificar influências espaciais nos jogos de multi/transterritorialidade. A mesma justificativa se aplica à visita realizada aos lugares de chegada dos migrantes, especificamente, Guarulhos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, na Grande São Paulo; e Campinas e Piracicaba, no interior do estado de São Paulo, onde se considerou de suma importância identificar mais amiúde o papel das cadeias migratórias na composição da rede. Isto significou entrevistar filhos, pais, irmãos, primos e amigos dos migrantes retornados.

Tais relatos foram realizados nos mesmos termos dos que ocorreram nos lugares de retorno, haja vista que os dois territórios distintos em consideração são construtos espaciais objetivos, carregados de subjetividade e simbolismo, elementos suficientes para justificar os estudos de campo em ambos os lugares de permanência dos sujeitos, o lugar de chegada e o lugar de retorno. Demartini (2005) menciona que o lugar de chegada, nomeado em seu estudo como *contexto de adoção*, traz elementos diferenciadores, mesmo em se tratando de um grupo com mesmo contexto de origem, exigindo mais que um conhecimento da trajetória, mas um “mergulho” no contexto delimitado. Além disso, há que se considerar que:

Vários autores mostram os limites dos estudos que se restringem a apenas um dos espaços e ressaltam a necessidade de considerar a conexão entre os vários espaços em que os [...] migrantes estão inseridos. Mayer [...] afirma que o migrante continua ativamente interessado e envolvido com sua família e comunidade de origem. Nenhuma análise que trate apenas de uma única estrutura, cultura, comunidade ou sociedade

contemplará o fenômeno da migração; assim, o estudo tem que abranger, ao menos, dois espaços de pesquisa (Menezes, 2002, p. 19-20).

As entrevistas foram realizadas em quatro ocasiões distintas ao longo de dois anos: em três ocasiões, nos municípios que serviram de lugar de retorno dos migrantes; e em uma, nos lugares de chegada. O primeiro contato foi em junho de 2013; a segunda série de entrevistas, dezembro do mesmo ano; e em março de 2014, o último estudo de campo. Em março de 2015, foram realizadas as derradeiras entrevistas nos lugares de chegada em São Paulo. Pelo que percebemos, foi possível identificar a pertinência dos dados quantitativos do censo, ou de questionar o que não é possível perscrutar neste tipo de pesquisa.

Por fim, é preciso lembrar que as entrevistas foram realizadas em meio a estudos de campo, que permitiram avaliar, a partir da observação das paisagens, a relevância da presença dos retornados nos lugares de retorno, a partir da identificação de geossímbolos ou da constatação (ou não) da “prontidão para o retorno” e de sua influência nestes lugares.

Acompanhando a migração: viagens de campo e entrevistas

Há uma relação perenizada entre o sertão da caatinga e a metrópole: ambas têm o cinza esbranquiçado como cor predominante. No primeiro, trata-se de um dado físico, e seu tom esmaecido se deve ao rigor do sol e à brevidade das águas; no outro, o tom pálido é um fato físico, mas também metafórico. A cor dos arranha-céus envidraçados ou no tom do cimento, o asfalto velho e a fuligem no ar combinam com a fraqueza das sociabilidades.

A *floresta branca* do Nordeste é uma das metonímias geográficas sob as quais se fundam as ideias acerca desta região, ao passo que o cinzento de vidro e concreto armado também elabora o imaginário sobre a metrópole. Uma e outra ideia são parte do que, de fato, são. A experiência migratória parece permitir que ambas as ideias, noções topológicas tão díspares, se relacionem e troquem entre si muito mais que presença populacional. O Sertão e a metrópole têm se tornado um para o outro mais que meros topônimos, têm se irmanado por meio das gentes que constroem um e outro espaço, realizando suas existências, com labor e tristeza, diversão e alegria, dores e euforias, todas as experiências humanas capazes de tornar qualquer ponto espacial num lugar.

Chegamos a São José de Piranhas em junho de 2013, com a missão de conhecer aquele lugar tão mencionado no grupo de pesquisas, visto que Marilda Menezes (uma das pesquisadoras presentes), há trinta anos, realizara um trabalho em que entrevistou familiares de migrantes em São Paulo e assim elaborou sua dissertação (Menezes, 1985; Menezes; Santos, 2023). Nosso intento era identificar esses familiares, suas trajetórias e se alguns porventura haviam retornado. De minha parte, esperava conhecer as pessoas e seus espaços, bem como visualizar os lugares desses familiares e dos retornados.

A cidade de São José teve seu sítio original submerso pelo açude Engenheiro Ávidos, no rio Piranhas, e está encravada no Sertão Paraibano. Limitando-se com o Ceará, é onde a Paraíba mais lembra seu vizinho. A influência é marcante no sotaque das pessoas e na centralidade que as cidades do Cariri Cearense exercem sobre o cotidiano das pessoas; serviços especializados e comércio mais incrementado ou sofisticado são buscados nas cidades de Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte, visto que a distância é menor que para Campina Grande, a cidade paraibana média mais próxima.

Figura 3 - Açude Engenheiro Ávidos na barragem em Cajazeiras



Fonte: Acervo do autor (2015).

Nota: Nível do açude que abastece Cajazeiras com muitos metros abaixo da sua máxima capacidade. As gramíneas na “parede” denunciam a longa estiagem. Há 4 anos, as médias pluviométricas não têm sido suficientes para enchê-lo.

O trajeto até São José de Piranhas exige um “mergulho” no Sertão Paraibano. A caatinga, desde a saída de Cajazeiras, que dista exatos 30 quilômetros pela PB-400, é marcada pela presença de carnaúbas, pouco visíveis no alto sertão do estado, mas agora perceptíveis, que sinalizam a proximidade com o Ceará. As colinas erosivas e tabulares surpreendem o olhar: dão a impressão de que há um corredor entrecortando os morrotes “peludos” de galhos verticais dos marmeleiros, pontilhados pelo verde intacto dos juazeiros. As pequenas propriedades ainda são nítidas nas paisagens, poucos criadores de gado ainda mantinham um número

pequeno de reses no talude dos morros (é importante lembrar que estas visitas ocorreram no auge da mais longa estiagem de que se tem notícia no sertão da caatinga [2011-2016]). Não se percebem grandes propriedades a partir das divisões de cerca. Pelos relatos, as áreas médias não passam de 10 *tarefas* (medida fundiária equivalente a cerca de 0,3 ha) e, desde pelo menos 5 anos antes, não se plantava praticamente nada com a finalidade de comercialização, fosse em função da longa estiagem ou pela concorrência desigual dos gêneros agrícolas locais com os provenientes da CEASA. Assim a redução do plantio tinha se verificado inclusive na produção de subsistência (Figura 5).

Figura 4 - Açude Engenheiro Ávidos em sua extremidade sudoeste, Rio Piranhas - São José de Piranhas

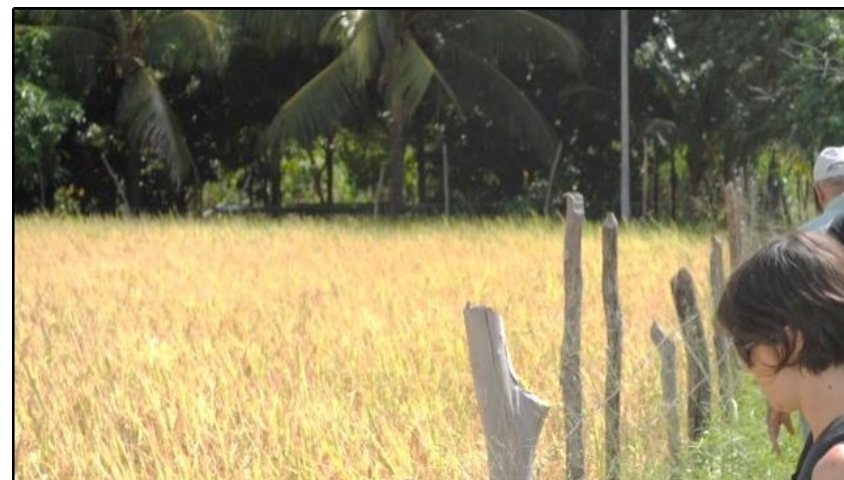


Fonte: Acervo do autor (2015).

Nota: Extremo sudoeste do açude apresentando o leito do rio Piranhas, seu principal tributário. O nível estava tão baixo que as ruínas da cidade velha de Piranhas foi denudado, colocando-se muito acima do leito. No primeiro plano da imagem, estão as ruínas da antiga igreja matriz, inundada quando o açude está cheio; ao fundo, a cadeia de morrotes, que “termina” na barragem do açude.

A cidade de São José, que tem pouco mais de 19 mil habitantes, segundo dados do Censo 2022, ainda guarda as características de um vilarejo. Com poucas ruas, todas calçadas na área central, tem seu comércio apinhado de consumidores durante as manhãs. Embora haja pouca variedade, o comércio parece fazer circular significativamente a economia do município. A praça da igreja é o ponto central, dividida em três ambientes paisagísticos. Há rede de internet *wi-fi* disponível gratuitamente, o que atrai jovens em todos os horários do dia; e algumas pequenas lanchonetes e quiosques, que atraem a população à noite. No seu entorno, é onde se concentram as duas agências bancárias da cidade e diversos serviços públicos.

Figura 5 - São José de Piranhas rural



Fonte: Maciel Cover (2013).

Nota: Plantação de arroz-de-sequeiro em ponto de sega, uma das poucas iniciativas agrícolas do município. Roçado plantado em um dos únicos pontos de abundância hídrica do município.

Neste município, encontramos algumas pessoas que, individualmente ou em famílias, concordaram em nos conceder entrevistas e narrar suas trajetórias. Entrevistamos Seu Lucas, Seu João, Seu Paulo, Seu Francinaldo, Seu Flávio, Seu Almir, Seu Gilvan, Dona Marta, Seu Jair e Dona Neuma²², sua esposa, todos residentes em São José de Piranhas. Todos esses depoimentos foram colhidos em suas casas, tanto na zona urbana quanto na rural.

Realizamos entrevistas em conjunto quando mais de um indivíduo havia migrado ou o casal, como em vários casos. Em outros, mesmo tendo retornado o casal ou a família, somente um indivíduo pôde/desejou falar e, em algumas circunstâncias, falou apenas o migrante que realizou o movimento sozinho. Procuramos também realizar as entrevistas nas ocasiões mais cômodas aos sujeitos, mas houve situações em que se realizou no lugar de trabalho, na beira da rua, ou no lugar indicado pelo sujeito, no instante em que ele desejava falar. É importante frisar que todos mostraram como suas trajetórias migratórias afetaram suas histórias pessoais e a de suas famílias. Infelizmente, não foi possível descrever cada uma com a riqueza de detalhes que mereciam devido às limitações da própria pesquisa, mas é importante registrar que, de um modo geral, todos os sujeitos, suas famílias e histórias foram aqui considerados. Convém dizer que alguns destes relatos foram publicados na íntegra em Menezes e Santos (2023). Ali registramos a impressão que tivemos a partir da fala de seu Lucas, o qual descreve sua trajetória e a de outros migrantes atentos como uma “manha”, o que chamamos de “manha de migrante” (Nogueira; Romeu de Souza, 2023).

22. Todos os nomes são fictícios, todavia, os relatos transcritos são *ipsis literis* ao que foi narrado.

Figura 6 - São José de Piranhas urbana



Fonte: Acervo do autor (2015).

Nota: Praça central de São José de Piranhas. Dividida em três ambientes, todos com conexão *wi-fi* gratuita, é o ponto central do município. Ao fundo, a igreja matriz.

Em dezembro de 2013, retornamos ao sertão, com vistas à ampliação do acervo de trajetórias. Busquei então variar não só o quadro amostral de idades, mas também de cidades e ambiente de origem (se rural ou urbano), além de grupos sem relação com os primeiros de São José de Piranhas. Nesse sentido, ampliamos o quadro amostral para os municípios de Sousa e Cajazeiras, cidades mais centrais na mesorregião do Sertão Paraibano. Cabe ressaltar a indispensável ajuda oferecida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sousa no contato de alguns retornados.

Quando se vai aproximando de Sousa, vindo de Campina Grande pela BR-230, pode-se perfeitamente identificar a mudan-

ça na paisagem, que passa a ser ladeada ao sul por uma cadeia de morrotes desgastados, constituintes das formas agudadas da depressão sertaneja. A planura da paisagem até o sopé destes morrotes parece ser explorada por uma agricultura comercial, dado os pulverizadores de grandes proporções. Ao lado direito da rodovia, voltado para o norte, verifica-se o plantio em larga escala da cultura do coco, produto plenamente adaptado ao clima e solo da localidade (Figura 7). A cidade, então, surge no horizonte: há três saídas da rodovia que levam ao núcleo urbano, onde se evidenciam alguns edifícios de cerca de 10 andares e um considerável fluxo de veículos e pessoas. Apesar de possuir uma restrita área urbana, há significativa concentração de atividades variadas, o que permite à população de mais de 67.000 (Censo 2022) pessoas relativa independência de outras cidades. Entretanto, há um importante fluxo entre Sousa e Cajazeiras, cidade com população equivalente (63.000 habitantes) e economia de igual nível. Há um fluxo grande de moradores, que se revezam entre estudo e trabalho entre as duas cidades e aquelas em seu raio de influência.

Neste contexto, tivemos contato, em Sousa, com Carolina e sua família, Dona Lívia, Adriano e Flávio, todos com ascendentes provenientes do espaço rural, mas que tiveram suas gerações marcadas pela mudança para o espaço urbano e pela migração para o estado de São Paulo. Cabe ressaltar que alguns tinham muito desejo de expressar suas experiências e aproveitaram a circunstância para expressá-las no mesmo local onde o encontramos, como foi o caso de Flávio, que, na rua mesmo, em seu posto de mototaxista, cedeu momentos importantes de seu dia de trabalho para relatar sua experiência.

Figura 7 - Plantação de coco-da-praia em Sousa



Fonte: Acervo do autor (2015).

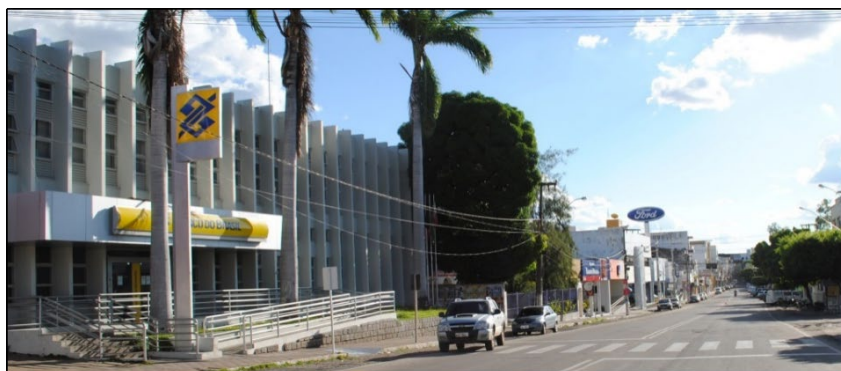
Nota: Sousa é um dos maiores fornecedores do gênero no Nordeste.

No mesmo estudo de campo, segui até Cajazeiras, distante cerca de 50 quilômetros de Sousa pela principal rodovia do estado, a BR-230. A cidade se destaca bastante na paisagem porque a rodovia a margeia mais de perto. Parece haver um processo de verticalização mais consolidado do que na vizinha Sousa. As populações são aproximadas, mas é notório que há uma rede de serviços e comércio mais amplo em Cajazeiras. Um primeiro olhar dá a impressão de que o processo de urbanização é mais antigo, de modo que seria explicado assim o adensamento populacional mais intenso do que em Sousa. Nesta primeira aproximação, fizemos contato apenas com Seu Joaquim, da zona rural do município. O que se evidencia no arrolar das entrevistas é que a variedade de histórias, seja

numa ou noutra cidade, seja numa migração para áreas rurais ou urbanas, é que a multiplicidade de situações e de experiências territoriais torna impossível encontrar um padrão que vá além da decisão de imigrar para São Paulo, seja a capital ou o interior.

No início do ano de 2014, especificamente, em março, realizou-se o terceiro estudo de campo, quando voltamos às cidades de São José de Piranhas (nosso ponto de apoio logístico), Sousa e Cajazeiras. Nesta ocasião, buscamos aprofundar o contato com alguns retornados, especificamente Seu João e sua esposa, Dona Eunice; Seu Altino e sua esposa, Dona Zileide; Seu Gilvan em São José de Piranhas; Carolina e sua prima Mara, em Sousa; além dos novos contatos na área urbana de Cajazeiras, Cátia e Silvío, Seu Firmino (trabalhador de gráfica em Cajazeiras e morador de Sousa), além da família de Dona Nair, produtores rurais vinculados às lutas em defesa de sua categoria.

Figura 8 - Centro comercial de Cajazeiras



Fonte: Acervo do autor (2015).

Nota: A tradicional quietude de um fim de semana em Cajazeiras, extremo oeste da Paraíba.

A ida à comunidade onde reside Dona Nair merece um destaque. A comunidade fica na zona rural de Cajazeiras, a poucos quilômetros do centro urbano. É resultado de uma luta política intensa, que tem especial participação da entrevistada em sua consolidação, transformando uma ocupação dos trabalhadores sem-terra num assentamento. Atualmente coordena a Central das Associações de Agricultores do Alto Sertão Paraibano (CAAASP) e labuta junto com o marido, Seu Lima, na produção meliponífera de abelhas sertanejas. Seu relato acabou nos levando a conhecer outros migrantes retornados, em especial, Rosalva, que mesmo tendo sua última etapa migratória a cidade de Curitiba, passou uma temporada em São Paulo e, por isso, a convidei a relatar sua experiência.

Na mesma ida a campo, identificamos alguns retornados nas cidades de Patos e São Mamede, na saída do Sertão Paraibano, pouco antes da subida do Planalto da Borborema. Patos é mais conhecida por suas formações rochosas, afloramentos do escudo cristalino, que apresentam formatos peculiares em destaque na paisagem, os *inselbergs* (Figura 9). Além disso, seu clima quente todo o ano, marcadamente seco, faz com que a atmosfera seja sufocante. Patos possui cerca de 104 mil habitantes e se destaca como a principal cidade do Sertão do estado, com comércio e serviços variados, além de uma incipiente indústria no setor alimentício. Foi lá que conhecemos a família Gueiros, especificamente as irmãs Francineide e Paula, a primeira casada com Fabiano (que nos concedeu entrevista) e a segunda cunhada de Francisco, um taxista local. Cada um deles me expôs cordialmente seus relatos. Quase toda a família teve passagens por diversos lugares, entre os quais São Paulo; e todos tiveram grande interesse em relatar suas trajetórias, mas dadas as limitações de tempo, apenas estes quatro indivíduos puderam ser entrevistados.

Figura 9 - Inselberg em Patos



Fonte: Acervo do autor (2015).

Nota: Registro de um dos muitos “morros-testemunho” do Sertão Paraibano. Patos concentra muitas destas formações.

A última parada neste estudo de campo foi em São Mamede. Distante cerca de 15 quilômetros de Patos, é uma cidade paraibana que guarda aspectos muito semelhantes aos de outras cidades pequenas do Nordeste, como um sítio urbano em torno da igreja matriz, que assume papel de marco central da urbes, marcada pelo cotidiano rural. Mais lembrando um vilarejo, não tem mais que 20 ruas, nem todas devidamente calçadas, todavia as principais muito arborizadas e limpas. Os cercados da área agrícola chegam quase ao “centro urbano”, que congregam todas as atividades de serviços públicos disponíveis no município, além de um pequeno comércio. Há que se considerar que a proximidade de Patos dificulta a fixação de ramos do comércio mais dinâmicos e exigentes. Tudo isso atribui “ares” de cidade pacata, onde as famílias se conhecem pelos nomes e sobrenomes, desde antigas gerações, fato potencializado pelo número pequeno de habitantes, cerca de 7.000. Foi ali que conhecemos Armando, um comerciante retornado de São Paulo, que nos concedeu sua entrevista.

Figura 10 - Igreja Matriz de São Mamede



Fonte: DBcity.com²³.

O último estudo de campo se deu no estado de São Paulo. Realizado durante a primeira semana de março de 2015, partimos eu e Marilda Menezes para buscar alguns depoimentos em Campinas, Piracicaba, São Caetano do Sul e Diadema, além de diversas conversas informais com migrantes que se recusaram a registrar suas histórias. Durante os quatro dias de atividades, a investigação visou identificar, descrever e registrar o cotidiano dos familiares dos retornados com os quais havíamos conversado no Sertão. Eram migrantes que optaram por permanecer ou ainda não tinham tido a oportunidade de voltar.

23. Disponível em: <https://pt.db-city.com/Brasil--Paraíba--São-Mamede>. Acesso em: 16 abr. 2025.

Iniciamos esta etapa por Campinas, no interior de São Paulo, uma das maiores e mais populosas cidades do país. Densa em seu sítio urbano e intensa nos tráfegos de pessoas, mercadorias e serviços, funciona como ponto relevante na grande rede de fluxos e fixos geográficos do país. Sua paisagem, menos verticalizada que a capital, a sudeste, não é menos horizontalizada. Uma cidade com vasta periferia e, atualmente, com um aeroporto internacional em processo de expansão, que o tornará um dos maiores do país.

Exatamente em Viracopos, próximo ao aeroporto, fomos encontrar uma simpática família de migrantes paraibanos. Descendentes dos que chegaram a Campinas no auge da migração para São Paulo, a família do seu Gilvan (retornado que entrevistamos em São José de Piranhas) nos recebeu de modo soberbo, oferecendo café da manhã, foto impressa e uma hospitalidade digna dos seus conterrâneos no Sertão. O bairro, resultado de uma ocupação dos anos 1970, agora está totalmente saneado e calçado. Suas ladeiras pontilhadas de chácaras são acessadas após se passar por diversos pátios fabris e plantas industriais. Ouve-se com frequência o ruído dos aviões, e o fluxo de caminhões e pessoas é intenso. Neste local, fixaram-se as quatro filhas e os netos do Seu Gilvan – Gilmara, Vânia e Gilza –, que conosco compartilharam suas experiências migratórias e um pouco de seus cotidianos em Campinas, até a hora do almoço, oferecido no restaurante da única filha (também paraibana), que não pôde nos conceder a entrevista.

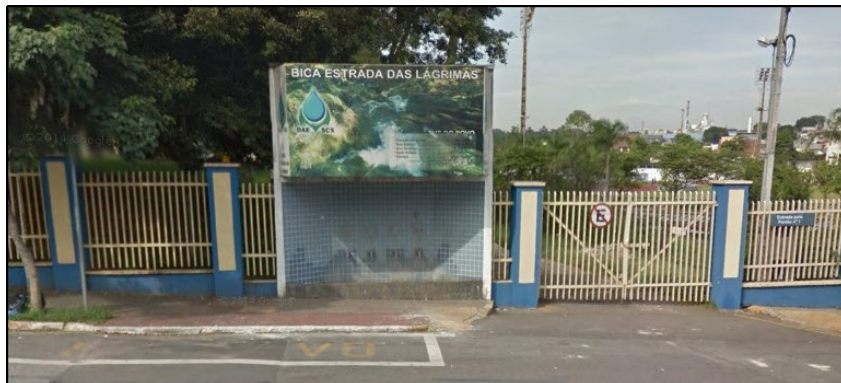
Durante a tarde, partimos para Piracicaba pela rodovia dos Bandeirantes (SP-348), com o intuito de encontrarmos a irmã do Seu Gilvan, Dona Julia, esposa do Seu Ercílio, que mora com o pai. Sua condição social menos favorecida destoa da do irmão, ao passo que ressalta as dificuldades dos migrantes inclusive na cadeia migratória, haja vista que o regresso de Seu Gilvan está diretamente associado à melhoria de sua condição econômica, desejo anelado por Dona Julia e postergado devido à sua condi-

ção financeira restrita. É importante mencionar que ela mesma afirmou que ainda não retornou porque “as condições” (financeiras) ainda não haviam permitido e assim sonhava com o retorno, deixando evidentes as dificuldades vividas na migração, mesmo considerando o momento econômico favorável ao retorno, que se configurou depois de 2003.

Dali, seguimos para encontrar o primo do Seu Gilvan, que o havia levado a São Paulo. O Seu Francival e sua esposa, Dona Jacira, foram os primeiros de sua família a migrarem para o estado de São Paulo, fixando-se finalmente em Piracicaba depois de algumas idas e vindas. Seus trabalhos basicamente se vincularam à colheita de cana, atividade para a qual o município tem destacada vocação. A passagem pela cidade restringiu-se aos bairros periféricos, tradicionalmente com grande presença de migrantes, próximos aos canaviais. Grande parte da população local encontra ocupação neste setor e ainda demanda significativa mão de obra migrante, especialmente de paraibanos (mesmo com o declínio da oferta de trabalho para cortadores de cana nos últimos anos, de acordo com relatos).

Nossa terceira parada foi São Caetano do Sul, que é uma conurbação vinculada a São Paulo. Uma minúscula cidade operária, com história que remete diretamente à formação de São Paulo. Poderia ser perfeitamente um grande bairro da capital que, tornado município, pode-se percorrer a pé. Isto, entretanto, não a desvaloriza. Mesmo marcada pelo cinza predominante da metrópole e pelo ruído renitente comum a esses lugares, esta cidade guarda um arruamento bem delineado e calçado, com charmosos parques muito frequentados pela comunidade. Em um deles, na Estrada das Lágrimas, que corta o bairro visitado no estudo, há uma fonte com distribuição gratuita de água potável (Figura 11), além de serviços comuns a uma localidade de urbanização consolidada a partir de uma presença industrial antiga.

Figura 11 - Fonte pública em São Caetano do Sul - SP



Fonte: Google Street View (2015).

Nota: Lateral do parque municipal São José, um importante equipamento urbano do bairro São José.

Os paraibanos lá chegaram no período das levas de migrantes nordestinos atraídos pela abundância de empregos, ofertados pela mecanização da indústria paulista, a partir de meados do século XX, incrementados pelo aumento da produção na década de 1970. Foi neste momento que bairros como Vila São José se tornaram ambientes de paraibanos provenientes, principalmente, do Sertão. Menezes (1985) afirma que a concentração de nordestinos no bairro teve origem numa pensão que foi instalada em 1950 por um migrante de São José de Piranhas.

A pensão representava o ponto central de referência dos migrantes mais antigos. Com a intensidade da migração, ela passou a ser substituída, em boa parte, pelo apoio dos familiares já residentes em São Paulo. Este bairro contém a história migratória nordestina de cinco décadas: 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980 em curso. Apenas alguns migrantes mais antigos possuem propriedades. A maioria reside em cortiços (Menezes, 1985, p. 13).

Figura 12 - Esquina da R. Humberto de Campos com engenheiro Armando de Arruda Pereira, São Caetano do Sul - SP



Fonte: Google Street View (2015).

Nota: Uma das principais concentrações de paraibanos em São Caetano do Sul.

Nesta localidade, encontramos Dona Geni, cunhada de um de nossos mais profícuos contatos em São José de Piranhas, Seu Lucas, antigo trabalhador da *Volkswagen* que havia retornado enquanto seu irmão permanecera em São Caetano com a família. Dona Geni, agora viúva, é uma migrante que não intenciona retornar ao seu lugar de origem. Ao relatar sua trajetória, expôs os dramas vividos no casamento em função da postura, no mínimo, pouco cuidadosa do marido em relação a ela. Hoje, sente-se livre para dar o melhor destino a sua vida. Um devir aberto se lhe apresenta!

Por fim, fomos ao encontro de Dalva, filha de outro retornado de São José de Piranhas, Seu Paulo, que embora nascida e criada no estado de São Paulo (algo que demógrafos chamam de efeito indireto da migração [Ribeiro *et al.*, 2014]), resolveu conhecer a terra natal do pai e está determinada a deixar Diadema. Neste encontro, contei com a presença de Jaime Santos, professor vinculado às pesquisas de Marilda Menezes e conhecedor da geografia da cidade. Diadema é conurbada a São Paulo e compõe a grande

região do ABCD Paulista, com grande densidade demográfica e diversos problemas urbanos. Dalva não esconde o desejo de migrar para a terra do pai.

Esses relatos nos permitiram construir o quadro a seguir, que indica algumas características dos retornados e que convém apresentar. É notável a multiplicidade de experiências em função da variedade de relações, bem como a diversidade de atividades praticadas na imigração. Em alguns casos, é singular a sequência de idas e vindas e a variedade de lugares de imigração.

Quadro 4 - Informações Gerais dos Entrevistados²⁴

	Nome	Idade na ocasião da pesq. (2015)	Municípios de Imigração (por ordem)	Municípios de Retorno	Ano da emigração ou etapa migratória	Ano do Retorno	Atividade/Profissão praticada no lugar de imigração	Atividade/Profissão praticada no lugar de retorno	Classe econ. (por dedução ²⁵ ou inform. direta)
1	Dona Filomena	60	S. Caetano do Sul - SP	S. J. Piranhas	1980	1989	Do lar	Do lar	Média
2	Seu Lucas	60	S. Caetano do Sul - SP	S. J. Piranhas	1977 1990	1989 1990	Metalúrgico	Aposentado - Criador de gado Comerciante	Média
3	João	52	S. Caetano do Sul - SP	S. J. Piranhas	1970 1991	1991 1999	Serviços administrativos variados	Administração de posto de gasolina	Média
4	Eunice	48	S. Caetano do Sul - SP	S. J. Piranhas	1991	1999	Não declarada	Professora	Média
5	Seu Paulo	78	S. Caetano do Sul - SP	S. J. Piranhas	1961 1967	1967 2009	Metalúrgico Motorista	Agricultura Aposentado	Média
6	Seu Francinaldo	60	Ubiratan-PR S. Caetano do Sul - SP São Luiz - MA São Luiz - MA	S. J. Piranhas	1972 1998 2004	1997 2000 2009	Aprendiz Metalúrgico Empresário	Aposentado Empresário	Alta
7	Seu Flávio	61	S. Caetano do Sul - SP	S. J. Piranhas	1973	2002	Metalúrgico	Aposentado Empresário	Alta
8	Seu Almir	63	S. Caetano do Sul - SP	S. J. Piranhas	1977	1982	Const. Civil Ind. Alimentos Metalúrgico	Empresário	Alta
9	Seu Gilvan	59	Piracicaba - SP Santos - SP S. Caetano do Sul - SP São Paulo - SP Campinas - SP	S. J. Piranhas S. J. Piranhas S. J. Piranhas	1975 1977 1978 1981 1984 1984 1991	1981 1984 1988 2010	Cortador de cana Pedreiro Metalúrgico	Agricultura Motorista Aposentado Empresário	Média

24. Quando houver mais de um município de retorno ou de imigração, o local de residência atual estará assinalado com a letra “R” em destaque.

25. A partir do patrimônio material declarado na entrevista ou demonstrado explicitamente em relação ao padrão da comunidade local.

	Nome	Idade na ocasião da pesq. (2015)	Municípios de Imigração (por ordem)	Municípios de Retorno	Ano da emigração ou etapa migratória	Ano do Retorno	Atividade/Profissão praticada no lugar de imigração	Atividade/Profissão praticada no lugar de retorno	Classe econ. (por dedução ²⁵ ou inform. direta)
10	Dona Marta	78	S. Caetano do Sul - SP	S. J. Piranhas	1973	1998	Cozinha Lavadeira	Aposentada	Pobre
11	Seu Jair	69	S. Caetano do Sul - SP	S. J. Piranhas	1968	1986	Metalúrgico	Aposentado Burocracia/ prefeitura Agricultura	Pobre
12	Dona Neuma	57	S. Caetano do Sul - SP	S. J. Piranhas	Não declarado	1986	Ind. Alimentos	Do lar Agricultura	Pobre
13	Seu Altino	63	S. Caetano do Sul - SP	S. J. Piranhas	1973	2009	Ind. Alimentos Metalúrgico Motorista	Aposentado	Média
14	Dona Zileide	63	S. Caetano do Sul - SP	S. J. Piranhas	1973	2009	Ind. Plásticos Ind. Alimentos	Do lar	Média
15	Seu Ernani	N. declarada	Não é migrante	S. J. Piranhas	-	-	-	Vereador	Média
16	Seu Mário	68	S. Caetano do Sul - SP	S. J. Piranhas	1965	1997	Metalúrgico Comerciante	Aposentado Comerciante	Pobre
17	Carolina	43	Guarulhos Guarulhos Fortaleza - CE Fortaleza - CE	Sousa	1996 1998 2000 2008	1997 1999 2006 2012	Serviços de limpeza	Do lar	Pobre
18	Dona Lívia	48	S. Caetano do Sul - SP S. Bernardo do Campo	Sousa	1983 1987	1987 1991	Metalúrgica Ind. Alimentos	Professora Burocracia/ prefeitura Agricultura	Pobre
19	Adriano	46	S. José dos Campos - SP São Paulo - SP	Sousa	1989 1990	1990 1995	Const. Civil	Moto-táxi	Pobre
20	Fábio	38	São Paulo - SP	Sousa	1994	2000	Motoboy Motorista	Moto-táxi	Pobre
21	Mara	40	Guarulhos - SP São Paulo - SP	Sousa	1994 2001	2000 2004	Ind. Alimentos Vendedora	Comerciante	Pobre
22	Seu Firmino	51	São Paulo - SP	Sousa	1980	2002	Operador de gráfica	Operador de gráfica	Pobre
23	Francineide Gueiros	39	Brasília - DF São Paulo - SP	Patos	1997 1998	1997 2012	Do lar Balconista	Do lar	Média
24	Fabiano	42	São Paulo - SP	Patos	1995	2012	Motorista	Motorista	Média
25	Paula Gueiros	37	Francisco Morato - SP Vitória - ES Mogi das Cruzes - SP Campinas - SP B. Horizonte - MG B. Horizonte - MG	Patos Patos Patos	1995 1996 2000 2003 2004 2006 2009	1995 2007 2013	Atendente de restaurante Gerente	Empresária	Média
26	Francisco	36	Vitória - ES São Paulo - SP Mogi das Cruzes - SP Campinas - SP Jaguariúna - SP	Patos	1998 2000 2000 2002 2007 2012	2011	Ajudante de cozinha Cozinheiro	Taxista	Média
27	Sílvia	37	Guarujá - SP Guarujá - SP Guarujá - SP Guarujá - SP Guarujá - SP Guarujá - SP Guarujá - SP	Cajazeiras Cajazeiras Cajazeiras Cajazeiras Cajazeiras Cajazeiras	1978 1979 1980 1982 1983 1985 1995 1999	1979 1980 1982 1983 1985 1995 1996 2000	Moto-táxi Shopping Const. Civil Serigrafia	Fábrica de Fogos de artifício	Pobre

	Nome	Idade na ocasião da pesq. (2015)	Municípios de Imigração (por ordem)	Municípios de Retorno	Ano da emigração ou etapa migratória	Ano do Retorno	Atividade/ Profissão praticada no lugar de imigração	Atividade/ Profissão praticada no lugar de retorno	Classe econ. (por dedução ²⁵ ou inform. direta)
28	Cátia	28	São Paulo – SP	Cajazeiras	2005	2007	Babá	Balconista Estudante	Pobre
29	Seu Joaquim	51	Rio das Pedras – SP Piracicaba – SP	Cajazeiras	1992 (total de 19 vezes)	2010 (Retornou diversas vezes)	Corte de cana	Agricultura	Pobre
30	Seu Lima	51	Piracicaba – SP São Paulo – SP	Cajazeiras	1985	1991	Motorista	Agricultura	Média
31	Dona Nair	48	Piracicaba – SP São Paulo – SP	Cajazeiras	1985	1986	Do lar	Agricultura	Média
32	Rosalva	38	Curitiba – PR São Paulo – SP Curitiba – PR Curitiba – PR	Cajazeiras R; São João do Peixe R	1998 1999 2000 2005	1999 2000 2004 2009	Do lar Panificadora Garçonete	Do lar Pedreira Agricultura	Pobre
33	Maria Clara (Filha de Rosalva)	18	Curitiba – PR São Paulo – SP Curitiba – PR Curitiba – PR	Cajazeiras R; S. João do Peixe	1998 1999 2000 2005	1999 2000 2004 2009	Estudante	Estudante	Pobre
34	Armando	40	São Paulo – SP	São Mamede	1993	1999	Motorista	Empresário	Média
35	Gilmara (Filha do Seu Gilvan)	28	Campinas R	Não retornou	1991	–	Empresária	–	Média
36	Vânia (Filha do Seu Gilvan)	29	Campinas R	Não retornou	1991	–	Empresária	–	Média
37	Gilza (Filha do Seu Gilvan)	34	São Paulo – SP Campinas R	S.J. Piranhas	1984 1991	1988	Empresária	–	Média
38	Seu Francival	70	Juiz da Serra – SP Jaú – SP Piracicaba R	S. J. Piranhas	1967 1970 1973 1975	1968 1972 1974	Corte de cana Tratorista Aposentado	Agricultura	Média
39	Dona Jacira	72	Juiz da Serra – SP Jaú – SP Piracicaba – SP R	S. J. Piranhas	1967 1970 1973 1976	1968 1972 1974	Do lar Aposentada	Agricultura	Média
40	Dona Julia	N. declarada	Piracicaba – SP R	Não retornou	1994	–	Aposentada	–	Pobre
41	Seu Ernesto	N. declarada	Piracicaba – SP R	Não retornou	1993	–	Aposentado	–	Pobre
42	Dona Geni	62	S. Caetano do Sul – SP R	Não retornou	1971	–	Empresária	–	Média
43	Dalva (Filha do Seu Paulo)	53	Diadema R	Não é migrante	–	–	Serviços Gerais em mercado	–	Pobre
44	Dona Marilda	70	S. Caetano do Sul – SP R	Não retornou	1971	–	Empresária	–	Média
45	Seu Chico	N. declarada	S. Caetano do Sul – SP R	Não retornou	1970	–	Aposentado – Empresário	–	Média
46	César	41	S. Caetano do Sul – SP R	Não retornou	Não declarado	–	Não declarado	–	Média
47	Seu Eugênio	N. declarada	S. Caetano do Sul – SP	S. José de Piranhas	Não declarado	1986	Metalúrgico	Empresário Agricultor Agente de saúde	–

A migração de nordestinos para São Paulo: os paraibanos

A compreensão mais ampla do retorno implica considerar, num quadro geo-histórico, a constituição da rota migratória. No caso dos nordestinos para o Sudeste, em especial São Paulo, o fenômeno não é recente, já dura ao menos 70 anos com oscilações no fluxo entre as duas regiões, com destaque para a região Sudeste como “ganhadora” populacional. Tais variações alteram o quadro do retorno porque, segundo Ghosh (2000 *apud* Cassarino, 2014, p. 49), “é fortemente influenciado pelas motivações iniciais da migração, bem como pela duração da permanência no exterior e, particularmente, pelas condições em que o retorno ocorre”. Em outros termos, há muitas variáveis a serem consideradas numa análise de retornos migratórios, mas as motivações, que refletem o contexto da partida, acabam por influenciar, ou até determinar, o retorno.

Neste sentido, o desenrolar histórico da mobilidade nordestina em direção ao Sudeste precisa ser revisitado e, para isso, uma pequena contribuição de foro mais geográfico é necessária. A diferenciação regional e as imagens que se estabelecem de uma e de outra região parecem ser determinantes no entendimento do Nordeste, do seu povo, os nordestinos, e de seus hábitos, a “nordes-tinidade”. Póvoa Neto (1994) faz um resgate importante a propósito de compreender a produção do Nordeste e do nordestino como um estigma.

No período em que a migração se iniciou como fluxo de uma região a outra, o Nordeste sequer era assim chamado. A referência era o chamado “Norte”, “assim como são ‘nortistas’ os migrantes que, no século XIX, migram para as áreas de fronteira agrícola no ‘Sul’ [...] ou para centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo” (Póvoa Neto, 1994, p. 20). A presença de “nortistas” já era notada desde o fim do século XIX na produção cafeeira e outras atividades

menos “nobres”, mas a presença de migrantes estrangeiros ofuscou este fluxo, que passou a ser mais evidente com o declínio da chegada dos italianos e japoneses, a partir dos anos 1930. A migração para o Sudeste acabou se tornando um elemento importante na dinâmica populacional do Nordeste, e a literatura apresentada por Menezes (2002) aponta um crescimento significativo a partir da década de 1950 (além das referências apresentadas pela autora, Moura [1980] também é importante referência).

A notável presença de migrantes nordestinos ocupando vagas de trabalho e provocando significativas alterações espaciais, dá-lhes visibilidade, que vem acompanhada de discursos degradantes variados. Tais discursos promovem o que Póvoa Neto chama de “estigmas”. A visibilidade e as *dizibilidades* acerca do Nordeste e dos nordestinos são, portanto, construções realizadas, sobretudo, de fora para dentro, materializadas pelas artes com destaque para a literatura regionalista. Obras como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; e *Macunaíma*, de Mário de Andrade, além de relatos jornalísticos, constroem a ideia de que se trata de uma área de agruras mil, da ausência de identidade por falta de tradição, da “terra de sofrimento”²⁶, onde habitam os “*hércules-quasímodos*”, os homens fatigados, mas valentes e ladinos, o sertanejo como aquele que é “antes de tudo, um forte”²⁷.

Mas a linguagem imagético-discursiva também se faz de dentro para fora, um “dentro” que não se relaciona em termos equilibrados com seus iguais; as obras de Rachel de Queiroz, José Lins do

26. Albuquerque Júnior mostra que o articulista do jornal *O Estado de São Paulo*, Paulo Moraes Barros, numa série de artigos sobre as Impressões do Nordeste, de 1923, descreve o Nordeste como “terra de sofrimento”, a partir de sua particular avaliação do ambiente físico e do quadro sociocultural, segundo seu entendimento, diretamente relacionado um ao outro.

27. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha apresenta o homem sertanejo com uma permanente aparência de fadiga, mas que esconde enorme robustez e disposição no instante em que lhe é “exigido o desencadear das energias adormecidas” (CuNha, 1984, p. 51).

Rego, Graciliano Ramos, entre outros, e os trabalhos sociológicos de Gilberto Freyre, também contribuem para a construção de uma imagem do nativo desta área como um indivíduo em flagelo perpétuo, como mostra Albuquerque Júnior (1999). As imagens (e os discursos) da cana-de-açúcar, do escravismo ou, noutra vertente, do banditismo e da seca se estabelecem por estes ícones e passam a construir, na mentalidade dos poderes públicos federais e nas elites locais, regionais e do Sudeste (que atuam em escala nacional), a noção de um lugar onde a necessidade é uma constante.

O discurso da seca, traçando “quadros de horrores”, vai ser um dos responsáveis pela progressiva unificação dos interesses regionais e um detonador de práticas políticas e econômicas que envolvem todos “os Estados sujeitos a este fenômeno climático”. A descrição das “misérias e horrores do flagelo” tenta compor a imagem de uma região “abandonada, marginalizada pelos poderes públicos”. Este discurso faz da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional o que chama de interesses dos Estados do Norte, compondo a imagem de uma área “miserável, sofrida e pedinte”. Este discurso da seca vai traçando assim uma zona de solidariedade entre todos aqueles que se colocam como porta-vozes deste espaço sofredor. Aproxima os grandes proprietários da Zona da Mata dos comerciantes das cidades, e estes dos grandes produtores de algodão ou criadores de gado. Forma o que Freyre vai chamar de “elite regional”, capaz de sobreviver, durante décadas, com estes mesmos argumentos (Albuquerque Júnior, 1999, p. 59).

Em contraponto aos fortes ataques pessoais a que são submetidos no Sudeste, os migrantes nordestinos passam a assumir o discurso do “sertanejo como um forte”, de modo positivo, em coro

com os que lançam mão de sua força de trabalho. Tal afirmação sugere que seu caráter resistente pode ser empregado para trabalhos que exijam pouca ou nenhuma qualificação (Póvoa Neto, 1994).

É no contexto de formação da imagem e do discurso do e sobre o Nordeste e os nordestinos que a migração entre as duas áreas re-crudesce. São, portanto, partícipes da transição entre uma economia baseada principalmente na mão de obra imigrante para uma força de trabalho nacional. “Apesar de desprezados como pouco afeitos ao trabalho, indisciplinados, errantes e tendentes ao banditismo e ao fanatismo, os nordestinos vão ocupando postos de trabalho na região mais dinâmica da economia capitalista nacional” (Póvoa Neto, 1994, p. 21). Não é de estranhar, portanto, a postura generalizada de superioridade entre as populações autóctones das metrópoles do Sudeste frente aos nordestinos, historicamente ocupantes de posições sociais menos privilegiadas.

É neste contexto que se formam, nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, bairros operários predominantemente ocupados por nordestinos, lugares que contribuem para a manutenção e a reconstrução dos valores e sociabilidades do lugar de origem, definidor e reconfigurador de símbolos e tradições que, em última instância, redefinem estruturas de poder. É um território com múltiplas territorialidades, que tem sido chamado de “territórios da migração” (Paiva, 2012).

Odair Paiva, buscando apresentar territórios da migração em São Paulo, alude a São Miguel Paulista como um espaço ocupado historicamente por nordestinos desde os anos 1930. São Miguel, que fica na Zona Leste da cidade, limite com Guarulhos, era parte do antigo *cinturão-verde*, abastecedora da região central. Evidentemente, a população do bairro era constituída até então basicamente de produtores rurais. A instalação, em 1935, da Companhia Nitro Química Brasileira foi fator decisivo para o afluxo e a fixação de migrantes nordestinos.

Mas a migração não se restringiu a um bairro ou, quiçá, ao município de São Paulo. O passar dos anos foi ampliando os espaços dos migrantes. Logo a metrópole deixou de ocupar toda a demanda de mão de obra e viu a força de trabalho nordestina se ampliar para outros municípios. Atividades de maior esforço físico e de menor exigência escolar foram paulatinamente sendo ocupadas por trabalhadores migrantes nordestinos, tanto no espaço agrário quanto no urbano. Há relatos que mostram que as atividades de construção civil, há muito, têm forte presença nordestina na capital e no interior do estado de São Paulo. É notável a participação nas atividades vinculadas à agroindústria, intensamente ocupadas por nordestinos.

Guanais (2013), Menezes (1992, 2002), Sevá (2013) e Silva (1999) são algumas autoras que expõem a importância da migração de nordestinos para a produção agroindustrial no interior de São Paulo, com ênfase nas produções de café e laranja, mas acima de tudo, cana-de-açúcar.

Era trabalhador rural, sabe? Trabalhador rural, e eles na expressão deles era rural, pagava INPS só pra quem trabalhava na indústria, lá dentro da usina. *Nós era* tudo trabalhador rural. Todas as fazendas, as quatro fazenda por fora, tratorista era tudo rural. [...] E se eu tivesse ido na... tinha ficado como rural, né? Aí eu falei não! Prefiro cortar cana. Subir em cima da máquina e trabalhar sem registro, não tem nem graça, né? [...] Dos meus irmãos... já tinha vindo os mais velho já, estava aqui já [todos trabalhando] sempre na cana, porque com máquina só eu (Seu Francinaldo, Piracicaba, 2015).

Relatos como os de Seu Francinaldo e sua família personificam esta migração, que extrapolou em muito os limites do espaço

metropolitano, dando novos contornos ao tradicional fluxo rural (nordestino) – urbano (paulista), como apresentado por Moura (1980). Ao mesmo tempo, esta migração, que muitas vezes tem caráter sazonal de direcionamento rural-rural, pode dar a impressão de que, no retorno, traz poucas mudanças aos lugares de origem, mas, na realidade, o fluxo entre estes dois espaços rurais escamoteia uma intensa transformação na lógica do trabalho e nos costumes dos migrantes, visto que a produção agroindustrial está intimamente associada ao modo de produção capitalista e a uma lógica urbano-industrial (Silva, 1990). No caso do Seu Francinaldo, há um incremento pessoal de capital social, visibilizado pelo *know-how* adquirido e pela responsabilidade no cumprimento de tarefas, que o motivam a negociar com os superiores condições de trabalho diferenciadas para os outros trabalhadores da cana.

Mudanças nos costumes e na lógica do trabalho, na distribuição do uso do tempo e nas atividades de ócio produzem invariavelmente novas dinâmicas espaciais, não raras vezes conflituosas. Eis aí, portanto, as transformações sociais tornadas objetivamente espacialidades.

Menezes (2002) faz um levantamento das trajetórias migrantes e as múltiplas relações e implicações da mobilidade de camponeses-trabalhadores entre Paraíba e São Paulo. Seu trabalho, que alude a um tema de relevância óbvia, tem o mérito de superar a velha dicotomia espacial rural/urbano no estudo das migrações sazonais e de curta duração, que, via de regra, engendra uma noção linear de desenvolvimento social, na qual se embute a ideia de proletarianização do camponês.

[...] A perspectiva da transição do campo para a cidade ou de camponês para proletário obscurece nossa compreensão do relacionamento entre trabalho assalariado e as formas pelas quais o cam-

pesinato tem-se mantido ao longo dos anos, bem como não desvela a diversidade e complexidade dos tipos de migrações entre espaços de reprodução camponesa e espaços de assalariamento rural e urbano [...] Concomitantemente ao processo de proletarianização, há também evidências de uma longa e persistente existência dos camponeses-trabalhadores migrantes (Menezes, 2002, p. 51-52).

O fluxo migratório, assim como a mobilidade de outros estados do Nordeste, está inserido no grande quadro migratório da região. O caráter histórico do fluxo de paraibanos é pouco investigado, e é um tema que urge ser historiografado. Mas, do ponto de vista sociológico, especificamente ao tema das migrações de paraibanos, dedica-se parte importante dos trabalhos de Marilda Menezes, que nos servem de referência. Também é mister fazer alusão aos trabalhos individuais de Moura (1980, 1984) e suas parcerias (Moura; Coelho, 1980; Moura; Teixeira, 1997) e mais recentemente os de Baeninger (2000, 2008), no âmbito da demografia, que têm servido como importantes referências históricas à migração de paraibanos, ainda que este não seja um propósito direto dos trabalhos.

Moura (1980, p. 1041), por exemplo, ao mostrar o quadro migratório nordestino nas décadas de 1950/1960 e 1960/1970, esclarece que o papel da emigração de paraibanos para outros estados (mormente os do Sudeste) é tão significativo que sua população ausente corresponde a mais de uma quinta parte da respectiva população natural, estando entre as três maiores populações ausentes da região no período de 1960/1970. No que se refere à população de naturais fora do Nordeste (emigrantes), a Paraíba teve um aumento significativo da emigração nos três censos analisados, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 - Proporção da População Natural Ausente da Paraíba, Segundo Residência 1950, 1960, 1970 (em %)

<i>Paraibanos residentes no resto do Nordeste</i>			<i>Paraibanos residentes fora do Nordeste</i>			<i>Paraibanos residentes fora do Estado</i>		
1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1960
10,5	9,9	9,3	2,8	8,2	12,2	13,3	18,1	21,5

Fonte: Censos Demográficos (*apud* Moura, 1980, p. 1043).

Não se deve ignorar, portanto, que bairros como a Vila São José, em São Caetano do Sul, ou municípios povoados de paraibanos no interior, como Piracicaba, foram os receptores destes migrantes no período citado. Esta migração é combinada a uma mudança do espaço rural para o urbano, que no caso específico da Paraíba, teve destaque em relação a todo o Nordeste no período analisado:

Tabela 2 - Variações Demográficas da Paraíba entre Anos Extremos das Décadas 1950/1960 e 1960/1970, Segundo Naturalidade e Presença dos Contingentes, por Quadros de Domicílio (em Milhares de Pessoas)

Quadros rurais da emigração rural para outras regiões	1950/1960	1960/1970
	136,4	184,7

Fonte: Censos Demográficos (*apud* Moura, 1980, p. 1045-1046).

Segundo o autor, a Paraíba se destacou, juntamente com a Bahia, como fluxos emigratórios rurais-urbanos para fora do Nordeste, ao contrário dos outros estados, que tiveram fluxo rural-urbano proporcional e quantitativamente mais forte para o mesmo estado ou para a região. Moura (Moura, 1980, p. 1048) ainda faz menção à rede migratória consolidada de paraibanos para o Rio de Janeiro, a qual ele chama de “colônia” já bastante concentra-

da”. Aponta ainda que, entre os anos cinquenta e sessenta, caiu a importância relativa do fluxo de população rural para fora da região em todos os estados, exceto na Paraíba, indicando a intensa urbanização pela qual vem passando a população deste estado desde então.

Em parceria com Pery Teixeira, Hélio Moura sugere que o Nordeste vive uma transição demográfica e aponta algumas relações importantes no que se refere ao quadro migratório da região, em especial a Paraíba (Moura; Teixeira, 1997). Segundo eles, a migração inter-regional registrada no Censo de 1991 manteve a tendência de arrefecimento, identificada desde os anos 1970, tendo a evasão líquida de nordestinos atingido a ordem de 1,1 milhão de pessoas no decênio 1980/1990, cerca de 300 mil migrantes a menos do que se observou na década anterior. As causas disso são diversas e combinadas, enquadradas, de um lado, como efeito da desintensificação da emigração e, de outro, da intensificação da chegada de migrantes ao Nordeste, entre os quais, migrantes de retorno.

[...] Como se sabe, ao longo de sua história, o Nordeste tem tido na emigração a principal forma pela qual o crescimento vegetativo elevado de sua população se tem ajustado ao crescimento econômico que se tem mostrado incapaz de absorvê-lo integralmente de forma produtiva. Embora os dados disponíveis não permitam estimar com a precisão necessária a importância assumida pelas variáveis de natureza econômica para o arrefecimento observado na emigração líquida inter-regional, há, pelo menos, que aludir a menor força de atração que estariam tendo os mercados de trabalho do resto do país ao perderem sua capacidade de geração de empregos e, conseqüentemente, de absorção e retenção efetiva, da força de trabalho. É uma perda que deve ter sido percebida pelos migrantes em potencial. Há também que se atribuir a esse mesmo determinante a possível

intensificação do fluxo migratório de retorno ao Nordeste (Moura; Teixeira, 1997, p. 114).

Os dados da Paraíba mostram uma notável redução do volume de migração líquida, corroborando as conclusões dos autores. Inclusive se pode observar que a redução no decênio 1980/1991 é relativamente maior que nos outros decênios.

Tabela 3 - Nordeste e Paraíba: Volume de Migração Líquida durante os intervalos censitários – 1960-1991

Discriminação	Milhares de pessoas		
	1960-1970	1970-1980	1980-1991
Paraíba	-277,4	-111,2	-76,9
Nordeste	-2.058,04	-1.416,2	-1.143,5

Fonte: Moura e Santos (1986 *apud* Moura; Teixeira, 1997, p. 115).

Os autores argumentam ainda que a fecundidade alta mantinha os níveis populacionais altos o suficiente para manter os volumes de migrantes que se deslocavam para outras regiões. Admitem ainda que a queda do crescimento vegetativo da região, provocada pelo declínio da fecundidade, atuou “no sentido de provocar redução do próprio potencial migratório da região” (Moura; Teixeira, 1997, p. 116). Isto teve efeito mais fortemente percebido em alguns estados, de modo que “[...] entre os estados que se mantiveram como emissores (líquidos) de migrantes, o efeito inibitório da queda da fecundidade parece haver afetado em proporção maior os potenciais migratórios da Bahia, do Ceará e da Paraíba” (Moura; Teixeira, 1997, p. 117). Tal constatação permite que se amplie o entendimento acerca do histórico fluxo para o Sudeste, reconhecendo o papel da migração de retorno e de novas formas de mobilidade e atualização dos fluxos.

No entanto, desde a década de 1970, as abordagens do tema pelo viés demográfico, fundamentado em métodos quantitativos, embora tenha permitido um conhecimento mais aprofundado do tema, dificultou a interpretação do fenômeno do retorno de nordestinos sob outros enfoques.

Surgiu na década de 70 um conjunto de informações que dava conta da existência de um substrato importante de trabalhadores que se deslocavam repetidas vezes sobre o espaço a fim de encontrar uma forma de sobrevivência. O comportamento desse substrato nada tem a ver com a migração clássica, que dicotomiza o movimento migratório entre origem e destino, e tampouco tem qualquer coisa a ver com uma subcultura nômade ou um espírito generalizado de aventura, pois se fundamenta numa busca constante de melhores oportunidades econômicas ou da própria sobrevivência [...]. Infelizmente, as fontes tradicionais de informação pouco nos podem dizer a respeito, pois para reconstruir a história migratória de uma pessoa que passa grande parte de sua vida ativa se deslocando atrás do trabalho, é necessário um instrumento de coleta de informações, muito maior do que podem dispor as investigações de grande tipo: CENSO, PNAD, ou *Survey* (Martine, 1982 *apud* Menezes, 1992).

Ainda assim, a análise demográfica é de grande relevância para o entendimento da mobilidade humana, em especial a migração de retorno. Como mencionado na tese que fundamenta esta obra (Romeu de Souza, 2015), os dados de 2010 evidenciam a importância dos dados quantitativos na percepção da migração e do retorno de nordestinos atualmente. Se destacarmos os paraibanos, notaremos que, proporcionalmente, a migração de retorno para seu estado de origem é a maior entre os estados nordestinos, dando

conta da importância do movimento migratório para a Paraíba, especialmente o que se dirige ao Sudeste, com destaque para o Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo.

Ainda nos anos 1980, já se avistava a dificuldade de avaliação do fluxo migratório pelo Brasil, algo que George Martine chamou de migrações múltiplas (Martine, 1980). Mas é Hélio Moura quem primeiramente menciona os indícios de retorno de nordestinos que, embora desconsiderando a possibilidade de migrações múltiplas, sugere que o interesse maior das análises do tema deveria se dar por colegas das ciências sociais, diante da “multiplicidade de aspectos” do retorno. Ele percebe o ocaso de uma “era migratória” na região Nordeste.

Esta contradição que parece estar existindo entre o crescimento do saldo de naturais ausentes e a diminuição das oportunidades de absorção existentes no resto do País pode, no fundo, ser apenas aparente e indicativa, simultaneamente, do auge e do fim de uma “era migratória” do Nordeste: a da emigração para o resto do País. Com a crise em sua plenitude, num contexto de integração nacional cada vez mais estreita, é bastante provável que o *fluxo de retorno* já seja bastante intenso. De qualquer modo, um indício veemente de que o fenômeno já estaria adquirindo momento é o fato de se haver revelado, na última década, um crescimento relativo sem precedentes (7,3 % a.a.) no saldo de não naturais presentes no Nordeste. Foi, dentre todos os contingentes que compõem balanço migratório regional, aquele que evoluiu o ritmo mais rápido durante tal período. *Para uma Região que pouca expressão tem como área de atração migratória, tal crescimento, possivelmente, está refletindo uma intensificação do ingresso, na Região, de grupos familiares de migrantes nordestinos que a ela estão de retorno. A partir de agora deveríamos*

passar a dedicar maior atenção à migração de retorno, uma subcomponente da dinâmica populacional que deverá crescer de importância e cujo estudo, além do interesse programático em questões e políticas de distribuição, redistribuição populacional, provimento de serviços e infraestrutura básica, etc., deveria interessar mais aos cientistas sociais pela multiplicidade de aspectos, implicações e interações a investigar, pertinentes aos seus campos de interesse científico (Moura, 1984, p. 36-37, grifos nossos).

Ao afirmar que há a possibilidade de se considerar o retornado não somente da Unidade da Federação (UF) de origem, mas também da região, o autor encaminha uma revisão conceitual. Adota, por exemplo, a noção de “migrante não-mutante” e “migrante mutante” para diferenciar os migrantes que, no intervalo do censo, migraram entre regiões, indicando inclusive que a estes últimos “devem pairar maiores expectativas de um futuro retorno à UF de nascimento” (Moura, 1984, p. 39).

Há importantes observações neste excerto que serão mais exploradas adiante, por ora, todavia, vamos nos ater ao fato de que ele percebe indícios de retorno à região num momento em que as metrópoles nacionais ainda viviam sob os auspícios da imagem dos “retirantes nordestinos” (o filme *O Homem que Virou Suco*, por exemplo, é de 1981). Dornelas (1995), autor mais focado em uma perspectiva qualitativa, critica o fato de a migração de retorno ser repetidamente percebida como:

Uma inversão do fluxo migratório numa determinada direção, e para uma determinada região... Ora, a migração de retorno nada mais seria que a inversão de uma concepção já convencional de migração (origem-destino). Tal concepção se aproxima da prática das ciências que

abordam a mobilidade populacional nos seus aspectos quantitativos, como a demografia (p. 6).

O autor questiona este suposto retorno ao local de origem. Acompanhando a crítica proposta por Moura (1984) pergunta se o que vem ocorrendo não seria uma mudança no eixo migratório em função da ampliação da participação do Nordeste na economia brasileira por meio do avanço na produção de gêneros, como a lavoura de soja e a renovação do setor canavieiro com o Pro-Álcool, e o novo papel das regiões metropolitanas nordestinas na atração populacional.

Além de questionar a propalada migração de retorno no Brasil e a vinculação do discurso demográfico com o senso comum, o autor se esforça para mostrar a face sociológica da categoria em análise quando vincula o “retorno ‘periódico’” (Dornelas, 1995, p. 6), de modo tangencial à questão das redes, enquanto “estratégias de sobrevivência empregadas pelas famílias camponesas para permanecerem unidas e ascenderem socialmente” (Dornelas, 1995, p. 6). Também mostra que o retorno, individualmente, por vezes se apresenta como um drama, na medida em que muitas vezes a decisão de retornar implica não necessariamente um desejo efetivo do migrante, mas uma obrigação assumida com seu lugar de origem.

É no mesmo período que Marilda Menezes identifica a presença de retornados paraibanos oriundos de São Paulo de volta a seus lugares de retorno (Menezes, 1985). A mobilidade paraibana parece confirmar a clarividência de Moura. Em anos posteriores, é confirmado não só o retorno, mas “a multiplicidade de aspectos, implicações e interações” a serem investigadas a partir deste movimento, de modo que alguns trabalhos mais recentes indicam esta variação da mobilidade paraibana.

A análise de Menezes (2002) sobre os migrantes na *plantation* canavieira pernambucana revela que, das 11 trajetórias investi-

gadas, todas fizeram algum trecho nas metrópoles do Sudeste: Rio de Janeiro e São Paulo, entre os anos 1960/1970, mostrando que os migrantes se envolvem em diferentes tipos de migração ao longo de suas vidas, alterando significativamente os fluxos considerados históricos de alguns grupos populacionais. No caso paraibano, a migração para o corte de cana, no interior do estado, ou para atividades que exijam pouca fixação e que permitam maior mobilidade, se tornaram, num passado recente, as características mais comuns nos movimentos migratórios da Paraíba a São Paulo.

Cover e Menezes (2011), baseando-se nos relatos pessoais dos migrantes, informam que as migrações para a colheita da cana em São Paulo se iniciaram na década de 1980, levando muitos camponeses a se ausentarem de seus lugares de origem entre os meses de março e dezembro. Outros, por seus turnos, não retornam, permanecendo para o período do plantio (Silva, 2014); ou, segundo relatos, fixando-se em definitivo. Seja na fixação temporária ou definitiva, instalam-se em bairros das periferias ou em condomínios coletivos, onde habitam trabalhadores especializados em diferentes culturas agrícolas (Cover; Menezes, 2011). A mobilidade de paraibanos para diversas partes do Brasil²⁸, especialmente São

28. O artigo de Elisa Cunha (2010) apresenta uma mobilidade silenciosa, mas muito importante para o Alto Sertão da Paraíba e do Seridó Potiguar, que é o fluxo de vendedores de rede em todo o Brasil. As *viagens*, que alcançam todas as regiões do Brasil e ainda Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia, ocupam a centralidade da vida das famílias que produzem e vendem as redes. Além disso, nos estudos de campo, diversos relatos nos municípios de São José de Piranhas e Cajazeiras deram conta de um novo tipo de mobilidade que lembra a dos redeiros, conhecido popularmente como *furadinha*. Direcionado para áreas mais interioranas do território nacional, especificamente interior do Maranhão, Pará, Tocantins e Mato Grosso, o comércio de produtos diversos, especialmente roupas, consiste na saída de “equipes” de 10 a 20 pessoas em comboios que se “arrancham” em algum posto de gasolina e iniciam a venda de seus produtos de porta em porta pelas imediações. Semanal ou mensalmente, cobradores voltam às casas dos compradores para realizarem a cobrança. Cada turno de vendas leva em torno de dois a três meses. Informações colhidas em alguns relatos dão conta de lucros líquidos na ordem de 100 mil reais ao mês para o dono da

Paulo, tem assumido novas modalidades com influências nos aspectos sociais, urbanos, econômicos e simbólicos, seja nos lugares de chegada/acolhimento ou nos de retorno, de modo que se pode argumentar atualmente em favor de uma mudança nos fluxos que ainda são de difícil detecção pelas técnicas tradicionais, como as contagens populacionais e os recenseamentos. O que dá margem à conclusão de que estava correto o prognóstico de Moura acerca da transição demográfica pela qual o Nordeste estaria passando a partir do fim da sua “era migratória”. Por outro lado, as hipóteses de que estivesse havendo processos de migrações múltiplas (Martine, 1980), circularidade migratória (Fazito, 2010) ou reversibilidade migratória (Domenach; Picouet, 1987) parecem plausíveis a título de diferenciação de fenômenos e busca de novos olhares às mobilidades.

É importante notar que a percepção de Moura, que se fundamenta na demografia, denota sensibilidade ao recomendar que cientistas sociais se debrucem sobre o tema das migrações de retorno, mas acaba por instar uma atenção aos dados quantitativos, que, aliás, têm corroborado os relatos e o diagnóstico de pesquisadores. Segundo estes, o fluxo de emigrantes afluentes do Nordeste, em especial, da Paraíba vem sofrendo significativas transformações.

O retorno tem se consolidado como elemento significativo entre os diversos fluxos tradicionais do Brasil, especialmente no eixo Nordeste-Sudeste nos últimos anos. Entretanto, é preciso considerar que os fluxos no interior da região, que já eram relevantes na década de 1970 (Moura; Coelho, 1980), continuam ocorrendo, mas em distâncias menores. Fusco (2012, p. 113) assinala que as “ações governamentais observadas na década de 2000, que foram

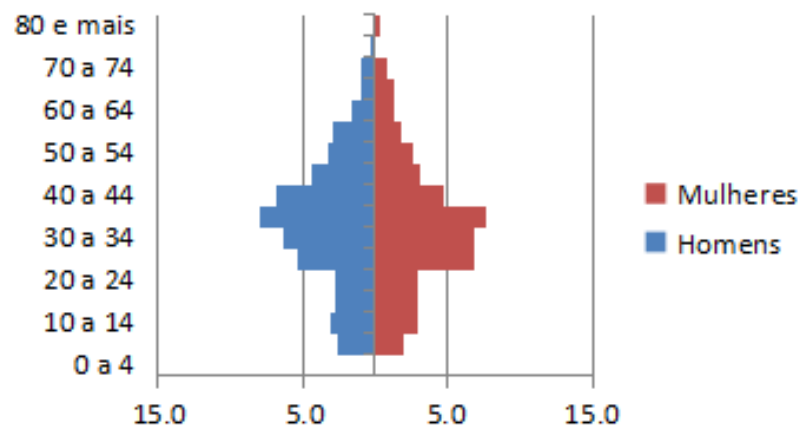
.....
equipe. Menezes e Cover (2014) apontam a *furadinha* como uma das atividades que estimulam a migração na zona rural de São José de Piranhas.

traduzidas em fatores como programas sociais e rendas de aposentadorias e pensões, além do efeito em infraestrutura” têm se configurado como alguns dos importantes elementos que mantêm o estímulo aos atuais fluxos migratórios no Nordeste, especialmente os que têm se direcionado às suas regiões metropolitanas. Da mesma forma, pode-se inferir do fluxo que tem sido percebido entre os estados nordestinos.

O casamento com não migrantes e os filhos de imigrantes nascidos durante a imigração são os chamados “efeitos indiretos da imigração” (Ribeiro *et al.*, 1996), respectivamente, efeitos indiretos 1 e 2. No caso em voga, o efeito 1 pode ser uma das causas do desequilíbrio entre homens e mulheres nas faixas de 40 a 44 anos, visível no Gráfico 1. Isto é, os homens migrantes têm casado com mulheres nos locais de imigração, levando-as consigo no retorno; estas, por sua vez, passam à condição de imigrantes na PB (dados observáveis nas faixas etárias entre 25 e 39 anos do Gráfico 2). Por outro lado, a predominância das mulheres em outras faixas etárias da PEA indica o retorno do casal, cujos cônjuges possuem faixas etárias diferentes. Esta afirmação é reforçada pela observação do Gráfico 3: há um número muito superior de migrantes homens na faixa dos 15 aos 34 anos em relação ao de mulheres na mesma faixa etária. É importante notar o reduzido número de crianças e adolescentes nos três gráficos, mostrando que a imigração se mantém entre os adultos em idade economicamente ativa.

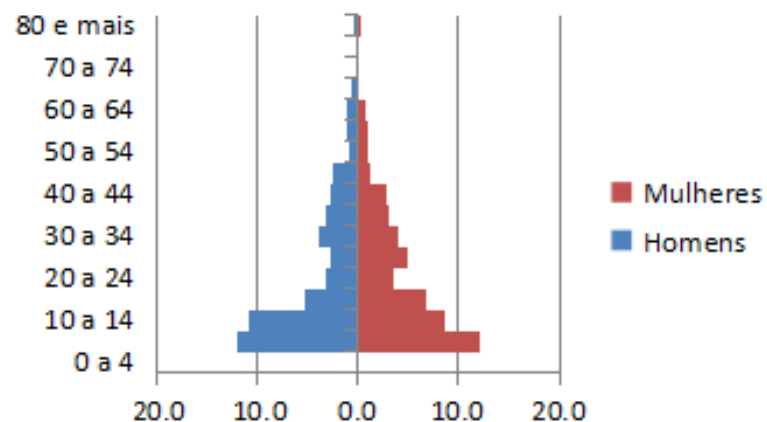
No que tange ao efeito indireto 2, pode-se observar no Gráfico 2 dos imigrantes vindos de SP não nascidos na PB: 45% são filhos dos responsáveis pelo domicílio, que residem atualmente na PB, e destes, 66% têm um dos pais ou ambos como retornados (nascidos na PB, imigrantes data-fixa vindos de SP). Isso demonstra a importante presença de filhos de retornados enquadrados atualmente como imigrantes de São Paulo na Paraíba.

Gráfico 1 - percentual da população de retornados data-fixa na PB



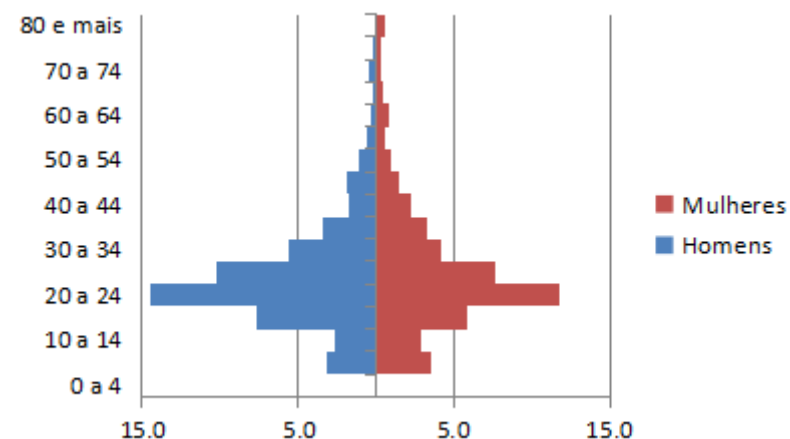
Fonte: IBGE, Censo 2010.

Gráfico 2 - percentual da população de imigrantes data-fixa na PB, não nascidos na PB



Fonte: IBGE, Censo 2010.

Gráfico 3 - percentual da população residente em SP, com origem data-fixa na PB



Fonte: IBGE, Censo 2010.

Diversos casos confirmam os números, mas o caso do Seu Paulo, residente em São José de Piranhas, é singular. Embora tenha todos os filhos nascidos em São Paulo, ele retornou, após 49 anos vivendo na região metropolitana, especificamente em São Caetano do Sul, para os derradeiros cuidados da esposa, também paraibana, que sofria de Alzheimer e diabetes. A filha de seu Paulo, Dalva, com quem conversamos em Diadema no último estudo de campo, na ocasião do primeiro trabalho de campo a São José de Piranhas, estava residindo com seu pai e madrasta. Muito satisfeita, interessada em permanecer definitivamente na cidade, onde estava trabalhando e namorando, fugia bastante do perfil identificado pelos dados quantitativos. Uma mulher mais madura, hoje com 52 anos, migrou para São José com seu pai depois de visitar, pela primeira vez, a cidade em 2009, para colaborar com os cuidados de sua mãe.

Em 2010, com o falecimento de sua mãe, passou a residir com o pai, permanecendo 6 meses e retornando a São Paulo com ele. Mas o pai retornou a São José e lá passou a residir em definitivo. Em Diadema, entre um trabalho de meio expediente, os cuidados da neta e da pequena casa alugada, Dalva ainda não pôde se mudar para a Paraíba, mas planeja morar definitivamente em São José de Piranhas, junto com seu pai.

Eu sei que o custo de vida é muito baixo [na Paraíba] [...] Eu vou [...] querer, eu quero ir [...] eu já falei pra eles [os filhos] se eu tiver que tomar uma decisão de ir embora, eu vou [...] Você [o filho] já tem a sua vida, ela [a filha] já tem a vida dela, vou ficar fazendo o que aqui? Eu tenho o direito de passear. Eu vou, fico um tempo, depois eu volto (Dalva, Diadema, 2015).

É a identificação do espaço particular, a casa, por assim dizer, que permite reconhecer em que situação se encontra o migrante, se há projeto de retorno em andamento e se a previsão de fixação visa à permanência a partir de elementos de fixação: matrículas de crianças em escolas, aquisição de imóveis e/ou bens de maior valor, etc. Tal reconhecimento se presta ao entendimento da construção do “lugar” para o migrante, o espaço do aconchego ou, como diz Dardel (2011, p. 40), o “refúgio” como base do ser. Grande parte da migração atual para São Paulo, bem como para outros estados do Sul/Sudeste, tem se dado sob a égide de uma mobilidade muito fluida, impossível de ser identificada pelos censos e contagens populacionais, mas de grande impacto, seja no lugar de origem ou de chegada/acolhida, mas que não indicam fixação. É este o caso dos *redeiros* ou dos camponeses-trabalhadores migrantes. Cover (2011) mostra como, mesmo vivendo até oito meses do ano em São Paulo, os trabalhadores do corte de cana não se percebem “em casa” e,

para encontrarem um ponto de equilíbrio nesta contradição geográfica, lançam mão do artifício das “máscaras sociais”.

Pautando-se em Erving Goffman, Cover, a pretexto de mostrar como buscou contato com os trabalhadores migrantes, mostra que, tal como Goffman percebeu, as pessoas (no caso, os migrantes):

[...] manipulam o jeito de mostrar seu “EU” [...] Uma coisa é receber uma visita de um estranho na Paraíba, na casa onde está a família, onde podem oferecer no mínimo o tradicional café [...] Outra coisa é receber um estranho nas condições de alojamento, no meio do canavial em Piracicaba/SP. Ali se mostra o que um agente da Pastoral do Migrante definiu como “o espaço da vergonha” (Cover, 2011, p. 44).

À guisa de uma definição, convém dizer que esse “espaço da vergonha”, certamente, é a antítese do “lugar” nos termos que temos adotado aqui. E o uso das “máscaras sociais” nos remete ao que mais adiante concluímos como a performance migrante. É um jogo comportamental que se reveste da produção e uso de geosímbolos e da produção de uma territorialidade que constrói um e outro lugar, ou, mais precisamente, as visibilidades e dizibilidades de um e outro lugar, o da migração. Esta, muitas vezes, é um “espaço da vergonha” e o lugar de retorno, que, evitando qualquer ingenuidade analítica, também se encarna em diversas ocasiões como ambiente vergonhoso, como tratamos mais à frente.

Ainda podemos falar em Retornados?

É a diversidade de situações que possibilitam/induzem/estimulam o retorno de uma migração que tem provocado, na mesma intensidade, certa inconsistência (ou imprecisão) de uma definição

do que seja o retorno e, por conseguinte, o retornado. O fato é que não se deve jamais dissociar o retorno das condições centrípeto-centrífgas dos seus lugares de acolhimento e de origem, bem como as condições conjunturais do retorno e, na mesma medida, as condições iniciais da migração dos projetos que levaram o indivíduo a deixar seu lugar de origem.

Sendo assim, num contexto de múltiplas idas e vindas, de facilitação cada vez mais intensa de grandes deslocamentos geográficos, é cada vez mais necessária a reflexão em torno, amiúde, da mobilidade espaço-temporal de migrantes, pois ultrapassa o mero deslocamento de um ponto a outro no espaço, como explicado no capítulo anterior. De toda sorte, parece que se torna necessário pensar hoje as condições que fazem ser um migrante, o que o constitui, ao passo que se torna relevante a questão do retorno e se ainda é possível se falar em retornado. Por isso, parece ser necessária uma breve revisão destas categorias e tipologias que conceituam o fenômeno, com vistas ao delineamento mais evidente do que é o retorno e o retornado, ao mesmo tempo em que questionamos o uso destas categorias.

Com uma abordagem analítica que prioriza a unidade familiar como aspecto central na decisão da mobilidade, Parry Scott (1986, 1996) prefere especificar a escala de circulação do migrante que volta, diferenciando então o “migrante de retorno inter-regional” do “migrante circular”. Admite as dificuldades metodológicas quantitativas para identificar os retornos que não são específicos para os estados de origem, mas considera que o retorno à região permite “uma reintegração em redes de amizade e parentesco estabelecidas anteriormente à saída” (Scott, 1986, p. 670). Inclui no escopo de análise do retornado os que não tenham nascido na região, assumindo assim a residência como elemento definidor do retorno, algo próximo do que proporiam mais tarde Domenach e Picouet (1987). Por contraste, propõe que o que não se fixa e reto-

ma a mobilidade não seria enquadrado como retornado, mas sim como “migrante circular”, aproximando-se da migração múltipla de Martine (1980).

Para estabelecer essa diferenciação, Scott cita um dos trabalhos pioneiros no que tange à migração de retorno para o Nordeste, o de Moura (1984), o qual, naquele momento, já mostrava a dificuldade em se estabelecer uma generalização nos incipientes trabalhos sobre o tema, quase sempre estudos de caso fundamentados em “técnicas antropológicas” e metodologia qualitativa. Isso provocou problemas que:

[...] prende[m]-se à necessidade de se poder dispor de uma base informativa que possa contemplar um elevado número de áreas de origem e destino bastante heterogêneas quanto as suas características sociodemográficas e, quando menos, *três referências espaciais temporalmente defasadas entre si com relação a cada fluxo que for objeto de consideração: o local de nascimento, o local (ou locais) de residência anterior e o local de residência atual* (Moura, 1984, p. 37, grifos nossos).

Mesmo considerando a eficácia do método quantitativo para a análise dos fenômenos ligados à mobilidade, um dos grandes obstáculos aos estudos sobre a migração de retorno e os retornados é a dificuldade de generalização, fruto da dificuldade em achar um padrão que atenda à grande maioria dos casos. Nesse sentido, os métodos qualitativos são mais adequados à análise, mas isto tem provocado dificuldades no que se refere a uma análise mais integradora, que sirva também à esfera do planejamento. Talvez a ausência ou a dificuldade de generalização seja provocada pelo que seria o principal entrave metodológico apontado pelo autor: a harmonização de, no mínimo, três referências espacialmente defasadas.

Mais adiante, o autor ainda afirma que há a possibilidade de se considerar o retornado não somente da unidade da federação (UF) de origem, mas também da região, o que implicaria adaptações à conceituação. Adota a noção de “migrante não-mutante” e “migrante mutante” para diferenciar os migrantes que, no intervalo de um censo, migram entre regiões, indicando inclusive que, a estes últimos, “devem pairar maiores expectativas de um futuro retorno à UF de nascimento” (Moura, 1984, p. 39).

Fazito (2010, p. 91), por sua vez, numa abordagem mais abrangente, apresenta o ato do retorno como detentor de um poder simbólico capaz de determinar o *projeto migratório*. Segundo o autor, muitas comunidades que experimentam a emigração acabam constituindo, no processo migratório, um momento importante da construção dos seus indivíduos. Logo, a migração se estabelece como uma espécie de *ritual de passagem*, servindo como elemento constitutivo das identidades individuais, que só é completo quando o retorno é considerado como possível, mesmo que efetivamente não ocorra. Em comunidades onde as migrações são estratégias sociais integradas e multiplicadoras, desenvolve-se uma *cultura migratória* que faz do retorno, portanto, como afirma Sayad (2000), um ideal necessário à migração. Nesta óptica, o retorno é categoria fundamental para o entendimento do fenômeno migratório, mas não necessariamente o encerra.

As afirmações de Fazito encontram respaldo no trabalho de Scott (1986) e Juliana Dias (2000) que identificam a ideia do ritual de passagem, respectivamente, entre os retornados nordestinos e cabo-verdianos: os primeiros, tendo o retorno da migração como capacitação à “liderança” de uma unidade familiar (Scott, 1986, p. 683); e os demais, tendo o retorno como garantia para prestígio e ascensão pessoal da migração, estimulando o fluxo e alimentando as redes de transações materiais (Dias, 2000, p. 74 e 90, respectivamente). A ideia presente na noção de “ritual de passagem” é a de

que há uma sobreposição entre o lugar onírico da prosperidade e o da imigração, fazendo da emigração uma espécie de passagem para a realização dos sonhos.

É, completei os dezoito [anos] em março, em abril já fui [...] Porque muita gente aqui também é **iludido** com São Paulo [...] Você tem um sonho, porque na verdade todo mundo que parte daqui é no intuito de ter uma vida melhor, de chegar lá. Acha que é o paraíso [...] Que vai ganhar dinheiro... (Francisco, Patos, 2014).

Constatando “a necessidade de constantes revisões e ajustamentos a fim de compreender as especificidades de mobilidade de grupos e espaços migratórios”, Menezes (2012, p. 36) atesta a insuficiência das conceituações não revisadas e postas ao crivo da realidade. A autora segue afirmando que, pelo fato de as formas de mobilidade serem difusas no tempo e no espaço, uma perspectiva temporal permitiria compreender as transformações socioeconômicas e as dinâmicas migratórias. Ao finalizar, mostra que a mobilidade migratória é um “projeto de vida individual e familiar” (Menezes, 2012, p. 37) e, como tal, não se isenta dos fatos constitutivos deste processo, os quais interferem diretamente na construção do sujeito: a exploração, o risco, a discriminação e os casos de extrema violência, o que força o indivíduo nesta condição a “[lutar] com todas as armas possíveis, mesmo que sejam as armas dos fracos” (Menezes, 2012, p. 37).

As afirmações da autora ampliam o que Martine (1980, p. 955) apontara ao afirmar que, para um julgamento fidedigno acerca do significado das migrações, seriam necessários “estudos longitudinais que traçassem os perfis de grupos comparáveis de migrantes e naturais em momentos distintos” em pelo menos dois momentos no tempo. Estas abordagens reforçam a noção de que a variável *tempo* é essencial para o entendimento da questão migratória,

incidindo, numa dimensão analítica, na definição do “status migratório” do indivíduo (Martine, 1980) e, acima de tudo, numa dimensão existencial, na construção territorial do indivíduo e na realidade objetiva de sua existência. Para tanto, parece ser necessária a distinção entre o processo migratório e o indivíduo constituído nele, o migrante, evidenciando mais ainda, assim, o caráter de sujeito dos retornados, ou retornantes!

Juliana Dias (2000) assemelha o retornado aos *homecomers* apresentado por Schutz. Segundo a autora, o *homecomer* é aquele que retorna ao lar em definitivo e não para uma temporada apenas. Tal como em sua análise dos cabo-verdianos, os retornados paraibanos (e nordestinos, de um modo geral) seriam parcialmente associados aos *homecomers* pelo fato de que o retorno, ainda que seja para uma “temporada” (não necessariamente planejada como tal), implica grande envolvimento com a sociedade e, conseqüentemente, com a espacialidade de origem, mantendo-se os vínculos com o lugar de origem através de constantes idas e vindas, as quais se reelaboram continuamente neste movimento, tornando o lugar de origem próximo e distante simultaneamente. Nas palavras de Dias, “mais do que um retornado, o emigrante cabo-verdiano pode ser considerado um ‘retornante’” (Dias, 2000, p. 85), ou ainda, um “transmigrante”, que, segundo Dornelas (1995), é uma categoria relacionada ao processo de idas e vindas ao lugar de origem e manutenção de vínculos com este lugar. Isso mantém um tipo de simultaneidade origem/destino, facilitada pelo processo de avanço técnico e que interfere na produção de uma identidade (Dornelas, 1995, p. 7).

Jean-Pierre Cassarino (2014), por sua vez, faz um relevante inventário das teorias que pautam os estudos da migração de retorno e seus desdobramentos na maneira como os retornados são concebidos numa escala internacional, mas que podem ser perfeitamente adaptadas à situação da migração inter-regional como a que aqui se evidencia. Segundo o estudioso, a politização dos movimentos

migratórios, bem como a ampliação e a variedade dos estudos científicos sobre o assunto, têm levado à revisão do modo como se analisa e compreende a migração de retorno. No entanto, problemas de ordem conceitual têm influenciado as formulações de políticas nacionais de imigração. O que leva à necessidade de uma revisão crítica das teorias sobre retorno, que foram formuladas ora a partir de uma gama de dados quantitativos, ora a partir de estudos de campo, ora como um subcomponente das abordagens acerca das migrações, numa conclusão próxima a que Menezes chega.

Esse autor apresenta quatro grandes eixos temáticos predominantes na análise do tema, além de uma proposta pessoal, que busca considerar as contribuições das demais abordagens. Considera que a migração de retorno não é, ainda hoje, objeto de fácil e clara leitura, não por negligência dos estudiosos, mas porque a sua magnitude e configuração são dificilmente mensuráveis e comparáveis, devido à falta de dados quantitativos confiáveis em larga escala. Por isso, declara ser de fundamental importância saber quem, quando e por que um migrante retorna, além da razão que faz com que “alguns retornados” venham a ser “atores de mudanças, em circunstâncias sociais e institucionais específicas [...] enquanto outros não conseguem exercer este papel” (Cassarino, 2014, p. 22). As perguntas que o motivam dizem muito do que ele pensa acerca do papel dos migrantes, que se coloca na medida em que estes sujeitos atuam como agentes de desenvolvimento nos seus lugares de retorno. Portanto, uma síntese de sua análise é de grande valia para a compreensão do que aqui se concebe por migração de retorno e retornado. Vamos a ela.

A primeira abordagem se refere ao tratamento dado à questão pela Economia Neoclássica e pela *New Economics of Labour Migration* (NELM), agregando duas concepções que, embora distintas em suas conclusões acerca do retorno e do retorna-

do, veem-no a partir da mesma origem, a de que a migração é uma estratégia econômica calculada pelo migrante, em cujas decisões se deposita a responsabilidade da migração. Para os neoclássicos, o retorno é percebido como o resultado do fracasso de uma experiência migratória que não produziu os resultados esperados, que, em última instância, era a fixação da residência no lugar de chegada a partir de uma recompensa adequada ao seu capital humano. Já a NELM “considera que o regresso é resultado de uma ‘estratégia calculada’, que é definida no nível do núcleo familiar do migrante e motivada pelo fato de ter alcançado os objetivos pré-fixados” (Cassarino, 2014 p. 24). Logo, o retorno é, ao contrário da visão da economia neoclássica, não um fracasso, mas o resultado de um sucesso com o envio de remessas à terra natal como parte das estratégias de diversificação da economia familiar e do suprimento de necessidades sociais de bem-estar, além do apego à terra natal. Neste processo, os migrantes se apresentam como trabalhadores mais comprometidos que os nativos, tanto na produtividade como na aquisição de habilidades suplementares, incidindo, portanto, nos comportamentos do migrante tanto na sociedade de acolhida como no progresso profissional (Cassarino, 2014, p. 25).

Este comprometimento vai ao encontro do que Maria Aparecida de Moraes Silva (1990) constata entre os migrantes egressos do Vale do Jequitinhonha nos canaviais do estado de São Paulo. O trabalho alienante, as condições precárias e isoladoras do espaço produtivo e as motivações que levaram o indivíduo a migrar levam-no à introjeção da subordinação, que, na opinião da autora, “expulsa” o status de camponês do indivíduo, alçando-o à condição de “proletário” profundamente alienado, remetendo-o ao desejo do retorno.

O desejo do retorno é tangenciado na perspectiva da NELM, mas é insuficiente para abarcar a realidade complexa dos migrantes, uma vez que a ideia de que a migração é um projeto, e não um ato de desespero ou euforia, exige uma capacidade de planejamento bem desenvolvida frente às incertezas do mercado. Mas tanto uma como outra abordagem não consegue explicar com mais amplitude as motivações do retorno para além de aspectos financeiros ou econômicos. Como as análises centram-se nos países receptores, faltam dados acerca das remessas e como este aporte é recebido, ao passo que não se considera a figura do retornado e seu núcleo familiar. Ou seja, “o paradigma sucesso/fracasso não pode fornecer uma explicação exaustiva do fenômeno da migração de retorno” (Cassarino, 2014., p. 27).

É na lacuna destas abordagens mais conservadoras da migração que se coloca a posição estruturalista, correlacionando com a realidade da economia do lugar de retorno e as expectativas do migrante, que apresenta, por conseguinte, quatro tipos diferentes de migrantes, a partir de suas aspirações, expectativas e necessidades:

O retorno do fracasso: relativo às pessoas que não conseguiram se integrar no país de acolhida por causa dos preconceitos e estereótipos, além das dificuldades em assumir papel ativo na sociedade de acolhida;

O retorno conservador: são os que retornam por planejamento, levando a cabo exitosamente o projeto migratório. Por causa disso, estes retornados tendem a só atenderem às próprias necessidades e àquelas de seus familiares, alterando pouco ou nada na realidade do lugar de retorno, aliás, muitas vezes, contribuindo para conservá-lo;

O retorno de aposentadoria: diz respeito aos migrantes aposentados que decidem regressar ao país de origem e adquirir um pedaço de terra e uma casa, onde poderão passar a velhice;

O retorno inovador: é a categoria de migrantes de retorno que se caracteriza pelo dinamismo, pois estes indivíduos procuram aproveitar ao máximo a experiência migratória com vistas ao alcance dos próprios objetivos. Porém, a realidade do lugar de retorno, com suas estruturas de poder consolidadas, dificilmente possibilita a aplicação de todo o potencial de mudança deste grupo.

Mesmo considerando diferentes formas de retorno que sintetizam um variado e complexo fenômeno, além do contexto do lugar de retorno e as estruturas de poder, o foco dos estruturalistas ainda está preso às iniciativas que os migrantes poderiam favorecer ao desenvolvimento econômico em confronto com as estruturas locais de poder, vendo-os limitados à aquisição de habilidades durante a migração, desperdiçadas devido aos obstáculos estruturais inerentes à economia do “local de proveniência” (Cassarino, 2014, p. 31).

Outro horizonte de análise do retorno é o que sinteticamente foi chamado de “transnacionalismo”. Segundo o autor em questão, “o transnacionalismo se propõe a formular um modelo teórico e conceitual que visa a uma melhor compreensão dos intensos laços sociais e econômicos existentes entre os países de acolhida e de origem dos migrantes” (Cassarino, 2014, p. 33). A teoria transnacional considera que acontecem intensos contatos através das fronteiras nacionais, que incidem na formação das identidades dos migrantes. Segundo esta perspectiva, o fato migratório não é concluído com o retorno, ao contrário, este constitui parte de um sistema circular de relações sociais e econômicas, assim como as visitas periódicas e as remessas à terra natal, preparando sua reintegração.

Os dois campos básicos de fundamentação teórica são a identidade e a mobilidade transnacional. As mobilidades propiciam a construção de identidades “duais” (múltiplas). Enquanto os estruturalistas reconhecem “adequações” dos migrantes, apontando

mais uma situação de conflito, os transnacionalistas identificam “adaptações”, que, por força dos muitos vínculos com o lugar de origem, tendem a consolidar identidades transnacionais (Cassarino, 2014, p. 33-34).

Esta perspectiva encontra eco em nossas análises, visto que a realidade dos migrantes retornados paraibanos que apresentaram suas trajetórias demonstra que a identidade e a mobilidade entre os dois espaços nunca são dimensões negligenciadas. Ao contrário, são aspectos frequentemente levantados em seus relatos. Isto nos fez aproximar a realidade dos migrantes à perspectiva proposta por Haesbaert (2004) da multiterritorialidade dos migrantes.

A abordagem transnacional às migrações internacionais tende a considerar a ação dos migrantes como consequência direta do seu pertencimento à própria comunidade migrante (dispersa). A solidariedade do grupo e os recursos são definidos em referência à comunidade transnacional na qual estão enraizadas as suas iniciativas e expectativas (Cassarino, 2014, p. 36).

Isto engendraria uma identidade múltipla pautada em práticas multiterritoriais entre os espaços em que o migrante interfere, implicando, assim, a constituição de referentes ideológicos (Berdoulay, 2012), que podem influenciar campos políticos, econômicos e sociais, o que refutaria a ideia de que a migração seria apenas uma indução da lógica do capitalismo global. O migrante retornado, portanto, acionaria seu capital pessoal, tributado pela experiência migratória, tirando vantagem dos “atributos da identidade” adquiridos no exterior, a fim de se distinguir dos demais conacionais (Cassarino, 2014, p. 36-37).

No entanto, a abordagem transnacional acaba por confinar as iniciativas dos migrantes e seus projetos na pátria (ou de lugar

de origem) a um conjunto de obrigações, oportunidades e expectativas, determinado por laços identitários e redes familiares, mas superdimensionando o papel de sujeito do migrante retornado a partir dos seus vínculos identitários.

A perspectiva apresentada em seguida é a que tem sido mais difundida na análise migratória atualmente e oferece interessantes entendimentos do retorno de migrantes, a teoria das redes sociais. As redes sociais, como mostrado anteriormente, são características *sine qua non* da construção de um fluxo migratório entre dois pontos no espaço, isto inclui tanto o fluxo de saída quanto o de retorno.

Os migrantes retornados, nesta concepção, são portadores de recursos tangíveis e intangíveis. Tanto a abordagem transnacional como a das redes reconhece a capacidade dos retornados de tecer laços com seus locais de origem, mas a primeira se pauta na lógica do hibridismo por conta das diásporas, enquanto a segunda se firma na ideia de que as relações interpessoais e os intensos câmbios entre os locais é que permitem um sucesso tanto na migração como no retorno, pautado, sobretudo, pelas múltiplas estruturas sociais e pela configuração diferenciada dos laços, sem um princípio preestabelecido. Isto porque as redes são estabelecidas de maneira seletiva e exigem um consenso entre os seus membros, assentado sobre relações interpessoais de longa duração, que regulam trocas de itens mutuamente valiosas, mantidas graças à circularidade inerente a elas.

Cassarino (2014, p. 40) afirma que a teoria das redes sociais articula dois níveis de análise: o primeiro se refere ao fato de os migrantes serem vistos como “atores sociais centrais de um conjunto relacional ramificado”, revelando multiplicidade de envolvimento e modalidades organizativas que incidem sobre o comportamento dos migrantes; segundo, a variedade de contextos implica a diversidade de ofertas de oportunidades, estratégias

e orientações, explicando o interesse dos atores e garantindo a continuidade das redes. O autor ressalta a necessidade de considerar o conteúdo relacional dos laços reticulares que sustentam a estrutura das redes, quando afirma que:

As redes [sociais] possuem afinidade com “um tipo específico de relações que liga um grupo definido de pessoas, objetos ou eventos [...] O conjunto de pessoas, objetos ou eventos no qual a rede é definida [...] possui alguns atributos distintos que os identificam como membros pertencentes à mesma classe de equivalência com o propósito de determinar a rede de relacionamentos existentes entre eles (Knoke; Kuklinsk, 1982 *apud* Cassarino, 2014, p. 40).

As redes se baseiam, portanto, no princípio da “complementaridade”, em que os atores decidem entrar em uma parceria de benefício mútuo, constituindo, assim, uma identidade pautada na consciência do nível de envolvimento que o retornado tem na rede, o que acaba por estabelecer os próprios limites da rede. Isso faz com que existam vários graus de enraizamento na rede, assim como vários tipos de conteúdos relacionais.

Esta perspectiva se alia ao que Menezes, no âmbito das teorias da migração de um modo geral, mostra quando concorda com outro autor que “propõe entender migração como uma relação dialética complexa entre as noções de parentesco, as redes de relações sociais nas quais elas estão envolvidas e a economia política dentro da qual elas operam” (Eades, 1987 *apud* Menezes, 1997).

O conteúdo relacional dessas redes permite que o sujeito migrante não seja apenas um agente passivo dos fatores de expulsão ou atração, mas assume participação ativa no processo que ultrapassa não só a mobilidade migratória, mas também a reprodução das suas condições (Eades, 1987 *apud* Menezes, 199., p. 5). Ou seja,

o migrante aciona certo “poder de mobilidade” (Martins, 2013), que é um atributo “seu”, mérito pessoal, que se verifica tanto na mobilidade geográfica no interior dos lugares de chegada, como na mobilidade social auferida a partir da reprodução *bem-sucedida* de suas condições.

Aí, meu serviço era esse, não passei uma semana não, era esperto, aí, já fui trabalhar no pacote, era testando televisão, aparelho de som, liquidificador, aí foi indo, foi indo, com menos de um mês, *colocaram eu* no serviço de atendimento ao cliente [...] aí, foi indo, foi indo, saí encarregado da expedição das Casas Bahia, ali da matriz (Seu João, São José de Piranhas, 2013).

[...] é difícil e tal, mas sabe como é que é, mas, às vezes, a gente se dá melhor do que esses que *fica*, foi o meu caso, né? [...] dormi em quarto com pessoas que trabalhavam à noite, colega meu, colega da gente, que *tava* aqui nessa época, tinha muito colega da gente daqui que *tava* lá já, e chega lá... nós fomos com um amigo meu [...], era de uma certa idade, aí chegou lá, jogou a gente na vila, aí, a gente tinha que se virar com o *peçoalzinho* daquele grupo da gente daqui. Eu prum canto, meu outro irmão pra outro [...] (Seu Flávio, São José de Piranhas, 2014).

A percepção dessa margem significativa de ação individual encontra eco na proposta que Cassarino apresenta. Após sua revisão sobre as abordagens acerca do retorno, o autor propõe a ideia de *Return Preparedness*. Estimulado pelos avanços que as perspectivas do Transnacionalismo e da teoria das redes trouxeram à compreensão das migrações, nas quais o retorno não é o fechamento de um ciclo, mas apenas uma etapa do processo migratório, o autor propõe a noção de *Prontidão para o Retorno*

(tradução livre), centrada na percepção de que os vínculos entre o lugar de origem e de chegada são o que promovem a capacidade do migrante de preparar seu próprio retorno.

Na perspectiva do autor, há quatro motivos básicos que fazem com que seja necessária uma nova abordagem acerca do retorno no âmbito internacional, mas que podem ser perfeitamente considerados numa escala regional, como a que se evidencia aqui:

1. A crescente diversidade dos fluxos migratórios internacionais põe em xeque as noções anteriores sobre migração e retorno, uma vez que não há atualmente somente fluxos de trabalhadores, mas também de estudantes, de solicitantes de asilo e refugiados;
2. A consolidação de blocos regionais tem favorecido a liberalização do mercado em nível global e o consequente desenvolvimento do setor privado em muitos países exportadores de mão de obra, o que tem favorecido o aumento dos negócios para não migrantes e retornados. Podemos agregar a este argumento o fato de, no Brasil, a implementação de políticas sociais ter reduzido as desigualdades regionais e aumentado o poder de compra de populações inteiras, criando novas demandas e mercados em regiões historicamente pobres;
3. O custo menor de transporte tem transformado o retorno num processo de múltiplas etapas;
4. O fluxo de comunicação tem permitido uma melhor preparação para o retorno.

Ao mencionar Rosemarie Rogers, Cassarino lembra que os retornados diferem substancialmente uns dos outros em termos das motivações do retorno. Afirma ainda que o artigo pioneiro desta autora:

[...] demonstrou não apenas que os motivos para retornar são altamente variados, mas que eles tendem também a se sobrepor. Hoje, as motivações de retorno têm se diversificado conforme novas categorias de retornados são levadas em consideração. Na verdade, as abordagens acadêmicas para as motivações do retorno não abarcam apenas trabalhadores migrantes, estudantes migrantes, migrantes altamente qualificados, empregados retornados, mas também os refugiados e solicitantes de asilo. Além disso, o alargamento gradual do espectro da migração de retorno não só implica crescente diversidade de motivos de retorno, mas também variedade de padrões de mobilização de recursos. Esses padrões são, certamente, reflexos das experiências de migração dos retornados no exterior, mas não somente isso. Eles também são sensíveis a condições institucionais, políticas e econômicas específicas no lugar de origem, que precisam ser consideradas, quando se quer entender por que alguns retornados podem aparecer como atores de mudança em sua pátria, enquanto outros não (Cassarino, 2014, p. 44).

É nesta esfera de entendimento que se manifesta um aspecto fundamental do sujeito retornado: a constituição da sua identidade enquanto retornado. Se, por um lado, tratamos anteriormente da identidade do migrante a partir da sua vinculação com o lugar; por outro, há um importante elemento que diz respeito à identidade do retornado e está relacionado às experiências diversas de migração e aos diversos fatores que incidem sobre as trajetórias migratórias individuais, o aporte individual, ou seja, o investimento pessoal que cada um dedicou durante o período migratório.

Isso se evidencia em muitas situações, que podem ser resumidas em duas situações-síntese: o acúmulo de bens e a posterior exposição ostentadora das posses como troféus do tempo em que

esteve afastado (um gesto que serve como justificativa à migração); ou a circularidade como resultado da frustração quanto ao projeto de migratório, ou enquanto os ganhos auferidos e as conquistas pessoais não satisfazem as pretensões.

Aí, o que aconteceu, o mais velho começou a subir pra São Paulo e aquele sonho de ir pra lá de *progridi* fazer alguma coisa, né? [...] E eu consegui ficar, me aposentei. Fiquei trabalhando sete anos e eu pensei que eles fossem mandar rápido quando me aposentei, porque meu sonho era vir pra aqui, *nera*? [...] Sempre trabalhei com o objetivo de vir para aqui, né? [...] Era tanto que, no máximo, só se não desse certo, cada dois anos eu vinha aqui trazer os meninos, já [...] pra ir se acostumando, é tanto que eu trouxe um com dezoito anos, outro com quatorze anos. Essa aqui é uma menina, não tirei dificuldade nenhuma, sabe? *Trazia eles* aqui [...] Quando dava certo, eu mandava eles *vim* passear, mandava eles *vim*, o mais velho meu chegou aqui [...] mandava às vezes ele *vim*, quando ele *tava* com dezesseis, dezessete anos, ele vinha com alguém, vinha passear, ficava 30 dias aqui, voltava, já pra ir treinando os *caba* aqui [...] Aí, camarada, foi onde eu acertei! Foi aqui em São José, porque hoje eu tenho esse patrimônio aqui, que sei nem quanto é que vale, né? Porque é meu, não mais, é esses três prédios é meu [...] aí, *vamo* inventar uma lojinha, uma *eletronicazinha* [...] aí abri essa lojinha, aluguei um *predin* ali em cima [...] (Seu Flávio, São José de Piranhas, 2013).

Seu Flávio, incentivado por Seu Almir, outro retornado que montara uma loja de eletroeletrônicos e ia bem nos negócios, faz um planejamento de retorno que envolve a “aclimação” dos filhos adolescentes na nova realidade urbana da cidade pequena.

A demissão da Mercedes Benz foi orquestrada e articulada com a compra e a construção de imóveis no lugar de retorno, bem como o planejamento da implantação de um empreendimento na cidade. Para migrantes como Seu Flávio e Seu Almir, a migração de retorno se vincula diretamente à perspectiva de *prontidão para o retorno*, proposta por Cassarino, como veremos mais à frente. Para estes, a identidade migratória é bem acordada com o sentido de sucesso econômico.

Pautada na lógica do mérito pessoal, tendo a acumulação de bens um importante indicador de uma escolha de vida correta, a experiência migrante denota, para estes, inúmeros flagelos e suas subsequentes vitórias, demonstradas no retorno. Para estes, a migração ficou na memória e, mesmo com os resultados materiais dela muito visíveis, sua espacialidade se imiscua de tal forma aos não migrantes que talvez seja possível vê-los como ex-migrantes.

Mas é oposta à condição de muitos outros migrantes que, diferentemente dos *bem-sucedidos* empreendedores, têm no retorno uma identidade pautada pelo *fracasso* econômico ou pela saúde debilitada. Estranhamente, a estes, parece que a memória da migração se converte em flagelos permanentes, que constroem uma identidade dos fracos, ligada a uma sensação de desprezo/apiedamento ou baixa autoestima e até mesmo autocomiseração.

[...] não saí aposentado... o problema que [...] de lá era problema de saúde... tava com o sistema nervoso maior do mundo [...] Aí eu vim pra cá.

Entrevistador: O problema auditivo foi adquirido na volks?

– Na Volks... naquela época... naquele tempo, ninguém usava os aparelhos, né?... Tinha evitado... era muito barulho, era a prensa e ninguém usava, depois com certos anos, a gente começou usar os aparelhos pra evitar os barulhos, mas já

tava com problemas de barulho [...] já tinha perdido um pouco...

Entrevistador: E o senhor perdeu quanto [...]?

– Olhe, chegou uma faixa de sessenta [por cento] [...] Eu voltei pra cá devido a esses problemas de saúde que tive, é esse sistema nervoso, não dormia, aí resolvi pedir pra me mandarem embora e me mandaram embora [...] é, eu trabalhava, às vezes, me achava assim, cansado, doente, não comia bem [...] aguentei de tudo pra eu aguentar, pra ver se eu conseguia pegar uma aposentadoria por tempo de serviço [...] mas chegou um ponto que não deu pra mim (Seu Jair, São José de Piranhas, 2013).

Morei trinta e dois anos em São Caetano do Sul. Trabalhei sete anos e, no fim, saí da Ford e entrei no ramo [do comércio], aí com sociedade, o primeiro comércio que eu tinha [...] eu vim aqui por uma aventura, chamado por um irmão. Por esse justo sócio que é meu irmão [...] queria levar a pessoa como escravo e achar que a pessoa seja filho dele (Seu Mário, São José de Piranhas, 2013).

A identidade do retornando está relacionada a alguns fatores que tornam difícil uma generalização, como o momento socioeconômico em que ocorreu a migração, o lugar de chegada, o tempo transcorrido fora do lugar de origem, a faixa etária do migrante, a constituição ou não de laços familiares e amizades no lugar de chegada, etapas migratórias, etc. Nos casos do Seu Jair e do Seu Mário, frustração e certa desilusão são elementos que constroem uma identidade que os inferioriza e envergonha diante das trajetórias de outros retornados. Todavia, apesar das características homogeneizantes dos casos apresentados, tanto os de “sucesso” como os de frustração, é inócuo e desnecessário buscar uma classificação generalista que os identifique (bem à moda da ciência

positivista), quando se visa dar margem às situações que os constituem enquanto sujeitos.

A identidade do retornado está solidamente ligada à sua trajetória migratória, tal como está vinculada ao lugar de retorno, moldado em grande parte segundo as metonímias geográficas construídas no imaginário de cada retornado. É fato que as migrações de retorno constroem os sujeitos (conforme procuramos demonstrar no capítulo anterior), mas ambos não são as mesmas coisas, visto que, a depender do posicionamento, os sujeitos podem ser invisibilizados ou superdimensionados. Sendo assim, de que modo podemos definir a identidade do retornado sem incorrer nesses equívocos e qual é a importância disso?

Neste trabalho, entendemos que, se há identidade entre os retornados, ela se pauta numa significativa dose de individualidade ou de sua rede, a partir das múltiplas experiências territoriais de cada migrante, e está em franca construção. É um equívoco agrupar os retornados privilegiando apenas um fator.

Em trabalho anterior (Romeu de Souza, 2006), tentamos reavaliar uma classificação dos retornados a partir da trajetória de cearenses retornados. Inspirados principalmente pelo trabalho de Valverde (2004), procuramos apresentar os retornados classificados em dois grupos genéricos, definidos a partir da idade: os jovens e os maduros. Na proposta do autor referenciado, baseado em sua pesquisa sobre os retornados espanhóis, ele se depara com estes dois tipos de migrantes de retorno bem nítidos (ou nitidamente apresentados por ele), que tinha como diferença em relação à nossa proposta apenas o fato de que sua classificação de retornados jovens abarcava as idades entre 25 e 35 anos, enquanto a nossa ia até os 45 anos. Os maduros seriam os de idade próxima à aposentadoria. Optamos por classificá-los acima de 45 anos.

Uma importante diferença, no entanto, foi, por nós, deixada de lado, o fato de que o autor referido se fundamentava numa

abordagem quantitativa, enquanto a nossa utilizava os dados quantitativos como um apoio à abordagem qualitativa. Isso fez toda a diferença nos resultados do trabalho, uma vez que a diversidade dos retornados foi *ofuscada* pela tentativa de identificá-los a partir da idade.

O aspecto metodológico, portanto, é de fundamental importância na pesquisa, uma vez que pode definir os resultados, algo a que Cassarino parece atentar bem, visto que sua sugestão analítica é fruto de um esforço de compreensão de todas as abordagens teóricas anteriores, nas quais se consideram tanto abordagens mais quantitativas, como a da Economia Neoclássica, da NELM e da estruturalista, como abordagens de maior ênfase qualitativa, como a do Transnacionalismo e a da Teoria das Redes Sociais Transfronteiriças. Mesmo tratando de migrações internacionais, a discussão proposta abarca sem maiores problemas as migrações internas, ao menos à escala inter-regional, sobre a qual temos nos debruçado. Ele apresenta seis argumentos que favorecem sua proposta analítica, tendo em vista que ela:

1. Aponta para o entendimento de que o retorno não é só um ato voluntário, ele diz respeito também a um processo de mobilização de recursos que exige tempo, visto que a vontade de retornar está presente, muitas vezes, antes de um momento mais amadurecido para o retorno;
2. Mostra que os retornados diferem uns dos outros de acordo com seu nível de *preparedness* e padrões de mobilização de recursos;
3. Considera vários tipos de migrantes, pois a ênfase não é unicamente econômica, mas multifacetada;
4. Enfatiza, além da experiência do migrante no lugar de chegada, a percepção das mudanças institucionais, econômicas e políticas no país (lugar) de origem, pois tem forte

influência sobre a forma como os recursos são mobilizados e utilizados;

5. Destaca, portanto, que o *returnee's preparedness* é moldada pelas circunstâncias nos países (lugares) de origem e chegada, isto é, condições pré e pós-retorno;
6. Considera o *preparedness* do migrante como fator principal no impacto deste no país (lugar) de origem.

A partir desses subsídios, o autor elabora o seguinte quadro descritivo, que classifica os migrantes como “sem *preparedness*”, “baixo nível de *preparedness*” e “alto nível de *preparedness*”.

A noção de *prontidão para o retorno* é propícia em muitos aspectos, o que estamos entendendo como constituição do sujeito retornado, pois considera a realidade dos lugares aos quais os migrantes se vinculam e nos quais constroem territorialidade, respeita a reflexividade do sujeito e permite que se leve em conta sua múltipla trajetória espaço-temporal, adequando-se muito bem à análise dos retornados paraibanos e nordestinos, porque assentada em circunstâncias que são comuns aos migrantes em geral, em todas as partes do mundo.

O Quadro 5, proposto por Cassarino, permite uma rápida familiarização com a noção de *return preparedness*. Todavia, há que se considerar que a perspectiva do autor é norteadas por certo pragmatismo que, ressalvada a importância para o entendimento das visões acerca do retorno, torna deveras funcional o ato de retornar. Ignora-se, nesta perspectiva, que o retorno pode ser apenas mais uma etapa migratória.

Dornelas (1995), por sua vez, numa abordagem qualitativa, aponta o fato de a migração de retorno ser percebida quase sempre como:

Uma inversão do fluxo migratório numa determinada direção, e para uma determinada região...

Ora, a migração de retorno nada mais seria que a inversão de uma concepção já convencional de migração (origem-destino). Tal concepção se aproxima da prática das ciências que abordam a mobilidade populacional nos seus aspectos quantitativos, como a demografia. O senso comum já se acostumou a classificar a migração como fato demográfico, que se apreciada pelo volume de população que se desloca de um lado para outro. Nada mais natural, então, que [...] imaginar a migração em sentido inverso, com a população se deslocando para o seu antigo local de origem (p. 6).

O autor questiona este suposto retorno ao local de origem. Acompanhando a crítica proposta por Moura (1984), pergunta-se o que vem ocorrendo não seria uma mudança no eixo migratório em função da ampliação da participação do Nordeste na economia brasileira, por meio do avanço na produção de gêneros, como a lavoura de soja e a renovação do setor canavieiro com o Pro-álcool, bem como o novo papel das regiões metropolitanas nordestinas na atração populacional.

Além de questionar a propalada migração de retorno no Brasil e a vinculação do discurso demográfico com o senso comum, Dornelas se esforça para mostrar a face sociológica da categoria em análise quando atrela o “retorno ‘periódico’” (1995, p. 6), tangenciando a questão das redes, enquanto “estratégias de sobrevivência empregadas pelas famílias camponesas para permanecerem unidas e ascenderem socialmente” (1995, p. 6), identificando o retorno em um contexto de migrações temporárias, prática incorporada a cultura camponesa. Neste sentido, mostra que o retorno, individualmente, por vezes se apresenta como um drama, na medida em que a decisão de retornar implica não necessariamente um desejo efetivo do migrante, mas uma obrigação assumida com seu lugar de origem.

Quadro 5 - Níveis de *Returnee's Preparedness*

	Tipos de retornados	Condições pré-retorno					Condições pós-retorno	
		Status	Motivações	Mobilização de Recursos	Tempo de Permanência		Processo de reintegração	Mobilização de recursos
Alto nível de <i>Preparedness</i>	Trabalhadores migrantes; refugiados migrantes altamente qualificados; estudantes; solicitantes de asilo	Pode obter <i>status</i> de residente no país de destino; pode possuir imóvel no país de destino	Objetivos da migração são atingidos; mudanças positivas no mercado de trabalho ou no governo percebidas em casa; mudanças políticas e/ou econômicas geram novas oportunidades; fortes incentivos no país de origem induzem ao retorno	Economias; amizades (livro de endereços); contatos; conhecimentos; habilidades; experiência; ensino superior	Em média, de 4 a 15 anos	Migração de retorno	Redescoberta das reais características do país de origem; adaptação e negociação; distinção	Recursos mobilizados antes do retorno são investidos e readaptados ao contexto local; troca de "itens valiosos"; recursos adicionais de redes transfronteiriças podem ser mobilizados, a fim de reunir recursos e informações
Baixo nível de <i>Preparedness</i>	Trabalhadores migrantes; refugiados de curto prazo; migrantes altamente qualificados; estudantes	Nenhum	Objetivos da migração não puderam ser alcançados conforme o planejado: decepção; eventos familiares inesperados no país de origem interrompem a estadia no exterior	Poucas economias	Em média, de 6 meses a 3 anos		Família e parentes oferecem apoio moral e financeiro; recursos limitados podem ser investidos como resultado da experiência migratória	Recursos limitados são mobilizados ao nível local, após o retorno, com vistas a garantir o processo de reintegração
Sem <i>preparedness</i>	Solicitantes de asilo rejeitados; migrantes irregulares	Nenhum	Deportação; expulsão; rejeição da extensão de visto	Inexistente	Em média, menos de 6 meses		Condições difíceis no lugar de origem; nova emigração pode estar prevista	Inexistente

Fonte: Adaptado de Cassarino (2014, p. 47).

Antes, porém, das críticas de Dornelas, Marilda Menezes (1985) encaminhou algumas das inquietações abordadas pelo autor, mas outras merecem ainda maior atenção. Na visão da autora, há elementos geográficos frequentemente tratados com pouco cuidado na abordagem da migração e do migrante de retorno, a saber: lugar de origem e destino, que precisam ser pensados à luz do sujeito que os une, o migrante em sua realidade objetiva.

Origem e destino são dois espaços socioeconômicos privilegiados aqui por serem palcos concretos da reserva de força de trabalho nacional, que se reproduz e se movimenta nos espaços socialmente definidos pelo capital. *O migrante não abandona a origem para se integrar no destino*. Ao contrário, a migração representa um *ponto de contato permanente* entre um e outro (no caso presente entre Paraíba e São Paulo) (Menezes, 1985, p. 4, grifos nossos).

Não só é possível estabelecer o vínculo entre os espaços como é necessário mediá-los pelo sujeito do processo: o retornado. O que dizer dele então? O migrante retornado é diferenciado duplamente. Primeiro, porque já vive o processo de multiterritorialidade comum a todo migrante (Haesbaert, 2004); segundo, porque, como mencionamos anteriormente, tanto o lugar de origem quanto ele mesmo já não são mais os mesmos, consequência direta do período de afastamento e da vivência de múltiplos territórios.

Alhures percebeu-se que é justamente a multiterritorialidade desenvolvida na migração que permite ao retornado uma reterritorialização em seu lugar de retorno, visto que o lugar de origem, no retorno, deixou, em alguma medida, de possuir o caráter de território em função das mudanças no lugar de origem e da forma de produção espacial do indivíduo, diminuindo a intensidade ou, no limite, destituindo o retornado da sua antiga territorialidade. Mesmo considerando que esta percepção se vincule mais a uma perspectiva subjetiva, ela encontra respaldo até mesmo numa abordagem mais pragmática, como a demográfica, afinal, é o próprio Hélio Moura (1984) quem fala em “referências espaciais temporalmente defasadas entre si”. Mesmo quando se considera que o retorno se dá na mesma *referência espacial*, ela sempre estará *defasada temporalmente*.

As abordagens mais recentes sobre migração e retorno, especialmente no âmbito da sociologia e antropologia, têm mostrado o

esgotamento da noção de migração como vínculo entre origem e destino, assentada, portanto, apenas em dois referenciais espaciais (Almeida; Baeninger, 2013; Menezes, 2013; Patarra, 2006). Por isso, Moura tenta entender o retorno inserindo mais uma referência espacial, associando-a à defasagem temporal. Entretanto, o fenômeno migratório não pode ser compreendido sem que se associem “motivos” pessoais e “causas” macroestruturais, que indicam a articulação das escalas “macro-micro” (Massey *et al.*, 1987 *apud* Almeida; Baeninger, 2013), propiciando o uso do termo “campo migratório”.

A percepção de que o fenômeno migratório vai além da própria migração levou pesquisadores a formular os conceitos de campo migratório e de espaço migratório. As noções de campo e espaço migratório permitem ao pesquisador recompor os espaços percorridos e estruturados pelo conjunto dos fluxos relativamente estáveis e regulares dos migrantes, independentemente da origem ou do destino. Segundo Simon (2002), o aparecimento destes novos termos relaciona-se a uma insatisfação teórica frente aos conceitos de migração, fluxos migratórios e populações migrantes. Tais conceitos eram vistos como insuficientes para incorporar as relações espaciais, principalmente em função da maior complexidade dos percursos migratórios e do alargamento dos lugares de partida, de chegada, de instalação e de trânsito. Como espaço de relações dos migrantes, o conceito de campo migratório serve para suportar uma análise sobre um espaço social transnacional estruturado pelos fluxos de migrantes de uma mesma origem, contemplando tanto o lugar de partida quanto os lugares de passagem e de instalação dos migrantes (Almeida; Baeninger, 2013, p. 29).

No que se refere ao uso do conceito de campo, é preciso considerar que ele possibilita a articulação entre as perspectivas macro

e microescalares. É no campo de atuação do migrante que se manifesta a realidade de um modo em que as causas estruturais se sobrepõem à decisão particular do sujeito. Os casos do Seu Lucas e Dona Livia demonstram bem o que tentamos expressar:

A vida hoje em São Paulo não tá fácil não, né?! Tá mais difícil, difícil pra o emprego e difícil até pra pessoa viver, porque tem pessoas lá que têm que viver dentro de [...] como é que se diz? [...] Que nem passarinho em gaiola [...] É, tem que viver “enrustado” pra ninguém saber nem quem ele é porque senão, é como soldado de polícia mesmo, esse pessoal aí tem que, até as roupas pra se lavar, eles têm que lavar e botar pra secar atrás da geladeira, pra ninguém ver que ele é policial e pra não matar ele. Isso foi que me desgostou de São Paulo, é isso, é o perigo (Seu Lucas, São José de Piranhas, junho de 2013).

Fui assaltada, aí peguei um sistema nervoso, rapaz! Passei um bom tempo com problema de sistema nervoso, porque eu fui assaltada, assim eu fiquei com medo de sair na rua, aí depois eu pedi pra eles me mandarem embora devido eu ficar muito assustada, mas eles me seguraram uns seis meses porque não queriam me mandar embora. Alegaram que eu era uma boa funcionária e tal, mas assim mesmo eles me mandaram embora, só que depois que eu vim embora pra cá ainda voltei [para São Caetano do Sul], casei aqui e ainda passei mais um ano em São Paulo (Dona Livia, Sousa, dezembro de 2013).

O risco de viver numa grande metrópole, em comparação ao cotidiano dos lugares de retorno, tornou o retorno a alternativa viável e desejável. Logo, o motivo “falta de segurança” é utilizado como justificativa para o retorno. Mas as falas acabam por revelar (imediatamente ou misturadas a outros momentos do relato)

contradições, que não denotam hipocrisia ou confusão, mas performances variadas segundo as situações impostas pela realidade, moldadas segundo contextos macroeconômicos e sociais.

Em termos espaçotemporais, pode-se afirmar que o retorno estaria contido na dinâmica de um campo migratório, o que torna obsoleta a ideia de que o retorno é o momento final da migração. É algo próximo do que as autoras apresentam como *espaço de vida*, espaço que engloba os lugares de passagem e permanência, mas também a rede de relações espaciais, envolvendo inclusive os lugares que não são presencialmente afetados pelo sujeito (Courgeau, 1988 *apud* Almeida; Baeninger, 2013). O campo migratório pode levar à formação de um *território circulatório*, que, segundo as autoras:

[...] foi desenvolvido por Tarrius (1996) como forma de melhor apreender os percursos que ligam os migrantes a um local de destino, mas que os mantêm atados aos lugares de onde vieram. É uma copresença que não pára de fortalecer os traços que relacionam os pontos dos fluxos e que refletem a diversidade de temporalidades e de localizações que constituem o ato migratório. Como as circulações envolvem não apenas os fluxos de pessoas, mas também os meios e as práticas do espaço percorrido, a partir delas institui-se [...]: a) dinâmicas socioespaciais articuladas em redes; b) manutenção dos laços entre origem e destino; e c) práticas e dispositivos adaptados às situações da condição de imigrante e às especificidades das relações socioespaciais nas quais se baseiam esta experiência (Almeida; Baeninger, 2013, p. 30).

Um retorno, seja numa escala internacional ou na experiência paraibana para o Sudeste, envolve sempre a produção ou o aciona-

mento do território circulatório, o que nos leva a concluir que é na construção deste território que se formam os vínculos territoriais que estimulam a manutenção do fluxo, a volta ao lugar de retorno e a nova migração, seja para o lugar de acolhida anterior ou outro. O fato é que, do ponto de vista geográfico, que é a dimensão na qual se sustenta este trabalho, o fluxo migratório só tem razão de ser na medida em que conecta pessoas aos espaços pelos quais elas se deslocam, ultrapassando e ampliando os espaços de circulação nobres das metrópoles, servindo de “frente pioneira” urbana, tanto nos lugares de acolhida quanto nos de retorno. A noção de território circulatório parece ir ao encontro da perspectiva aqui delimitada, uma vez que Alan Tarrius (1996) afirma que um modo de construção da cidade é o que envolve a construção espacial que ultrapassa a “justaposição” social gerenciada pelo Estado, encaminhando-se para “sobreposições”. Segundo o autor, há lugares na cidade que são pontos de passagem de populações que:

[...] detêm no espaço sua capacidade nômade; ou seja, que conhecem os caminhos entre os lugares de modos estabelecidos a outro, indo além, cruzando assim todos os espaços de obrigações e justaposições locais, recriando em um vasto território que escapa de nossas centralidades, animado por incessantes movimentos, fora das malhas estreitas da tecnoestrutura, à distância do Estado. Este modo é feito de sobreposições. Os lugares ocupados, habitados, cruzados, são fixados como elementos de unidades territoriais que dão suporte às redes e às referências de diásporas. É, portanto, uma questão dos territórios circulatórios, produções de memórias coletivas e práticas de troca cada vez mais amplas, onde os valores éticos e econômicos específicos criam

uma cultura que se difere das populações sedentárias (Tarrius, 1996, p. 3, tradução livre)²⁹.

A fala do Seu Gilvan, a seguir, evidencia este fato. Suas muitas idas e vindas, a circulação entre São José de Piranhas e Campinas, sua oscilação entre o trabalho nas indústrias e a lida do campo, sua liderança política e seu comércio interestadual certamente são elementos constitutivos de seu território circulatório. Em sua experiência, a formação do bairro de Viracopos, em Campinas, e as melhorias obtidas são frutos de suas reivindicações, enquanto liderança na comunidade e da participação de outros migrantes. Tal como Marilda Menezes (1985) afirmara, no migrante, campo e cidade não são realidades estanques, mas se interligam, ou se sobrepõem, no dizer de Tarrius. Isto envolve disputas, conflitos e rearranjos territoriais que, muitas vezes, promovem evidentes mudanças na paisagem; e outras vezes, de modo silencioso e turvo, alteram antes percepções pessoais, hábitos e práticas de tal maneira que têm rebatimentos espaciais diretos após o fluxo de muitos anos.

Sabe, eu [...], a cidade grande [...], lá era muita violência, demais, e um monte de coisa que eu nunca esqueci minha terra natal, minhas origens, eu gosto de tudo, eu gosto de cantoria, de pé de serra, violeiro, eu gosto de festa, quermesse e um monte de coisa, então minha cultura é aquela ali. Eu digo: “Sabe de uma coisa? Vamos

29. Do original: “tiennent puissance sur l’espace de leur capacité nomade ; c’est-à-dire qui savent les chemins qui mènent d’un lieu de sédentarités à l’autre, et débordent, traversent ainsi tout espace d’assignation aux juxtapositions locales, le recomposent en un vaste territoire échappant à nos centralités, animé d’incessants mouvements, hors des étroits maillages de la technostucture, à distance de l’Etat. Ce mode-là est fait de superpositions. Les lieux fréquentés, habités, traversés, sont saisis comme éléments de vastes ensembles territoriaux supports aux réseaux et références des diasporas. Il s’agit de territoires circulatoires, productions de mémoires collectives et de pratiques d’échanges sans cesse plus amples, où valeurs éthiques et économiques spécifiques créent une culture et différencient des populations sédentaires”.

pra São José de Piranhas passear, nós vínhamos passear, nos vínhamos todos os anos, a gente comprava o carro, minha vida melhorou um pouquinho a situação, a gente tinha um carro, vinha passear, chegava aqui, passava só trinta dias e voltava [...] aí eu fui comprei uma Van, aí eu vim, quando cheguei aqui [...], eu quero trabalhar, aí botei um comerciozinho aqui, aí boteamos aquilo ali e eu fiquei na Van transportando mercadoria e trazendo daqui pra São Paulo, São Paulo e Piracicaba. Aí parei, *tava* muito cansado, vou mais não trabalhar com isso, não, aí vendi a Van, aí ela [a esposa] ficou doente, ficou ruim com um problema de vesícula aqui, aí eu digo: “Vamos pra São Paulo se tratar? [...] (Seu Gilvan, São José de Piranhas, 2014).

Entre as idas e vindas, Seu Gilvan assumiu participações políticas na vida da comunidade em Campinas e construiu uma territorialidade cambiante entre dois lugares, aos quais passou a se dedicar:

[...] *cadastremos* e fizemos tudinho, aquilo foi num sábado, começamos no sábado de manhãzinha [...] conseguimos demarcar até ali, no meio da semana, 173 *moradia* [...] Eu sei que, resumindo, *coloquemos* esse pessoal, primeiro assentamento, primeira vitória nossa foi essa [...] aí, nós já formamos uma associação já, aí, eu já fazia parte da diretoria dos moradores de bairro de moradores, então nós fizemos uma associação de moradores do Jardim Planalto [...] nós brigamos, aí veio o calçamento [...] lutamos com que [...] veio a [...] água, trouxemos a energia, só tinha os bicos de luz, trouxemos energia pra lá, pra dentro do bairro, *tudin* pro assentamento, aí veio o asfalto, briguei pelo asfalto, 50% pago pela prefeitura; 25%, a empresa de transporte pagou; e 25% dos moradores *pagou*, pagaram parcelado, não lembro [...] aí veio a linha

telefônica, puxamos o telefone, que era quando não tinha celular, o telefone de linha, aí veio. Tivemos um problema com o esgoto, que o saneamento básico dela, foi feito cisterna, porque nos fundos passava um rio, um córrego [...] eu quero ficar, mais que é isso que eu *tou* falando, quando minha esposa, quando Vanda voltar que chegar aqui, a gente vai sentar pra projetar alguma coisa pra fazer aqui em São José, nós não vendemos nada lá, até os nossos móveis... ficou tudo lá, móveis de casa e deixamos [...], nós temos uma [...] casa lá que a gente deixou fechada (Seu Gilvan, São José de Piranhas, 2014).

A migração, enquanto formadora de um território circulatório, construtora de multi/transterritorialidades, não pode ser restringida a um ou outro espaço, é necessário pensá-la numa lógica de rede, tanto em razão da rede migratória, quanto por conta do fato de a rede migratória promover a construção de uma rede geográfica. Haesbaert (1997) mostra que, no caso dos gaúchos, constituiu-se o que ele chamou de “rede regional gaúcha” e igualmente a sua percepção acerca dos gaúchos, a maioria dos fluxos migratórios atuais, entre eles o nordestino, organiza-se em forma de rede. Logo, a migração não pode, numa perspectiva global, ser percebida como ligação de apenas dois pontos no espaço com limitação temporal restritiva.

Para falar em retorno e em retornados, portanto, é preciso contextualizar o ponto de vista de onde se fala. Da perspectiva demográfica mais abrangente, o retorno parece ser um fenômeno muito nítido no Brasil atualmente, uma vez que é geralmente tratado como um movimento inverso ao fluxo de emigração (Batista *et al.*, 2012), pautado pela duração no lugar de acolhida. Já na abordagem sociológica, a noção em destaque é a ausência e o estranhamento (Martins, 1986, 1993; Elias; Scotson, 2000), logo, o retorno estaria

vinculado à tentativa de fuga da ausência por meio do *reencontro* dos retornados com vínculos e práticas anteriores. Numa perspectiva mais antropológica, o retorno parece estar mais relacionado à noção de acolhimento, família e lar, o que denota a importância da concepção de *casa*. Mesmo considerando que “lar” e “casa” “sejam ideias distintas e uma não implique necessariamente a coexistência da outra, a casa é um símbolo que evoca a noção de lar” (Dias, 2000, p. 67). O enfoque geográfico, por sua parte, avança na direção dos usos e das apropriações do espaço, o que torna o retorno um ato conjugado a uma série de ações, conforme veremos adiante.

A depender da perspectiva, poder-se-á restringir demasiadamente a percepção do fenômeno, empobrecendo a análise e, em última instância, alimentando de modo incontornável as percepções equivocadas acerca do outro, do diferente, algo que o migrante tem diuturnamente representado. Tais percepções acerca da migração e dos migrantes, em especial os nordestinos em São Paulo, são propaladas diariamente pela mídia de massa e repetidas pela opinião pública.

Por nosso turno, compreendemos que o retorno é uma etapa de um processo muito amplo constitutivo da vida dos indivíduos nele implicados. Não é etapa inicial de mobilidade e tampouco etapa final, mas configura-se como tal, pois expressa o reencontro com antigas territorialidades pautadas pela memória e pelos afetos. Independentemente se boas ou ruins, tais rememorações implicam a constituição de sujeitos moldados por sua espacialidade móvel, em que o movimento agora não é mais algo estranho. Por isso, é muito difícil associar quem retorna a um processo do passado, estanke na realidade presente deste sujeito. O retornado, tal como disse Dias (2000) é antes um *retornante*, construído em/ construtor de um território circulatório em rede, fluido e variável tanto no espaço quanto no tempo de sua existência. É desta constatação que se edifica, por seu oposto, a ideia de um ex-migrante.

Os ex-migrantes e a circularidade

A experiência espacial do migrante é sobretudo marcante porque define, desde o princípio, uma ruptura na maneira de concepção de sua produção espacial. Se considerarmos que grande parte dos migrantes nas metrópoles (que são, no limite, nossa esfera de interesse) origina-se das áreas rurais, predominantemente vinculados a uma espacialidade mais tradicional, notaremos que o encontro entre as espacialidades pode ser um choque, ainda que se considere que muitos migrantes sejam provenientes de localidades urbanas menores. Isto é, a espacialidade tradicional do migrante está vinculada a uma territorialidade mais rural. Podemos inferir que, de um modo geral, isso ocorre, mas entre os paraibanos esta afirmação é incontestável, haja vista os dados apresentados anteriormente.

A territorialidade mais rural em contato com as territorialidades metropolitanas promovem, invariavelmente, transterritorialidades e multiterritorialidades, as primeiras como resultado dos choques e conflitos e as segundas como estratégia de apropriação territorial. Raffestin (1988 *apud* Haesbaert, 2009), numa análise diacrônica, identifica dois grandes modelos civilizacionais e deles três tipos de sociedades e suas respectivas produções territoriais, que não se aplicam integralmente ao nosso estudo, mas servem como referências conceituais ao entendimento da apropriação geográfica dos migrantes de seus territórios.

As civilizações tradicionais são:

1. *Predadoras, nômades ou seminômades* – mais do que nós e redes, nelas se privilegiam as malhas, “o território percorrido”, “a dimensão horizontal” onde os homens que se movimentam, passam de uma “reserva renovável” a outra;
2. *Civilizações tradicionais produtoras* - onde a passagem da coleta à agricultura e ao pastoreio, sedentarizando os in-

divíduos como função da estocagem de recurso (ou produção de excedente), continua privilegiando as malhas, especialmente as áreas agrícolas, embora já apareçam importantes nós, as cidades primitivas.

3. *Civilização tradicionalista e racionalista* - nesse contexto de mutação, as cidades, enquanto nós, começam a se tornar hegemônicas sobre a organização do território, tentando estender sua influência e gerando conflitos com as “malhas” rurais.
4. *Civilizações racionais* - no mundo moderno, “a integração dos sistemas urbanos vai privilegiar a terceira invariante territorial”, as redes, tanto de comunicação quanto de circulação, sobre as quais se disputa o controle político; hoje “o acesso ou o não-acesso à informação [transformada numa mercadoria e num ‘recurso-base’] (é que) comanda o processo de territorialização, desterritorialização” (Haesbaert, 2009, p. 171-172).

Os migrantes atuais provenientes das áreas rurais ou de cidades muito influenciadas pela dinâmica rural, embora intensamente afetados por ícones da cultura urbano-metropolitana e todo o aparato técnico-instrumental que a acompanha, ainda possuem muitos comportamentos espaciais da chamada “civilização tradicionalista-racionalista”. Isto porque ainda possuem territorialidades marcadas predominantemente por “malhas” e, com menor influência, pelos “nós” materializados nas pequenas cidades e vilarejos urbanos. Sejam nas “malhas” ou nos “nós”, nestas referências espaciais é onde se constroem os vínculos pessoais e as subjetividades, expressas numa inúmera quantidade de geossímbolos, que tornam tais espaços e paisagens seus lugares de vivência.

Em outros termos, os vínculos e o modo como se apropriam destes espaços é que dá o caráter territorial aos lugares destes migrantes. São, portanto, territórios muito marcados pela construção

de malhas, e a migração ainda adiciona um novo ingrediente, as redes. Evidentemente, trata-se de redes sociais que podem não possuir materialidade espacial, mas que, em muitos casos, possuem. Não esqueçamos que as redes migratórias possuem cadeias que são personificadas nos parentes e amigos que acolhem o migrante no seu período de adaptação. Então, as cadeias podem ser percebidas como extensões territoriais, espaços de segurança e tranquilidade em um ambiente ainda hostil. Aos poucos, a lógica territorial extensiva, proporcionada pelas “malhas”, sofre a agregação da lógica das “redes”, que possuem tanto uma dimensão técnica e material (como é o caso das redes de circulação) como uma dimensão subjetiva e pessoal (os novos caminhos e trajetos, as “coisas” que servem de referência, os tempos de percurso, os horários rígidos, etc.).

Quadro 6 - Importância Relativa das Invariantes Territoriais de Acordo com os Tipos de Civilização

Invariantes territoriais Grandes tipos de civilizações	Malhas	Nós	Redes
Civilizações tradicionais			
Civilizações tradicionalistas racionais			
Civilizações racionais			

Fonte: Raffestin (2011 *apud* Haesbaert, 2009, p. 172).

A migração, portanto, pode significar (e quase sempre significa) o embate entre territorialidades marcadas pela lógica das “malhas” e de insipientes “nós”, que predominam nas sociedades que imiscuam racionalidade e tradição (caso das localidades de onde provêm os paraibanos) com a lógica das “redes”, hegemônicas nas sociedades racionalistas que têm nas metrópoles seus lugares por excelência. Quando retorna, acaba por articular os dois espaços. Obviamente, os espaços tradicionalmente rurais modificaram-se em função do novo contexto, envolvendo o indivíduo que retorna. Este, quando retorna à zona rural, não pratica as mesmas atividades ou, se as realiza, não é da mesma forma de outrora. Ocorrem incrementos sociais, intelectuais e políticos, do mesmo modo que a articulação campo-cidade nesses lugares torna-se muito mais evidente.

[...] é como eu digo, houve o êxodo rural entendeu? Por exemplo, zona rural de São José de Piranhas, ela não está sendo mais habitada, por exemplo, nos sítios distantes. Não, tá mais aqui ao redor, como eles estão, que veio de São Paulo e está comprando alguns *pedaço* de terra fazendo chácara (Seu Ernani, vereador de São José de Piranhas, 2013).

Depois [de três anos em São Paulo] ele [o marido] veio fazer uma visita rápida em casa, aí voltou pra São Paulo... assim, pra São Paulo mesmo, Capital [...] onde ele tem uns parentes lá! E aí também, graças a Deus, não sei por que também por conta da habilidade, ele conseguiu um emprego na Coca-Cola, né? Ele dirigia o caminhão da Coca-Cola. E também como operador de máquina, empilhadeira [...] Era uma das pessoas que conseguiu fazer curso lá e aprender o ofício de manejar máquina, que outros motoristas não tinha! Então ele passou... melhorou a questão do emprego. *Aonde* ele estava tinha outras irmãs dele, inclusive até hoje eles estão lá, né? Pessoas que foram primeiro, já

têm comprado casa, então quando você tem um [imóvel] [...] Pensou na possibilidade de eu ir [estar com o marido em São Paulo] e eu disse que não ia. Então, aí, ele retornou, **depois que retornou, já ficou me auxiliando**, né? Ele disse: eu vou tentar conseguir um serviço na cidade e conciliar a moradia aqui! Porque aqui ainda era dos patrões, meus pais moravam agregados a **eles, ainda era dos patrões!** Aí quando começou mesmo a... quando ele retornou, começou a luta aqui pela reforma agrária [...] A CPT tinha... o pessoal tinha feito um acampamento numa propriedade vizinha aqui, que é do mesmo proprietário, eles não eram moradores, acho que só tinha um ou dois moradores que tinham a mesma idade nossa aqui. Aí, eles vieram aqui fazer uma reunião. **Na minha concepção, então até por assistir televisão, ter morado fora e ver o contexto do sem-terra, pra o povo, era a questão de tomar o que não lhe pertencia, então eu era uma das pessoas que era radicalmente contra**, tanto que eles utilizavam o espaço pra fazer reuniões, consultavam a comunidade, todo mundo que está já morava aqui, acho que tem uma ou duas famílias que substituíram vagas depois, mas são parentes. Não são pessoas distantes que vieram de outras cidades, de outros municípios (Dona Nair, Cajazeiras, 2014).

A fala de Dona Nair sobre a tensão presente na luta pela terra, portanto, evidencia um vínculo com o lugar, que, por sua vez, é indutor da fixação. A dimensão política do migrante ganha robustez, podendo se desdobrar numa consciência renovada ou, como no caso de Dona Nair e Seu Gilvan, em luta, seja no lugar de imigração, seja no lugar de retorno. Esse incremento de capital pessoal que a imigração promove é de valor imensurável.

O migrante, como sujeito desse processo e articulador de experiências e lógicas rurais e urbanas, está no cerne da construção de

outra rede, uma rede migratória marcada não pela desterritorialização e reterritorialização, fenômenos geograficamente associados a dois pontos fixos no espaço, separados por alguma distância no tempo. Igualmente, o retorno também não é, hoje, meramente uma adição a esta simples equação, como mais um ponto espacial (o ponto de origem) mais distante no tempo (como no excerto acima de Hêlio Moura), mas, antes, caracteriza-se como um processo circular de migrações múltiplas (Martine, 1980), migrações temporárias (Dornelas, 1995; Menezes, 1985) ou da circularidade (Fazito, 2010).

Nesse sentido, é coerente avaliar a migração de paraibanos, seja para o lugar de destino/acolhimento/chegada, seja na volta ao lugar de retorno, como inscrito numa condição de circularidade, se não efetiva, ao menos potencial. Isto porque, conforme nos alerta Martine, para um julgamento fidedigno acerca do significado das migrações, seriam necessários “estudos longitudinais que traçassem os perfis de grupos comparáveis de migrantes e naturais em momentos distintos” (Martine, 1980, p. 955), ao menos em dois momentos no tempo. É o mesmo que dizer que se necessita avaliar caso a caso, em largo período de tempo, para ter precisão se a migração é definitiva ou não. Algo inviável em se tratando de estudos populacionais.

A primeira vez que migrou para o Estado de São Paulo) foi cortar cana lá em Jaú [...] em 67 [...] Tinha duas meninas, as mais velhas [...] Nós viemos morar lá [...] Aí voltamos pro Norte, aí viemos de novo, aí ficamos morando de Juiz da Serra. Aí fomos embora pra lá, depois vir pra cá eu digo: olha chega! Deus me defenda! Eu não *está* andando pra lá e volta, vamos parar com isso. Aí paramos [...] você disse: Oh, você quer ir, vá... mas eu não vou, não. Estou cansada. Só andando pro Norte gastando, trabalhava aqui, ia embora pra lá [...] Se trabalhava um ano, voltava pra cá, né? Não! Eu disse não. Vamos ficar por aqui! Agora estamos por aqui (Dona Jacira, Piracicaba, 2015).

A circularidade engendrada por Dona Jacira, Seu Francival e sua família pelo interior de São Paulo e sertão da Paraíba expressa muito mais que a vontade de achar um lugar para manter a família. Há razões mais profundas que tangenciam até a psique, mas naquilo que é possível se observar aqui, nota-se que a construção destes indivíduos como sujeitos ultrapassou em muito a esfera funcional, que, no caso do Seu Francival, já estava suprida, uma vez que era destacado funcionário de usinas, sendo autodidata no aprendizado da pilotagem de tratores específicos. Sua relação pessoal com donos de usinas lhe permitia manter a circularidade, tentando encontrar satisfação plena ora no lugar de imigração, ora no lugar de retorno. Até que sua esposa, Dona Jacira, deu a palavra final, como sugere seu relato acima.

É plausível, portanto, que as metodologias tradicionais de avaliação e análise das migrações não sejam suficientes. Algo que, como vimos, George Martine aponta. Ao questionar o uso de metodologias para se chegar a um significado das migrações nos censos até 1970, Martine aborda os conceitos de “migrante” e “não migrante”, e afirma que as divergências conceituais e metodológicas tem provocado resultados divergentes. Em relação ao conceito de “migrante” e “não migrante”, há muitas discrepâncias. Em alguns, a população “migrante” é a que possui 10 anos ou menos de residência no local observado. Logo, todos os não naturais, com mais de 10 anos de residência, não são considerados migrantes e são postos no grupo dos naturais. Isto provoca significativas diferenças nos resultados de pesquisas. Mas destas divergências, o mais relevante para o presente trabalho é a possibilidade de mudança do conceito de “migrante” e “não migrante”. O autor admite que à medida que a escala de análise é ampliada, o conceito de não migrante (percebido como um conceito de âmbito econômico) também sofre modificações, agregando ao indivíduo as características médias das áreas observadas, o que é por ele chamado de “falácia ecológica” (Martine, 1980, p. 957-958).

O autor aborda a questão desde uma perspectiva demográfica e realiza uma crítica à multiplicidade de padrões de análise do Censo de 1970. No entanto, a apresentação da definição dos conceitos de “migrante” e “não migrante” oferece uma pista para se pensar o renitente problema da definição de um migrante a partir do *tempo* de estada no lugar, seja no de acolhida ou no de retorno, partindo de um ponto de vista estritamente geográfico.

Conforme defendemos anteriormente, o lugar é fruto dos processos de enunciação (Serpa, 2011), ação realizada pelos seus sujeitos e dialeticamente constituinte deles. Este atributo dos lugares só é verificável na medida em que, transcorrido o tempo, as paisagens e os sujeitos dos lugares vão se transformando por iniciativa dos sujeitos, incentivados por diversos motivos. O fato é que, enquanto o espaço para os autóctones é um lugar, para os migrantes, na ocasião de sua chegada, aquele espaço não é seu lugar. Sayad (2000) mostra isto com precisão, por isso o ideal do retorno é necessário à manutenção da migração. Entretanto ocorre que, passado algum tempo, a manifestação das territorialidades em choque pode se desdobrar pragmaticamente em duas possibilidades: os conflitos, em termos pessoais, não serem resolvidos e redundarem num retorno; ou, uma vez que se atinjam os objetivos esperados e a reterritorialização se processe de maneira menos conflitiva, haja a inserção dos indivíduos na sociedade de chegada.

O tempo de estada que define esta inserção é totalmente variável e relativo, há indivíduos e famílias que jamais se inserem no lugar de chegada, outros levam muitos anos, mas em algum momento assumem este nível de vinculação a este lugar. Outros, ainda, permanecem por causa de alguns membros da família, até que um dia, em função de uma dada circunstância, decidem pelo retorno. Amiúde, há uma dinâmica temporal muito profunda (pois lida com situações subjetivas), que é cronologicamente incomensurável, algo não passível de generalização (como nos mostram os

cinco relatos que Goettert [2009] apresenta), mas que define uma nova iniciativa de mobilidade e determina o aporte geográfico do retornado no seu lugar de retorno, ou não!

Por outro lado, o mesmo processo se dá com muitos retornados. Em diversos casos, o retorno é o maior promotor de transterritorialidades, lançando com maior força os sujeitos migrantes em situações de grande tensão e conflitos. O período no lugar de imigração pode ter provocado tantas mudanças na cosmovisão do sujeito, impedindo-o de se manter no lugar de retorno e levando-o a nova migração, ou não!

O que a afirmação negativa no fim da sentença quer informar? Que há situações difíceis, muito comuns aos *outsiders*, as quais alguns sujeitos migrantes, por diversos motivos, não experimentam. Preconceitos, violências, desemprego ou subempregos, moradia precária em locais de obsolescência ou nas “franjas metropolitanas”, etc., são experiências frequentes nos relatos dos migrantes. Muitas vezes, tais situações ocorrem em conjunto; em outras, há a sucessão de maneira que impulsionam o indivíduo ao retorno. Há, por sua vez, fatos semelhantes ocorrendo, em dadas situações, nos lugares de retorno, o que estimula o indivíduo a migrar novamente. Todavia, há migrantes e retornados que, seja no lugar de chegada/acolhida, seja no lugar de retorno, não vivem os dilemas que impulsionam muitos a uma nova mobilidade, diferenciando-se significativamente do restante do grupo.

[...] arriscaríamos dizer que onde a categoria do “retorno” parece mais caducar é quando nos referimos à experiência dos “novos migrantes” na cena internacional. Nos estudos feitos em nível internacional, onde a perspectiva do retorno tem sido enfocada com mais frequência, percebe-se que, se todo imigrante quando parte tem por objetivo um dia retornar, por outro lado, este propósito acaba sendo relativizado na medida

em que ele se instala, cria relações relativamente estáveis e constitui família no país que o “acolheu” (Dornelas, 1995, p. 6).

Estes, no que se refere à apropriação do espaço, a construção e o uso do território não se diferenciam dos sujeitos locais que nunca migraram, mantendo como único traço de identidade com os que estão na mobilidade sua trajetória, pouco alimentada pela memória do outro lugar. Aos indivíduos que vivem estas condições, propõe-se aqui nomeá-los como ex-migrantes. Recurso conceitual que o diferencia do não migrante, apontado por Martine, por não abandonar sua trajetória migratória, mas que a reconhece como circunscrita em um dado momento de sua história de vida.

Entrevistador: Nada de ir de volta pra São José?

– Não! De jeito nenhum! Ele [Seu Francival] vem e fala assim: “Vamos vender aqui pra nós ir embora pra lá?”. Eu disse: Não! Eu não deixo meus filhos, vamos ficar por aqui mesmo [...] Eles *não vai*. Nasceram aqui um bocado, **outros lá. Os que nasceram lá vieram tudo pequenininho, nem sabe lá como é, né?** [...] Casaram aqui, as mulheres *não vai*. São daqui. As meninas que casaram, os maridos *era* daqui, acham que ele vão morar lá? *Não vai* [...] Tudo Paulista. Eles [...] *fica* por aqui (Dona Jacira, Piracicaba, 2015).

Há migrantes então que, ao concluírem o movimento de partida ou retorno, retomam suas rotinas pretéritas, ou as reorganizam de tal modo que sua territorialidade se imiscua a dos autóctones nunca afetados por qualquer fenômeno de mobilidade. De sorte que, do ponto de vista geográfico, suas experiências estão tão atreladas à realidade local, sofrendo tão poucas influências do lugar de origem ou de acolhida, que exercem mínima influência em suas

vidas particulares e famílias, de tal modo que há pouca expressão da territorialidade anterior em sua territorialidade atual. Todavia, é preciso enfatizar que a indicação desta noção não significa que as situações que implicam seu uso sejam facilmente identificáveis (por isso o cuidado em circunscrevê-la à esfera geográfica). O sujeito que nomeamos por ex-migrante é o que, em determinadas situações, mesmo mantendo a memória da migração, inseriu-se de tal forma na sociedade de acolhida (ou de retorno) que suas práticas espaciais em nada se diferenciam dos autóctones não migrantes, privilegiando assim uma territorialidade, em detrimento de outra.

O grupo da minha idade, aqueles que não faleceram, que não morreram, sempre está em contato, agora, cresce muito a juventude, tem um pessoal novo que você conhece mais ninguém. Não conhece mais, aí depois você vai se enquadrando, aí esse que é seu Francinaldo? Esse aqui é Francinaldo? [...] hoje em São José de Piranhas, se você perguntar em qualquer lugar, você perguntar: Rapaz, você conhece Seu Francinaldo? Pode perguntar para um moleque de quatro anos que ele te conhece, então **você formalizou de novo o seu mundo!** O mundo de São José de Piranhas [...] Se você perguntar alguém sobre a minha pessoa, você vai escutar o que quer... É claro que nem Jesus Cristo agradou a todo mundo. Pode ter até alguém que tem [inveja] [...] (Seu Francinaldo, São José de Piranhas, 2013).

Também se consideram, neste trabalho, ex-migrantes aqueles que migraram, mas que, por escolha, ou não, tiveram suas memórias vinculadas afetuosamente ao lugar da imigração. É o caso das filhas mais jovens do Seu Gilvan, que chegaram ainda muito jovens a Campinas e, por isso, adotaram a cidade como seu lugar. Casos como o de Gilmara e Vânia mostram que lugar de nascimento não

coincide com lugar de origem, o que realça a insuficiência destes e outros termos para lidar quantitativamente com os migrantes.

Eu, particularmente, vim com 4 anos de idade, meu pai já veio pra ficar mesmo. Tinha decidido que queria ficar. As outras meninas eram mais velhas que eu, sou a caçula delas, e aí nós viemos pra cá [...] quando eles vieram pra cá, eles sempre deixaram bem claro que queriam que a gente estudasse, se conseguissem uma família tudo bem, se não iríamos de volta com ele. Então vamos procurar uma família pra gente poder ficar aqui, né? [...] Vamos dar um jeitinho então. Vamos casar pra gente não ter que voltar, pro papai ir embora pra casa. Então vamos ver se a gente consegue arrumar a vida aqui [...] Mais cômodo pra gente hoje, né? Hoje é mais cômodo (Gilmara, Campinas, 2015).

Não é que a gente não goste de lá, mas é porque a identidade, a nossa identidade está aqui! A gente tem um super orgulho enorme de ter nascido lá, de ter vindo de lá, de pessoas que batalharam muito, que eles batalharam muito [...] Sinto tanto orgulho de lá, de ter vindo de lá. Eu digo assim sofre só um pouquinho de preconceito, né? Porque aqui existe isso de verdade, né? Todo mundo sabe. Meio que... como fala? Não na cara, aberto, escancarado, mas existe. Mas bato no peito e falo: venho de lá mesmo e não tenho vergonha nenhuma [...] tenho orgulho mesmo! É que, pra morar lá, pra gente, [a gente] já se adaptou aqui, né? É, mas tem uma vidinha aqui, né? É mais complicado [...] **Eu não tenho lembrança nenhuma...** (Vânia, Campinas, 2015).

Parry Scott, como apresentado, diferencia “migrante de retorno intrarregional” de “migrante circular” e, de acordo com suas observações, o primeiro (que estaria mais próximo de nossa acep-

ção de ex-migrante) retorna com quantias financeiras maiores que o segundo, o que lhe permitiria dizer que, “para alguns, então, uma vez que consegue o ‘pé de meia’ que o migrante almejava ao sair, efetua-se a sua reintegração na comunidade de origem” (Scott, 1986, p. 690). A inferência do autor sugere que a territorialização do retornado que auferiu maior rendimento ou acumulou mais recursos no período ausente será mais enraizadora que a do migrante que não acumulou na mesma intensidade, impulsionando-o a nova migração e reforçando, para o que se fixou novamente, a perda da influência da migração em sua nova territorialização.

O privilégio de uma territorialidade mais voltada para a fixação e a pausa por parte de um ex-migrante, ainda que não seja ato deliberado, implica, por outro lado, a constatação do seu oposto, a de que há indivíduos vivendo múltiplas territorialidades, condição intrínseca aos migrantes potencializada mais recentemente pelo aumento exponencial do fluxo de migrantes pelo mundo. E não estamos fazendo referência apenas ao aumento das migrações de indivíduos distintos (fato detectável por análises de saldos migratórios), mas, sobretudo, aos movimentos realizados pelos mesmos indivíduos a lugares diferentes, sejam eles os fluxos intermitentes entre dois lugares (lugar de origem/chegada), conhecida como circularidade (Fazito, 2010); ou as migrações múltiplas, também chamadas de reemigrações (Martine, 1980).

A multiplicidade de movimentos foi abordada por George Martine (1980), considerando as observações em diversos grupos de migrantes internos no Brasil. O autor resgata uma investigação em Brasília indicando que dois terços dos migrantes entrevistados haviam feito, pelo menos, uma etapa anterior em outra localidade; e aproximadamente um quinto havia cumprido, pelo menos, três movimentos anteriores, com migrantes que chegaram a cumprir até 22 etapas anteriores a Brasília. A média foi de 3 a 4 anos de permanência em cada localidade. Destes, a migração repetida aumentava

rapidamente com a idade: 31% entre os migrantes de 25-34 anos; 51% entre os de 35-45 anos; e 65% entre os de mais de 45 anos.

A hipótese na qual o autor se baseia aponta que os baixíssimos níveis de renda auferidos por segmentos importantes da população levariam proporção significativa de migrantes a reemigrar uma ou mais vezes em busca de subsistência. Situação que não presumiria ter nas áreas metropolitanas seu destino final de uma progressão de etapas, uma vez que São Paulo ou Rio de Janeiro (no que se refere aos nordestinos) terem sido, quase sempre, etapas já vencidas no fluxo migratório (Martine, 1980, p. 964). Desta hipótese, o autor postula a seguinte tese:

[...] na medida em que se verifica que um segmento significativo da população migrante costuma fazer movimentos múltiplos e que a proporção de migrantes repetidos aumenta rapidamente com a idade, pode-se supor que a população migrante captada numa determinada localidade, em dado momento, seja no censo ou numa pesquisa direta, contenha parcela importante de pessoas que brevemente empreenderá ainda outro movimento. Ou seja, não há motivo para acreditar que o deslocamento enumerado seja o último para muitos migrantes. Pelo mesmo raciocínio, a enumeração da população migrante em qualquer momento deixará de registrar um contingente significativo que já se deslocou nas mesmas condições. Portanto, os migrantes enumerados em qualquer corte transversal constituem apenas o resíduo momentâneo, os sobreviventes de um processo contínuo (Martine, 1980, p. 964).

Pode-se sustentar, portanto, que os migrantes agem por meio de migrações múltiplas, em que uma (e não a última) de suas etapas é a metrópole. Também é plausível afirmar que o ato de migrar é mais que apenas a busca por melhores condições de subsistência,

e que este ato é constitutivo de um processo de reconhecimento e pertencimento, inclusive pautando uma identidade regional (como os nordestinos que assim se descobrem na migração). Dias (2000) constata, por exemplo, que os migrantes cabo-verdianos que retornam, fazem-no neste processo de circularidade, em nítido contraste com as ideias mais tradicionais de retorno, como o fim da migração. Nos casos por ela analisados, o retornado alcança “prestígio” na sociedade porque isto “se fundamenta exatamente no seu vínculo com o exterior” (Dias, 2000, p. 85). Se o fato se repetir como um processo também na mobilidade nordestina, é razoável crer que o retorno é, tal como afirma Fazito, um momento de fechamento da circularidade do sistema migratório, mas nunca seu encerramento.

Se nos fluxos migratórios demarcados entre dois pontos, como nas diásporas, podemos afirmar que há um nítido processo de multiterritorialidade (Haesbaert, 2004), o que diríamos, então, de um movimento contínuo? A migração múltipla certamente é tributária direta da construção de uma territorialidade múltipla numa escala nacional, construída na medida em que a rede migratória é consolidada e quando o sistema migratório se fecha no retorno. No que se refere à espacialidade dos migrantes, a construção de uma rede regional sobreposta à rede migratória parece provável. Isto porque “as classes ou camadas exploradas ou excluídas também se [organizam] territorialmente em redes ‘equipotenciais’ ou cooperativas, de solidariedade” (Haesbaert, 1997, p. 102). O mesmo autor posteriormente afirma que:

[...] quanto mais ampla e flexível a rede (ou o “território-rede”) em que estivermos inseridos, aliada à autonomia de que dispomos para a sua reconstrução, maiores as possibilidades de que diferentes territórios se tornem um trunfo ou um “recurso” na configuração de nossa multiterritorialidade (Haesbaert, 2004, p. 354).

É nítido que a construção da rede migratória se pauta numa lógica de cooperativa e solidariedade, movida prioritariamente não por uma lógica instrumental, mas regida por uma racionalidade comunicativa, que viabiliza a construção de territórios-rede, mediados pelo sistema migratório e promotores de multiterritorialidades. Mas estes territórios têm características singulares, são reticulares, não contíguos, assumem forma de rede e influenciam o modo como se constitui a população da região e, ao mesmo tempo, os discursos acerca dela.

As migrações múltiplas, associadas ao fechamento da circularidade migratória proporcionada pelo retorno, são importantes construtoras de territorialidades em rede graças à formação de territórios-rede (Haesbaert, 1997; 2004). As idas e vindas, bem como as passagens por diferentes localidades, permitem que se configure uma rede de parentescos, amizades, contatos variados, a qual estabelece a territorialidade em rede.

Por exemplo, a vida de Paula e seu marido reflete a construção de uma multiterritorialidade pautada num território circulatório e configurado numa rede de relações, nos termos que apresentamos. Isto contribui para a formação de um “sistema de migração” (Fazito, 2010), que, em última análise, constrói a rede regional nordestina no Sudeste.

[Eu sou] nascida e criada aqui em Patos, como aquela velha história, todo imigrante sempre tem alguém lá fora que busca a gente aqui [...] Era de 17 pra 18 anos, por aí, que era até de menor, entrando na fase de querer ser independente. Minha mãe não queria, minha família sempre *moraram* lá, minhas tias, irmã... Minha mãe não queria que a gente fosse, mas eu sempre fui, como diz no popular aqui, bem danada... Eu sempre fui de aventura, de buscar outros caminhos, eu sempre fui uma pessoa muito esforçada [...] Minha irmã, a Solange [...], ela já morava lá, aí eu fui pra lá vi-

sitar meus tios em São Paulo e, de lá, eu fui pra casa dela também [...] Em São Paulo, em Francisco Morato, foi *aonde* eu fui pra visitar minha tia. Fui pra Francisco Morato, fiquei lá um mês, dois meses. De Francisco Morato, em São Paulo, eu fui pra o Espírito Santo, em Vitória, que é onde essa minha irmã morava, a gente vive imigrando [...] O bairro era Praia da Costa lá [...] [comecei a trabalhar em Vitória] no ramo de restaurante, que naquela época era uma franquia muito conhecida, que era o *CHINA IN BOX*. A vida [...] toda vida, só que, porém, como é franquia a gente [ela e o marido] ia de um estado pro outro, mas toda vida foi com eles, o mesmo proprietário a vida inteira [...] Só que, assim, eram três sócios, como era uma franquia, abria loja em São Paulo, a gente ia pra São Paulo, como a gente foi crescendo na empresa, a gente foi ganhando destaque [...] A gente foi abrir, eu e ele [...], a gente não tinha casado não, nem *tava* namorando ainda. Aí foi pra Mogi das Cruzes; aí em Mogi das Cruzes, foi abrir a loja e a gente foi ficar treinando, ficar tipo seis meses a um ano só [...] e voltar pra Vitória, essas coisas... Aí você acaba se acostumando, aí foi, abriu a loja, inaugurou e foi ficando, aí ficamos lá, casamos em Mogi das Cruzes [...] Em Mogi, a gente ficou de dois a três anos, de lá [...] a gente ainda foi pra Campinas inaugurar lá uma outra loja [...] Morei, mais ou menos, uns oito meses, por aí [...] Que ia abrir, você ia pro treinamento e você ficava um tempo, aí a gente ficou mais ou menos esse tempo, voltamos pra São José dos Campos pra abrir a loja. A gente ia, ficava esse tempo, só que São José era pertinho [...] [A gente] ficou em Campinas, a gente morou lá um tempo [...] Meu outro irmão morava e a gente sempre ia ao Jardim Ângela [...] **E conhecia várias outras [cidades de São Paulo], que a gente tem é muitos parentes lá [...]** depois a gente voltou pra Vitória [...] de novo. A gente voltou pra Vitória e casou em 2000 [...] Aí, nisso a gente *tava* em Mogi das

Cruzes, casamos lá, né? Depois de algum tempo, eu acho que dois anos, a gente voltou pra o Espírito Santo de novo [...] É, 2000, e voltamos pra Vitória. Deve ter ficado mais uns dois anos em Mogi de novo e voltamos pra Vitória, foi *aonde* minha filha nasceu, que foi em 2003[...] de Vitória, *voltemos* pra Mogi a segunda vez; aí de Mogi, o outro sócio começou a expandir pra BH, Belo Horizonte, né? Aí, Belo Horizonte abriu outra loja lá, aí a gente foi pra lá de novo [...] Eu fiquei ainda duas vezes em BH, fui pra BH, abriu uma loja, inaugurou, fiquei um tempo lá, eu vim aqui pro Nordeste. Isso, nesse tempo, eu sempre vinha pra cá, vinha, passeava. Aí, a gente voltou de BH, tentou abrir um comércio aqui [...] (Paula, Patos/PB, 2014).

As muitas idas e vindas, seguindo a lógica reticular da empresa, justapôs uma rede sobre a outra, construindo o território circulatório do casal sobre a rede da empresa em expansão. Ao mesmo tempo, este casal serve como elo da cadeia migratória para outros membros da família, ao mesmo tempo em que se serve da rede de parentesco dispersa pelo território e que serve de apoio. Seu retorno a Patos e a inauguração de um restaurante de comidas orientais fecham a circularidade e o sistema de migração, mas não o finalizam. Fazito (2010, p. 97) afirma, então, que um sistema de migração se define:

Pela associação e sobreposição de diferentes “redes migratórias”: especificamente, “redes de fluxos” e “redes sociais”. Enquanto a rede de fluxos representa a estrutura topológica bruta e abstrata de um sistema, a rede social representa a topologia sensível e correspondente ao contexto histórico-social do qual faz parte.

Em nosso ver, há uma associação possível entre o que o autor chama de “rede de fluxos” (topológica bruta e abstrata de um siste-

ma) e “redes sociais” (tipologia sensível) com a construção de uma rede regional nordestina no Sudeste, em especial no estado de São Paulo. Resultante que é do fluxo intermitente entre este estado e praticamente todos os estados nordestinos, sendo São Paulo (inclusive sua metrópole principal) apenas mais um destino. E no que tange aos paraibanos, isto se torna ainda mais evidente, conforme os trabalhos de Menezes (1985, 2002) constataam.

Ao tratarmos a mobilidade transrregional dos nordestinos como uma espécie de teia de símbolos e significados, formando uma rede regional, alinhamo-nos a Rogério Haesbaert, que define do seguinte modo:

[...] o que chamamos aqui de *rede regional* é uma rede que geralmente (e não de maneira exclusiva) proporciona solidariedade ao grupo social a que se refere, tentando reterritorializá-lo dentro do movimento (ou “rede”) desterritorializador em que, como migrante e dentro de uma modernização capitalista arrasadora, o grupo ou classe social está inserido (1997, p. 245).

A rede regional nordestina, em detalhe, a paraibana, envolve os “nós” e as “linhas” dos territórios reticulares, que expressam geograficamente o circuito (o trajeto propriamente dito), as casas e abrigos no lugar de chegada, os pêndulos para as atividades remuneradas nos locais de chegada, a residência no lugar de retorno, os locais de diversão e lazer, além de todos os outros “pontos” espacialmente identificáveis (ainda que subjetivamente) que sirvam à construção daquela territorialidade.

Bourdieu (1998, p. 11-12) compara o imigrante a um “atopos, um deslocado, inclassificável”, porque está numa posição em que não é nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, “o ‘imigrante’ situa-se nesse lugar ‘bastardo’ de que Platão também fala, a fronteira entre

o ser e o não ser social. Deslocado, no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita embaraço”.

Esta mesma situação de liminaridade entre o ser e o não ser social contribui para o reconhecimento tácito dos poderes condicionadores e de modos de operar diante deles. A rede regional é um *modus operandi* de operar frente aos poderes simbólicos, ora para confrontá-los, ora para reafirmá-los.

É justamente esta situação média de mal-estar permanente do migrante quando chega que propicia a articulação de redes de uma maneira tal que o território migrante aparece assim numa forma híbrida, promotora de multiterritorialidades e, no caso dos paraibanos e demais nordestinos, fundadora de uma rede regional. Rede esta fundamental na manutenção dos aspectos mais subjetivos e imateriais da territorialidade, mas também fundamental na conservação funcional/objetiva de laços, com expressão material no território. Convém lembrar que os encontros de territorialidades, como dito anteriormente, são eivados de choques e conflitos, promotores, portanto, de transterritorialidades. É a rede regional que serve de elemento estruturante geográfico para a permanência do fluxo migratório mediante tais conflitos, não raras vezes traumáticos.

Segundo Haesbaert (1997, p. 244, grifo do autor), a rede regional é um “*híbrido* entre a territorialidade mais tradicional ou orgânica, num sentido amplo, e as redes funcionais do atual período técnico-científico”. Os elos entre as regiões de origem e destino parecem encorpar o argumento que apresenta a identidade territorial como espaço de referência identitária. Como é, muitas vezes, entre os migrantes que se torna mais viva a ligação entre as localidades e suas regiões (Nordeste e Sudeste), a “identidade nordestina” ascende como elo simbólico, reforçado pelas “atualizações” do lugar de origem e do lugar de destino. Neste caso, a identidade com a região preconiza as identidades mais locais (por exemplo, a paraibana).

Em diversos relatos, os migrantes se autointitulam nordestinos e constataam a “ajuda” dada por diversos “conterrâneos” de outros estados da região, como se se descobrissem “nordestinos” na migração, como uma espécie de “estigma” atribuído pelos não migrantes (Póvoa Neto, 1994). Nos casos que analisamos, destacou-se a figura do “Seu Zé Brasileiro”, um notório pernambucano já falecido que acolheu diversos paraibanos em São Caetano do Sul, pois se identificava com o flagelo de alguns migrantes.

É importante frisar que, além do vínculo identitário forjado nos aspectos funcionais, como residências e trabalhos, outros elementos figuram na construção da rede regional. Logo, as pautas políticas não ficam de fora. Uma vez que personificam agendas funcionais e simbólicas, candidatos sempre são ícones da identidade de qualquer segmento social e, no caso dos migrantes, isso não seria diferente. Muitos casos de demora na mudança do domicílio eleitoral revelam a dificuldade em se dissociar das disputas políticas dos lugares de origem, ao passo que a mudança do domicílio não necessariamente significa uma “ruptura” com o lugar de origem, mas pode tornar este uma “extensão”. Casos de cearenses que investigamos (Romeu de Souza, 2006) mostram a importância da migração para influenciar eleições nos lugares de origem. Há também relatos que dão conta de localidades que concentram migrantes nordestinos no Sudeste e que servem, há muito tempo, para influenciar o voto nos lugares de origem, ao ponto de candidatos no Ceará fazerem campanha e eventos publicitários em Bernardo do Campo (Clementino; Menezes, 2013). Também há os casos em que se pode dizer que o voto em determinado candidato se deve à conveniência das demandas individuais dos migrantes, associadas às demandas comuns ao conjunto dos migrantes, como no caso relatado por Seu Lucas:

[...] aqueles homens, dia de domingo, encostavam na Vila São José. Quem lotava aqueles ônibus pra ir lá pro Morumbi era eu, *bora*, vamos, vamos!

Aí sempre eu falava, “**o primeiro vereador que for candidato a vereador aqui da minha São José (de Piranhas) que passar aqui, nós vamos eleger ele**”. Primeiro que passou, 3 horas da manhã, quando nós chegamos da Volks, nós víamos Devanir batendo no “zabombo”. Naquela época já falava no Zé França Dias que dava maconha, né?! Eu disse: “Pronto, primeiro maconheiro”, eu disse: “Tu escolheu logo maconheiro, Devanir Moraes?”. Mas aí a gente fez uma reunião com todo mundo na Vila São José e foi, lá no outro dia, chegou aquele professor Alfredo Vargas, né?! Que mora na Vila São José, Alfredo, n’era? Eu disse: “Mas rapaz, você chegou tarde nós, já conhecemos o Devanir”. **Lá, a gente eleger o Devanir, pela primeira vez**, aí quando foi [...] quando veio o segundo mandato, eu já tinha, quando veio o segundo mandato e Carlinhos Lira, como praticamente filho da terra, né? **Mas não fazia parte do PT**. Aí, lá vem o segundo mandato, eu conheci o médico do atestado, doutor Celso Mazan, até aí (rsrsrs) **eu já tinha dado uma filha pra ele ser o padrinho**, ele era médico e dava plantão no hospital de São Caetano, doutor Celso Mazan. Eu digo: “**Vamos mudar [...] o quadro aqui, vamos eleger o Mazan aqui, que é o médico do atestado [...] Quando o caba tava indisposto pra ir trabalhar, ia lá e ele dava o atestado [...] Tô meio doente, não tô com vontade de trabalhar hoje...**” (Seu Lucas, São José de Piranhas, 2013).

As situações cotidianas propiciam oportunidades que (re) constroem/(re)configuram os indivíduos em todas as suas dimensões, erigindo enredos especializados e tramando geografias diversas. E é nesta trama geográfica migrante que se dá a formação da rede regional como base material/subjetiva da territorialidade, que aparece a ação destes sujeitos, não menos geográfica. Pelo contrário, dando conteúdo à materialidade espacial, tornando, assim,

a mobilidade nordestina um fato geográfico. Todavia, para que essa ação tenha expressão social e rebatimentos geográficos, precisa ser performática. O migrante precisa atuar de modo a se manter na sua produção espacial no lugar de chegada, ou de retorno, sob pena de por em risco a manutenção de sua existência e de sua família. A condição de liminaridade do migrante, apontada acima, implica a operacionalidade do poder do migrante frente aos que ele entra em choque ou acomodação. O poder simbólico a que estão submetidos os migrantes envolve a disputa por representações da sua região e influencia a manutenção da rede migratória.

A construção da região, mais que uma definição arbitrária dos burocratas estatais, pauta e é pautada pelas representações vitoriosas nas lutas pelo monopólio do discurso entre os que a *regem*³⁰ de dentro e de fora dela e entre seus “representados”.

As lutas a respeito da identidade [...] regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas e emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do

grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo [...] (Bourdieu, 2005, p. 113, grifos no original).

Os migrantes são importantes agentes que tributam na disputa pelas imagens-símbolos da região Nordeste porque, durante a migração, transformam seus capitais diversos em capital simbólico por meio de uma *eufemização* das relações de força, criando e recriando metonímias geográficas (Maciel, 2004), “fazendo ignorar-conhecer a violência que [as relações de força] encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (Bourdieu, 2005, p. 15). A visibilidade da região também é construída em função do que é dito dela, e os discursos dos migrantes que envolvem suas palavras e ações contribuem para a construção das dizibilidades em torno do Nordeste. Portanto, a representação que se faz da região, a criação de metonímias geográficas, é resultado de sua construção simbólica, algo em que os migrantes têm parte.

Na acepção de Haesbaert (1997), a região, como um território de escala intranacional organizado frente ao Estado, é base de uma identidade cultural e de uma representação política relativamente autônoma, que reivindica determinados interesses para seus grupos hegemônicos ou blocos regionais. Entretanto, por ser a região um território contíguo, ao menos alguns de seus pressupostos – aqui destacamos a identidade cultural que lhe é atribuída – se reproduzem de modo fragmentado no espaço, configurando assim:

[...] uma *rede regional* que, se pode prescindir de um território unificado, acaba construindo “territórios locais” (e não “regionais” no sentido mais estrito) articulados entre si ao mesmo tempo que se imbricam de modo complexo com outras for-

30. “*Regere fines*, o acto que consiste em ‘traçar as fronteiras em linhas rectas’, em separar ‘o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro’, é um acto *religioso* realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado da *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar o ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado. A *regio* e as suas fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz *fines*), em impor uma definição (outro sentido de *finis*) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio da divisão legítima do mundo social (Bourdieu, 2005, p. 114, grifos no original).

mas/processos de estruturação do espaço e/ou de uma identidade territorial-regional, capaz de projetar-se muito além de sua territorialidade de origem (Haesbaert, 1997, p. 248, grifo do autor).

Na direção proposta pelo autor, entendemos que o migrante nordestino, em especial o paraibano, seja no lugar de acolhida, seja no lugar de retorno, na sua primeira migração, ou durante as várias idas e vindas para uma ou múltiplas localidades, contribui para a construção de uma imagem para si e para os não migrantes que é resultante da combinação de sua memória com os contextos dos lugares em que se territorializou, associada às suas múltiplas respostas às realidades, aos conflitos e desafios pelos quais passou. Tudo isso contribui para a construção de uma performance diretamente vinculada ao processo de circularidade que é mediado pela rede regional nordestina.

A Performance Migratória

A rede regional espacializa o fluxo migratório ao passo que estabelece situações que obrigam o migrante a executar performances. Fazito afirma que o migrante “manipula simbolicamente suas próprias experiências cotidianas ao criar suas ilusões sobre o retorno às origens buscando, assim, justificar sua situação muitas vezes incômoda de deslocado e inclassificável” (Fazito, 2010, p. 91), numa espécie de dissimulação. Citando Bourdieu e Wacquant, o autor afirma que a dissimulação não é ato planejado e pretendido (embora algumas vezes consciente). Depende das relações entre as trajetórias individuais na migração, levando o migrante a acordar tacitamente, diante da sua realidade objetiva, com intuições, aprendizados, racionalizações, que terminam por configurar seu *habitus*, que é permanentemente renovado e instalado em seu corpo.

O processo de dissimulação passa pela ideia de que o migrante faz dele mesmo, segundo a qual ele é plenamente autônomo em relação aos outros, livre para escolher seu destino e suas justificativas para se ausentar do lugar de origem, ou para retornar. Sayad constatou isto talvez por experimentar, ele próprio, a identidade migrante:

Percebemos assim como, usando os recursos do aparelho tradicional, o informante [migrante] produz o próprio modelo do mecanismo segundo o qual se reproduz a emigração e no qual a experiência alienada e mistificada da emigração preenche uma função essencial. *O desconhecimento coletivo da verdade objetiva da emigração* que todo o grupo se esforça por manter (os emigrantes que selecionam as informações que trazem quando passam algum tempo na terra; os antigos emigrantes que “encantam” as lembranças que guardaram da França; os candidatos à emigração que projetam sobre a França suas aspirações mais irrealistas etc.) constitui a mediação necessária através da qual se pode exercer a necessidade econômica (1998, p. 44, grifo nosso).

O mecanismo da dissimulação é uma estratégia que permite a manutenção do fluxo, alimentando as cadeias migratórias e viabilizando a efetivação de novas territorialidades, tanto no lugar de chegada como no lugar de retorno, enfim, no interior do que Tarrius chamou de *território circulatório*. Mas para dar efeito às multiterritorialidades migrantes, a dissimulação ergue-se em ato performático. A performance parece ser a “*arte dos fracos*” executada pelos migrantes, da qual Certeau (1994) fala e sob a qual parece se desenvolver a espacialidade migrante. Ela emerge dos extremos processos de marginalização, aos quais a maior parte dos migrantes tem sido submetida. Logo a performance assume caráter múltiplo enquanto estratégia, podendo muito em seus efei-

tos, e o caráter transgressor ascende como um dos principais a serem articulados. Como exemplo, podemos lembrar a citação de Seu Lucas no item anterior, quando menciona a relação de interesse mútuo com o “médico do atestado”, transgredindo as regras da empresa e auferindo um descanso a mais. Uma verdadeira performance que se torna uma “arma” em favor de condições menos degradantes de trabalho.

“Performance”, segundo o *Dicionário Houaiss*, é um anglicismo derivado do verbo *to perform*, que tem o mesmo sentido de “‘alcançar, executar’ e este, do francês antigo *perfourmer*”, que significa “‘cumprir, acabar, concluir’”, e do francês atual *former*, que é o mesmo que “‘formar, dar forma a, criar” (Houaiss, 2001, p. 2187). Todavia, há de se concordar que sua origem deriva da junção do prefixo latino *per* e a palavra *formare*, que juntas podem significar, entre outras acepções, realizar, completar, executar ou efetivar. Também é usada no contexto de exposições em público, ou quando alguém desempenha algum papel no âmbito artístico, como um ator, por exemplo. O migrante parece assumir uma posição performática quando realiza a manutenção da rede migratória e a espacializa numa rede regional, que colabora para a manutenção de suas atividades econômicas e renova a identidade no lugar de chegada.

A performance evoca o sentido de devir, proposto por Deleuze e Guattari (1995), uma vez que o migrante se reinventa nas suas múltiplas territorialidades e no trânsito entre elas, tal como os autores demonstram nas múltiplas tramas da vida, apresentando o exemplo da orquídea e da vespa, compondo o que chamaram de “devir-vespa” (p. 16). O planeta, em seu sentido mais amplo, opera múltiplas e infinitas desreterritorializações, sinalizando devires que se manifestam nas diversas relações entre os organismos no planeta. Da mesma forma, opera o migrante que, nas suas múltiplas relações espaciais, realiza performances de maneira a inserir-se no mundo dos “estabelecidos”. A performance evoca as possibilidades

abertas inscritas corporalmente no migrante. A territorialidade migrante tem na performance seu instrumento constituinte, pois seu corpo, como primeiro território, inscreve o migrante na condição primeira do diferente, territorialmente diferente, porque seu corpo assim anuncia. O corpo do migrante, seu primeiro território, o denuncia na diferença e o conduz à elaboração de devires, visto estar carregado de significados. O corpo do migrante é por si, ele próprio, uma miríade de geossímbolos, evocados segundo os devires, construtores de destinos os mais variados.

Ao lançar uma pedrinha no lago, você pode ver formarem-se círculos concêntricos, que se espalham na superfície da água. Imagine que cada círculo possa representar um período de sua vida, portanto vinculado ao arco descrito pela pedrinha no ar, à força do arremesso. Quer saber o que se entende por destino? É algo assim como a linha imaginária traçada pela pedra no espaço. **Destino é o imaginário de um lance, de uma força de partida que, embora possa ser alterado, tende a absorver a gente para o interior daqueles círculos concêntricos [...]** (Sodré, 2002, p. 92, grifo nosso).

O devir rompe a “lisura” das identidades, uma vez que aponta destinos (no plural) possíveis, rompendo com os limites das identidades “fixas” dos migrantes: seja o paraibano, o nordestino, o caririense, o sertanejo, etc. Postulamos que é a performance migratória que permite a articulação do corpo como território construtor de territorialidades e que rompe com as identidades impostas. De tal forma, torna-se impossível uma generalização totalizante dos impulsos que levam o migrante a definir seu destino no lugar de imigração ou no lugar de retorno.

Nesse sentido, a performance permite a construção de um rizoma (nos termos de Deleuze e Guattari), que, na aplicação ao caso dos migrantes, mostra-se na forma da rede migratória. É o

posicionamento nesta rede que dá ao indivíduo a possibilidade de um agenciamento que, segundo os autores:

[...] é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas [...] A noção de unidade aparece unicamente quando se produz numa multiplicidade uma tomada de poder pelo significante ou um processo correspondente de subjetivação [...] A unidade sempre opera no seio de uma dimensão vazia suplementar àquela do sistema considerado (sobrecodificação). Mas acontece, justamente, que um rizoma, ou multiplicidade, não se deixa sobrecodificar [...] As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização, segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras [...] (Deleuze; Guattari, 1995, p. 16-17).

Creemos que, ao encarar seu devir, o sujeito migrante muda de natureza e passa a conjuntamente edificar a rede em que já está inserido. É, portanto, parte do rizoma e da performance é o que permite experimentar as multiplicidades às quais os autores acima fazem referência. Entre elas, destacamos a desterritorialização (principalmente geográfica, no caso em questão), que muda o migrante. A mudança que vive o migrante é resultado de “viver no limite”, no limiar de um tempo, que só é definido “como contração de territorialidades passadas e expansão rumo a territórios de um futuro aberto” (Haesbaert, 2013, p. 81). A performance migratória, então, refere-se a processos abertos de desreterritorialização, aos quais o migrante está submetido, a saber: as multi/trans territorialidades porque passou, passa e passará, tornando-se, portanto,

artefato e artífice dos territórios por ele atravessados, vivenciados, negados e construídos.

Martine (1980) questiona se o migrante se mantém no lugar de imigração por que progressivamente se adaptou ou por que é mais resistente, portanto, mais forte. Em seu entendimento, a saída deste seria, na verdade, por conta da expulsão (chamada pelo autor de “evasão”) do mercado de trabalho, obrigando-o a “reemigrar”. A permanência de migrantes nos lugares de chegada seria resultado de uma seleção praticada pelo mesmo mercado, tese que parece ser endossada por Scott (1986). Este autor, ao afirmar que o migrante mesmo retornando a um local considerado “refugio” do ponto de vista econômico não se reduz a isso, autoriza-nos a considerar que o retorno também envolve estratégias que, em nosso entendimento, são performáticas.

Mas será que o migrante de retorno, uma vez na sua terra novamente, continua sendo “refugio” do ponto de vista da economia local ou das unidades domésticas receptoras? Casos específicos levam a conclusões diferentes. Enquanto haja acidentados, doentes velhos e inválidos nos fluxos de retorno, é improvável que se integrem favoravelmente na economia local. A terra de origem se torna um depósito de “refugio” da economia das regiões dominantes, e as famílias assumem os custos envolvidos no sustento destas pessoas. Porém, mesmo sendo uma minoria, há quem volta com o “pé de meia” feito. Também, quem volta desiludido com a terra prometida não precisa estar indisposto a procurar os meios de se sustentar na volta. Inclusive, frequentemente o próprio grupo doméstico de origem incentiva uma volta. Visando ao incremento do potencial “produtivo” do grupo na hora “de precisão”. Ter passado uma temporada fora pode ainda lhe proporcionar privilégios no mercado de trabalho local, como mais velho, experiente e conhecedor de ritmos de trabalho mais acelerados. Ou seja, ser

“refugio” da economia na região de destino inicial não implica, necessariamente, que o migrante sê-lo -á na sua terra ao retornar (Scott, 1986, p. 688).

O lugar de origem, que, do ponto de vista econômico e para o senso comum nos lugares tradicionais de imigração, não é mais que “refugio” da economia moderna/neoliberal das metrópoles, assume no retorno o caráter de *locus privilegiado*, pois é nele que se dará a reprodução da vida, tanto para o que retorna economicamente *bem-sucedido* quanto para o que retorna com poucas alternativas econômicas. O lugar “desprezado” pela lógica instrumental da economia moderna não tem para o migrante este caráter. Neste lugar, no seu lugar, residem as experiências, as memórias e a segurança. Além disso, a esperança, ainda que seja a que se propõe a alimentar a nova migração, preside os sentimentos constitutivos do lugar de retorno, negando o caráter refugador que a hegemônica ordem econômica insiste em atribuir aos lugares de origem destes migrantes.

Por isso, a performance do migrante não se restringe ao lugar de chegada. No retorno, o migrante precisa ser performático, pois precisa se moldar aos novos processos sociais, políticos e econômicos, ao passo que estabelece, na trama das novas e antigas relações, o que deve, ou não, ser transformado, negado, reforçado e posto em contraste.

Do nosso ponto de visto, o que dá origem à realização de performances migratórias por parte do retornado, ou de quem está migrando em múltiplas etapas, é o que Juliana Dias nomeou por *tipificação*. Segundo a autora, a descontinuidade temporal entre os que ficam e os que partem promove um distanciamento que altera o grau de intimidade, “isto é, o grau de conhecimento seguro sobre a outra pessoa” (Dias, 2000, p. 68). Para o que partiu, a experiência anterior transformou-se em memória; e para quem ficou, as experiências do migrante que ora retorna não são acessíveis e passam, portanto, a ser tipificadas.

Se ampliarmos esta noção para as vivências especializadas, notaremos que se alteram, por parte de quem esteve fora, os geossímbolos do lugar: é a estrada que foi asfaltada, é a casa da esquina que foi demolida, a árvore cortada que delimitava o cercado... Os marcos simbólicos dos caminhos, das veredas, das estradas, dos bairros e municípios vão sendo modificados no período de ausência, de modo que o reconhecimento do lugar de origem restrito à memória vai sendo substituído por novas imagens, novos referenciais e novas relações. De igual modo, a tipificação do não migrante, ou do ex-migrante, é realizada, pois há estranhamentos aos comportamentos socioespaciais do recém-chegado. É um inequívoco confronto de expectativas daqueles que partiram e daqueles que ficaram.

A tipificação, dos dois lados, é a condição que permite a interação entre as duas partes nestas circunstâncias. Porém, ela também significa a impossibilidade do restabelecimento da vida no lar, o que implicaria a existência de um relacionamento primário onde os participantes vivenciam um ao outro como personalidades únicas em presente vivido (Dias, 2000, p. 69).

A performance migratória envolve este processo bilateral de tipificação e suas ações especializadas, do que se depreende que todo o processo de territorialização do migrante, seja ela no que alguns chamariam de desterritorialização, seja na concomitante reterritorialização, é mediado por performances que, se deixam de ser visíveis por qualquer motivo, não deixam de existir, realizando-se tacitamente e dando lugar a territorialidades híbridas, mesclas das múltiplas vivências territoriais dos migrantes.

Jones Goettert (2009), em cinco relatos de migrantes, demonstra como a performance se realiza. Partindo de uma série de questionamentos ao fim de cada relato, induz à reflexão quanto às práticas dos migrantes e seus desafios. Ao sugerir que a condição do migran-

te é antes uma condição de transitividade, que mescla pertencimento e distanciamento tanto do lugar de origem quanto do lugar de destino, numa permanente tensão (Hall, 2003, p. 59), possibilita a consideração de que, na migração, a *posição de sujeito* é performática, e é assim porque é essencialmente espacializada, pragmaticamente delimitada em um período e realizada em um lugar.

[...] na condição de transitividade migratória, o “trânsito” físico é apenas um dos momentos do movimento, implicando, também, um “trânsito” subjetivo que se aloja no migrante, o perturba positiva ou negativamente, e dele não desgruda. A condição anterior nunca mais será retomada, ao mesmo tempo em que os elementos dessa condição não são enterrados, mas se colocam “sobre” os lugares, participando de uma condição inteiramente “nova”, em que se misturam tempos e lugares (o sentido aqui é de uma dialética entre tempos e espaços distintos, que se moldam em uma síntese na qual o sujeito migrante assume o centro). É por isso, por exemplo, que a condição de transitividade migratória participa tanto de migrantes retornados em migração de curta duração e de curto espaço (como da casa dos pais a uma “kitnet” e a volta para casa um dia depois) ou de longa duração e de longo espaço (como de brasileiros para a Europa e não mais retornando para o Brasil): em ambos os casos, os sujeitos não serão mais os mesmos (ao mesmo tempo em que continuam sendo filhos e brasileiros) (Goetttert, 2009, p. 59).

Tomando por premissa a condição de transitividade migratória proposta pelo autor, temos como elemento materializador desta condição as performances assumidas pelo migrante. A importância destes atos performáticos se impõe na medida em que a vida dos migrantes se realiza pragmaticamente em lugares específicos, determinando os caminhos múltiplos que os seus cotidianos vão traçando e

moldando os lugares. Nos casos em análise, os migrantes retornados (ou retornantes), assumindo suas posições de sujeito, impõem aos lugares de retorno, ritmos novos que são fruto de suas vivências nos lugares de destino. Vejamos os casos seguintes, iniciando por Dona Nair, que mostra o processo de formação de sua liderança política depois do seu retorno, atribuindo ao fato de *ter morado fora* a compreensão da importância e equidade da luta pela terra.

Aí quando começou mesmo [...] a luta aqui pela reforma agrária. A CPT [Comissão Pastoral da Terra] tinha, o pessoal tinha feito um acampamento numa propriedade vizinha aqui [...] acho que só tinha um ou dois moradores que tinha a mesma idade nossa aqui [...] então quando eles consultaram o pessoal, disse: “Não, se a gente tiver a oportunidade de lutar por essa terra, a gente vai lutar. Primeiro, ela é pequena, a gente já mora aqui há anos, se eles botarem a gente pra fora, a gente vai pra onde?” [...] Aí, eles (os meeiros e demais moradores) disseram: **“Olhe, você [...] não quis morar na cidade, você mesmo é a única que bate o pé pra não sair daqui. Por que você agora está contra que a gente fique aqui [na propriedade que hoje é o assentamento]?”** Aí, foi indo, foi indo, quando foi pra... eu disse: **“Olha, eu vou ficar [...] porque era a minha compreensão de não ficar [na zona rural], não que eu tivesse intenção mais de ir pra lá [São Paulo], mas eu não tinha intenção de ficar [...] aqui na terra. Porque eu nunca imaginei que fosse criar aquela bagunça, a gente fosse ser perseguido, né? (Dona Nair, Cajazeiras, 2014).**

O relato ressalta o dilema da retornada que desejava ir para a cidade, depois da vivência metropolitana, mas esbarra nas estruturas agrárias perenizadas, que mantinham a desigualdade de distribuição de terras no seu lugar de origem, bem como o reconhecimento da importância de sua experiência migratória em sua

formação pessoal e na transformação da realidade da comunidade. A performance, neste caso, envolve o dilema e a ocupação de uma posição de sujeito que não se restringiu à definição de novos papéis sociais, mas na realização empírica de uma nova estrutura e forma espacial: o assentamento do qual é parte da liderança.

Num outro extremo ideológico, mas não menos emblemático no que se refere ao empoderamento do migrante, a experiência de Paula assinala que a migração induz a performances espaciais variadas que, no retorno, se expressam em releituras de suas experiências no lugar de acolhida, na reaplicação de seu *know-how* e na inexorável transformação dos lugares de retorno, o que implica um significativo grau de coragem e esperança.

Que sempre a gente vai ficando com um capitalzinho, que a gente nunca foi de sair rasgando, sempre fui segura! Porque sempre tive o ideal de montar o próprio negócio, a gente não pensava... a gente tem a técnica, na parte administrativa eu manjava, comandava, meu esposo na parte de culinária, cozinha, eu não entendo nada, só como... Então, a gente uniu o útil ao agradável, porque não montar o nosso próprio negócio, eles mesmos diziam: “Vocês têm capacidade, porque vocês não montam!”, aí vinha a parte do capital, pra você montar um bom restaurante, precisa da parte de um bom capital, e eu sempre pensei em montar alguma coisa, montar não, tipo assim, eu vou fazer empréstimo, vou coisar isso pra poder sustentar, porque se você abrir um comércio buscando recursos pra mim não dá certo, entendeu? Cé tem que abrir com um bom capital pra segurar, pra manter [...] tudo isso, eu já fui comprando, isso não foi do dia pra noite não, é anos de planejamento, de análise de risco, de não risco, da região aqui. Como a gente morava esses anos todos lá fora, tinha que ficar analisando como era o comércio aqui, não podia chegar e

abrir nesse ramo. Então meu irmão morava aqui já, já conhecia também e pesquisou pra gente como é que *tava* o comércio aqui nessa área [...] Mas em termos de BH [...] se eu tivesse *abrido* lá, eu tinha gastado menos em termos de fornecedor, de matéria-prima principal, sem dúvida nenhuma [...] Tudo registrado, tudo legalizado, tudo direitinho, isso é uma prioridade que eu sempre tenho [...] sei lá, eu prefiro ganhar bem menos e andar tudo certinho, tudo registrado [...] (Paula, Patos, 2014).

Os relatos anteriores exemplificam o quanto é significativo o ato performático do migrante na (re)elaboração dos seus lugares de retorno. Os três espaços que serviram a esse fim para os retornados em questão foram afetados não somente em sua dimensão mais funcional (o que é evidente pela construção/inauguração de estabelecimentos produtivos/comerciais, pela oferta de empregos e pelas atividades econômicas), mas tiveram aspectos do seu cotidiano, que não são mensuráveis ou imediatamente visíveis, alterados ou influenciados dadas as presenças dos migrantes: a rede de relações sociais parece se ampliar, os vínculos com o lugar de retorno se tornaram mais consistentes, o prestígio social se evidenciou e há indicações de que tomou maior vulto a sensação de valorização individual. Estes indícios de estabilidade funcional e subjetiva, no entanto, não significam uma territorialização *perene* e *sempiterna*. Não há como medir e atestar a fixação definitiva, pois situações novas podem levar a mudanças nas decisões, ainda que se tenha afirmado que uma nova migração não tornará a ocorrer. Mas há como descrever as mudanças locais e pessoais resultantes das decisões de permanecer ou de partir, pois são, antes de tudo, decisões engendradas nos processos de subjetivação com desdobramentos nos de objetivação. Mesmo porque, como nos adverte Rogério Haesbaert, a propósito da necessidade humana de um “lar”:

[...] Ainda que provisoriamente, ninguém vive sem a estabilidade mínima do “lar”. Mesmo que essa concepção de lar seja profundamente diversa entre indivíduos e grupos humanos. Para uns, o aconchego do lar é encontrado numa caravana que passa (mas que também, regularmente, para); é como se pudesse carregar o território com eles. Para outros, o lar é espacialmente delimitado, fixo e temporalmente duradouro. Nesse tempo de forças tão diversas, entre a contenção dos fluxos e a intensificação da mobilidade, o que importa é reconhecer que não temos um único modelo para receitar ao mundo. Construir e partilhar territórios, apesar de potencialmente transformador, não só não é a única forma de nos relacionarmos com o espaço como pode não ser a única a ser defendida e propagada (Haesbaert, 2013, p. 81).

É nesta dimensão que se interpõe a performance migratória para o retornado. Ela é um artifício pessoal de existir num mundo que não é mais o da memória, nem é o da realidade do lugar de imigração. É uma aproximação “mimética” com a realidade experimentada, é uma *dis*-simulação (*dis* = para fora + *simulare* = assemelhar-se), com o propósito de convergir uma trajetória pessoal, contextualizada numa realidade histórico-geográfica, com uma nova existência espacial. É ela que possibilita a condição de transitoriedade migratória, uma dialética dos processos objetivos e subjetivos que dão o caráter reflexivo aos sujeitos migrantes e materializam suas existências.

[...] o “ciclo” da condição de transitoriedade migratória parece ter se fechado quando os amigos de Maneco não mais o conheceram, no bar gaúcho de tantas cachaças e de tantas conversas. “Este não é mais o meu lugar”, pensou depois que os “amigos” olharam tortuosa, desconfiada e estranhamente. Por outro lado, os ressentimentos também participam da condição migrante no lugar “longe de

casa”. O lugar Rio Grande do Sul aparece e desaparece permeado por contradições: lá é o lugar onde “não tinha terra” e onde os seus não o ajudaram para que pudesse comprá-la, ao mesmo tempo em que lá é o lugar feito “pátria” que, passa ano, entra ano, persiste como o chão querido que lhe viu nascer e crescer. Ambos os conjuntos de imagens e representações são acionados a depender do contexto em “análise”: das relações próximas, familiares e comunitárias, o Rio Grande do Sul se mostra desajeitado e com inúmeros ressentimentos; e, das relações mais gerais, de uma pretensa e homogênea identidade e de um pretense e homogêneo povo gaúcho, o mesmo lugar se mostra como “nação”, ao ponto de produzir juras eternas de “amor” (Goettert, 2009, p. 60).

A migração não se processa apenas em dois momentos/espacos: no de partida e no de chegada. Tampouco, o retorno significa uma mera distância espaço-temporal do lugar de chegada e do lugar de origem. Mesmo porque, como apontamos no capítulo anterior, lugar de origem não pode mais existir senão na memória do migrante. A migração é mais que momentos/espacos estanques que se contactam pela mediação migratória,

[...] a migração abarca um conjunto de experiências e de relações (também do trabalho e do capital, sem dúvida) que, mais que se perderem no caminho, acumulam-se, alojam-se e participam incessantemente das subjetividades migrantes, na qual a metáfora de “olhar sem rumo” é preciosa: nem para o passado, nem para o presente e nem para o futuro, nem para o *lugar deixado* e nem para o *lugar chegado*: o embaralhamento dos tempos e dos espacos, no extremo, parecem levar, mesmo que escondida e camufladamente, a estados que se aproximariam, em sentido conotativo, à esquizofrenia, paranoia e loucura (Goettert, 2009, p. 60).

Por fim, é pertinente lembrar que a *posição* do pesquisador, como mais uma *posição de sujeito*, deve ser colocada em evidência. Não se deve esquecer que ele atua performaticamente também, não que seja tomado como algo desejável, mas necessariamente implicável na análise. O que nos leva a concluir (conforme anteriormente afirmado) que há diferentes perspectivas de abordagem do tema da migração e do retorno (e suas variantes). Logo, é certo que as variações de abordagem se inscrevem num problema de dimensão epistemológica, que, por sua vez, é resultado da posição epistêmica (e geográfica) do pesquisador, tal como Moura (1984, p. 36), num de seus supracitados excertos, deixa transparecer quando relaciona a redução do déficit do saldo migratório do Nordeste com um possível fim da “era migratória’ do Nordeste”. Dornelas (1995, p. 6), cautelosamente, pondera que a óptica desse autor poderia estar “impregnada” pela questão regional nordestina.

O fato de o pesquisador deste trabalho estar inscrito numa realidade migrante, seja pelo fato de ter origem atada à realidade migratória dos pais ou por ser, ele próprio, um migrante, deve ser colocado como elemento que *pode* interferir positivamente na análise. Goettert (2009, p. 60) lembra que sua experiência investigativa “em grande medida se assenta na busca de compreensão da migração sulista para o Mato Grosso”, sendo ele mesmo um indivíduo nesta condição. Tal como demonstra Sayad (1998, 2000), o fato de ser migrante e pesquisador entre migrantes não inviabiliza e nem obscurece seu olhar; ao contrário, ressalta aspectos pouco perceptíveis por quem não experimenta tal realidade. Por isso, sua pesquisa é tão relevante. Ao assumir-se performaticamente como argelino em meio aos iguais, os sujeitos acabam por tomar a centralidade e “é neles e deles que as tramas e os dramas da e/imigração são construídos, em tentativas sempre frágeis de compreensão” (Goettert, 2009, p. 61).

É nesta dimensão que o pesquisador precisa ser enquadrado na pesquisa, não somente como *olho observador* externo, indican-

do que quem fala o faz de fora; mas, acima de tudo, como quem observa de dentro, não somente social, mas, sobretudo, geograficamente, implicando assim que o lugar de onde se fala engendra modos de falar sobre. Talvez seja importante pensar que este modo de observar e analisar as migrações e sua diversidade de situações seja a alternativa para se compreender, de maneira um pouco mais ampla e profunda, este fenômeno tão complexo.

Neste sentido, retomamos o entendimento acerca do retorno e do retornado proposto por Cassarino (2014), de “*returnee’s preparedness*”. Segundo o autor, esta noção:

Enfatiza a capacidade dos retornados de reunir recursos tangíveis e intangíveis quando o retorno ocorre de forma autônoma. Quanto maior o nível de *preparedness* maior será a capacidade dos retornados de mobilizar recursos de forma autônoma e mais intensa a sua contribuição para o desenvolvimento (Cassarino, 2014, p. 49-50).

O entendimento de que o retorno resulta de um processo de transitividade migratória que ressalta o uso de performances permite que se considere o retorno do migrante como resultado de sua prontidão para o retorno, quando isto lhe é interessante. Embora a perspectiva do autor se fundamente numa lógica de desenvolvimento local e, de nossa parte, tenhamos uma compreensão menos funcionalista, entendemos que o nível de preparação passa pelo íntimo desejo de se colocar socialmente no lugar de retorno, projetando-se econômica, política e simbolicamente, a partir de suas conquistas, no lugar de migração, ainda que elas sejam resultado de situações as quais provoquem no retornado a declaração de que não retornaram à mobilidade.

Paraibanos em performance: o retorno

“Demasiado humano”, a compreensão total de um movimento migratório, de um sujeito migrante ou de uma experiência migratória, constitui-se sempre como possibilidade e não como um dado, pronto e acabado...

(Goettert, 2009, p. 61)

Uma maneira de se iniciar a discussão da performance do retornado paraibano talvez seja pensando se há ou não uma migração de retorno. Como vimos, o retorno não necessariamente significa uma migração. A noção de retorno sugere uma perenidade, uma pausa no movimento. Assim como Sayad apresenta, nas “ilusões do migrante” (a de que “a presença é [...] provisória” e igualmente a ausência [2000, p. 19]), a mobilidade institui-se na mentalidade dos migrantes como “um momento”, “uma fase”, superada no retorno. Atualmente, o retorno não tem tido um significado idêntico ao da “migração de retorno”. Ou seja, o movimento de volta não tem ocorrido, via de regra, com esse caráter mais perenizado, ainda que ele seja um projeto na mentalidade dos migrantes. Tomando a afirmação por premissa, propomos daqui em diante tentar aprofundar a mobilidade de retorno dos paraibanos nos seus desdobramentos geográficos.

É preciso, todavia, fazer uma importante consideração fundada em Domenach e Picouet (1987) num dos principais e inovadores estudos sobre mobilidade de retorno, pois fundamentam este

estudo na noção de reversibilidade. Essa noção tem, em sua base, a “residência”, categoria que destaca o papel do espaço vivido do migrante, mostrando, indiretamente, que a dimensão geográfica da migração faz toda a diferença, uma vez que a migração só seria irreversível quando não há uma “residência-base”, forçando a elaboração de uma residência única no lugar de chegada. Esses autores afirmam que o fenômeno migratório tem afetado quase a totalidade das sociedades contemporâneas, à medida que tem afetado ou sido afetado por uma grande variedade de aspectos. Entretanto, o modelo econômico vigente tem privilegiado a noção de residência única, o que provoca um tipo de percepção acerca do fenômeno.

Segundo os autores, o fenômeno migratório atual é tão complexo que se necessitam novos critérios estatísticos (o ponto de partida dos autores é a demografia) e nem sempre a mobilidade se traduz em mudança de residência, especialmente nas sociedades ocidentais, em que há diversos lugares de atividades múltiplas (Domenach; Picouet, 1987, p. 472). Por oposição, podemos assinalar que, se há lugares de atividades múltiplas que impulsionam intensa mobilidade, há também nas mesmas sociedades ocidentais situações tão variadas que podem propiciar a construção da ideia de múltiplas residências. A figura do “retornante” nesta condição ganha destaque, uma vez que, quando há “residências”, a circulação espacial parece ser mais efetiva.

Se Fazito (2010), por seu turno, considera que o migrante usa de certa dissimulação para o trato simbólico das próprias experiências, escamoteando a impossibilidade do retorno, do ponto de vista geográfico, acreditamos que o retorno se presta muito mais a uma performance, que conjuga as diversas espacialidades construindo uma territorialidade híbrida. A performance migratória, nestes termos, ganha destaque.

O retorno e o retornado/retornante: a construção de um sujeito e seus lugares

A circularidade dos fluxos migratórios nordestinos atuais encontra respaldo na realidade. Como nos mostram Domenach e Picouet (1987, p. 471), a referência habitual é o lugar de origem ser associado ao lugar de nascimento, pressupondo que este seja também o lugar de retorno ou de passagem, o que não é necessariamente uma verdade.

Os dados do Censo Demográfico 2010 mostram que o retorno de paraibanos, do ponto de vista demográfico é um fato constatado quantitativamente³¹. O local de proveniência destes migrantes é primordialmente São Paulo, tendo em vista que é o principal destino dos nordestinos na migração³². Este fato se agrega à ruptura do padrão histórico migratório de toda a região, identificado mais claramente no Censo de 2000, mesmo considerando que a dinâmica migratória tenha mantido os mesmos elementos (Oliveira *et al.*, 2015, p. 85). Por isso, ao visualizar os dados específicos sobre retorno, identificados pelo Censo de 2010, foi possível perceber que, embora ainda permaneça o padrão de emigração, há um significativo retorno para todo o Nordeste, especialmente para a Paraíba, que tem proporcionalmente o maior número de retornados, o que evidencia o papel ativo das redes migratórias com origem neste estado.

31. O texto que serviu de base para este trabalho foi a tese de Romeu de Souza (2015), defendida em ocasião em que os dados do Censo Demográfico 2010 ainda eram recentes. Na ocasião da publicação desta obra, o Censo 2022 já havia ocorrido, mas seus dados sobre migração ainda não tinham sido publicados, contudo, a quantidade de perguntas do Censo sobre migração foi significativamente menor, o que acarretou a redução dos dados em relação ao Censo 2010.

32. Fusco e Duarte (2010 *apud* Fusco; Ojima, 2015) assinalam que, em 2000, a região metropolitana de São Paulo contava com cerca de 18 milhões de habitantes, dos quais 3,1 milhões, ou 21% dos residentes, eram nascidos em algum estado nordestino.

É notável também que o fluxo emigratório ainda estava predominante na região, com quase todos os estados apresentando saldos migratórios negativos, mas mantendo a redução que vinha sendo registrada desde 1980. Contraditoriamente, o número de emigrantes aumentou na ocasião, o que indica que o fluxo é intermitente no lugar de origem dos migrantes, conforme afirmamos anteriormente.

Quando considerei os aspectos geográficos deste retornado, foi muito relevante identificar o seu local de origem: se interior ou capital. Apesar do importante fluxo de retorno às capitais, em especial às principais regiões metropolitanas nordestinas (Salvador, Fortaleza e Recife), identificado no censo de 2010 (Fusco, 2012), é preciso considerar que, ao menos no caso da Paraíba, a maior parte do retorno se direciona para o interior do estado. O percentual superou 80% dos retornados se considerarmos Campina Grande. É bem verdade que a capital atrai uma significativa parte dos retornados ao estado, mesmo tendo nascido em outros municípios, mas o fluxo para o interior mostra o quão importante é a presença dos retornados em seus municípios de origem. A demonstração fica evidente na tese na qual este trabalho se baseia (Romeu de Souza, 2015, p. 209).

Tal como na análise de Dias (2000) sobre os cabo-verdianos, as remessas dos migrantes e dos “retornantes”, além de moverem a economia das localidades de origem muito vinculadas ao modo de vida rural, servem também como articuladores dos modos de vida urbanos dos grandes centros com aqueles mais afeitos às pequenas cidades. No que se refere às questões simbólicas, a aquisição de bens de consumo e as visitas regulares, ou os “retornos” frequentes, também são aferidores do sucesso da empresa migratória, na medida em que a cada retorno as economias feitas durante a migração permitem um incremento de bens ou acréscimo de costumes que indicam sofisticação, além do que apontam o status

social de toda a cadeia migratória no lugar de destino. Para o que retorna, além de identificar que a migração foi bem-sucedida, estabelece-se uma identidade que classifica os bem-sucedidos e os que fracassaram. Os pequenos negócios estabelecidos nos lugares de retorno por retornados ainda têm por finalidade a promoção de um modo de vida urbano à imagem do que se experimentou na metrópole, como se vê na Figura 13 a seguir.

Figura 13 - Comércio dos retornados



Fonte: Acervo do autor, 2015.

Nota: pequeno comércio de antenas e aparelhos eletrônicos em São José de Piranhas, de propriedade de um dos retornados entrevistados. Foto de Verena Sevá (2015).

O perfil genérico econômico destes retornados, segundo os dados de 2010, revelava como a migração de força de trabalho para as áreas de economia mais dinâmica, comum aos tradicionais fluxos migratórios (Singer, 1995) ainda é vigorosa, mesmo que declinante. Contudo, quando comparados aos emigrantes da

Paraíba em São Paulo, os retornados têm destacadas algumas características específicas de salário e ocupação³³.

O maior contingente tanto de migrantes paraibanos em São Paulo quanto retornados recebe até 2 salários-mínimos. Respectivamente 83% e 85% estão na faixa de consumo baixa e extremamente baixa, o que permite crer que a circularidade se coloca como estratégia de sobrevivência, visto que a migração não assegura grande ascensão social. Insisto que não assegura “grande” ascensão, mas garante alguma! Na faixa dos que recebem até 1 salário-mínimo, é nítida a diferença quantitativa entre os migrantes e os retornados. Enquanto no lugar de retorno a faixa salarial de 47% dos que regressam não ultrapassa esse valor, em São Paulo, o percentual se reduz a 14%. O que, numa primeira análise, indicaria que, para a permanência da migração, é mais válida que o retorno. No entanto, o retorno envolve aspectos intangíveis em questionários de censo, como a presença familiar, quase sempre garantidora da manutenção existencial, e o apoio emocional. Há que se considerar que, para além de uma noção telúrica, a noção de pertencimento a um lugar é destacada para muitas pessoas, de modo que estar numa cidade em que não há identificação territorial, ou há pouca, pode ser condição suficiente para a decisão de retorno ou de se manter na circularidade.

Fui para o Bairro Guainasses, Zona Leste da Capital. Depois, fui para a casa de uma irmã minha, na Penha, também na Zona Leste. E por lá fiquei até 2009, quando voltei para a Paraíba. Trabalhei de motorista e depois num comércio. Na verdade, **morei lá, mas nunca gostei, a necessidade me obrigou a viver lá.** E desde 2001, vi que aqui as coisas vinham melhorando e a qualquer momento podia voltar [...] nesse bairro, montei

um comércio de salgados. A loja não era perto de casa, ficava a 1 km da minha casa [...] já estava saturado da minha profissão de motorista, ter que trabalhar à noite é cansativo. E confesso a você que o ramo dos salgados foi onde consegui o dinheiro para vir embora de lá (Armando, São Mamede, 2014).

Por outro lado, os dados sobre salário indicavam a dificuldade de ascensão social dos retornados, visto que apenas 4% deles assumem colocações que lhe permitem auferir cinco ou mais salários-mínimos. Dentre os entrevistados, os que mais se puseram em circularidade eram os que evidenciaram condições sociais mais precárias. O lugar de retorno, por sua vez, parece revelar ainda a carência de força de trabalho qualificada; e, contrariamente ao que ocorre com os paraibanos que chegam a São Paulo, os migrantes que vivem na Paraíba possuem posições econômicas mais cômodas (próximo de 32% acima de 2 salários-mínimos). Ao passo que o lugar de acolhimento não absorve (ou atrai) a força de trabalho qualificada, que parece ser inteiramente acomodada no lugar de origem.

Pelo percentual da ocupação, os retornados paraibanos aparentemente não se recolocam no mercado de trabalho, o que indicaria uma migração frustrante do ponto de vista profissional, uma vez que quase metade (45,3%) se encontrava desocupada em 2000. Se considerarmos que grande parte dos imigrantes na Paraíba são os “efeitos indiretos” (cônjuges e filhos menores) acompanhando um retornado, seria plausível assegurar que o número de desocupados ultrapassaria em muito a metade. Todavia, há que se levar em consideração, como foi dito acima, que a presença junto à família garante a manutenção existencial, ainda que precariamente. Isto significa que é preciso levar em consideração a articulação das territorialidades migrantes, pois grande parte deles provém das áreas rurais

33. Os dados tabulados podem ser visualizados em Romeu de Souza (2015, p. 211).

de suas pequenas cidades, com um modo de vida marcado pela lida do campo que, em contraste (ou trânsito) com a territorialidade urbana, não consegue ativar os capitais profissionais adquiridos na ausência, retornando às atividades que deixara para trás.

Isto é, muitos retornados, reativam suas labutas anteriores à migração, envolvendo inclusive a família, especialmente os filhos quando são pequenos. É este entendimento que permite que se articule a “desocupação” dos retornados com um dado singular: a presença de 17% dos retornados na agricultura e pesca (e não menos significativa é a presença de imigrantes na Paraíba lidando com as mesmas atividades, o que permite crer que se trata da participação dos filhos e cônjuges).

Em 2003, entrevistei um retornado no Ceará que garantia ter, no retorno, uma confiança maior para lidar com o desemprego, tal como visto com os paraibanos:

Aqui é melhor [estar desempregado] do que lá [no Rio de Janeiro] com certeza. Aqui é perto da família e, quando você não está empregado em trabalho certo, você vai fazer alguma coisa pra você mesmo, plantar alguma coisa e aí se vai levando [...] A gente aqui nunca fica parado não [...] (Sérgio, na ocasião com 23 anos, retornado do Rio de Janeiro, Guaraciaba do Norte, Romeu de Souza, 2006, p. 89).

A maioria dos que retornam o fazem com baixo grau de instrução, confirmando a suspeita de Martine de que o suposto aumento da qualidade de vida dos migrantes no lugar de destino se deve menos a uma adaptação deste do que a uma evasão dos menos instruídos:

[...] por um lado, é sustentável que os migrantes se adaptem progressivamente ao novo meio, até se equipararem ou superarem a população natu-

ral. Por outro, pode estar havendo um processo de evasão dos elementos menos capacitados, o que redundaria na mesma observação [...] a hipótese de retenção seletiva dos elementos mais capacitados (ou da migração repetida nos segmentos populacionais mais marginalizados) parece mais aceitável (Martine, 1980, p. 971).

Poucos são os que retornam com graus de instrução tal que permitam competir em iguais condições com os migrantes qualificados que chegam à Paraíba (11,56%). Por conta disso, grande parte dos retornados se põe na circularidade, o que reafirma sua condição não de retornados, mas de retornantes, cujo movimento encontra-se momentaneamente numa pausa. Mas é preciso considerar também que a elevação dos índices de qualidade de vida na primeira década dos anos 2000, resultado das políticas sociais de inclusão e melhoria de renda da população, incrementou a expectativa de qualificação das populações de cidades pequenas, especialmente quando se trata de cidades com histórica defasagem na qualidade de vida, como no caso das cidades do sertão paraibano.

[...] eu gostei mais desse segundo serviço que era de babá, mas tinha uma grande liberdade lá, com o pessoal mesmo, a gente saía e tal [...] era um casal de médicos. Vieram para um congresso em Salvador, eu vim também. A gente passou uma semana, como já fazia um ano que eu estava lá, aí, ela foi e disse: “Cátia, quer férias?”. Aí eu vim e não quis mais voltar, só liguei pra ela avisando [...] aí, quando eu voltei, eu encontrei colegas, amigas, que assim, tinham passado de ano, todas já estavam na faculdade, e eu lá, e assim eu me surpreendi, porque eu falava [...] assim: eu nunca vou fazer vestibular, eu morria de medo, tipo assim, eu achava que não seria capaz de chegar lá, era mais ou menos esse pen-

samento, um medo; e quando eu cheguei, eu vi que muitas já estavam bem, aí eu pensei, porque lá certamente eu não teria essa chance pra disputar numa (universidade) federal, vamos dizer assim (Cátia, Cajazeiras, 2014).

As atividades prioritariamente ocupadas no retorno demonstram que o grau de instrução é baixo, pois quando somadas as atividades discriminadas com maior ocupação entre os retornados, identifica-se de imediato que são atividades de pouco ou nenhum grau de instrução: agropecuária e pesca (17,8%), construção (12,7%) e comércio e reparação (24,6%), que somadas equivalem a mais da metade das ocupações dos retornados (55,1%). Vale considerar um aspecto importante que é novamente a articulação entre as territorialidades. Enquanto parte dos retornados se dirige às suas atividades anteriores no meio rural, outra grande parte se volta ao comércio e às reparações (pequenas oficinas de reparos variados), atividades diretamente vinculadas ao espaço urbano, sendo um incremento significativo às economias locais e principalmente à dinâmica urbana das pequenas cidades.

Estas ocupações são importantes demonstrações da importância das atividades laborais na constituição de um *know-how* que serve funcionalmente à reconstrução da vida no lugar de retorno, pois aparelha o retornado/retornante com um capital social do qual era destituído, além de servir à construção de um acervo de memórias que a todo tempo lhe é solicitado, seja para conjugar ou confrontar novas e antigas experiências no lugar de retorno. A escolha de memórias específicas para serem trazidas à tona e serem mantidas na lembrança e, por consequência, o apagamento/esquecimento de outras neste acervo são um poder inerente a todo migrante, que tem como desdobramento assegurar-lhe certo poder espacial.

seleção de memórias como forma de poder espacial

As atividades realizadas antes e durante a migração, em função da condição de vulnerabilidade social à qual estão submetidos a grande maioria dos migrantes, são diversas vezes insalubres e/ou arriscadas. O fato de os migrantes se encontrarem nestas condições faz com que não possam “escolher trabalho”, o que os expõe a situações que, no futuro, se mostram prejudiciais à saúde física e/ou psíquica dos indivíduos.

Nos relatos dos retornados que trabalharam nas indústrias automotivas, a perda da audição é uma constante. Diversos migrantes solicitaram e obtiveram a aposentadoria por invalidez devido à perda auditiva, e alguns com quem tivemos contato foram mutilados. Por outro lado, outros migraram por conta da condição de árduo labor para manutenção de uma existência no limiar da sobrevivência, o que, no futuro, combinado às duras condições da migração, prejudicou-lhes a saúde.

A perda do vigor físico ou a incapacitação para o trabalho podem significar importantes aspectos na decisão de retornar, isto porque, na trama de enredos que constitui a migração, vários são os elementos que incidem na decisão, de tal modo que, para alguns, uma mutilação ou perda de capacidade física pode até significar um tipo de “ganho”, um incremento financeiro, uma aposentadoria, um melhor posicionamento no corpo funcional, redirecionamento para atividades menos exigentes, etc. Entretanto, o dano físico precipita a escolha de memórias que merecem ser protegidas, divulgadas ou, simplesmente, “esquecidas”.

Em vários casos, especialmente de ex-trabalhadores da Volkswagen, foi relatada perda de audição e visão, que resultou em indenizações e retornos; e alguns desembocaram em danos psiquiátricos mais agudos, como o caso de Seu Jair e Seu Mário,

apresentados no capítulo anterior. Todavia Seu Lucas e seu Flávio, embora tenham retornado também por conta dos danos auditivos e oftalmológicos, respectivamente, não viram nisso uma perda, mas a oportunidade de melhora nas condições de vida no lugar de origem. Uma “manha” que permitiu certo reposicionamento socioeconômico (Menezes; Santos Júnior, 2023).

Paradoxalmente, dependendo da circunstância da migração, das situações em que a vida se construiu na mobilidade e, especificamente, do modo como se deu a colocação numa determinada empresa, as memórias negativas em todas as esferas, mormente no âmbito da atividade laboral, não são negativas e nem se referem à “perda”. O caso do seu Altino é emblemático. Habitante de São José de Piranhas e retornado de São Paulo após 33 anos de migração ininterrupta, relatou-nos que trabalhou em duas empresas apenas, na Massas Adria e na Volkswagen. Nesta última, permaneceu por 22 anos até se aposentar. Quando questionado sobre os acidentes de trabalho, afirmou categoricamente:

Poucos acidentes! Foi a época de poucos acidentes. As montadoras, elas tinham um padrão de dentro da firma... dentro da firma, tinha quem orientava na segurança, dava tudo... a roupa, o sapato, o protetor de audição, tudo! *Era* poucos os acidentes. Não tinha acidente! E mais quando o cara entrava, ele entrava no *tapa* (trabalhando de imediato), ele ia trabalhar, mas ele era orientado (Seu Altino, São José de Piranhas, 2014).

A memória que este migrante alimenta se refere às lembranças positivas, talvez como numa espécie de “dívida de gratidão” com a empresa com que mantinha muito apeço, como fez questão de mostrar: “Uma empresa que dá oportunidade. Volkswagen é uma mãe, até hoje, ainda digo isso pra vocês: sinto saudade da Volkswagen!”.

Halbwachs (1990) ajuda a compreender o porquê deste aparente paradoxo. O autor insinua que a memória, muitas vezes, é imprecisa porque é forjada por impressões e por lacunas da lembrança.

Temos frequentemente repetido: a lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. Certamente que, se através da memória éramos colocados em contato diretamente com alguma de nossas antigas impressões, a lembrança se distinguiria, por definição, dessas ideias mais ou menos precisas que nossa reflexão, ajudada pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma ideia do que foi o nosso passado. Mas, mesmo se é possível evocar de modo tão direto algumas lembranças, não o é em distinguir os casos em que procedemos assim, e aqueles onde imaginamos o que tenha acontecido. Podemos então chamar de lembranças muitas representações que repousam, pelo menos em parte, em depoimentos e racionalização. Mas então, a parte do social ou se o quisermos, do histórico em nossa memória de nosso próprio passado é muito maior do que pensávamos. Porque temos, desde a infância em contato com os adultos, adquirido muitos meios de encontrar e precisar muitas lembranças que, sem estes, as teríamos em sua totalidade ou em parte, esquecido rapidamente (Halbwachs, 1990, p. 71-72).

A afirmação do autor, tomada isoladamente, poderia servir aos detratores da postura mais subjetiva aqui valorizada, uma vez que constata as imprecisões das lembranças, invalidando assim o método até aqui procedido. Todavia, o mesmo autor argumenta

que as lembranças são forjadas a partir do ponto de vista do presente e dos grupos em que o indivíduo se insere, o que significa que as vivências sociais são determinantes na construção da visão sobre o passado.

É depois da morte de alguém que a atenção dos seus se fixa com maior força sobre sua pessoa. É então, também, que sua imagem é a menos nítida, que ela se transforma constantemente, conforme as diversas partes de sua vida que evocamos. Em realidade, nunca a imagem de um falecido se imobiliza. À medida que recua no passado, muda, porque algumas impressões se apagam e outras se sobressaem, segundo o ponto de vista de onde a encaramos, isto é, segundo as condições novas onde ela se encontra quando nos voltamos para ela [...] E assim que o passado, tal como me aparecia outrora, enfraquece-se lentamente. As novas imagens recobrem as antigas como nossos parentes mais próximos se interpõem entre nós e nossos ascendentes longínquos, se bem que, destes, conhecemos apenas aquilo que aqueles nos confiam. Os grupos dos quais faço parte nas diversas épocas não são mais os mesmos. Ora, é do ponto de vista deles que considero o passado. É preciso, então, que à medida que estou mais engajado nesses grupos e que participo mais estreitamente em sua memória, minhas lembranças se renovem e se completem. Isso supõe, é verdade, uma dupla condição: por um lado, que minhas próprias lembranças, tais como eram antes que eu entrasse nesses grupos, não fossem igualmente esclarecidas sobre todos os seus aspectos como se, até aqui, não as tivéssemos inteiramente percebido e compreendido; por outro lado, que as lembranças desses grupos não estejam sem relação com os acontecimentos que constituem meu passado (Halbwachs, 1990, p. 74-75).

Michael Pollak (1992), por seu turno, mostra que a memória é *seletiva* e é *um fenômeno construído*. E por possuir tais atributos, a memória é disputada, tornando-se mais um *trunfo do poder*

(Raffestin, 2011). Isto significa que a seleção de memórias está em acordo com o que se quer “resgatar” ou manter vigorosamente na lembrança. O elenco de experiências gera memórias diversas, que são selecionadas e ativadas ou abandonadas de acordo com um critério pessoal e subjetivo, circunscrito à vivência social do sujeito e estabelecido segundo as lembranças de prazer ou dor que elas remetem. Curiosamente, as experiências se mostram mais fortes à medida que são reforçadas coletivamente, quando um fato envolve um grupo e impacta individualmente cada membro, gerando consequências específicas a cada indivíduo, mas impactando coletivamente, provocando mudanças no modo geral como se concebe e trata cada situação e cada indivíduo.

Neste sentido, o relato do Seu Altino, quanto aos danos físicos e acidentes na empresa em que trabalhou, embora pareça contraditório à realidade empírica e até mesmo ao grupo no qual se inseriu, na realidade, está perfeitamente concordante com suas lembranças, uma vez que o migrante não pode “trair” a sua memória, já que ela foi forjada em torno de situações específicas dignas de lembrança, ainda que nem todas elas tenham sido positivas. Prevaleceram, no caso do migrante em questão, portanto, as memórias positivas. E isto acontece essencialmente porque tais memórias se configuraram num quadro espacial afetoso. Sem querer lançar mão de um “determinismo geográfico”, o espaço é, neste caso, determinante no rol de lembranças e, portanto, da memória que trazemos.

[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passa-

mos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (Halbwachs, 1990, p. 143).

É como se, numa história de vida individual – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente – houvesse elementos irreduzíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos torna-se realidade, passa a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala [...] Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo [...] Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico [...] Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo (Pollak, 1992, p. 201-202).

As memórias são, portanto, desdobramentos de lembranças precisas e simuladas, segundo a inserção em determinados grupos, estando sempre de acordo com as vivências que desejamos consciente e inconscientemente preservar e esquecer. E a partir

disso, projetam-se performances no presente e no futuro. Performances resultantes da memória da migração, ações que remetem a momentos positivos e negativos e que tendem a reforçar as opiniões acerca do lugar de origem e migração (o passado) e o lugar de retorno (o presente [neste caso, não estranharia certa predileção de seu Altino por veículos da marca Volkswagen]).

A memória torna-se coletiva porque os lugares – que nunca são individuais – a edificam, ao mesmo tempo em que são forjados em torno delas. As memórias são assim elementos imateriais reais, configuradas geograficamente e que estruturam novas realidades espaciais, tendo em vista que, por seu intermédio, desfazem, reorientam, organizam, edificam e constroem inúmeras e sempre novas geografias. É neste quadro que se insere a participação da memória do migrante em suas localidades. Assim, assumem destaques as vivências laborais dos migrantes, pois a inserção da grande maioria nos lugares de destino se dá por meio do trabalho, atividades que lhes consomem, no mínimo, um terço de seus cotidianos. Logo, grande parte das memórias e das vivências no lugar de imigração será vinculada ao *serviço*, sejam elas positivas ou negativas.

A escolha destas memórias de um modo coletivo é uma forma de poder. Suas escolhas não se dão de modo deliberado e intencional, não! São construídas nas reminiscências das lidas diárias, tacitamente, sobretudo nos interstícios das linhas de montagem, do turno, das atividades repetitivas e obrigatórias. Nos momentos em que os homens não eram *partes* das máquinas. Reparemos que a fala de Seu Altino destoa da memória da coletividade, exposta nos relatos do Seu Lucas e Seu Jair (apresentados no capítulo anterior), mais frequentemente trazidos à tona. Esta desarmonia entre relatos, como dissemos, tem relação com as experiências individuais positivas, que, no caso de Seu Altino, mostraram-se

muito mais pródigas no que se refere à relação com os processos produtivos da Volkswagen. O poder da escolha das memórias é, portanto, inteiramente simbólico e se relaciona com a construção da identidade do retornado.

No caso de Paula Gueiros (residente em Patos e empresária da cidade), Seu Almir, os irmãos Seu Flávio e Seu Francinaldo, além de Seu Gilvan (empresário de São José de Piranhas), as memórias foram decisivas no impulso empreendedor e na construção de um patrimônio individual, que destoa da maioria dos que retornam. Há uma nítida identidade de classe que se consolida no retorno, tornando os cidadãos que regressam nestas condições pessoas distintas por conta de suas trajetórias de sucesso econômico na migração. Fica evidente nos seus relatos que a memória da migração está mais ligada à superação dos muitos sofrimentos e abnegações, portanto, memórias ligadas ao mérito pessoal, que vinculadas a insucessos e dificuldades, como notado na maior parte dos relatos.

Logo, parece provável que as memórias de sucesso relativas ao mérito pessoal exercem um poder mais ostensivo na reprodução da migração e na *imagem* que se tem construído no senso comum do retorno do que as memórias de dificuldades não superadas, os insucessos e as perdas. Este elenco de memórias positivas parece estimular ações que, efetivamente, do ponto de vista espacial, transformam e promovem impactos no lugar de retorno que são bem recebidos pela comunidade e pelas autoridades locais, pois transmitem a impressão de *desenvolvimento*, nos termos que Cassarino (2014) propõe, mas que não representam a totalidade da condição dos que retornam.

Entretanto, os lugares de destino (no nosso caso, o estado de São Paulo), também são lugares de refazimento das memórias do lugar de origem. E é neste ponto que se distancia o lugar de origem do lugar de retorno, como temos insistido. O lugar de origem é continuamente reconstruído no lugar de destino. Nele também se realiza

o jogo de força das memórias, prevalecendo as memórias positivas acerca do lugar de origem, construindo uma sensação estranha de provisoriedade no lugar de destino e um sentimento de inadequação no lugar de retorno. É isto que faz com que Sayad afirme:

Uma das características fundamentais do fenómeno da imigração é que, fora algumas situações excepcionais, ele contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade. Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade (Sayad, 1998, p. 45).

O cotidiano de diferenças as mais variadas no lugar de imigração (sejam diferenças nos hábitos, seja a indiferença como lugar socioespacial do migrante), “pavimenta” um imaginário do lugar de origem, que sempre encontra alguma *distância* da realidade deste lugar. Todavia, mesmo com as mudanças inevitáveis, é nele que se resguarda o espaço (ainda que afetivo) do conforto e da segurança (física, econômica, psicológica, etc.), ainda que precário. No lugar de destino é que se consolida uma memória que, a todo o tempo, é remetida ao lugar de origem.

A ideia de voltar... quando eu fui, já fui com o pensamento de arrumar alguma coisa e voltar, mais aí [...] A ideia de ir pra lá era trabalhar pra viver uma vida melhor, foi essa a minha ideia, e quando eu construí casa lá, eu me aposentei, aí eu pensei: agora eu volto para minha terra! Meu salário já dá para *mim* comer aqui e em qualquer lugar, certo? Essa era a vontade. Saudade... eu fiquei 24 anos

sem vir aqui. 24 anos, mas a saudade tinha todo dia! Todo dia chegava um parente, sentia saudade, via um parente, sentia saudade, mas quando eu pensei... quando eu me aposentei no ano de 2000, já pensei, eu digo: agora eu volto pro Nordeste, aí minha esposa teve que fazer uma cirurgia, não pode vir, aí fui trabalhar em transporte escolar, meus filhos estavam estudando, quando terminaram em 2008, eu falei: Agora eu vou! Não deu certo! Quando foi em 2009, aí deu certo! Agora estou indo, vocês ficam aí, vão viver a vida de vocês que eu vou viver a minha no Nordeste [...] meu pensamento era: Eu vou pro Nordeste! Lá pelo menos vou estar mais livre disso [a violência urbana] e, graças a Deus, estou bem mais livre! Bem mais tranquilo [...] Eu tenho me sentido melhor! Mais tranquilo, menos nervoso, menos agitado, menos estressado! Minha saúde já não está tão boa, mas ainda acho melhor do que lá! (Seu Altino, São José de Piranhas, 2014).

É essa memória que predomina nos corações e mentes dos migrantes, fazendo com que se consolidem bairros que são remetidos aos espaços de origem dos migrantes. Na Grande São Paulo, há alguns espaços definidos e caracterizados pela presença mais maciça nordestina, como o bairro de Santo Amaro (Paiva, 2012), mas em toda a cidade, a influência dos nordestinos é marcante, seja pela presença física, seja pelas geografias disseminadas pela urbes (casas, feiras, favelas e a estética particular do nordestino) aquilo que temos compreendido como *geossímbolos*.

Nestas áreas, predomina a memória dos lugares de origem, que, embora guardem semelhanças entre si, são resultados da congregação de uma enorme multiplicidade de linguagens, símbolos e estéticas variadas de uma “região” com dimensões quase continentais (a região Nordeste equivale em área à quase metade da Europa Ocidental). Nela são forjados, a partir do predomínio

das memórias dos lugares de origem, simulacros destes lugares que, por sua vez, contribuem para a elaboração de performances territoriais que serão ressignificadas no lugar de retorno.

Lugares da memória/Lugares da realidade

Se Halbwachs está correto e a memória é fabricada na coletividade e, para isso, conta com o papel determinante dos espaços, então os lugares são produto direto deste encontro entre a realidade histórica/geográfica e a construção coletiva social, de acordo com a ideia esboçada no primeiro capítulo. Portanto, é esse um esforço dialético *per se*. Isto porque não há lugar que não seja o resultado dos vínculos da coletividade com seu passado espacial (a História no espaço e a Geografia no tempo, como disse Reclus [2009]).

Os lugares da memória são durações do passado, algo empurrado do passado para dentro do presente agora materializado, “o tempo que se tornou quantidade por um desenvolvimento no espaço” (Bergson, 2006, p. 4). A materialidade do espaço obriga a duração da memória, na medida em que “nos aprofundamos na natureza do tempo, mais compreenderemos que duração significa invenção, criação de formas, elaboração contínua do absolutamente novo” (Bergson, 2006, p. 8).

É neste sentido que se torna impossível observar os lugares tradicionais de imigração e os lugares de retorno sem que se considere a presença dos migrantes. Se por um lado, na metrópole, é mais evidente (ainda que sofrendo constantemente a tentativa de escamoteio), nos lugares de retorno, já não é tão nítido assim. Mas a presença do migrante retornado tem sido elemento permanente de transformação dos lugares de retorno. Tomando as afirmações de Bergson como limites, só pelo fato de o local estar numa distância temporal entre a partida e o retorno, o lugar da memória já se encontra diferente do lugar de retorno, mas um exame com

mais acuição mostrará que a duração da memória do lugar de origem, agora conjugada ao lugar de imigração, necessariamente se mostrará efetiva em seu lugar de retorno. Nestes termos é que se enquadra a noção de ex-migrante.

O ex-migrante não efetiva a duração da memória em mudança espacial. Sua migração, em termos geográficos, é nula. Salvo pelo fato de que, em algum momento da sua história, ele não ter sido encontrado naquele lugar, mas tal momento não se refletiu existencial ou espacialmente. Por óbvia razão, não é possível avaliar os impactos desta ausência espacial do ponto de vista existencial, mas, em termos espaciais, é possível. Pode-se dizer, sim, que há sujeitos para quem a migração não trouxe reflexos, ou se os trouxe, não é possível alguma detecção, de modo que, mesmo sua memória pareça não se reportar aos tempos de ausência, a migração é como se nunca tivesse ocorrido, ela foi “niilizada”, tornou-se nula. Todavia, esta ênfase é apenas para reafirmar seu oposto, o migrante retornado, aquele que, ao contrário do ex-migrante, não permite, em sua memória, que sua ausência no lugar de origem seja suplantada.

Estes, em alguma esfera, esboçam a duração da memória do passado no presente. O próprio retorno é a tentativa plena de tornar o passado, presente! E, claro, esta tentativa não cessa aí: para o retornado/retornante, o lugar deve expressar ao menos um pouco da sua memória. Sua memória simulará o lugar de origem por meio de seus atos. De maneira inexorável, o retornado/retornante realizará ações que serão remetidas à sua memória, às lembranças simuladas (Halbwachs, 1990, p. 73), fragmentos do passado reconstruídos em conjunto com as lembranças coletivas.

A título de exemplo, numa dimensão mais funcional, o migrante que regressa procurará atividades que deixou inconclusas, ou atividades de que detinha algum conhecimento técnico, realizará atividades que praticou na migração, mas que considera

passíveis de êxitos se conjugadas à realidade (presente) dos lugares de origem (passado). Por esse motivo, muitos retornam ao cotidiano rural, ou quando regressam com recursos, adquirem propriedades rurais (sítios, roçados, etc.). Numa dimensão mais política/simbólica, reforçará seus laços com o lugar participando de momentos religiosos, festividades (ressaltando-se as disputas políticas locais) e encontros com outros retornados/migrantes. Do ponto de vista doméstico, reconstruirá a casa segundo moldes e padrões arquitetônicos/urbanísticos do lugar da imigração, conjugados aos referenciais do lugar de origem (passado) e de retorno (presente), etc. Algumas ou até mesmo todas estas dimensões se realizam de modo simultâneo e conjugado, sendo esta separação meramente (e unicamente possível) do ponto de vista analítico.

O Nordeste como um todo poderia aqui ser visto como uma espécie de “bloco histórico”, em que estrutura e superestrutura estão associadas na construção de uma cosmovisão; e a Paraíba, enquanto parcela desta região, é tributária nas suas peculiaridades. Castro (2002) argumenta que, nesta região, viceja uma relação pouco provável entre modernização e conservadorismo, em que persiste uma estrutura produtiva baseada no latifúndio agropecuário, um *modus operandi* muito particular das oligarquias políticas articuladas nas escalas local, regional e nacional, assim como um processo de modernização que, em alguma medida, congrega-se com as estruturas produtivas arcaicas. Esta região, na compreensão da autora, tem no discurso da seca o principal argumento na construção imagética da região, que acaba tendo do sertão sua imagem decadente.

As especificidades do ecossistema semiárido possibilitaram um modo de ocupação e um sistema de agentes que fizeram, em conjunto, um espaço muito particular. Este espaço tem sido apresentado historicamente pelo filtro de uma conscienti-

zação coletiva das dificuldades impostas por este meio, que depende dos azares climáticos. A natureza aí é um ente quase metafísico, é fortemente idealizada e trabalhada nos discursos, da e sobre a região, como um obstáculo intransponível a qualquer progresso ou justiça espacial. Nesse sentido, o imaginário da seca nordestina, como tragédia social e econômica, apesar de toda a tinta que já foi gasta, requer ainda muitas reflexões. Pois, em sendo a natureza o fundamento geográfico da produção, ela é também a base material do imaginário sociopolítico e importante recurso ideológico, utilizado por grupos sociais particulares (Castro, 2002, p. 297).

Os lugares de retorno são resultantes, então, dessa construção histórica e social. Forma-se, portanto, uma verdadeira ideologia na qual a seca assume lugar de destaque na constituição de um “povo”. À parte desta ideologia que cabe aos retornados, conjugam-se referenciais individuais e coletivos, construídos em edificação desde antes da migração e em continuidade durante a migração: por um lado, realizado pelo migrante, de modo subjetivo e individual no lugar de imigração; por outro, realizado pela sociedade que fica, pelos não migrantes, ex-migrantes e retornados, isto é, a coletividade no lugar de origem do migrante. O regresso a este lugar é sempre um choque (incomensurável por ser totalmente subjetivo), que se realiza em diferentes graus e esferas, quase sempre de modo múltiplo, mas sempre capaz de provocar mudanças espaciais, por serem desdobramentos de mudanças acontecidas na migração. Por isso, o retorno é trans e multiterritorial por excelência.

Essas mudanças espaciais, embora perceptíveis, dificilmente podem ser exclusivamente atribuídas aos retornados, o que ressalta os muitos vínculos destes migrantes com os residentes não migrantes, bem como os migrantes provenientes de outras localidades. Ou seja, ressaltam-se, portanto, o já destacado papel das

redes migratórias na resignificação do lugar de retorno, tanto do ponto de vista subjetivo quanto, principalmente, numa perspectiva pragmático-objetiva.

A rede paraibana em ação: idas e vindas

Em termos metodológicos, a noção de rede aplicada aos estudos migratórios permite, entre outros enfoques, abordar um problema crucial, que é o elo entre o trabalho disponível nos lugares de chegada e os indivíduos que o realizam, considerando que tanto a demanda quanto a oferta de mão de obra são supridas e ocupadas mediante fluxos de informação e canais de comunicação constituintes das redes, uma vez que é por meio destes canais que se determina *quem* e *quais* postos de trabalho serão ocupados. Isto é, as informações de postos de trabalho estão mediadas pelas relações entre alguns, e não todos os migrantes, constatando, mais uma vez, que saber é poder! “Nesta visão, a informação não é um bem ‘livre’ no mercado, disponível para todos na mesma medida: os indivíduos têm uma informação limitada, dependente de sua rede de relações” (Ramella, 1995, p. 19, tradução livre). Ao tomarmos o estudo das redes para uma análise dos retornados, visualizamos as trocas migratórias com maior clareza entre uma região e outra, bem como a ocupação de setores econômicos (Romeu de Souza, 2015, p. 214), permitindo identificar com maior precisão as situações que fujam aos parâmetros gerais.

Em trabalho anterior (Romeu, 2010), foi possível notar que grande parte dos retornados da região noroeste do Ceará, proveniente da região metropolitana do Rio de Janeiro, tinham tido experiência profissional no setor de restaurantes, encaminhados como mão de obra a partir de indicações diretas de migrantes mais antigos, trabalhadores ativos ou que tinham contato com o estabelecimento. Curiosamente, na ocasião do retorno, muitos

deles se lançaram aos negócios implementando o *know-how* obtido na migração, em áreas correlatas à que se profissionalizou na imigração: comércio de alimentos e áreas afins.

Associando-se as noções de redes e cadeias migratórias apresentada anteriormente à noção de reversibilidade e irreversibilidade, proposta por Domenach e Picouet (1987), é possível investigar em que medida as redes promoveram, ou não, a irreversibilidade ou a reversibilidade migratória. Ou seja, parece ser possível qualificar o papel das redes e cadeias migratórias tanto no fluxo de emigração quanto no de retorno.

No caso dos paraibanos (e este parece ser o caso de grande parte dos nordestinos em São Paulo), o retorno/a circularidade estaria se dando devido a um fraco suporte das cadeias no momento decisivo da chegada e do período inicial, não sendo eficaz o suficiente para manter o migrante no lugar de destino num momento de desocupação, obrigando-o ao retorno. Esse suporte não se restringe unicamente à base material/objetiva da migração, mas antes de tudo, à estrutura simbólica/subjetiva na qual se firma o sujeito, que é o que determina o acesso às informações disponíveis na rede. No limite, trabalho e família constituem-se duas questões chaves para a migração de retorno. Oliveira *et al.*, citando Parry Scott, afirmam que “a exclusão da maioria dos migrantes de retorno da força de trabalho ocupada durante a sua estada fora; e a família [...] pela qual o migrante sente ligação e que se constitui como o seu veículo de sobrevivência na sociedade” (Oliveira *et al.*, 2015, p. 106) estão entre as razões mais fortes que fazem com que tantos migrantes voltem aos lugares de origem:

[...] saudade da família, sentia muita vontade de vir embora. Mas eu pensava assim: pô, eu vou pra lá fazer o quê? Aqui, mesmo ou bom ou ruim, todo mês eu tenho o meu, entendeu?! E lá [na Paraíba], eu vou fazer o quê? (Francisco, Patos, 2014).

Assim, o retorno está muito associado à evasão dos trabalhadores menos qualificados, que se põem em circularidade (Martine, 1980), tendo, em São Paulo, uma etapa de suas mobilidades. Trata-se, portanto, de uma estratégia de segurança econômica, social e simbólica aos migrantes. O fato de um migrante retornar ao seu lugar de proveniência não o desvincula da rede (especialmente sendo um migrante de baixo poder aquisitivo, marcado pela experiência da pobreza econômica e social, condição da maior parte). Ao contrário, amplia territorialmente a sua abrangência, pois as cadeias migratórias passam a se estabelecer também nos lugares de retorno, uma vez que os retornados/retornantes, algumas vezes, já não encontram o “lar” de outrora, apoiando-se nos “elos” das cadeias (os parentes e amigos que retornaram e se estabeleceram) para prepararem uma nova migração.

Richard Sennett (2012), em seu relato pessoal sobre cooperativismo, confirma a ideia de que a rede se baseia na proximidade e confiança, ao mostrar que os compromissos pessoais são os fundamentos das relações entre familiares, mesmo que estes familiares não sejam necessariamente os “de sangue”.

Um dos vínculos existentes entre pessoas pobres que não são visíveis aos que estão de fora são os compromissos de longo prazo estabelecidos pelos laços da família ampliada [...] As definições legais de família tendem a levar em consideração o parentesco sanguíneo entre pessoas vivendo na mesma casa [...] Para os pobres, sejam imigrantes ou não, os vínculos nucleares centrados no lar não refletem bem a rede de comprometimentos e apoio com que as pessoas contam. Cada lar pode ser um alicerce insuficiente do ponto de vista econômico; socialmente, a transferência de jovens de um lar para outro é uma maneira de fortalecer os laços e um círculo amplo e entre as gerações [...] (Sennett, 2012, p. 312).

As idas e vindas, logo, são positivas não só para as cadeias migratórias, mas também para todos os agentes geográficos envolvidos. Isto é, se para o migrante, a “residência-base” (Domenach; Picouet, 1987; Oliveira *et al.*, 2015) é uma estratégia geográfica de garantias das condições mínimas de subsistência, pois envolve os laços de confiança pautadas nos compromissos interpessoais, para os municípios pequenos para onde regressam, trata-se de um importante incremento de recursos materiais (visto que os retornados/retornantes trazem consigo alguma economia, revertida diretamente em consumo local) e também de capitais simbólicos, já que os retornados materializam as influências da metrópole nos seus comportamentos.

A aquisição de uma propriedade que servirá de residência é uma prática comum entre os que retornam. Quando não o fazem de imediato, tendem a buscá-la como meta quase existencial. Em alguns casos, soa como obsessão a aquisição de uma propriedade. Esta é uma característica comum à grande maioria dos que retornam. E os lugares de retorno são sensíveis a tais objetivos e realizações.

[...] mas quando você vem aqui, que vê as coisas aqui, aí você sente muita vontade de vir embora, aí eu já tinha comprado, graças a Deus, eu já tinha comprado a minha casinha aí, aí eu falei assim: agora tá na hora de eu ir embora, falei pra mulher; né [...] ela também [queria retornar] por causa da mãe dela, tudo aqui, né, os parentes aqui, já tinha visto os que *tava* lá vindo embora. Aí ela falou assim: mas você acha que lá vai dar certo? Eu falei: *ou eu vou ou eu enlouqueço*. Eu já *tava* batendo aquele *stress* já, já não *tava* mais com aquela vontade de trabalhar (Francisco, Patos, 2014).

Francisco, mesmo possuindo três outros imóveis, além do que residia, e ainda dividindo a propriedade de uma casa com o irmão,

admitiu desejar construir outras. Outro dos seus irmãos pretendia fazer o mesmo quando retornar de Jaguariúna, onde reside. Além deste interesse em adquirir imóveis, Francisco afirmou que a posse de um carro também era um sonho que a migração possibilitou realizar.

A migração para alguns (e esta delimitação é importante porque estabelece um critério de identidade entre os que retornam) permite o estabelecimento de contatos que contribuem para a construção e/ou instauração de metas improváveis de ocorrerem de outra maneira que não fosse pela migração. Tais metas se relacionam com o apontamento de Cassarino (2014, p. 50) ao afirmar que “o retorno consiste em um *processo de preparação* que pode ser perfeitamente investido em desenvolvimento, se ocorrer de forma autônoma e se a experiência de migração for longa o suficiente para promover a mobilização de recursos”.

[...] um pessoal daqui, que nem eu te falei, não conhecia, graças a Deus, também **se deram bem**. Vieram de lá pra cá, montaram um restaurante em Cajazeiras [...] *foram* um pessoal muito “gente boa” também, a gente foi vizinho, mas assim, paraibano mesmo, mas que eu não conhecia [...] [a migração] serviu muito pra isso também, conheci muito paraibano que eu não conhecia, o pessoal da roça, que hoje em dia acabou-se muito isso, mas que foram, era um pessoal muito sofredor, um pessoal que **se deram bem** lá. Tem um amigo aí meu mesmo que hoje em dia tem, **em um bairro bom da cidade, tem oito casas, tem restaurante em Fortaleza**, entendeu? Um cara que sofreu na roça aqui partiu pra lá também, trabalhou direitinho... (Francisco, Patos, 2014).

Casas, carros, restaurantes, pequenos negócios, todos são bens que sintetizam e materializam o sonho da migração e que geram rebatimentos diretos nos lugares de retorno, pois ao regressar, o

lugar de origem gravado na memória já está, como diz Halbwachs (1990), no mínimo defasado em relação à realidade do momento do retorno. O aporte financeiro ou o capital profissional e simbólico dos que retornam contribui ainda mais para tornar a memória do lugar de origem ainda mais defasada em relação à realidade do lugar de retorno. O aporte financeiro dos migrantes acaba por servir indiretamente às transformações urbanas, ainda que pouco expressivas, no que se refere a modelos ou estilos urbanísticos, mas muito relevantes no que se refere à influência dos padrões da metrópole ou das cidades do Sudeste: calçamento, casas recuadas com muros, lajes de concreto armado, sobrado, saneamento residencial, piscinas com churrasqueiras, etc. Padrões que fogem às casas baixas, sem lajes e de portas diretamente voltadas para a rua.

Obviamente não há como afirmar que estes padrões estejam se consolidando nas pequenas cidades do interior paraibano por causa, exclusivamente, da presença dos retornados. Mas é fato que a presença maciça destes e ainda os vínculos “vivos”, por assim dizer, dos retornantes com os lugares de imigração estabelecem elos entre os hábitos urbanos das metrópoles e cidades do Sudeste com os dos lugares de origem, pautados segundo uma lógica estética hierarquizada, em que o típico do local é frequentemente inferiorizado pelos que retornam, ou por seus cônjuges e filhos³⁴.

Em diversas ocasiões, os lugares de retorno são vistos de modo paradoxal, ora como “paraíso”, ora como local carente repleto de dificuldades. Por isso, a possibilidade de volta à migração permanece aberta para os migrantes mais jovens, que ainda não realizaram todos os projetos idealizados; ou para aqueles que não têm

34. Os filhos quando acompanham a migração e/ou retorno dos pais são, frequentemente, crianças ou adolescentes, logo são mais suscetíveis à adaptação aos novos hábitos: “No início, eu não gostava, só depois de um ano foi que eu vim a gostar [de Cajazeiras], até acabar o ano foi sofrimento [...] Agora eu não vivo mais sem Cajazeiras, não, mas quando eu estava lá, eu não queria mais vir, não” (Maria Clara, filha de Rosalva, Cajazeiras, 2014).

perspectivas de longo prazo no lugar de origem. Mesmo para os que se consideram realizados, a migração parece sempre ser uma possibilidade para dificuldades financeiras.

Na época em que eu saí daqui mesmo, as coisas eram muito mais *difícil* aqui. Muito, muito mesmo, pode acreditar, mas hoje em dia isso aqui é o *paraíso* porque, assim, é, melhorou em tudo, emprego de uma certa forma cresceu, entendeu? [...] Tem muito a melhorar ainda, a cidade da gente aqui ainda é um pouco atrasada. Eu não sei de quem depende uma melhora, mas ainda é um pouco atrasada [...] Não me arrependo jamais de ter ido, jamais mesmo me arrependo, só que, assim, peço a Ele [Deus] todo dia também que não seja mais preciso eu ir pra lá, sabe?... (Francisco, Patos, 2014).

Já para aqueles que deixaram o retorno após a aposentadoria, ou os que durante a migração logo tiveram êxito nos projetos de acúmulo financeiro, a perspectiva é um pouco diferente. Uma nova emigração para o Sudeste ou outras regiões não parece estar nos planos, de modo que os investimentos objetivos em estruturas físicas que perenizam a mobilidade e fixam os sujeitos são criteriosamente realizados.

Quando eu fui embora para São Paulo, o meu sonho era voltar para minha terra, Eu digo: eu vou me aposentar e vou voltar para São José de Piranhas. Realmente, o meu plano foi esse. Era complicado porque eu era casado com uma paulista, **mas sempre eu comprava uma casinha aqui** [...] E ela dizia: “Ah, não!”. Você sabe, o nordestino ele é muito discriminado, né?... o baiano vai ser sempre baiano, no Rio de Janeiro, o paraíba vai ser sempre o paraíba, que você sabe disso. Não adianta que é [...] [casado] vinte e um ano,

tive quatro *filho*, quatro *homem*, né? É. **Vinha, comprava uma casa**, aí qualquer coisa, quando ela estava de bem [ela não conhecia também], ela dizia: “Se você quiser ir embora, você pode ir, para lá, eu não vou!” De repente, ela veio uma vez, aí gostou, gostou daqui, né? Mas também tem a família dela lá, a gente tem que respeitar os dois lados, a minha aqui e a dela lá, né? Então é muito difícil você casar e tirar sua esposa dum determinado... de São Paulo para vir morar aqui [...] Rapaz, não vou mais ficar aqui! Mãe, pai, irmão, tudo aqui, só tinha um [irmão] lá comigo, aí eu vim embora, vou embora [...] O lugar pequeno, às vezes, tem aquele problema: se você consegue batalhar e trazer alguma coisa lá de fora, não são todos, mas tem alguém que se perturba com isso, sabe? Pô, o cara não fez nada [...] aquela pessoa se perturba com isso, o cara tem tudo isso” Como é que ele arrumou? **Tu fica 40 anos lá fora trabalhando, chega aqui, se não puder fazer uma casa boa para morar e ter um carrinho pra andar**, então para mim não veio para cá! Tem que ficar por lá! (Seu Francinaldo, São José de Piranhas, 2013).

As formas de habitação e locomoção urbanas se inserem numa galeria de costumes coletivos comuns à vida nas grandes cidades, que são trazidos da metrópole. Hábitos que implicam mudanças que se rebatem também nas demais esferas de consumo, como alimentos, vestuário, etc., incluindo até mesmo a linguagem falada, como o sotaque local, que, com a convivência no lugar de imigração, já seria natural e gradativamente modificado, sofre um “estímulo” para ser “suavizado”. Até o comportamento social, em alguns casos, sofre alterações. A sensação constante de insegurança das metrópoles, por exemplo, parece perdurar no retorno, de modo que foram recorrentes as rememorações do cotidiano de

medo na metrópole e a manutenção de determinadas práticas de autorreclusão e de certa fobia social.

É um fator interessante no caso de morar aqui na Paraíba é isso [...] se é em São Paulo, você não faria uma entrevista dessas [...] Porque eu não confiava em você, nem você confiava em mim [...] eu tenho aquela cabeça de São Paulo ainda [...] O fato de ir dormir cedo, o pessoal aqui vai dormir onze horas, meia-noite, porque agora ainda tá chovendo, mas quando tá esse calorão mesmo, é todo mundo na calçada [...] Mais tardar sete e meia, oito horas eu já tô me recolhendo [...] Me isolando, porque era o fato de lá [São Paulo] [...] Eu chegava duas horas, duas e meia do serviço, almoçava, dormia até cinco horas, quando eu acordava, ia pra onde? Não tinha, continuava, assistia [televisão] até as seis, seis e meia, sete horas, dormia pra me acordar três horas da manhã. Então isso aí virou uma rotina de mais de quinze anos (Fabiano, Patos, 2014).

O lugar de retorno passa a ser o palco de um permanente conflito entre os estilos e comportamentos que ora se contrapõem, ora se justapõem, definindo ou não o lugar de retorno em um novo território contraditoriamente já muito conhecido. Estar e se manter no lugar das antigas e agradáveis memórias (as que se definiram como memórias válidas de serem mantidas), oferecendo poucas oportunidades de estabilidade econômica em oposição às garantias de sustentabilidade mais sólidas do lugar de imigração, é desafiador aos retornados. Mais que uma mera escolha, trata-se de um desafio à vida!

Trazendo a expectativa de “sucesso” ou “fracasso” para o âmbito da materialidade, é no território que se materializa o duelo entre essas memórias agradáveis, as da ternura infantil, do acolhimento e da sensação de sossego, frente às da segurança material

proporcionadas pelo lugar da imigração, mais recentes e vivas e, por isso mesmo, muitas vezes, as ganhadoras do duelo. Esse desafio à vida tem critérios geralmente fundados nos planos feitos durante a migração.

Depois de oito meses que eu cheguei... que eu voltei a ir lá em São Paulo, é... fiquei dezenove dias, eu tive proposta de trabalhar de motorista, proposta pra comprar caminhão, tinha serviço e tudo, mas **eu acho que eu não terminei o que eu vim atrás, que foi tentar ficar aqui, né? [...] Eu ainda acho que eu tô tentando, não consegui ainda, mas tô tentando...** (Fabiano, Patos, 2014).

[...] [na volta] passei quase dois meses morando na casa da minha sogra pra fazer uma reforma na minha, durou uns dois meses a reforma da minha [...] passei dois meses parado, já *tava* pensando em voltar [...] cheguei a conversar com a minha cunhada que trabalhava em Belo Horizonte, a Paula, e ela já *tava* arrumando um emprego pra mim, eu falei vou voltar pra passar uns seis meses [...] Aí, quando apareceu um colega que trabalhava aqui na praça, que tinha um ponto de táxi aí parado, ele falou assim: “Por que você não compra um carrinho e começa a trabalhar? Aí eu ajeito pra alugar o ponto pra você, não pro ponto ser meu mesmo, mas pro ponto alugado”. Aí ele deu a maior força, veio aqui na casa dos meus pais à noite, que toda noite eu *tô* aqui, aí veio, conversou, alugou, **aí foi quando eu comecei a trabalhar e comecei a gostar da coisa** (Francisco, Patos, 2014).

A materialidade das *coisas* adquiridas durante ou por causa da imigração é testemunha de que o lugar e o tempo de imigração foram positivos. Por outro lado, denuncia os desiguais parâmetros de avaliação das economias locais e dos costumes locais por

parte dos que retornam. Neste âmbito, processa-se a transterritorialidade do migrante, que pode (ou não) desencadear uma nova migração ou se reverter na multiterritorialidade do retornado, o processo híbrido de construção territorial que evoca em sua realização a vivência espacial dos tempos da imigração.

Na metrópole, por sua vez, também se vive esse embate. Não nos enganemos achando que tais fatos espaciais são vivenciados apenas no lugar de retorno. Os desafios de sustento econômico do lugar de imigração são permanentes estímulos ao retorno, embora sejam, por vezes, arrefecidos em função das cadeias migratórias estabelecidas. Vejamos os dois casos abaixo:

[Retornar] pra São José? Sim. Pra o sítio? Não. Não, porque eu sei que eu, se voltasse, eu não ia voltar a fazer o que eu fazia na época [da infância, quando emigrou], mas pra cidade sim, porque eu acho assim, porque eu já fui em 97 pra lá, e já vi que totalmente tudo mudado, diferente. Lógico que, de lá pra cá, evoluiu muito, se tivesse como financeiramente uma estabilidade, aí sim eu voltaria sim! (Gilza, Campinas, 2015).

Eu já *tava* querendo vir embora mesmo, eu estava fazendo plano de *interar* quatro anos que era pra vir embora, mas meu marido disse: “Não!”. Tem um carro que vem meio clandestino, ele trazia as meninas pela metade da passagem, aí ele disse: “Se tu perder essa chance aí, tu não vai mais para a Paraíba, não”. Aí eu endoideci, aí eu disse: quer saber? Eu vou embora agora! [...] Estou satisfeita, graças a Deus, estou aumentando a minha casa, estou terminando de pagar meu próprio transporte [...] Eu acho que, se eu *tivesse* lá, o dinheiro vai embora só em aluguel. Lá, o dinheiro que você ganha lá, você gasta lá mesmo [...] volta e meia, quando estou com raiva, eu disse que ia abandonar todo mundo e ia para o Belém do Pará [...] Tem um primo meu que tra-

balha para lá, é vendedor também, mas isso é só na hora da raiva, porque eu não saio mais, não, Deus que me livre... (Rosalva, Cajazeiras, 2014).

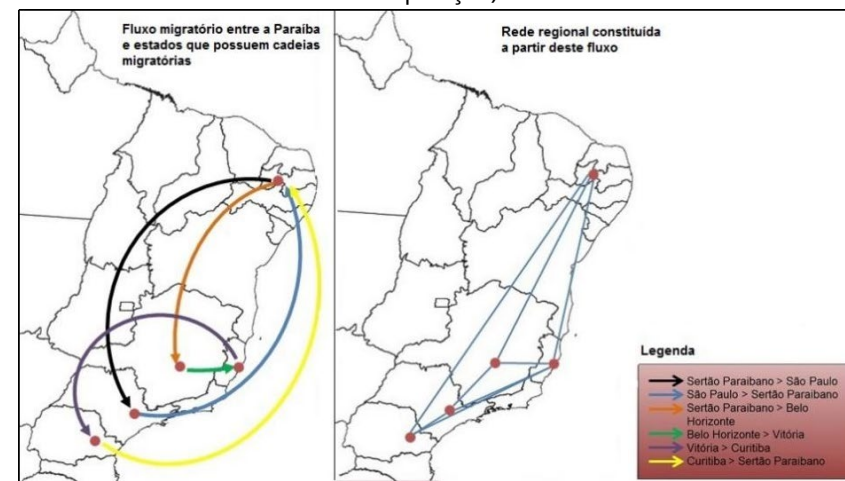
As realidades de Gilza e Rosângela são bem distintas. Guardam, contudo, entre si, as peculiaridades de: a) serem ambas naturais de comunidades muito próximas, sítios de São José de Piranhas e Cajazeiras, respectivamente, cujos aspectos geográficos atuais ainda lembram os dos tempos da infância de ambas; e b) de serem da mesma geração: a primeira tem a idade de 34 anos; e a segunda 38, atualmente. Porém, a primeira continua a residir em Campinas, onde se estabeleceu como cabeleireira, enquanto a segunda passou a viver em um assentamento agrícola em Cajazeiras, após três etapas migratórias, uma em São Paulo, duas outras em Curitiba. Na última etapa, que durou mais tempo (pouco mais de 4 anos), trabalhou em uma padaria e numa casa noturna (atividades prioritariamente urbanas). Gilza, após longa conversa em que expôs as memórias da infância feliz em São José de Piranhas, afirma que deseja retornar, mas sob algumas condições específicas, inclusive a fixação no perímetro urbano e não na zona rural. Rosalva, por sua vez, tentou residir na zona urbana de São João do Rio do Peixe (município limítrofe a Cajazeiras), mas não obteve êxito, regressando ao sítio de onde partira e passou a militar pela posse da terra, onde, por fim, fixou-se e agora vive como agricultora.

A vida de ambas guarda mais diferenças entre si do que similitudes. Entretanto, é possível afirmar que, entre tantas diferenças, é similar a *estabilidade* espacial na qual ambas se encontram. A ausência de mobilidade, nestes casos, está fundamentada numa sólida base espacial fundada na presença próxima das famílias e amigos íntimos, recurso essencial para a manutenção territorial das duas nos seus atuais lugares de residência. Seus filhos e cônjuges partilham de seus projetos pessoais e suas residências-base

estão solidamente fixadas em função de habitação própria, atividades econômicas constantes e proximidade do círculo afetivo (ressalte-se o fato de Rosalva apontar a presença do primo em Belém do Pará como uma espécie de “fuga” possível, uma nova rota disponível, em seus momentos de insatisfação).

Em outras palavras, o que se quer afirmar é que a fixação ou não de um migrante, seja na migração, no retorno ou nas múltiplas etapas de uma circularidade, implica sempre a construção de um território ou a ampliação/redução dele. Para isto, as cadeias migratórias são elementos essenciais, pois se colocam como elo territorial, tornando os espaços de chegada em “lugares”, ambientes de vivência ativa do cotidiano. Isso remete a certa estabilidade e pausa no movimento, mas não pode ser tomado como determinante no fim da mobilidade. Em certos casos, a mobilidade contínua é o que dá o sentido de estabilidade ao migrante, desde que a cadeia migratória esteja sempre ativa.

Figura 14 - Configuração da Rede Regional na Mobilidade Paraibana (uma suposição)



Fonte: Romeu de Souza (2015).

Como vimos, o processo de manutenção do território, no entanto, não é livre de conflitos e contradições. É este caráter conflituoso que dá o sentido territorial ao espaço do migrante. É a constante dificuldade de relacionar memória e realidade que torna o espaço do migrante, seja na chegada imigratória, seja no retorno ao lugar de origem, um território pleno. Há disputas em jogo, disputas de espaço físico, o que é visivelmente percebido; e há disputas simbólicas, que, em grande parte das vezes, induzem ou definem as disputas de espaço físico. E é nestes termos que se moldam as múltiplas identidades migrantes; no nosso caso, as identidades nordestinas na migração.

Identidade paraibana ou nordestina: as performances migratórias

Falar em identidade nordestina é algo como transitar num “campo minado”, por causa da crença que costuma se difundir no senso comum de que identidades territoriais são legítimas por serem “verdadeiras”, uma vez que seriam fundadas essencialmente em algo material, coisa que outros tipos de identidades não têm. A identidade nordestina (no singular) seria uma espécie de “marca” exclusiva de quem nasce nesta terra de agruras climáticas, miséria crônica, violência, indolência, servilismo e populismo indelével, mas também, contraditoriamente, de coragem, bravura, altos valores morais, disposição permanente e honradez, valores já apontados por Euclides da Cunha na sua mítica figura do “hércules-quasímodo”.

A identidade nordestina, semelhantemente a todas as identidades, nunca pode ser ela própria tratada no singular, pois são sempre múltiplas e posicionais, como tratamos no capítulo inicial. Tende-se sempre ao equívoco de se acreditar numa identidade pronta e essencial sobre qualquer sujeito ou grupo social. Tanto

maior seria o equívoco se a abrangência simbólica do Nordeste fosse vista como *uma* identidade. Albuquerque Júnior (2008) aponta a própria historiografia como uma responsável pela construção da ideia da região, como um fato geográfico imutável, reduzida ao meio físico, lugar da imobilidade.

As experiências espaciais, as relações espaciais, os fluxos e movimentos de espacialização, as implantações e deslocamentos no espaço não vêm fazer parte destas modalidades de narrativa historiográfica. O espaço, para os historiadores, tem sido pensado sob a chave do geográfico e o geográfico reduzido, em muitos casos, à dimensão física, à base empírica, aos condicionamentos naturais ou do meio, para usar um termo de largo uso nas ciências humanas, emergentes no século XIX. Somos formados numa tradição historiográfica em que o espaço é pensado como o lugar da imobilidade, como a garantia da própria perpetuação das memórias, que se inscreveriam em suportes espaciais para ganharem durabilidade, permanência, para garantirem sua monumentalização [...] A região não é uma realidade natural, econômica ou política apenas: ela é uma construção cultural que se faz a partir e levando em conta estas outras dimensões do sublunar (Albuquerque Júnior, 2008, p. 57-60).

No caminho proposto pelo autor, a região mostra-se como “elemento ontológico”, produtora de subjetividades, que é construída e constrói aquilo que é verdadeiro e que dá unidade ao próprio ser.

A região é também modos de pensar, modos de querer, modos de falar, modos de gostar, modos de preferir, modos de amar, modos de desejar, modos de olhar, de escutar, de cheirar, de sentir sabor e de sentir dor. A região se expressa em jeitos de

corpos, em gestos, em modos de vestir, de se alimentar, de beber, de dançar, de andar, de se pôr de pé ou de sentar. A região ao ser subjetivada, ao ser encarnada, ela conformará os corpos e os processos subjetivos (Albuquerque Júnior, 2008, p. 61).

Sendo a região esse ente geográfico de tamanha importância na configuração e na consolidação das subjetividades, é coerente afirmar que os “nativos” desta região, ao migrarem, levam consigo elementos que os destacam no quadro das outras subjetividades postas, por força da migração, em evidência. Mas como afirmamos, não existe apenas uma migração, não há essência identitária, especialmente em se tratando de uma região (de caráter gigantesco), que abarca uma miríade de lugares, e, igualmente, um *sem número* de hábitos e comportamentos diferentes, remetendo os discursos às disputas retóricas comuns aos discursos regionalistas (Maciel, 2009a).

O migrante, ao partir, tem uma visão de mundo, no mínimo empiricamente, pouco ampla dada sua natureza localmente encapsulada, singular ao seu lugar de origem, sua microrregião ou cidade; ou, como é muito comum, restrita unicamente ao lugarejo natal, mesmo quando é uma pessoa de maior instrução. O que, somando a reação xenófoba comum aos *estabelecidos*, colabora para as dificuldades de relacionamento e o autoconfinamento em lugares que “simulam” seus espaços de origem, que apesar das inúmeras peculiaridades locais, encontram similitudes em visibilidades e dizibilidades comuns, numa espécie de “retórica” inteligível aos iniciados aos símbolos e sentidos da região.

Enquanto símbolo, o Nordeste passa a ser também construído de fora pra dentro. Ousaríamos afirmar que esta construção a partir de fora logra mais influência na formulação de um discurso regional, tendo nas classes baixas seu lócus e sujeitos de enunciação, do que propriamente no interior da região. E os responsáveis

diretos nesta construção simbólica a partir das classes baixas, em nosso entender, são os migrantes nordestinos. Não somente os que estão no Sudeste, mas prioritariamente estes, pois sua presença e suas idiossincrasias, além de os diferenciarem dos *estabelecidos*, ainda instituem uma linguagem e influenciam a imagem acerca do que se tem construído como a Região Nordeste.

Esta linguagem disseminada pelo território nacional, principalmente, no Sudeste se pauta em diversos geossímbolos, mas elencamos especificamente dois: a língua e o tipo físico. Embora alguém possa argumentar que os dois elementos possuem materialidade geográfica questionável, é já um entendimento geral que não há linguagem que não se ancore geograficamente, e tanto a língua quanto o corpo são expressões urgentes de nosso tempo-espaço. Como abordamos na introdução do trabalho, estes dois elementos marcam diversos discursos xenófobos, que temos insistido se tratar de um racismo um pouco mais elaborado, pois não é pautado na cor da pele, mas num dos tipos físicos peculiares do Nordeste, o que tem mais similaridade étnica com os padrões predominantemente indígenas. Agregam-se a isso os falares típicos do Nordeste, que lançam mão de vocábulos e expressões pouco utilizados fora dos domínios da região, tratados frequentemente de modo inferior por maneirismos, regionalismos e acentos diferentes dos comuns no Centro-sul.

Koltai (2005) pauta o tema do racismo ante as migrações numa perspectiva psicanalítica, o que pode parecer um pouco distante dos interesses aqui almejados, mas sua abordagem ajuda a esclarecer por que os discursos e dispositivos racistas são acionados frente às migrações.

Segundo a autora, há determinados dispositivos sociais vinculados à estrutura do sujeito que expõem “a ambivalência dos sujeitos em relação àquilo que os humaniza” (Koltai, 2005, p. 175), que é o projeto civilizatório. Afinal, a multiplicidade da sociedade

e sua consequente pluralidade entram em tensão com o particular da subjetividade de cada um. Para ela, o Outro não apenas se difere, mas acima de tudo, satisfaz-se de forma diferente. Uma vez que tal satisfação não é intercambiável por conta da diferença e há, nas sociedades contemporâneas, grandes dificuldades de satisfação, “mais difícil e insuportável se torna a diferença que o Outro encarna” (Koltai, 2005, p. 175). Difícil porque se, de um lado, há uma vontade universal de inclusão das diversas figuras do Outro, percebe-se, noutro viés, que a agressividade humana, marcada pela humilhação, pela opressão, pela exploração econômica e pelo assassinato é resistência presente na civilização que se presta a negar o Outro. A autora nota que, nas sociedades ancestrais à nossa, o discurso xenófobo vigorava, como no caso da Grécia antiga, mas não era racista.

Nesse início de novo milênio, temos por um lado o indivíduo partindo para cada vez mais longe em sua procura do exótico, ao mesmo tempo que fecha cada vez mais suas fronteiras para esse que vem de longe, em cujo nome, crença, língua, sotaque e aparência física não tem como se reconhecer, culpando-o por todos os males de que sofre. É o discurso racista (Koltai, 2005, p. 177).

Na medida em que o racismo se pauta na eliminação do Outro, os *contradiscursos* encorajam o reforço dos vínculos, a manutenção dos elos e a produção simbólica. É o discurso racista que potencializa a elaboração dos geossímbolos que trazem sentido aos migrantes, ao passo que lhes protegem/suspendem da sociedade que os repelem. Se este discurso não funda de todo a construção geossimbólica, estimula sobremodo a produção e a renovação de geossímbolos. Os bairros que assumem características dos migrantes, as feiras e/ou as rotas e pontos de venda de produtos locais, assim como as festas em comemoração a símbolos festivos do lugar de

origem, configuram-se como marcos no lugar de acolhimento que evocam diretamente os referenciais do lugar de origem. Nestes locais, a língua ou os sotaques são articulados sem restrições ou receios de estigmas, e o tipo físico não é motivo vexatório ou pauta para escárnio. Todas essas peculiaridades são engendradas na distância do lugar de origem, potencializadas como antítese ao discurso racista, posta nos *contradiscursos* e nas práticas territoriais apontadas acima.

O entendimento da autora, portanto, contribui para que se diferenciem as reações dos migrantes no enfrentamento das discriminações, ao passo que permite que se visualize a instituição de geossímbolos componentes da rede regional nordestina, que se vai estabelecendo em todo o território nacional. Trata-se então de uma rede regional, porque se a saudade é do lugar de origem (e quando tratamos de região, falamos em uma infinidade de lugares de origem), a discriminação não! A discriminação generaliza e é na generalização do racismo contra nordestinos que se funda a identidade regional. Na visão do migrante, o lugar de origem passa a ser sentido como região, pois se estende para muito além de sua natalidade. Os preconceitos compartilhados firmam no território laços de compadrio e camaradagem. É quando os migrantes paraibanos, baianos, cearenses, etc. descobrem-se nordestino.

[Trabalhei no restaurante] uns três meses só, devido porque eles não entendiam o que eu falava e também começavam a zombar de mim, *num sabe?!* Aí, isso foi me enfezando, eles ficavam tirando sarro, fazendo pouco da pessoa, porque o que eu pedia a eles, eles não entendiam [...] é porque as coisas lá são chamadas de outro jeito [...] e o preconceito, lá eles só tratam você com a cara ruim, os curitibanos, eles são metidos, até os da favela mesmo, eles fazem isso com a gente, você vê eles numa carroça pra catar papelão e é lhe es-

nobando, tá entendendo? [...] Isso porque eu falo diferente [...] eu fazia todo o serviço de lá, ainda fiquei um ano e seis meses [numa panificadora], aí, ela [a patroa] começou a falar mal dos paraibanos, dizendo que eles têm uma mania de gostar de beber cachaça, qualquer coisa, ela dizia? “Faça isso pra mim que eu vou te dar um litro de pinga a tu”. Isso aí foi me enchendo, porque isso aí é tirando sarro, não é? [...] Eles dizem que os paraibanos só *vevi* com cachaça, porque lá é assim, eles [os paraibanos] trabalham a semana todinha, o dia de folga deles é na segunda-feira, é aquele churrasco, tá entendendo? Mas eles [os paranaenses] gostam, porque eles vão pra lá! Chame pra ver se eles não vão! É o churrasco e bebendo cachaça, ficam tudo *bêbo*. É por isso que eles pegaram isso aí, que nordestino só serve para beber cachaça, só faz as coisas com a cachaça no meio [...] Agora, nessa casa de show, eu passei mais tempo, porque era uma casa de show para nordestinos [...] **Gostei muito, é porque lá só tinha nordestino**, tá entendendo? **A maioria que aparecia lá era nordestino, e lutava com nordestino lá dentro, pronto foi por isso que eu gostei mais de lá, me senti mais em casa** [...] **eram paraibanos, cearenses. Eles diziam que paraibano e cearense pode colocar dentro de um saco e meter a peia, que tudo mia de um jeito só**, às vezes, eles me perguntavam: “Tu é de onde?”. Eu dizia de tal lugar, eles diziam: “Homem, deixe de besteira, se a gente colocar cearense e paraibano dentro de um saco, eles miam de um jeito só”, eles diziam... (Rosalva, Cajazeiras, 2014).

Entrevistador: *Amigos íntimos [...], pessoas muito próximas, chegou a fazer?*

– Um casal da Bahia que, até hoje, a gente ainda conversa por telefone, tenho uma esperança de um dia eles *tá* passeando na Bahia e eu ir lá

ou eles *vim* aqui na minha casa, entendeu? Um cara gente muito boa mesmo, muito boa mesmo, sem conta [...] É daquele pessoal que se acostuma lá, eu não sei se um dia volta [...] *tão* lá até hoje em Campinas [...] de uma certa forma, você é humilhado, não são todos, mas 50% dos *patrão acha* que você vive aqui, aqui a gente passa dificuldade, mas fome, não. Eles acham que a gente vive aqui passando fome, eles acham que se você chegar lá e você trabalhar um mês todinho e se eles derem 500 reais, já é muita coisa, entendeu? (Francisco, Patos, 2014).

No meu serviço, **quem era nordestino era preferencial** [...] **porque pra aguentar o serviço assim...** de mil [paulistas] era um... E quando ficava, era daquele chupa sangue sabe? Igual um morcego (Fabiano, Patos, 2014).

O migrante constrói, nesses lugares, nós de uma grande rede regional nordestina, que abarca todos os lugares por onde haja nordestinos. Isso não quer dizer que todos os nordestinos sejam diretamente “associados” a essa rede, onde teriam o benefício de serem aceitos em qualquer um dos nós, tomando a liberdade de uma comparação esdrúxula, como numa espécie de clube de viagens! Obviamente não se trata disso. É preciso que as cadeias migratórias endossem a presença do migrante nos lugares em que se estabelecem os nós, mas o fato é que os geossímbolos permitem que o migrante se sinta mais “acolhido” territorialmente. Neste sentido, a diferença paraibana vai sendo paulatinamente “aplainada” em benefício de uma igualdade nordestina. No ato do retorno, o migrante paraibano é, antes, um migrante nordestino; e as influências da metrópole na constituição desta identidade regional são sentidas diretamente no lugar de retorno.

Tanto na migração quanto no retorno, as ações dos migrantes são performáticas. Precisam ser para que se mantenha de modo

sustentável o cotidiano. As tensões e os conflitos resultantes dos racismos, dos “desencaixes” identitários e/ou da inadequação às atividades laborais induzem a vivência de práticas performáticas na migração. É o que, muitas vezes, mantém o indivíduo em equilíbrio emocional suficiente para se manter nas atividades que exerce, ou se manter nos papéis sociais que ocupa no lugar de destino. No retorno, a performance é também vivenciada, talvez numa intensidade menor, já que os laços familiares frequentemente são de maior proximidade (núcleo familiar ou grupo doméstico), mas nunca deixam de ser acionados. As nuances do lugar de retorno que causam estranhamento no retornado obrigam-no a realizar performances: hibridizações em seu comportamento que se refletem em espacialidades constitutivas de sua territorialidade igualmente híbrida.

A migração é uma experiência transformadora e, como tal, faz do retornado/retornante um sujeito diferente daquele que saiu. Suas ações e reações frente às demandas do lugar de retorno agora são postas em perspectiva, pois o sujeito passa a lidar com as experiências locais, com o crivo do lugar de imigração. Há sempre um julgamento que evidencia os prós e contras do lugar de imigração. É o que funda uma afirmação muito comum nos relatos: “O nosso lugar é *atrasado*”. A afirmação é sempre feita pondo o lugar de retorno em comparação ao lugar de imigração, sempre mais dinâmico social e economicamente. Esta perspectiva induz o sujeito a se pôr em performance, que não é uma “dissimulação”, mas um ato de reação às vicissitudes e contingências do lugar de retorno ante a um indivíduo que agora é e não é mais o mesmo.

Estas performances fundam a ação dos sujeitos migrantes. Seja no lugar de imigração, seja no de retorno, as ações performáticas do migrante constroem seus territórios, sempre reticulares e híbridos. Permeados de memórias e simbolismos, desafiam os indivíduos nestas condições, pondo-os a enfrentar o cotidiano,

muitas vezes de agrura, saudade e dor, mas permitindo, nas suas *porosidades*, o permear de euforias, quase sempre efêmeras, mas longas o suficiente para cativarem suas esperanças de seguirem o cotidiano que poderá, alhures, ser mais ditoso.

Considerações conclusivas

Em trabalhos acadêmicos, cujas esferas de produção se fundamentam no universo vivido das pessoas, é demasiado pretensioso afirmar que se chegou a um momento de conclusão. Subjaz ao termo a noção de encerramento e finitude. Dois sentidos que nunca aspiramos aqui, porque entendemos que este trabalho buscou a todo o tempo uma aproximação à questão dos retornados, que, por natureza, é ampla e complexa.

Evidentemente, o recorte espaço-temporal limitado a alguns municípios de sertão paraibano nos dias atuais permitiu a viabilidade deste trabalho, mas, em todas as etapas, só ensejou novas questões, carentes de muito maior aprofundamento. Para confirmar, basta que se considere que cada migrante é, em si mesmo, um inventário quase infinito de espacialidades. Para cada um, não bastaria que se fizesse apenas uma tese, tamanho é o grau de questões pululantes a serem desvendadas.

O contato com cada migrante, seja em São Paulo ou na Paraíba, obrigou-nos a aprofundar nosso olhar e a questionar nossas certezas. A realidade é sempre muito mais rica do que se pode imaginar. E é firmado na certeza de que o trabalho requer, de imediato, atualizações que passaremos desde já a avaliar nossas intenções e realizações.

Foi proposta inicialmente uma discussão em torno da construção do sujeito com ênfase no sujeito migrante. Pontuou-se, de

maneira breve, a gênese da noção de sujeito e como essa categoria é aplicável ao migrante, destacando-o de outros sujeitos. Este destaque se mostra, em especial, pelos profundos vínculos entre este sujeito e sua espacialidade, não sendo possível a vigência de um sem a produção e apropriação do outro. Isto é, o migrante se constitui em função de sua espacialidade, e esta só existe para o migrante porque dele depende. Edificam-se ambos numa dialética tal que torna um produto do outro e vice-versa.

A Geografia, enquanto campo sistemático do conhecimento, parece ter se posto à margem dos debates e questões mais aprofundadas acerca dos migrantes e das grandes questões envolvendo estes indivíduos. Parece que o vínculo indelével entre migrante e espaço formulou uma espécie de “cosmovisão” no interior do conhecimento geográfico, pautado num *apriorismo* que supunha que a temática migratória invariavelmente estaria sob análise da Geografia. Todavia, esta presunção (o que não é novidade no pensamento geográfico) provocou grande afastamento da disciplina do discurso dos sujeitos migrantes, mesmo considerando que diversos trabalhos clássicos da Geografia tiveram enfoque populacional e, até mesmo, migratório, priorizando, quase sempre, análises mais quantitativas da temática das migrações, e nunca dos sujeitos migrantes.

A crítica ao modelo se faz pertinente porque a história desta disciplina está muito vinculada a processos hegemônicos, encampando e propagando discursos que, diversas vezes, em nada se relacionavam com os sujeitos produtores. Para isso, foi necessário fazer um resgate da construção do sujeito no Brasil e o modo como a Geografia se apropriou dos discursos acerca dele. Constatamos, então, que o país teve toda sua história constituída por migrantes, sendo até cômica a fácil identificação de discursos xenófobos e racistas em torno dos migrantes internos, tornando ainda mais esdrúxula estas atitudes.

O Brasil-migrante (Goettert; Mondardo, 2009) é um termo muito adequado para se pensar a constituição histórica da nação e de seu território, tramado em torno de conflitos e tensões e permeado por relações de poder ininteligíveis aos olhares coloniais. Os migrantes são os que primordialmente enfrentam tais quadros, pois suas territorialidades são forjadas necessariamente neste tensionamento. Por causa disso, são sempre híbridas e múltiplas, espelhos de seus territórios igualmente múltiplos e ricos de significados. É neste “chão” que se assenta a territorialidade dos migrantes nordestinos pelo Brasil afora e, como parte desta “diáspora” regional, os paraibanos são protagonistas de relevância.

Ao longo da segunda metade do século XX, mais de 1 milhão de paraibanos se deslocou de seus lugares de origem em direção, principalmente, às terras do Sudeste em busca de melhores condições de vida, negadas em sua “chã” natal pelas estruturas de poder historicamente assentadas na exploração do trabalho, na absoluta desigualdade de distribuição de propriedades e no acesso restrito às mínimas condições de subsistência. Tudo isso era escamoteado pelas *dizibilidades* que apontavam a terra das agruras climáticas, do degredo e do sofrimento. O tão malfadado “discurso da seca”, denunciado há muito por Josué de Castro (2008), construiu a imagem do flagelado miserável, o “retirante” sertanejo que “invadiu” o Sudeste, especialmente São Paulo, construindo grande parte do que é hoje o colosso urbano de cimento, vidro e aço. A imagem, no entanto, perdurou e manteve o nordestino, o “hércules-quasí-modo”, alcunhado por Euclides da Cunha (1986), e que serviu de justificativa para a manutenção da atitude colonial de política governamental de hierarquização de uma população sobre a outra, reservando mercados de trabalho e faixas salariais para os “flagelados” da seca. Essa posição manteve inibido o papel singular de sujeitos deste grupo. Suas falas, seus gostos, seus tipos físicos, seu modo de ser e estar no mundo, enfim, toda sua subjetividade

foi sempre inferiorizada e mantida, espacialmente, nos lugares reservados aos tolerados, as periferias e favelas.

Desde os anos 80 do século passado, no entanto, notou-se um sensível movimento de retorno. Alguns dados, aliados à percepção aguçada de autores como Martine (1981), Menezes (1985) e Moura (1984) apontaram um movimento oposto à série histórica, indicando uma importante mudança no padrão migratório, suscitando que esta mobilidade possuía nuances que ainda não haviam sido reveladas.

O retorno de nordestinos tornou-se evidente já na década de 1990, sendo plenamente reconhecido no Censo Demográfico de 2000. Todavia, este retorno não era meramente uma volta ao lugar de origem, visto que os saldos continuaram negativos e a região Nordeste continuou “perdedora” de população. Evidenciou-se que o movimento se revestiu de complexidade na medida em que o retorno, para muitos, se configurou apenas em mais uma etapa migratória.

Coube-nos, então, uma análise da noção de retornado, uma vez que se fez visível um novo sujeito, que não cabe inteiramente no sentido generalizador do migrante. Verificamos que o sentido clássico de retornado, sendo aquele que faz o movimento inverso ao de partida, há muito é insuficiente para uma análise aprofundada tanto do processo quanto do sujeito. Identificamos sentidos mais pormenorizados e adequados, como o migrante “múltipla etapa”, migrante circular, *homecomer* e retornante, todos aprimorando o sentido de retornado, que não deixa de ser útil, mas que precisa ser contextualizado para que tenha validade atualmente.

No caso dos paraibanos, e dos nordestinos em geral, há um recorte importante marcado pela idade, mas até este é insuficiente, tornando necessária a avaliação individualizada de cada caso, fazendo com que o termo “retornado” se mantenha em voga, mas exigindo sua complexificação.

A análise dos paraibanos retornados constatou as muitas etapas ou a circularidade, tornando-os mais “retornantes” que retornados, propriamente ditos, e contou para isso com o auxílio indispensável das cadeias migratórias. Como procuramos demonstrar, as cadeias são o modo como as redes migratórias se implementam espacialmente. Ao associarmos as noções de redes e cadeias migratórias à noção de reversibilidade e irreversibilidade, foi possível investigar em que medida as redes promoveram, ou não, a irreversibilidade ou a reversibilidade migratória.

O suporte das cadeias migratórias se mostra sempre indispensável, mas não é infinito. O fator tempo mostrou-se crucial na manutenção ou não de um migrante no lugar de chegada. O retorno, para os migrantes mais jovens, parece ser resultado direto de um não posicionamento no lugar de chegada. Fatores vinculados aos aspectos econômicos são os mais apontados, mas não se resumem a ele. Na verdade, uma enorme gama de aspectos passa a ser afetados quando uma dada dimensão do ser não caminha a contento.

De toda sorte, pareceu-nos possível qualificar o papel das redes e cadeias migratórias tanto no fluxo de emigração quanto de retorno de paraibanos sertanejos. Se assim for, seriam caminhos possíveis que um levantamento quantitativo poderia promover: a análise das cadeias migratórias (redes de parentesco e conterrâneos) nos lugares de destino e suas influências ou não nos lugares de retorno. Estes, no entanto, são direcionamentos possíveis para outros trabalhos.

Retomando de modo conclusivo o tema do empoderamento do migrante, por meio de seu processo de reflexividade como sujeito, é fato que há uma grande diferenciação entre os migrantes, sobretudo, em função das experiências de vida, proporcionadas por suas variadas condições econômico-sociais, seu lugar de origem e o contexto histórico. Mas é preciso enfatizar que, entre as múltiplas diferenças, que é regra entre os migrantes, ainda há a impo-

sição e/ou privilegiamento, inclusive do ponto de vista analítico, da figura do homem trabalhador, tratados sempre como centrais, assim elencados historicamente pelas academias e teóricos.

Atualmente, ainda de modo discreto, as mulheres do trabalho passaram a ser vistas como relevantes. No entanto, esqueceu-se (quase sempre intencionalmente) de sujeitos como as crianças e os adolescentes, nascidos durante a migração ou crescidos nela, que, em suas experiências ainda pouco amadurecidas, interferem profundamente não só na decisão de migrar ou retornar, mas, antes, na “percepção ambiental” (Tuan, 2012) do migrante e, por consequência, no processo de territorialização. Isso traz consequências diretas na formação das cadeias migratórias, influenciando, portanto, a rede. Esta é uma carência deste trabalho e, certamente, uma necessidade de investigação que requer aprofundamento alhures. Por isso, este *mea culpa*.

Necessária tarefa que requer mais esforços é a produção de um mapeamento que permita visualizar a influência das cadeias migratórias no sertão paraibano, o que poderia servir de fundamento metodológico para outros trabalhos. O lamento pela incompletude só pode ser suplantado pela certeza de que a pesquisa não se esgota aqui.

Evidenciou-se que o espaço não se revela apenas um palco para a “teatralização” da vida, nem por isso, porém, os sujeitos envolvidos deixam de ser performáticos. O processo de construção e apropriação de territórios, por conseguinte formulador de territorialidades, mostrou-se intenso na realidade migratória. Seja no lugar de imigração, seja no lugar de retorno, as territorialidades dos migrantes paraibanos se mostraram sempre edificadoras e mantenedoras das redes migratórias nordestinas e, neste sentido, tributárias para a formação de uma rede regional nordestina no Sudeste, prioritariamente, mas que avança para todas as regiões do país. Não raras vezes, os entrevistados passaram por diversos

estados e regiões antes ou depois de chegarem a São Paulo, sendo este estado uma etapa de suas migrações. Destarte, o retorno se mostrou um importante artifício de superação das condições, muitas vezes, “cáusticas” dos lugares de imigração.

A discussão em torno da rede regional nordestina requer uma avaliação mais abrangente e aprofundada da região e de seus ícones identitários disseminados no território brasileiro, o que é esforço para diversos outros estudos, mas nos esforçamos para indicar aqui um caminho possível de análise dos migrantes nordestinos em situação que lembra uma “diáspora”, tal como assinalou Haesbaert (1997) em relação aos “gaúchos”.

Os lugares de retorno, por sua vez, são territórios híbridos, tal como são os seus sujeitos, marcadamente simbólicos, mas frequentemente envoltos num discurso econômico-funcional. Os municípios do sertão paraibano para onde retorna significativa parcela dos migrantes ajustam o cotidiano dos que retornam com uma experiência migratória, dialeticamente, ajustam-se aos interesses destes sujeitos, uma vez que materializam realizações da migração. Todavia, não escapam à articulação que muitos destes migrantes pautam entre o cotidiano visivelmente rural e as “novidades” da metrópole ou dos lugares de imigração afins. Esta articulação se dá no plano das iniciativas empreendedoras, no modo de se portar, nos hábitos de habitação e consumo geral, nos gostos cosmopolitas, nas diversas dimensões comportamentais e, acima de tudo, na aquisição de propriedades e veículos, símbolos do sucesso na empreitada migratória. Tudo isso mesclado às memórias acionadas e ressignificadas, materializadas no conjunto dos geossímbolos criados e/ou igualmente ressignificados.

A simbolização do cotidiano, que é um ato pouco reflexivo, haja vista sua frequência na vida das pessoas, é uma maneira de instituir marcos de identificação que, no caso dos migrantes e retornados paraibanos, assume a forma da identidade nordestina.

Como dissemos, o migrante se descobre nordestino na migração. Não que nunca tenha ouvido falar ou até mesmo se sentido incluído num grupo que ultrapassa sua localidade de nascimento, mas a migração compulsoriamente introjeta a identidade regional, pois, através de circunstâncias negativas ou positivas, põe em contato os diferentes migrantes de localidades distintas da região, reelaborando as identidades particulares e a regional. A feira e o bairro de nordestinos não são mais os mesmos, mas continuam a ter representatividade para a população nordestina que habita nesses lugares.

De igual modo, alguém tristonhamente poderia argumentar que a culinária do Nordeste já não é mais a mesma, pois o rubação, a buchada, o sarapatel podem ter sofrido alterações nas receitas, mas continuam significando um sabor específico da região. Nestes termos, constitui-se uma nova identidade do migrante no lugar de imigração, mas nos lugares de retorno, diversos novos sentidos são atribuídos aos antigos signos, resignificando as já múltiplas e plurais identidades nordestinas, processando novas espacialidades abertas ao implacável devir.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Revista Fronteiras**, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro; BAENINGER, Rosana. In: BAE-NINGER, Rosana (Org.). **Migração Internacional**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013.

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem do Nordeste**. 7. edição. São Paulo: Cortez, 2010.

ARAGÃO, Luciano Ximenes. **Um prato bonito com as beiradas quebradas: a produção do espaço na Rocinha (RJ)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia das mobilidades**. Tradução: Bruno César Cavalcanti, Rachel Rocha de Almeida Barros. Maceió: EdufAL; São Paulo: Editora UNESP, 2010.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9. edição. Campinas: Papirus, 2013.

BAENINGER, Rosana. **Redistribuição da população e meio ambiente**: São Paulo e Centro-Oeste. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Núcleo de Estudos de População – NEPO, v. 3, 2000 (Textos NEPO, 35). Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_35.pdf. Acesso em: jul. 2013.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008, Caxambu. **Anais [...]** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1254.pdf. Acesso em: jul. 2013.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

BARROS, Nilson Crócia. Quatro comentários sobre paisagem e região. *In*: SÁ, Alcindo José (Org.). **Regionalização e análise regional**: perspectivas e abordagens contemporâneas. Recife: Editora UFPE, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERDOULAY, Vincent. El individuo como sujeto geográfico: interés y modernidad de las concepciones de Elisée Reclus. *In*: CAPRON, Guénola; MONTES, Carmen Icazuriaga; LEVI, Sil-

vana; CARBÓ, Eulalia Ribera; THIÉBAUT, Virginie (Dirs.). **La Geografía Contemporánea y Elisée Reclus**. Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2011. Disponível em: <http://books.openedition.org/cemca/2575>. Acesso em: 02 out. 2014.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BERDOULAY, Vincent; ARNAUT DE SARTRE, Xavier; LAPLACE-TREYTURE, Danièle. Les Figures Géographiques du Sujet. **Cahiers de Géographie du Québec – Revue Internationale de Géographie Humaine**. Québec, v. 54, n. 153, p. 389-394, dez. 2010.

BERDOULAY, Vincent; ENTRIKIN, J. Nicholas. Lugar e Sujeito: Perspectivas Teóricas. *In*: MARANDOLA Jr., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia. **Qual o Espaço do Lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BERGSON, Henri. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BINSZTOK, Jacob; WASSERMAN, Julio; ROMEU, Thiago. Reestruturação produtiva, modificações sócio-espaciais e exploração de petróleo no Brasil: o caso de Macaé, RJ. *In*: XI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. **Anais eletrônicos [...]** Buenos

Aires: UBA, 2010. Disponível em: <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/249.htm>.

BINSZTOK, Jacob; WASSERMAN, Julio; ROMEU, Thiago. Visibilidade e (in)visibilidade construídas pelos “dragões” da exploração e produção de petróleo em Macaé – RJ. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. **Anais eletrônicos** [...] Porto Alegre: AGB, 2010. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4530.

BITOUN, Jan. *Tipologia dos Espaços Rurais no Brasil*. In: VIII FÓRUM INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REPENSANDO O CONCEITO DE RURALIDADE. **Anais** [...] Campina Grande: Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2013.

BONNEMAISON, Jöel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural**: uma antologia. v. 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade** (Prefácio). São Paulo: Edusp, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRETTEL, Caroline B.; HOLLIFIELD, James F. Migration Theory. In: BRETTEL, Caroline B.; HOLLIFIELD, James F. (Orgs.). **Migration Theory: talking across disciplines**. Nova Iorque; Londres: Routledge, 2000.

CAMPOS, Andreilino; FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de; FERNANDES, Felipe Moura. Entre indivíduo e sujeitos: lugares e territórios em movimento na metrópole. In: SILVA, Cátia Antônia (Org.). **Território e ação social**: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

CASSARINO, Jean-Pierre. Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. **REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. Brasília, ano XXI, n. 41, p. 21-54, jul./dez. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. *Seca versus Seca*. Novos Interesses, Novos Territórios, Novos Discursos no Nordeste. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escala de análise e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato

(Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

CASTRO, Josué. **A Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. O território na transição da Pós-modernidade. **Revista GEOgraphia**, Niterói, n. 2, 1999.

CLAVAL, Paul. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CLEMENTINO, Jurani Oliveira; MENEZES, Marilda Aparecida. Migrantes, redes e sociabilidades: a Festa dos Varzealegrenses em São Bernardo do Campo – SP. In: IV REA/XII ABANNE: SABERES LOCAIS E EXPERIÊNCIAS TRANSNACIONAIS: INTERFACES DO FAZER ANTROPOLÓGICO. GT 21: Migrações Fronteiras e Projetos de Desenvolvimento. **Anais Eletrônicos [...]**, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.reaabanne2013.com.br/anais/edicao-atual/>. Acesso em: 12 abr. 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **Revista GEOgraphia**. Niterói, UFF, v. 09, n. 17, p. 7-18, 2007.

COSTA, Claudia C. R. Caxias da; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Movimentos Migratórios para o Estado da Bahia: efeitos diretos e indiretos da Migração de Retorno, 1991 – 2000. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu, 2008. **Anais Eletrônicos [...]** Campinas: ABEP/UNICAMP, 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docs-pdf/ABEP2008_1322.pdf. Acesso em: fev. 2012.

COVER, Maciel. **O Tranco da Roça e a Vida no Barraco: um estudo sobre os trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

COVER, Maciel; MENEZES, Marilda Aparecida. As formas de sociabilidades, dominação e resistência em alojamentos de trabalhadores migrantes nos canaviais paulistas. In: MENEZES, Marilda Aparecida; GODOI, Emilia Pietrafesa (Orgs.). **Mobilidades, redes sociais e trabalho**. São Paulo: Anablume Editora; Brasília: CNPq, 2011.

CUNHA, Aparecido Soares. Migração de retorno num contexto de crises, mudanças e novos desafios. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu, 2000. **Anais Eletrônicos [...]** Campinas: ABEP/UNICAMP, 2000. Disponível em: http://abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?cader-no_id=184&nivel=2. Acesso em: 09 ago. 2012.

CUNHA, Elisa. Vivendo no meio do mundo: parentesco e migrações no comércio de redes. In: FERREIRA, Ademir Pacelli; VAINER, Carlos; PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, Mirian de Oliveira (Orgs.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Três, 1984.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DELEUZE, Gilles; Félix Guattari. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. v. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Pesquisa histórico-sociológica, relatos orais e imigração. *In*: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

DIAS, Juliana Braz. A volta do filho próspero: emigrantes caboverdianos retornados e seus familiares. *In*: TEIXEIRA, C. C. (Org.). **Em busca da experiência mundana e seus significados**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

DIAS, Leila Chistina. Redes: emergência e organização. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

DOMENACH, Hervé; PICOUE, Michel. Le Caractère de Réversibilité dans l'étude de la Migration. **Population**, 42º année, nº 3, p. 469-483nb, 1987.

DORNELAS, Sidnei Marco. Migração de retorno, o que é isso? **Revista Travessia: Revista do Migrante**. São Paulo, Ano VIII, n. 21, p. 5-7, maio/ago. 1995.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jonh. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAZITO, Dimitri. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do retorno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 89-100, fev. 2010.

FERREIRA, Ademir Pacelli. **O migrante na rede do outro**. Rio de Janeiro: Te Cora Editora, 1999.

FIGURELLI, M. Fernanda. Ocupaciones y Desterritorializaciones: Repensar lo Urbano y lo Rural. *In*: WIGGERS, Raquel; RATIER, Hugo E.; RODRIGUES, Cintya M. Costa (Orgs.). **Comunidades rurais**: organização, associações e lideranças. Manaus: EDUA, 2012.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FOUCAULT, Michael. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUSCO, Wilson. Regiões Metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes. **REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, ano XX, n. 39, p. 101-116, jul./dez. 2012.

FUSCO, Wilson; OJIMA, Ricardo. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. *In*: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson (Orgs.). **Migrações nordestinas no século 21**: um panorama recente. São Paulo: Blucher, 2015. Disponível em: <http://>

blucheropenaccess.com.br/issues/details/6. Acesso em: 15 maio 2015.

GALLO, Priscila Marchiori dal. Lugar e identidade na experiência migrante: entre eventualidade e transitoriedade. **Geograficidade**. Niterói, v. 01, n. 01, p. 48-62, inverno 2011.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GIMÉNEZ, Gilberto. Cultura, Territorio y Migraciones. Aproximaciones teóricas. **Alteridades**, v. 11, n. 22, p. 5-14, 2001.

GOETTERT, Jones Dari. Gentes, migração e transitividade migratória. **Espaço Plural**, Ano X, n. 20, p. 51-60, 1º Semestre 2009.

GOETTERT, Jones Dari; MONDARDO, Marcos. O “Brasil Migrante”: gentes, lugares e transterritorialidades. **Revista GEOgraphia**. Niterói, UFF, v. 11, n. 21, p. 101-136, 2009.

GONZALEZ, M. Sergio. El Norte Grande de Chile: la definición histórica de sus límites, zonas y líneas de fronteras, y la importancia de las ciudades como geosímbolos. **Revista de Historia Social y de las Mentalidades**. Santiago, Universidad de Santiago de Chile, v. 13, n. 2, 2009.

GUANAIS, Juliana Biondi. As implicações da migração temporária para as comunidades de origem dos cortadores de cana. *In*: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (Orgs.). **Migrações**: implicações passadas,

presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GUÉRIN-PACE, France; FILIPOVA, Elena. Les Territoires qui nous Appartiennent, Les Territoires auxquels nous Appartenons. *In*: GUÉRIN-PACE, France; FILIPOVA, Elena. **Ces Lieux Qui Nous Habitent**: Identité des Territoires, Territoires des Identités. Paris: Éditions de l'Aube, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Revista GEOgraphia**. Niterói, UFF, n. 1, p. 15-39, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista GEOgraphia**. Niterói, UFF, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Novas territorialidades**. Módulo: Geografia na contemporaneidade. Curadoria de Antonio Carlos Robert Moraes. Palestra: 2009. Disponível em: <http://www.cpfcultura.com.br/site/2009/07/14/integra-novas-territorialidades-rogeriohaesbaert-da-costa/>.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Viviendo en el límite: los dilemas del hibridismo y de la multi/transterritorialidad. *In*: ZUSMAN, Perla Brígida; HAESBAERT, Rogério; CASTRO, Hortensia; ADAMO, Susana B. (Coords.). **Geografías culturales**: aproximaciones, intersecciones y desafíos. Buenos Aires: Editora de la Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Territórios em trânsito: vivendo no limite. **Cadernos Sesc_Videobrasil: Geografias em Movimento**. São Paulo: Edições Sesc, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALLEY, Bruno. O bairro e os enredos do lugar. **Geograficidade**. Niterói, v. 04, n. 01, p. 43-57, verão 2014.

HALL, Stuart. Identidades. **Revista do Memorial da América Latina “Nossa América”**. São Paulo, n. 13, p. 22-29, 1997/1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 14ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HARTSHORNE, Richard. **O propósito e natureza da Geografia**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: EdUSP, 1978.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HEIDEMANN, Dieter. Migrações: novas formas de discriminação e alternativas de resistência dos migrantes. *In*: III FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Porto Alegre, **Anais** [...], jan. 2003.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LANDEROS, Alberto Tapias. Algunos Geosímbolos de Baja California: identidad y memoria colectiva de la ruralidad. **Culturales**, Mexicali, v. 5, n. 10, jul./dez. 2009.

KING, Russell. Geography and migration studies: retrospect and prospect. **Population, Space and Place**, v. 18, n. 2, p. 134-153, mar./abr.2012. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/psp.685/abstract>. Acesso em: 07 jul. 2014.

KOLTAI, Caterina. Migração e racismo: um sintoma social. *In*: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares**: panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2005.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre árvores e esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. **Revista GEO-graphia**, Niterói, UFF, ano III, n. 6, p. 7-20, jul./dez. 2001.

LIMA, Elias Lopes. **Encruzilhadas geográficas**: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. **Metonímias geográficas**: imaginação e retórica da paisagem no semiárido pernambucano. Tese (Doutorado em Geografia) - Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. Espaços públicos e geo-simbolismos na cidade-estuário”: rios, pontes e paisagens do Recife. **Revista de Geografia**. Recife, UFPE, v. 22, n. 1, p. 10-18, 2005.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. Qual é a do Cariri? Questões de Identidade Regional e Caricatura. **Tendências**, Crato, v. 1, p. 9-27, 2009.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. A retórica da paisagem: um instrumento de interpretação geográfica. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 26, p. 32-48, jul./dez. 2009.

MACHADO DE ASSIS, J. M. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **La Descolonización y el Giro Des-colonial. Tabula Rasa**. Bogotá, n. 9, p. 61-72, jul./dez. 2008.

MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? *In*: MOURA, H. (Org). **Migração Interna**: textos selecionados. Tomo 2. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

MARTINS, Isis do Mar Marques. **A Cidade, o migrante, o espaço**: o migrante nordestino na cidade do rio de janeiro: suas estratégias e seus agenciamentos. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2013.

MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. *In*: MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. *In*: ARANTES, Antonio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, Ralfo. Territórios e redes: dimensões econômico-materiais e redes sociais espaciais. *In*: DIAS, Leila Chistina; FERRARI, Maristela (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

MATOS, Ralfo; LOBO, Carlos; STEFANI, João; BRAGA, Fernando. Redes Geográficas e Movimentos Migratórios Internacionais no Brasil Meridional. *In*: MATOS, Ralfo (Org.). **Espacialidades em**

rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de sobre el gobierno privado indirecto**. Traducción y edición a cargo de Elisabeth Falomir Archambault. Santa Cruz de Tenerife: Editorial Melusi-na, 2011.

MBEMBE, Achille. Existe um único mundo apenas. **Cadernos Sesc_Videobrasil: Geografias em Movimento**. São Paulo: Edições Sesc, 2013.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba:** migração, família e reprodução da força de trabalho. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

MENEZES, Marilda Aparecida. Questionamentos às Categorias “Migrante de Retorno” e “Migrante”. **Cadernos de Ciências Sociais**, DAS, Campina Grande, n. 3, p. 47-51, 1992.

MENEZES, Marilda Aparecida (Org.). **Histórias de Migrantes**. São Paulo: Centro de Estudos Migratório; Edições Loyola, 1992.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Migração de retorno e migração:** categorias ou experiência social? Mimeo, 1997.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes:** um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; João Pessoa: EDUFPG, 2002.

MENEZES, Marilda Aparecida. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. *In:* TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (Orgs.). **Migrações:** implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MENEZES, Marilda Aparecida. Memórias de migrantes do Sertão Paraibano na região do ABC Paulista: narrando sobre trabalho e família. 29ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2014. Natal. **Anais [...]** Brasília: Associação Brasileira de Antropologia – ABA, 2014. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4295. Acesso em: 01 out. 2014.

MENEZES, Marilda Aparecida; COVER, Maciel. Migração e a reprodução social das famílias no Sertão Paraibano. *In:* MENEZES, Marilda Aparecida; GOMES, Ramonildes Alves (Orgs.). **Modernização e transformações no mundo rural:** trabalho, atores e experiências. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MENEZES, Marilda Aparecida; SANTOS JÚNIOR, Jaime. **Tecendo vidas e sonhos:** história oral de agricultores(as) do Sertão Paraibano e trabalhadores(as) do ABC Paulista. Jundiaí: Paco Editorial (2023).

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.

MOREIRA, Ruy. A diferença e a geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia. **Revista GEOgrafia**. Niterói, UFF, n. 1, p. 41-58, 1999.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. *In*: OLIVEIRA, Márcio Piñon; HAES-BAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

MOURA, Hélio A. O balanço migratório do Nordeste no período 1950/70. *In*: Moura, H. (Org.). **Migração Interna**: textos selecionados. Tomo 2. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

MOURA, Hélio; COELHO, José Olímpio M. Migrações para as grandes cidades do nordeste: intensidade e características demográficas. *In*: Moura, H. (Org.). **Migração Interna; textos selecionados**. Tomo 2. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

MOURA, Hélio; TEIXEIRA, Pery. Tendências recentes do crescimento populacional. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, n. 29, p. 95-126, jan./abr. 1997.

NAMANCIANO, Rutilio. **El Retorno**. Madrid: Editorial Gredos, 2002.

NOGUEIRA, Verena Sevá. Sair para o café: uma etnografia do processo migratório em famílias camponesas. *In*: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (Orgs.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

NOGUEIRA, Verena Sevá; ROMEU DE SOUZA, Thiago. Manha de Migrante. *In*: MENEZES, Marilda Aparecida; SANTOS JÚNIOR, Jaime. **Tecendo vidas e sonhos**: história oral de agricultores(as) do Sertão Paraibano e trabalhadores(as) do ABC Paulista. Jundiaí: Paco Editorial (2023).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História. São Paulo, PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993**.

NOVAES, Adauto. Herança sem testamento? *In*: NOVAES, Adauto (Org.). **Mutações**. Rio de Janeiro: Agir; São Paulo: Edições SESC SP, 2008.

OJIMA, Ricardo. As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um estado “ganhador”. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 27, n. 1, p. 147-154, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Denílson Araújo. **Por uma Geografia das relações raciais**: o racismo na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

OLIVEIRA, Denílson Araújo. **O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de**

Janeiro. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 16, p. 85-106, 2014.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes; FUSCO, Wilson; LYRA, Maria Rejane; CUNHA, José Marcos Pinto. As metrópoles nordestinas no processo migratório nacional: tendências e articulações espaciais. *In: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson (Orgs.). Migrações nordestinas no século 21 – um panorama recente.* São Paulo: Blucher, 2015. Disponível em: <http://blucheropenaccess.com.br/issues/details/6>. Acesso em: 15 maio 2015.

OLIVEIRA, Luiz Antonio; OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro; O'NEIL, Maria Monica V. V. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. *In: OLIVEIRA, Luiz Antonio et al. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil.* Rio de Janeiro: IBGE - Estudos & Análises. Informação Demográfica e Socioeconômica, 2011.

OSÓRIO, Carlos; MOREIRA, Ivan Targino; GUIMARÃES NETO, Leonardo; JATOBÁ, Sebastião Jorge. Migrações internas e desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro. *In: MOURA, Hélio (Org.). Migração interna: textos selecionados.* Tomo 2. Fortaleza: BNB – ETENE, 1980.

PAIVA, Odair da Cruz. Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamento. *In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (Orgs.). Migrações: implicações passadas, presentes e futuras.* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006.

PEDONE, Claudia. El papel que cumplen las cadeñas y las redes en la conformación de las trayectorias espaciales y estrategias migratorias. **Revista Scripta Nova**, n. 69, v. 49, 1º de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-49.htm>. Acesso em: 2004.

PEDONE, Claudia. El potencial del análisis de las cadeñas y redes migratorias en las migraciones internacionales contemporáneas. *In: CATAÑO, J. G.; LÓPEZ, C. M. (Eds.). In: III CONGRESO SOBRE LA INMIGRACIÓN EN ESPAÑA: CONTEXTOS Y ALTERNATIVAS.* Granada, **Anais [...]**, Laboratorios de Estudios Interculturales, v. II, p. 223-235, 2002.

PEDONE, Claudia. Cadenas, redes migratorias y redefinición de lugares: las migraciones de familias ecuatorianas hacia España. *In: ZUSMAN, Perla; LOIS, Carla; CASTRO, Hortensia (Compiladoras). Viajes y Geografías.* Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença.** São Paulo: Editora 34, 1999.

PINTO, Gabriela Ângelo. **Políticas públicas e favelas: conflitos em torno da participação sócio-política e da luta por moradia em Niterói.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

PLUMMER, Ken. Verbete *Identidade*. In: OUTHWAITE, W. **Di-
cionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro:
Zahar, 1996.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos
Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponí-
vel em: [http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/
view/1941/1080](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080). Acesso em: 15 maio 2015.

PÓVOA NETO, Helion. A produção de um estigma: Nordeste e
nordestinos no Brasil. **Revista Travessia: Revista do Migrante**,
São Paulo, v. 7, n. 19, p. 20-22, maio/ago. 1994.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y Amé-
rica Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del
saber: eurocentrismo y ciencias sociales**: perspectivas latinoam-
ericanas. Buenos Aires: Clacso, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo:
Ática, 2011.

RAMADIER, Thierry; LANNOY, P.; DEPEAU, S.; CARPENTIER,
S.; ENAUX, C. Vers L'Hypothèse d'une Identité de Déplacement:
congruence entre espace social, cognitif et géographique. In:
GRANDJEAN, Pernette (Org.). **Construction identitaire et espa-
ce**. Paris: L'Harmattan, 2009.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los
estudios migratorios. In: BJERG, M.; OTERO, H. (Comp.) **Emi-
gración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil:
CEMLA – IEHS, 1995.

RATIER, Hugo E. Re-construcción de lo rural como intento de
salida de la crisis. turismo y cambios identitarios. In: WIGGERS,
Raquel; RATIER, Hugo E.; RODRIGUES, Cintya M. Costa (Orgs.).
Comunidades rurais: organização, associações e lideranças.
Manaus: EDUA, 2012.

RECLUS, Élise. **Da ação humana na Geografia Física**: Geogra-
fia Comparada no espaço e no tempo. Organização e Tradução
Plínio Coelho. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essên-
cia de lugar. In: MARANDOLA Jr., Eduardo; HOLZER, Werther;
OLIVEIRA, Livia. **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemo-
logia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

RIBEIRO, José Teixeira Lopes. **Estimativa das migrações de re-
torno e alguns de seus efeitos demográficos no Nordeste bra-
sileiro**: 1970/1980 e 1981/1991. Tese (Doutorado em Demografia)
– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

RIBEIRO, José Teixeira Lopes; CARVALHO, José Alberto Magno;
WONG, Laura Rodrigues. Efeitos demográficos da migração de
retorno: uma proposta metodológica. In: X ENCONTRO NACIO-
NAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1996, Caxambu, **Anais [...]**
Caxambu, ABEP, 1996. Disponível em: [http://www.abep.nepo.
unicamp.br/docs/anais/pdf/1996/T96V2A15.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1996/T96V2A15.pdf). Acesso em: 10
jul. 2014.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; VASCONCELOS, Iana Santos.
Migração, gênero e o empoderamento das migrantes na Pan

-Amazônia. **Textos & Debates**, Boa Vista, n. 18, p. 326-353, jan./jun. 2010.

ROMEY DE SOUZA, Thiago. **A Re-territorialização do** retornado cearense: uma proposta de análise. 2006. 180 fl. Mestrado (Dissertação em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

ROMEY DE SOUZA, Thiago. **Lugar de origem, lugar de retorno:** a construção dos territórios dos migrantes na Paraíba e São Paulo. 2015. 265 fl. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

ROMEY, Thiago. A reterritorialização do retornado cearense: uma perspectiva geográfica. **GEographia**, Niterói. v. 12, n. 23, p. 30-60, 2010.

SÁ, Alcindo José. Regionalização brasileira, cultura e identidade: algumas reflexões. *In*: SÁ, Alcindo José (Org.). **Regionalização e análise regional:** perspectivas e abordagens contemporâneas. Recife: Editora UFPE, 2006.

SÁBATO, Ernesto. **Homens e engrenagens**. Campinas: Papirus, 1993.

SACK, Robert. **Human territoriality:** its theory and history. New York: Cambridge University Press, 1986.

SACK, Robert. O significado de territorialidade. *In*: DIAS, Leila Chistina; FERRARI, Maristela (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Revista Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, Edição especial, Ano XIII, jan. 2000.

SCHUTZ, Alfred. El forastero: ensayo de Psicología Social. *In*: SCHUTZ, Alfred. **Estudios sobre a Teoria Social**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974.

SCOTT, R. Parry. O retorno ao Nordeste: refugio, família e reprodução. *In*: V ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais [...]**, v. 2, p. 665-698, 1986. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86V02A05.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

SCOTT, R. Parry. Estratégias familiares de emigração e retorno no Nordeste. **Revista Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, Ano VIII, n. 21, p. 23-27, maio/ago. 1995.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

SENNETT, Richard. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

SERPA, Angelo. **Lugar e mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Armando Corrêa. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Marcelo Saturnino. Trabalho e adoecimento de trabalhadores: migrantes nos canaviais do estado de São Paulo. *In*: MENEZES, Marilda Aparecida; GOMES, Ramonildes Alves (Orgs.). **Modernização e transformações no mundo rural**: trabalho, atores e experiências. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Como “expulsar o camponês do proletário”. **Revista Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, Ano III, n. 8, p. 5-11, set./dez. 1990.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. *In*: DEMARTINI, Zeila de Brito

Fabri; TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1995.

SOARES, Weber; RODRIGUES, Roberto Nascimento. Redes sociais e conexões prováveis entre migração interna e emigração internacional de brasileiros. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 64-76, jul./set. 2005.

SODRÉ, Muniz. **Mestre Bimba**: corpo de mandinga. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2002.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço, poder autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

TARRIUS, Alain. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants. **Annales de la Recherche**

Urbaine. n. 59-60, 1996. Disponível em: <http://1libertaire.free.fr/Tgv03.html>. Acesso em: 09 abr. 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

VALVERDE, Joaquín R. Las migraciones internas de retorno en España durante la primera mitad de la década de los noventa: implicaciones demográficas y territoriales. **Revista Scripta Nova**, n. 157, 15 de janeiro de 2004. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-157.htm>. Acesso em: 2005.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. O princípio da Geografia Geral. *In*: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio Nunes; RIBEIRO, Guilherme. **Vidal, Vidais**: textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

WOODWARD, Kathryn. Identidade: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Formato *15x21 cm*
Tipologia *Noto Serif/ NotoSans*
Nº de Pág. *360*

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG

